

COLEÇÃO
ABERTURA
CULTURAL

ROGER SCRUTON FILOSOFIA VERDE

Como Pensar
Seriamente o Planeta



COLEÇÃO
ABERTURA
CULTURAL

Copyright © Roger Scruton, 2012

Publicado originalmente no Reino Unido pela Atlantic Books Ltd.

Copyright desta edição © 2017 É Realizações

Título original: *Green Philosophy: How to Think Seriously About the Planet*

Editor

Edson Manoel de Oliveira Filho

Produção editorial e projeto gráfico

É Realizações Editora

Capa

Daniel Justi

Revisão técnica

Marcelo Gomes Sodré

Preparação de texto

Edna Adorno

Revisão

Marta Almeida de Sá

Imagem de capa

Photo by Hulton Archive/Getty Images

Produção de ebook

[S2 Books](#)

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.

ISBN 978-85-8033-290-2

É Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda.

Rua França Pinto, 498 · São Paulo SP · 04016-002

Caixa Postal: 45321 · 04010-970 · Telefax: (5511) 5572 5363

atendimento@erealizacoes.com.br · www.erealizacoes.com.br

FILOSOFIA VERDE

Como Pensar Seriamente o Planeta

Roger Scruton

TRADUÇÃO MAURÍCIO G. RIGHI



Capa

Créditos

Folha de rosto

Prefácio

Capítulo 1 | Aquecimento Local

Capítulo 2 | Pânico Global

Capítulo 3 | Em Busca de Salvação

Capítulo 4 | Precaução Radical

Capítulo 5 | Soluções de Mercado e Homeostase

Capítulo 6 | Economia Moral

Capítulo 7 | Heimat e Hábitat

Capítulo 8 | Beleza, Piedade e Profanação

Capítulo 9 | Chegando a Lugar Nenhum

Capítulo 10 | Engendrando em Algum Lugar

Capítulo 11 | Propostas Modestas

Apêndice I | Justiça Global

Apêndice II | Como Deveríamos Viver?

Bibliografia

Mídias Sociais

Prefácio

Os problemas relacionados ao meio ambiente parecem estar tão fora de nosso alcance que ficamos à deriva, perdidos entre opiniões e políticas concorrentes, mas sem termos, de fato, um ponto de apoio, exceto nos rastros de nossas preocupações. Damos crédito aos alarmistas, pois ninguém é tão sombrio sem uma razão. Por outro lado, também damos crédito aos céticos, uma vez que nos oferecem esperança, advertindo-nos que os alarmistas lucram com esse cenário sombrio. Ademais, observamos como governos, ONGs e grupos de pressão fazem o seu jogo ao aumentar a ansiedade comum, ao mesmo tempo que se oferecem para aliviá-la.

Sem o concurso governamental fica difícil enfrentar questões como mudança climática, vazamentos de petróleo, resíduos tóxicos e perda da biodiversidade. Todavia a história nos ensina que projetos de grande escala perdem eficiência e responsabilidade quando deixados nas mãos dos burocratas, e que as regulamentações governamentais produzem efeitos colaterais que frequentemente pioram aquilo que procuravam solucionar. Além disso, os que prometem grandes esquemas de energia limpa e de redução da poluição são os mesmos que, no discurso seguinte, prometem uma expansão faraônica de aeroportos e rodovias e a criação de subsídios para a indústria automobilística. Quando os problemas ficam nas mãos do governo, perdemos o controle sobre eles. Nossa compreensão é moldada por necessidades locais, não por incertezas globais: o produto de emergências do dia a dia, uma sabedoria da sobrevivência.

Há uma lição para os ambientalistas. Nenhum projeto de larga escala terá êxito se não estiver enraizado no raciocínio prático de pequena escala. Somos *nós* que temos de agir, criar consenso e trabalhar em conjunto as decisões tomadas em nosso nome, fazendo o sacrifício necessário para o bem das futuras gerações. Parece-me que os atuais movimentos ambientalistas, muitos dos quais exigem a implantação de gigantescos, e até mesmo quiméricos, projetos governamentais, os quais promovem alterações radicais em nossa vida, falharam nesse aprendizado. Seus esquemas, da mesma forma que seu brado apocalíptico, assustam o cidadão comum sem, contudo, recrutá-lo, e este se vê no meio de uma miríade de alertas ruidosos, esperando apenas atravessá-la sem antes enlouquecer.

Neste livro, desenvolvo um olhar alternativo para os problemas ambientais que está, espero, em concordância com a natureza humana e com a filosofia conservadora que brota das rotinas diárias. Não ofereço soluções detalhadas a problemas específicos. Em vez disso, proponho uma perspectiva dos problemas, de modo que sejam vistos como *nossos* e que possamos começar a resolvê-los, valendo-nos de nosso equipamento moral. Esta é, creio, a mensagem permanente do conservadorismo. Todavia, caso ela seja recebida com hostilidade pelos que não conseguem lidar com um problema sem antes ditar soluções radicais (por eles controladas), isso provará, de forma ainda mais vigorosa, a validade dessa posição.

Minha intenção é apresentar a questão ambiental em seu todo, incluindo suas ramificações. Para esse fim, apoiei-me na filosofia, psicologia e economia, como também nos escritos de ecologistas e historiadores. Proponho que as questões ambientais sejam enfrentadas por todos, na esfera das circunstâncias diárias, para que não sejam confiscadas pelo Estado. A solução será possível se as pessoas estiverem motivadas, e a tarefa do governo é justamente criar essas condições graças às quais a motivação adequada possa surgir e prosperar. Caracterizo essa motivação (melhor seria dizer um conjunto de motivações) como *oikophilia*, o amor que se tem pelo lar, e apresento as condições em que esse amor surge e o papel do Estado em sua acomodação. Defendo as iniciativas locais contra os esquemas globais, a associação civil contra o ativismo político e as fundações de pequeno porte contra as campanhas de massa. Consequentemente, o meu argumento é contrário ao que se vê em boa parte da literatura ambiental de nosso tempo, e talvez seja recebido com ceticismo por leitores que, não obstante, compartilham as mesmas preocupações centrais. Por essa razão, decidi explorar os princípios básicos do raciocínio prático e as formas como seres racionais alcançam, solidariamente, soluções que de outra forma não seriam tratadas de modo satisfatório – nem

individual nem burocraticamente. Também critico as regulamentações de cima para baixo e os movimentos fixos e suas bandeiras, e vejo o problema ambiental como perda de equilíbrio, quando as pessoas cessam de compreender que compartilham um lar comum. Essa perda tem muitas causas, e o mau uso da legislação não está entre as menos importantes, assim como a fragmentação da sociedade controlada por burocratas.

Trabalhar neste livro foi possível graças à minha posição como acadêmico residente do American Enterprise Institute, onde tive a felicidade de encontrar uma atmosfera de colegiado e uma mente aberta ao debate. Tirei grande proveito de minhas conversas com os colegas do instituto, de modo particular com Kenneth P. Green, Lee Lane, Stephen Hayward e Christopher C. DeMuth. Gostaria de agradecer também a Kimberley Hudson e a Keriann Hopkins pela inestimável assessoria editorial e a Tony Curzon Price, Angelika Krebs, Ian Christie, Alicja Gescinska, Mark Sagoff e David Wiggins, que leram pacientemente os rascunhos e me censuraram por meus erros, nem todos corrigidos.

Scrutopia, julho de 2010.

O movimento ambientalista é hoje identificado, por representantes e antagonistas, como “de esquerda”: um protesto em defesa dos pobres e oprimidos em sua luta contra as grandes corporações, contra o consumismo e contra as estruturas de poder. Mas essa imagem é altamente enganosa. Na Grã-Bretanha, o ambientalismo deita suas raízes no culto iluminista da beleza natural e na reação, no século XIX, contrária à Revolução Industrial, em que *tories* e radicais tiveram importância semelhante; ademais, o antagonismo inicial contra a agricultura industrializada teve o apoio de socialistas de guildas como H. J. Massingham, *tories* como Lady Eve Balfour, gurus seculares como Rudolf Steiner e radicais excêntricos como Rolf Gardiner, que se valeu das ideias da esquerda e da direita e foi caracterizado (por Patrick Wright) como fascista.^[1]

O ambientalismo americano incorpora a adoração à natureza de John Muir, o individualismo radical de Thoreau,^[2] o transcendentalismo de Emerson, o “ecocentrismo” de Aldo Leopold^[3] e o conservadorismo social dos *Southern Agrarians* – grupo de escritores tipificados pelo nostálgico poeta Allen Tate e representado em nossos dias por Wendell Berry.^[4]

O ambientalismo francês é filho de conservadores do *pays réel*, como Gustave Thibon e Jean Giono, ao passo que os Verdes alemães herdaram aspectos do romantismo do movimento *Wandervogel*, do início do século XX, como também a

visão de lar e povoamento, tão maravilhosamente descrita pelos poetas românticos alemães e adotada, em nossos tempos, pelo ex-nazista Martin Heidegger e, em tom mais lúcido e liberal, por seu aluno judeu Hans Jonas.^[5]

Além disso, os ambientalistas de nossos dias estão cientes dos estragos ecológicos provocados pelo socialismo revolucionário: coletivizações forçadas, industrialização caótica, projetos pantagruélicos de remanejamento populacional, mudanças drásticas por nós testemunhadas no curso de rios e paisagens na União Soviética e na China.^[6] Ambientalistas de esquerda não considerarão tais abusos como o resultado inevitável de suas ideias. Não obstante, admitirão ser necessário trabalhar mais duro, para que a consciência das pessoas aceite que o socialismo é a resposta, e não uma parte do problema. Ao mesmo tempo, raramente reconhecem afinidades com a “direita” e, com frequência, o “conservadorismo” lhes soa “sujo”, sem conexão semântica com a “conservação” que defendem.

A explicação, creio, é que os ambientalistas se habituaram a ver o conservadorismo como a ideologia da livre-iniciativa, e esta como um assalto aos recursos do planeta, sem outra motivação a não ser o desejo de ganho imediato. Além disso, existe uma arraigada tendência nas esquerdas de confundir os interesses individuais, racionalmente engendrados e propulsores do mercado, com a questão da ganância, que é uma forma de excesso irracional. Assim sendo, o manifesto do Partido Verde de 1989 detecta os “falsos deuses do mercado, ganância, consumismo e crescimento” e diz que “um governo dos Verdes substituiria esses falsos deuses por trabalho solidário, autossuficiência, distribuição igualitária e parcimônia”.^[7] Esse manifesto ecoa um sentimento disseminado de que ao nos apoiarmos exclusivamente nos mercados, na resolução de nossos problemas, conduzimo-nos, de forma inevitável, numa senda antissocial. Essa acusação caminha de mãos dadas com a visão de que dispomos de outros motivos (mais altruístas), que podem ser exortados, e de fato o *seriam* por governos de esquerda. Concordo que esses outros motivos existem. Mas discordo de que seriam adotados por um governo de esquerda.

Aqueles que se autodenominam conservadores na esfera política são em parte responsáveis por essa ideia errônea. Muitas vezes, essas pessoas avaliam a política moderna em termos estritamente dicotômicos, entre liberdade individual e controle estatal. Liberdade individual pressupõe liberdade econômica, e esta, por sua vez, implica a liberdade de explorar os recursos naturais para fins financeiros. A madeireira que devasta uma floresta tropical, a mineradora que decepa uma

montanha, a empresa automobilística que despeja intermináveis levadas de veículos, os fabricantes de refrigerantes que produzem milhões de garrafas plásticas todos os dias – todos estão obedecendo (ou de qualquer forma parecem estar obedecendo) às leis de mercado, e todos, a não ser que sejam monitorados, estarão destruindo alguma parte de nossa herança comum. Tendo em vista que, em uma economia de mercado, os maiores participantes provocam os maiores estragos, não é de estranhar que os ambientalistas dirijam sua hostilidade contra as grandes corporações, como também contra as economias livres que as produzem. Livre-se da economia de mercado e teremos, como resultado, empresas tão grandes e destrutivas que, por estarem nas mãos dos governos, não estão no entanto sujeitas aos poderes soberanos que limitam suas atividades predatórias. Portanto, uma resposta conservadora plausível não sairia em defesa de uma irrestrita liberdade econômica, mas reconheceria os custos dessa liberdade e viria ao encontro de medidas para reduzi-los.

Precisamos da livre-iniciativa, mas também precisamos do estado de direito que a contém. As leis precisam estar a par das ameaças. Quando a iniciativa econômica se torna prerrogativa do Estado, então a entidade que controla as leis torna-se idêntica à que tem fortes motivos para burlar as mesmas leis – essa explicação seria suficiente para entender as catástrofes ecológicas associadas às economias socialistas. Estudos mostram que as economias livres, com os direitos de propriedade garantidos num estado de direito em vigência, não apenas consomem muito menos energia por produto comparável em relação às economias nas quais o direito à propriedade é frágil ou mesmo ausente, mas também são capazes de se adaptar muito mais rapidamente às demandas por energia limpa e aos programas de redução de emissões de gases poluentes.^[8] Embora os mercados não possam resolver todos os nossos problemas ambientais, e de fato eles respondem por alguns deles, as alternativas contrárias são quase sempre piores.

Existe outro e melhor motivo para pensar que conservadorismo e ambientalismo têm naturezas afins. Da forma como o compreendo, o conservadorismo é a manutenção da ecologia social. É verdade que a liberdade individual é parte dessa ecologia, uma vez que sem ela os organismos sociais não conseguem se adaptar. Mas a liberdade não é o único objetivo da política. Conservadorismo e conservação são dois aspectos de uma única política de longo prazo: gerenciar recursos e assegurar sua renovação. Esses recursos incluem o capital social das leis, dos costumes e das instituições; incluem também o capital material contido no meio ambiente e o capital econômico de uma economia livre sob o regime das leis.

Conforme essa visão, o propósito da política não é rearranjar a sociedade segundo os interesses de um ideal abrangente, como igualdade, liberdade e fraternidade. Trata-se de manter uma resistência vigilante perante as forças entrópicas que ameaçam nosso equilíbrio social e ecológico. O objetivo é resguardar as futuras gerações e nesse ínterim manter e aprimorar a ordem da qual somos fiduciários.^[9]

Isso significa que, aos olhos de seus críticos, o conservadorismo parece estar fadado ao fracasso na medida em que seria mera tentativa de fugir às implicações da segunda lei da termodinâmica. A desordem sempre crescerá, e todo sistema, organismo e ordem espontâneos serão randomizados a longo prazo. Embora em tese uma verdade, isso não faz do conservadorismo uma prática política fútil, não mais do que tornaria a medicina fútil, uma vez que, “a longo prazo, estaremos mortos”, como Keynes notoriamente declarou. Em vez disso, devemos reconhecer a sabedoria embutida na filosofia de Lorde Salisbury e aceitar que “*delay is life*”. O conservadorismo é a arte política de retardar, cujo propósito é manter, o maior período possível, a vida e a saúde de um organismo social.

Além disso, como a termodinâmica bem nos ensina, a entropia pode ser controlada indefinidamente no âmbito local ao injetar energia e exportar os fatores randômicos. O conservadorismo enfatiza as lealdades históricas, as identidades regionais e aquele compromisso de longo prazo que surge entre as pessoas em virtude de suas afeições localizadas e limitadas. Sabendo-se que socialismo e liberalismo são globais em seus objetivos, o conservadorismo é inerentemente local: a defesa de um espaço de capital social contra as forças de mudança anárquicas. É precisamente essa ênfase no local que confere ao conservadorismo uma singular disposição para lidar com problemas ambientais.

Outra forma de afirmar o mesmo ponto: para o conservador a política se destina à manutenção e ao reparo dos sistemas homeostáticos – sistemas que se autocorrigem perante as mudanças desestabilizadoras. Os mercados são sistemas homeostáticos; o mesmo ocorre com tradições, costumes e leis. Isso vale também para as famílias e para as “associações civis”: ambas formam o estofado de uma sociedade livre.^[10] Os conservadores se interessam pelo mercado e preferem as forças do mercado à ação governamental quando essas forças se chocam. Mas isso não ocorre por causa de uma crença *quasi*-religiosa no mercado, visto como a forma ideal da ordem social ou como única solução dos problemas sociais e políticos; menos ainda se deve a um suposto culto do *homo economicus* e seus “interesses racionais”.

Em vez disso, ocorre porque os conservadores veem os mercados como sistemas sociais autorreguladores capazes de enfrentar e superar os choques externos, ajustando-se conforme as necessidades e motivações de seus membros.

Existem outros sistemas (autorreguladores). Por exemplo, as associações de longo prazo, que formam as tradições e as instituições de uma sociedade soberana. Temos também o governo representativo e seus funcionários públicos, que devem responder por seus erros. Há também os dispositivos legais que cobram os custos dos erros das pessoas que os cometeram. Nos últimos capítulos explorarei alguns desses sistemas e as mentalidades envolvidas. Somente ao respeitarmos e investigarmos esses universos é que poderemos desenvolver, com êxito, uma real política ambientalista. Eles introduzem, nos assuntos humanos, o elemento crucial da intencionalidade. Fornecem parte do *feedback* negativo, sem o qual os mercados podem se tornar as máquinas antissociais e de exploração que os seus adversários sempre supõem que sejam.

Ocorre que o conservadorismo admite variações. Nos Estados Unidos, os conservadores enfatizam as liberdades econômicas, associando essa ênfase a um robusto individualismo e a uma crença nas virtudes do livre empreendedorismo de risco. Os conservadores da Europa têm favorecido a tradição, o costume e a sociedade civil, enfatizando a necessidade de limitar os empreendimentos em uma ordem social durável. Essa diferença de ênfase pode desembocar em políticas conflitantes. Assim, há uma tendência, no conservadorismo americano, pelas “soluções de mercado”, quer representem quer não uma ameaça às comunidades tradicionais e ao equilíbrio social. Os americanos têm grande abundância de terra e de recursos naturais, o que os torna despreocupados em relação aos problemas de escassez e de excesso populacional; eles acreditam que sempre haverá espaço e recursos suficientes para novos experimentos. A Europa é um agrupamento de Estados apertados, estabelecidos ao longo da história e detentores de habitats preciosos (humanos e animais) cultivados e protegidos ao longo dos séculos. Os conservadores europeus são agudamente sensíveis às limitações que os cercam e aos perigos de “transgredi-las”. Isso não significa que rejeitem as soluções de mercado. Significa que darão mais atenção do que os americanos às coisas que tornam os mercados uma realidade possível: leis, tradição e vida moral. De forma semelhante aos europeus, os herdeiros de cidades preciosas, embelezadas e enriquecidas pelos séculos também diferem dos americanos quanto ao habitat humano. Retornarei a essas diferenças no capítulo 8, uma vez que elas assinalam questões sobre as quais os conservadores americanos têm algo importante a aprender.^[11]

O entendimento conservador sobre a ação política que proponho é formulado em termos de gestão fiduciária, em vez de empreendimento; em termos de conversação, em vez de comando; de amizade, em vez de busca comum.^[12] Essas ideias inclinam-se de imediato ao projeto ambientalista, e sempre me causa surpresa como são poucos os ambientalistas a percebê-lo. Para um conservador, é óbvio que o anseio irresponsável por gratificação pessoal coloca em risco a ordem social, como também compromete o bom funcionamento do planeta. Igualmente, é óbvio que as políticas mais sábias são as que se esforçam por proteger e manter os costumes e as instituições e que colocam um freio em nossos apetites, renovando as fontes de contentamento social e proibindo-nos de transferir os custos do que fazemos para terceiros.

A maior dificuldade do ponto de vista ambientalista é o fato de o equilíbrio social e o ecológico não compreenderem a mesma ideia e, assim, não estarem necessariamente em harmonia. Dois exemplos ilustram o problema. As democracias parecem encontrar equilíbrio somente com crescimento econômico. Períodos de estagnação, inflação galopante ou empobrecimento generalizado são de grande descontentamento social nos quais ressentimentos e privações geram instabilidades. Assim sendo, a primeira preocupação de um governo democrático é encorajar o crescimento econômico, desconsiderando os custos ambientais. É verdade que altos níveis de pobreza costumam provocar grandes degradações ambientais, e que determinado patamar de prosperidade é fundamental para que as pessoas possam usar os recursos necessários para a proteção do meio ambiente.^[13] Estudos sugerem que a curva postulada por Simon Kuznets, em que a desigualdade de renda sobe e depois desce à medida que as sociedades se desenvolvem, vale também para fatores ambientais fundamentais. Acima de uma renda *per capita* anual entre 4 mil e 5 mil dólares, sugere-se que a degradação do meio ambiente entre em declínio constante.^[14] Não obstante, seja como previsão, seja como recomendação, a afirmação de que “há limites para o crescimento”^[15] tem um ar de intuitiva plausibilidade.

Os otimistas colocarão esses limites no futuro distante, diferentemente dos pessimistas, e a contínua discussão entre ambos atrasará potenciais consensos.^[16] Todavia é evidente que, além de determinado ponto, o necessário não é mais crescimento, e sim menos. E menos é justamente aquilo que nenhum governo democrático pode se dar ao luxo de prometer. Vemos isso na atitude dos últimos governos britânicos no tocante aos aeroportos, centros empresariais e estradas, cujos impactos ambientais são esquecidos assim que entram na retórica do

“crescimento”. Vemos na resposta americana ao Protocolo de Kyoto. Não é apenas o *big business* que pressiona o Senado americano para que este não ratifique os acordos. Há o desejo dos próprios senadores de serem reeleitos.^[17] Isso não quer dizer que o protocolo represente a solução adequada aos problemas que ele se propõe resolver. Trata-se de reconhecer, no entanto, a séria dificuldade de fabricar acordos internacionais que atuem para reduzir o consumo global. Por que um político deveria assinar um tratado quando sabe que o efeito de sua decisão significaria suicídio político, retirando-o do cargo e tornando inviável a defesa do próprio tratado?

A democracia não é o único problema. Outras formas de equilíbrio social podem ser igualmente uma ameaça ao meio ambiente não porque dependam do crescimento econômico, mas por dependerem de crescimento populacional, ou do consumo de recursos que rareiam rapidamente, como no caso das florestas tropicais. Consideremos as sociedades islâmicas tradicionais do norte da África e de partes do Oriente Médio. Elas atingem equilíbrio somente quando as famílias detêm esferas de soberania privada, sob a tutela de um patriarca cuja posição social é constantemente realçada pela evidência de seus poderes reprodutivos. Cada família tem de ampliar, de forma constante, o seu séquito de filhos caso pretenda manter a sua posição. O resultado, em condições modernas, é uma explosão demográfica que destrói, com rapidez, o meio ambiente da Arábia muçulmana e do norte da África, invadindo uma Europa cujas tradições e instituições entram em choque com o modo de vida muçulmano e questionando meio século de ditaduras incômodas.^[18]

Existe uma tendência, entre os ambientalistas, de acusar os *big players* do mercado de ser os principais culpados dos crimes contra o meio ambiente: companhias petrolíferas, fabricantes de automóveis, madeireiras, agronegócio e supermercados – que acumulam enormes lucros repassando os custos ambientais para terceiros (incluindo aqueles que ainda não nasceram). Mas isso é tomar o efeito pela causa. Em uma economia livre, essas formas de ganhar dinheiro surgem por obra de uma mão invisível associada às escolhas feitas por todos. É a demanda por carros, petróleo, comida barata e artigos dispensáveis que está na base do processo. As empresas fornecem essas coisas porque existe uma alta demanda por esse consumo. É também verdade que, sempre que puderem, os *big players* externalizarão seus custos. Mas nós fazemos a mesma coisa. Ao viajar de avião, ir ao supermercado ou consumir combustíveis, externalizamos os custos para terceiros e para as futuras gerações. Uma economia livre é impulsionada pela demanda de indivíduos. Em economias livres, os indivíduos e as grandes corporações tentarão

repassar os seus custos, ao mesmo tempo que reterão os benefícios. A solução não vem do socialismo, abolindo-se a economia livre, uma vez que isso apenas colocaria um gigantesco poder econômico nas mãos de incontáveis burocratas igualmente dispostos a exportar os seus custos enquanto tiram proveito das rendas.^[19] A solução é ajustar as nossas demandas de modo a arcarmos com os custos, encontrando meios para que o mundo dos negócios siga as mesmas regras. Poderemos corrigir-nos dessa forma apenas se tivermos os motivos para fazê-lo – motivos suficientemente fortes para conter nossos apetites.

Todavia isso não nos diz nada sobre o que devemos fazer a fim de tornar nossas ações mais amistosas ao meio ambiente. Defender *slow food*, transporte limpo e baixo consumo de energia numa sociedade já viciada em *fast food*, turismo barato, luxo e desperdício é arriscar-se a despertar a fúria dos que ainda precisam ser convertidos. Não se trata somente de um certo desastre eleitoral propor fechar aeroportos, estreitar estradas ou impor, por decreto, o consumo local de alimentos, mas existe o risco de tornar as coisas ainda piores ao associarmos a proteção ambiental com a causa de nostálgicos excêntricos. Todos os ativistas que defendem a proteção do meio ambiente estão familiarizados com essa reação. No entanto, fico surpreso ao observar que não percebem que se trata de uma versão da mesma reação direcionada aos conservadores quando estes defendem a ordem moral sitiada, que, décadas atrás, era passada de geração a geração como algo normal. Afinal de contas, ambientalistas e conservadores estão em busca de motivações que defendam os nossos legados compartilhados, e hoje ameaçados, contra as atividades predatórias perpetradas pelos atuais fiduciários.

A satisfação racional do interesse pessoal não é, creio, o tipo de motivação que estamos procurando, embora, como explicarei, desempenhe um papel importante. Esse tipo de satisfação está sujeito aos conhecidos dilemas das síndromes do carona e do prisioneiro, podendo evitar a “tragédia dos comuns”^[20] apenas em circunstâncias especiais. Os teóricos do contrato social, de Hobbes a Rawls, tentaram superar os problemas da escolha social, ainda que sempre fossem de encontro a uma versão qualquer da dificuldade original: “Por que é mais sensato honrar um contrato do que fingir honrá-lo?”^[21]

Torna-se necessário evocar, entre os membros de uma sociedade, motivos não egoístas que funcionem como base para objetivos ecológicos de longo prazo. Burke propôs “o princípio hereditário”, a fim de proteger instituições importantes do risco de pilhagem ou degradação, e acreditava que as pessoas tivessem a tendência

natural de aceitar os limites que os princípios impunham sobre a conduta. Hegel defendeu a prioridade das obrigações não contratuais, do tipo que sustenta uma família, e acreditava que obrigações semelhantes pudessem ser recuperadas e exercidas na esfera política. Seguindo a mesma linha, De Maistre atribuiu uma posição central à piedade como motivo que coloca as tradições divinamente ordenadas acima das tentações do interesse pessoal.^[22]

É improvável que tais sugestões^[23] exerçam grande apelo hoje em dia, embora tentem conceber um quadro da motivação humana que não enxerga a satisfação do interesse pessoal como único fator na tomada das decisões políticas. Temos, no entanto, de aprender uma lição com Burke, Hegel e De Maistre: reconhecer que a proteção ambiental é uma causa perdida, caso não encontremos os incentivos que levariam as pessoas em geral, e não somente os seus representantes, a defendê-la. Esse é o ponto em que ambientalistas e conservadores podem e devem estabelecer uma causa comum. Essa causa comum é o território – o objeto de um amor que encontrou a sua mais forte expressão política por meio do Estado-nação.

Muitos ambientalistas reconhecerão que as lealdades locais e suas agendas devem receber um lugar apropriado nas tomadas de decisão caso queiramos combater os efeitos adversos da economia global. Logo, o surrado *slogan*: “Pense globalmente, atue localmente”. Todavia os ambientalistas tendem a recuar diante da sugestão de que a lealdade local deva ser vista em termos nacionais, em vez de ser a expressão, em pequena escala, de um universalismo humano. Não obstante, existe um bom motivo para enfatizarmos a nacionalidade: nações são comunidades com formato político. Elas se predispõem a afirmar a sua soberania ao traduzir o sentimento comum de pertencimento em decisões coletivas e leis autodeterminadas. Nacionalidade é uma forma de adesão territorial, mas é também um arranjo protolegislativo. Além disso, as nações são agentes coletivos na esfera global das decisões. Por meio de sua associação nacional, o indivíduo tem uma voz nos assuntos globais.

É no desenvolvimento da ideia de um sentimento territorial, o qual contém as sementes da soberania dentro de si, que os conservadores oferecem a sua distinta contribuição ao pensamento ecológico. Caso os conservadores adotassem um *slogan*, este seria: “Sinta localmente, pense nacionalmente”. Isso não significa que os conservadores sejam nacionalistas à maneira dos românticos do século XIX, que adotaram esse credo.^[24] Eles reconhecem a natureza histórica e transitória do Estado-nação, a necessidade de conter e abrandar a sua beligerância e a ameaça que

ele representa às lealdades locais e às associações civis. Mas reconhecem que, na atual crise ambiental, não existe outro agente capaz de tomar as medidas necessárias, e nenhum outro foco de lealdade que assegure o consentimento a essas medidas.

Um contraste útil é fornecido por George Monbiot, que tem defendido, com vigor, propostas de política global por meio das quais as pessoas comuns poderão prevenir os desastres orquestrados pela economia global dando voz ao desejo de adotar uma ordem econômica segura, justa e sustentável.^[25] Suspeito que esse seria o caminho preferido de todos os que retêm vestígios da antiga agenda socialista e ainda desejam combinar retidão ambiental com justiça social. Contudo, trata-se de um argumento que se apoia em duas suposições altamente questionáveis: primeiro, que sustentabilidade e justiça social podem ser combinadas; e segundo, que as pessoas, ao escolherem, optariam pela sustentabilidade, em vez de gratificar os seus desejos presentes. Em determinadas circunstâncias, elas o fariam, certamente; mas são precisamente essas circunstâncias que a economia global erode. Ao arrebentar com os antigos padrões de povoamento e de gestão do meio ambiente, a globalização solapa os valores e as expectativas que geram um modo de vida estável. Isso vale tanto para a política quanto para a economia global.^[26]

A abordagem conservadora é mais razoável, ainda que menos ambiciosa. Em vez de tentarem retificar os problemas ambientais e sociais em escala global, os conservadores procuram reafirmar a soberania local sobre ambientes conhecidos e geridos. Isso envolve o autogoverno das nações e a adoção de políticas que favoreçam as lealdades e os costumes locais. Também acarreta uma oposição à disseminada tendência atual de centralização governamental, o que implica repassar ativamente para as comunidades locais alguns dos poderes confiscados pelas burocracias centralizadoras – incluindo os que foram confiscados por instituições transnacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE). A filiação ao território e o desejo de protegê-lo contra a erosão e o desperdício permanecem motivos fortes, que são pressupostos de todos os pedidos de sacrifício que saem da boca dos políticos.^[27] São motivos que crescem de uma forte raiz. Como defendido no capítulo 7, esse motivo não é único e tampouco simples, e a sua estrutura múltipla reflete a arqueologia psíquica do povoamento humano. Mas é possível descrever o motivo e seus muitos componentes ampliando-o e colocando-o em operação sob as novas e perigosas condições de nosso mundo.

No capítulo 10, cito como exemplos a Inglaterra e os Estados Unidos a fim de mostrar como os sentimentos patrióticos protegeram ambientes altamente vulneráveis por meio do incentivo à intencionalidade e como esse motivo não só opera independentemente do Estado mas tem sido, com frequência, solapado por este. Sentimentos de filiação territorial, defendendo, ajudaram a manter um equilíbrio herdado, que se caracteriza como social e ecológico; e o repúdio desses sentimentos, nas últimas décadas, é uma das causas principais da crescente entropia. Em seu nível local e nacional, políticas ambientais coerentes coincidem com políticas conservadoras coerentes.

De fato, é somente no nível local que a esperança por dias melhores se torna uma opção realista. Não há indício de que as instituições políticas globais tenham ajudado a limitar a entropia global – pelo contrário, ao encorajar a comunicação mundo afora, erodindo as soberanias nacionais e suas barreiras legislativas, elas alimentaram a entropia global e enfraqueceram as únicas fontes de resistência. Conheço muitos ambientalistas que concordam comigo e afirmam que tanto a OMC quanto o Banco Mundial representam perigos potenciais para o meio ambiente, não somente por arruinar as economias camponesas autossuficientes mas também por erodir as soberanias nacionais sempre que estas se mostram um obstáculo ao objetivo do livre-comércio.^[28] Muitos outros parecem concordar comigo quando dizem que as comunidades tradicionais merecem proteção contra mudanças abruptas e externamente orquestradas, para o bem não só de sua economia sustentável mas também de seus valores e lealdades, que constituem a soma de seu capital social.

O que causa estranheza é o fato de haver poucos ambientalistas que seguem a lógica desse argumento até a derradeira conclusão, reconhecendo que também merecemos proteção contra a entropia global, que também devemos preservar as lealdades que nos ligam ao nosso território tornando-o nosso lar. Até o momento, as únicas tentativas bem-sucedidas de reversão da maré de destruição ecológica têm sua origem em esquemas nacionais e locais que se dedicaram a proteger territórios reconhecidos como “nosso” – definidos, em outras palavras, por meio de uma herança legítima. Penso nos seguintes casos: a iniciativa de entusiastas que pressionaram o Congresso americano para a criação de parques nacionais; a atuação da Islândia para proteger as suas zonas de reprodução do bacalhau no Atlântico Norte; a legislação que livrou a Irlanda das pragas agrícolas; as iniciativas de energia limpa na Suécia e na Noruega; as leis de planejamento na Suíça que permitiram que as comunidades mantivessem o controle sobre o meio ambiente e

que o administrassem como posse compartilhada; as políticas britânicas dos “cinturões verdes” que puseram um ponto final no alastramento urbano caótico; a iniciativa dos pescadores de lagosta no Maine e dos pescadores de bacalhau na Noruega para o estabelecimento de regulamentações administradas localmente. Exemplos de conquistas em pequena escala, mas reais, que poderiam, caso fossem adotadas em outros lugares, alterar a face do mundo para melhor.^[29] Além disso, o seu êxito se deve a um motivo natural: o amor conjunto por um lugar compartilhado.

Parece-me que esse é o caminho para o qual um ambientalismo e um conservadorismo sérios apontam – isto é, o lar, o lugar onde estamos e que compartilhamos, o lugar que nos define, que asseguramos aos nossos descendentes, e que não queremos estragar. Muitos dos que perceberam essa conexão, entre conservadorismo e ambientalismo, colocaram-na sob suspeita – como é o caso de Patrick Wright.^[30] O ambientalismo local no período entreguerras – especialmente na Alemanha – fazia parte, de forma inequívoca, de uma guinada coletivista, mesmo que apenas circunstancialmente conectada ao furor nacionalista.^[31] Todavia é chegado o momento de adotarmos uma visão mais aberta e imaginativa do que o conservadorismo e o ambientalismo têm a oferecer um ao outro. Ninguém parece ter identificado um motivo mais apropriado para a causa ambiental do que este: um amor compartilhado por nosso lar. É um motivo para as pessoas comuns. Ele fornece um fundamento tanto para a abordagem conservadora das instituições quanto para a causa conservacionista da Terra. Um motivo que nos permitirá reconciliar a demanda por participação democrática, com respeito às futuras gerações, e o dever que temos como fiduciários. No meu modo de ver, trata-se do único recurso sério que temos, em nossa luta de assegurar a manutenção da ordem local, perante a decadência globalmente estimulada. E vale a pena acrescentar que, caso a termodinâmica tenha algo a nos dizer, é isso mesmo que ocorre.

Descrevo esse motivo (ou essa família de motivos) como *oikophilia*, amor do *oikos*, da casa. Esse termo grego aparece, em sua forma latinizada, como “economia” e “ecologia”; mas eu o uso a fim de descrever o profundo estrato da psique humana que os alemães chamam de *Heimatgefühl*. Alguns autointitulados conservadores têm sido muito criticados – geralmente com razão – por sua crença de que todas as decisões políticas seriam, no fundo, decisões econômicas e de que as soluções de mercado seriam as únicas soluções de fato. Não obstante, a ênfase conservadora no econômico só começará a fazer sentido se recolocarmos o *oikos* na *oikonomia*. Respeito ao *oikos* é a verdadeira razão pela qual os conservadores se

divorciaram do atual ativismo ambientalista. Ambientalistas radicais tendem a suspeitar dos sentimentos nacionais. Eles repudiam as antigas hierarquias e lutam para suprimir o legado dos mortos, fazendo-se absolutamente insensíveis ao pensamento de Burke segundo o qual, ao fazerem isso, eles também suprimem os não nascidos. Eles tendem a definir os seus objetivos em termos globais e internacionais apoiando ONGs e grupos de pressão que lutarão contra as multinacionais, mas em seus próprios termos e com armas que ignoram a soberania nacional.

A suspeita alemã do *Heimatgefühl* vai mais longe. Muitos intelectuais alemães não de concordar com Bernhard Schlink que uma perigosa semente de utopismo está plantada em recentes invocações de *Heimat*. A casa foi concebida como um “não lugar”, construída de necessidades emocionais insaciáveis; portanto, uma ameaça perante as simples realidades, que sempre desapontam os utópicos.^[32] As 55 horas da trilogia cinematográfica de Edgar Reitz *Heimat* não dissipam completamente essa impressão, embora ilustrem o argumento central deste livro. Explorarei o sentimento de *oikophilia* em seus *formatos modernos disponíveis* e definirei a tarefa ambiental como aquela que sustenta esse sentimento, protegendo-o das guerras movidas contra ele: da *oikophobia* (repúdio ao lar), da *technophilia* (entulhamento da lar com equipamentos funcionais), do consumismo (o triunfo do pensamento instrumental) e do desejo de desarranjar e profanar, uma das doenças permanentes da natureza humana.

Desde as suas origens, nos escritos de Hume, Smith e Burke, o conservadorismo intelectual enfatiza a importância das pequenas associações, das instituições autônomas e das mais variadas fundações e agremiações que escapam ao controle do Estado. No continente europeu, essa ênfase foi abraçada por De Maistre e por Hegel, tornando-se um elemento central na análise de Tocqueville sobre a democracia americana. O que esses pensadores tinham em mente era o conceito de associação civil: reunião de pessoas para o bem de seus membros e, por vezes, mas nem sempre, com um propósito comum, na qual os assuntos seriam conduzidos sem a interferência do Estado e, geralmente, sem o desejo de proeminência política. Tais associações formam o estofo da sociedade civil, e os conservadores as enfatizam precisamente por haver sólidas garantias de que a sociedade se renovará sem o controle direto do Estado.^[33] Ainda que do ponto de vista jurídico esses “pequenos pelotões”, como Burke os chamava, compreendam ONGs, eles foram concebidos em termos completamente distintos das grandes ONGs que têm dominado, recentemente, as campanhas em defesa do meio ambiente. Em seu próprio nome,

toda ONG afirma ser organização *não* governamental; mas o próprio surgimento desse termo indica a extensão na qual as ONGs competem com os governos, atualmente, pelo espaço das ações públicas. Muitas delas têm aspirações políticas e desejam recrutar membros para fins que só podem ser alcançados por meio de amplas alterações nas leis.

A diferença entre associações civis e ONGs^[34] pode ser explicada de forma simples: enquanto as associações civis existem para o bem de seus membros, as grandes ONGs existem, em geral, para o exclusivo bem de seus objetivos.^[35] Em muitos casos, essas ONGs oferecem a seus membros nada mais que solicitação de verba. A distinção pode ser ilustrada com alguns exemplos. No campo do ativismo ambiental, o conhecido International Fund for Animal Welfare (IFAW), ONG fundada em 1969 que promove campanhas ao redor do globo em nome do bem-estar dos animais. O IFAW recruta adeptos por meio de anúncios chocantes. Estes descrevem o flagelo dos ursos na China, condenados pelos caçadores a sofrer agonizantes extrações do baço; ou o abate sangrento de focas nas geleiras canadenses; ou qualquer outra prática que suscitará, na pessoa comum que gosta de animais, um sentimento de urgência para que abrace a causa e doe dinheiro aos que prometem coibir tais práticas. O (co)fundador mais notório do IFAW, Brian Davies, recebeu 2,5 milhões de dólares dessa ONG ao se aposentar, justificando a soma como pagamento pelo direito de usar o seu nome – um direito que muitos ficariam felizes em não exercer. O IFAW continua financiando campanhas políticas pelo mundo, dentre as quais a de proibição de caçar com cães na Inglaterra, de grande êxito. (O braço político do IFAW, o Political Animal Lobby, doou 1 milhão de libras ao Partido Trabalhista em troca da promessa de militância a favor da proibição. É digno de nota que esse tipo de corrupção do processo político não levanta gritos de indignação quando doador e beneficiário estão ambos “na esquerda”. A renda e os gastos anuais do IFAW estão na casa dos 100 milhões de dólares.)

O IFAW é um exemplo extremo de uma ONG dedicada a causas cujo valor não se debate, uma vez que não existe um fórum de discussão, e os resultados poderiam ser prejudiciais no tocante aos alegados objetivos – como no caso da proibição do abate de foca no Canadá, possivelmente danoso ao bem-estar dos animais no país e ao mesmo tempo desastroso ao hábitat humano das populações costeiras dos inuítes.^[36]

O IFAW não presta contas a ninguém, exceto à própria liderança, atua exclusivamente na esfera política e se nega a debater os efeitos de longo prazo de seus propósitos de curto prazo. Não requer nada de seus colaboradores, exceto dinheiro, agindo como grupo de pressão, sem compromissos com terceiros e capaz de se mobilizar globalmente. Tem estrutura internacional e ignora toda questão que não defina o propósito do Fundo. Logo, um caso típico de organização que agride os fundamentos da política democrática, cuja finalidade é reconciliar conflitos, comprometer-se com metas exequíveis e assumir responsabilidades coletivas, em nome de uma comunidade e seus diversos interesses. O mesmo pode ser dito dos grupos ambientalistas multinacionais, como o Greenpeace, o Friends of the Earth e o Earth First!, que, justamente por escaparem das jurisdições nacionais e do fardo de políticas realistas, podem facilmente se tornar ameaças aos sistemas homeostáticos que deveriam proteger.

Um exemplo proveitoso é dado pelo caso Greenpeace *versus* Shell, que envolveu a plataforma petrolífera Brent Spar, que a Shell se dispôs a desativar afundando-a no mar. O Greenpeace se opôs e mobilizou uma vigorosa campanha de repúdio contra a Shell, recorrendo a boicote, publicidade, panfletos e pressão sobre os acionistas. Tudo para evitar o afundamento da plataforma. O motivo alegado era que a plataforma continha milhares de toneladas de petróleo que representariam um risco ambiental que se estenderia por anos: motivo que se revelou falso. Nenhuma sugestão foi feita de que Greenpeace e Shell deveriam se sentar e discutir o problema. Tratou-se de uma luta de morte entre as forças da luz e as da escuridão.

O Greenpeace venceu, e a plataforma foi levantada e transferida para um fiorde norueguês, uma medonha sucata desmontada ao custo de 43 milhões de libras (valor muito superior aos 3 milhões necessários para afundá-la). A enorme quantidade de energia necessária para dismantelar a estrutura, incluindo a poluição provocada durante a operação, provou ser aquele o pior caminho do ponto de vista ambiental. (De fato, alguns ambientalistas recomendam, agora, que velhas plataformas de petróleo sejam afundadas nos oceanos, pois oferecem ótimos habitats aos peixes.) A contenda custou à Shell milhões de dólares, além de uma injusta mancha em sua reputação, e o Greenpeace, sob a evidência de que a plataforma não armazenava petróleo, contentou-se em oferecer um pedido público de desculpas e seguiu livremente para a sua campanha seguinte.^[37]

Isso não quer dizer que as grandes ONGs estejam sempre equivocadas em suas campanhas, ou que as empresas multinacionais sempre se comportem de maneira

responsável. Pelo contrário, o Greenpeace e o Friends of the Earth têm alertado o público sobre abusos reais, usando sua visibilidade na educação ambiental das pessoas. À medida que as empresas crescem, movendo-se de jurisdição para jurisdição e, no processo, se esquivam das responsabilidades locais, decresce a necessidade que têm de prestar contas. Acionistas raramente fazem perguntas, especialmente as que dizem respeito às consequências ambientais derivadas de operações que lhes trazem retornos de investimentos. Essa é uma das fraquezas da posição conservadora, na forma como se expressa nos Estados Unidos, onde o entusiasmo sensato pela livre-iniciativa é raramente temperado no reconhecimento de que livre empreendimento, entre os cidadãos de uma nação, é distinto do empreendimento conduzido por uma empresa multinacional, em lugares que tanto a empresa quanto os seus acionistas não têm vínculos cívicos. Esse descaso com os “outros lugares” é responsável pelas grandes catástrofes ambientais, como o vazamento de petróleo da BP, no Golfo do México, ou a política de “cortar e queimar” adotada pelo agronegócio na Floresta Amazônica.

Entretanto as ONGs militantes têm um déficit de responsabilidade: a consequência natural de sua forma de operar. O contraste com as associações civis é ilustrado no caso do Women’s Institute, fundado em 1915 para auxiliar as mulheres britânicas do interior do país, durante os anos duros da Primeira Guerra Mundial. Atualmente o instituto conta com 205 mil membros na Grã-Bretanha organizados em filiais espalhadas por todo o país e é um modelo para outras nações de língua inglesa. O WI não tem outro objetivo exceto encorajar seus membros a fomentar projetos socialmente benéficos e a formar clubes locais de auxílio mútuo. Ele opera segundo sugestões que vêm de baixo, presta conta aos que o financiam e se mantém longe da política. Ele traduz o caráter moral e as aspirações sociais de seus membros graças a uma instituição duradoura que os une em uma história comum. Alimenta o sentimento patriótico de forma espontânea, entre os membros, oferecendo-lhes amizade e apoio em tempos de dificuldades. Resumindo, caracteriza-se como um instrumento de paz; ao ser “despolitizado”, inclina-se para o instinto conservador, oferecendo amparo aos que preferem ficar de cabeça baixa e seguir vivendo.

Não tenho dúvida de que o WI vem promovendo enorme quantidade de boas ações, não somente a seus membros mas também ao hábitat que compartilham. Ele desempenha um papel ativo no movimento a favor dos alimentos produzidos localmente não por meio de campanhas, mas pelas oportunidades que oferece aos agricultores e a suas famílias. Seus membros são os primeiros a se reunir no apoio

às atividades ambientais locais, pois a ênfase, apesar de se tratar de uma organização nacional, está na localidade: nas coisas “próximas de casa”.

Da mesma forma, não duvido que o IFAW provocou, na mesma proporção, estragos e benefícios não somente às comunidades agrícolas da Inglaterra mas também aos inuítes do Canadá e aos caçadores da costa da Namíbia, que se tornaram alvos de suas campanhas. É bem provável que os animais selvagens estejam, no todo, em situação pior como resultado da ação do IFAW; ademais, os animais que poderiam se beneficiar com esse tipo de campanha – os ursos em cativeiro na Ásia – são justamente os que se encontram além do alcance do IFAW. Em relação ao Greenpeace, ainda não tenho um veredicto.

Nem toda grande ONG merece esse tipo de crítica. Muitas ONGs célebres se mantêm afastadas da política, ou mesmo se encarregam de assumir responsabilidades que, de outra forma, teriam de ser arcadas pelos governos – a Cruz Vermelha, por exemplo, e as instituições de caridade e de auxílio médico que tiveram papel tão relevante na construção das sociedades civis na Europa e nos Estados Unidos. Mas é importante salientar que faço uso do termo “caridade” ao descrever essas instituições, e é significativo notar que, desde o preâmbulo da Charitable Uses Act, de 1605, a legislação inglesa reconheceu o seu alto significado social, concedendo-lhes isenções tributárias que, de outra forma, poderiam ter impedido suas ações. Na verdade, raramente usamos o rótulo “ONG” quando descrevemos esse tipo de instituição, pela boa razão de não as vermos como agentes que competem com os governos, ou como grupos de pressão. São ativas, mas não ativistas.

Certamente, são muitas as distinções a ser traçadas nesse contexto, entre formas variadas de associação, em que as necessidades de associação e de ação conjunta para um bem comum são formadas, alcançadas e exploradas. Por trás desse contraste experimental que estou traçando, das diferenças entre a ONG ativista e a associação civil, encontra-se outra e mais interessante distinção entre duas concepções concorrentes: existem pessoas que enxergam a política como mobilização social para a conquista de determinado objetivo; todavia há outras que a enxergam como procedimento de resolução de conflitos e de reconciliação dos interesses, sem nenhum objetivo grandioso embutido. O primeiro grupo inclui todos os revolucionários e parte dos socialistas democratas, para os quais a ação política deve guiar a sociedade rumo a uma ordem igualitária e fraternal, e talvez incluía também alguns entre os que John Gray chama de “neoliberais”, cuja preocupação

dominante é reorganizar comunidades e instituições sob a égide do mercado, desconsiderando suas tendências inatas, que podem apontar para outra direção.^[38] O segundo grupo inclui a maior parte dos conservadores e os denominados “liberais clássicos”, na tipologia da ciência política. Neste livro, defenderei o segundo tipo de visão política. Um governo sensato, sustento, não deve ir além, em seus objetivos, da arte da reconciliação ao mediar os objetivos dos cidadãos. Somente em situações emergenciais as sociedades devem ser constrangidas a adotar um propósito compartilhado, e emergências anunciam (muitas vezes) o fim da política civil.

As pessoas à esquerda tendem a definir o seu posicionamento político em termos de uma agenda – uma lista de mudanças que criará uma “nova sociedade”, que substituirá a antiga. Muitos ambientalistas adotaram essa abordagem e fazem pressão para a implantação de uma agenda dominante que remodelará a sociedade segundo o ideal da perfeita retidão ambiental. Afinal de contas, caso se considere representante de um número incontável de pessoas das futuras gerações, você poderá ficar impaciente com os arranjos destinados às conveniências dos que vivem no presente.

Portanto, movimentos ambientalistas dessa natureza tendem a ter o formato de ONG; ao passo que políticas de iniciativa conservadora tendem a contrair o formato de associação civil – não tanto como movimento, mas sim como livre associação, como é o caso do WI. Essa distinção não é absoluta, pois existem muitas associações que são em parte engajadas, em parte não engajadas, como ocorre nas associações esportivas, igrejas e grupos de leitura. Mas a distinção se conecta à questão ambiental de maneira vital. As grandes ONGs ativistas são poderosas, largamente intocáveis e incapazes de debater a real validade de seus propósitos, uma vez que estes são definidos segundo critérios internos; por outro lado, as associações civis são em geral indiferentes ao jogo político, prestam conta a seus membros e fazem ajustes em relação às críticas que recebem. Não são meios para a consecução de algum fim, pois são fins em si, como são as pessoas. De modo geral, as ONGs avançam numa ladeira e precisam manter o ímpeto para não desmoronar. As associações civis são sistemas homeostáticos que se reajustam com os próprios erros, retornando naturalmente ao equilíbrio quando desestabilizadas.

Os problemas ambientais surgem, em grande medida, por causa dos objetivos humanos, que, ao ser perseguidos de forma linear, destroem os sistemas homeostáticos. Portanto é a rota da associação civil, em vez da rota da ONG

ativista, que deve ser seguida. O propósito deste livro é descrever essa rota e encorajar o leitor a trilhá-la.

Os conservadores tendem a avaliar as ONGs militantes, como Greenpeace e Earth First!, não como meras instituições sem equilíbrio interno, mas como ameaças ao equilíbrio de terceiros, em razão do desejo que têm de acusar somente os grandes agentes, quando, na verdade, a culpa é de todos. Ao estabelecer o conflito como um jogo de soma zero – os defensores da natureza *versus* os seus inimigos –, as ONGs obscurecem o problema real: a responsabilidade de ambos. Parece-me que o controle internacional das grandes decisões, que hoje está nas mãos de burocracias irresponsáveis, ONGs intocáveis e grandes corporações multinacionais que prestam conta somente aos acionistas (que por sua vez não precisam ter ligação alguma com determinado meio ambiente em particular), tornou inadiável a adoção do caminho conservador. Precisamos desmontar do global e montar no local, para que possamos identificar os problemas como realmente nossos, com os meios que podemos controlar e com os motivos nos quais acreditamos. Isso pressupõe o esclarecimento de quem *somos* e por que estamos juntos e comprometidos com nossa sobrevivência comum. Respeito o esforço de George Monbiot quando se propôs identificar essa primeira pessoa do plural, em termos planetários, do mesmo modo que respeito a concepção iluminista de ser humano como um agente racional motivado por princípios universais. Como conservador, todavia, curvo-me à evidência da história, que me diz que os seres humanos são criaturas de afeições limitadas (afeições locais), das quais a melhor é a lealdade territorial, que os leva a viver em paz com os estrangeiros, honrar os mortos e preparar o terreno para aqueles que os substituirão como inquilinos terrestres.

Tudo muito razoável, dirá você. No entanto, nossos problemas não são mais do tipo que podem ser resolvidos localmente, com antigas formas de adesão que tanto alegam o coração dos conservadores. As mudanças climáticas levaram a questão do meio ambiente para outro patamar, acima da política tradicional, mostrando-nos um cenário catastrófico e tornando obsoletas as antigas formas de assegurar o bem comum. Políticas ambientais devotadas à reciclagem, à limpeza dos rios e à defesa dos esquilos mantêm o seu charme, inspiradas, nesse ou naquele ponto, em visões da *Old England*, da *Dixieland*, da *Douce France*. Enquanto isso, todavia, esses lugares estão fadados a desaparecer, por obra da elevação dos oceanos, ou mesmo sob o ardor calcinante dos raios solares. Os cenários mais sombrios, agora oferecidos e reavaliados diariamente, são tão completamente alarmistas que parecem desordenar todos os nossos planos e políticas; e enquanto o medo e a apreensão afligem pessoas de todas as tendências políticas, nenhuma filosofia ou ideologia parece conseguir oferecer a solução que todos anseiam. Qual deve ser a nossa resposta para isso? Antes de dar prosseguimento à argumentação, é vital atacarmos essa questão. Caso não tenhamos uma resposta, então toda a discussão acerca do meio ambiente e de seu lugar no pensamento político não fará sentido.

É pertinente enfatizar que previsões alarmistas desse tipo são recorrentes na história, e há um bom motivo para isso. Alarmes transformam problemas em emergências, levando o andamento normal e diário da política a uma interrupção

abrupta. Diante de uma emergência, preparamo-nos para obedecer, seguir líderes e nos proteger. As pessoas que cobiçam políticas centralizadoras, de cima para baixo, têm as emergências em alta conta. Por certo, esse é um dos motivos pelos quais alarmes são soados com tanta frequência, e tão rapidamente substituídos. Assim sendo, em 1968 Paul Ehrlich iniciou um movimento de pânico mundial com o livro *The Population Bomb*, no qual previa que o excesso populacional causaria grandes ondas de fome, já para a década de 1970.^[39] Os estudos demográficos que mostravam o decréscimo no índice de natalidade à medida que crescia a riqueza foram prontamente ignorados, no auge do pânico; e somente agora foi consolidada a verdade: os surtos de fome generalizados são, em geral, fenômenos políticos: conflitos militares, controle estatal sobre os alimentos ou, como ocorreu na Ucrânia sob o domínio soviético, políticas genocidas.^[40]

Novamente, em 1972, numerosos cientistas começaram a prever um resfriamento catastrófico da Terra. “O Resfriamento Global é Inevitável” foi manchete do *The New York Times*, e o *Science Digest* de 1973 avisava aos leitores que se preparassem para “outra era glacial”.^[41] O livro *The Cooling*, escrito por um autor especializado em assuntos científicos, Lowell Ponte, publicado em 1976, fez um resumo das evidências, preparando o público para o pior ao afirmar a seus leitores: “O resfriamento já matou centenas de milhares de pessoas nos países pobres”.^[42] Em seu interessante livro sobre pânico em massa, *Scared to Death*, Christopher Booker e Richard North mostram como muitos dos que gastaram tempo e energia alarmando o mundo acerca do resfriamento global são os mesmos que, anos mais tarde, soaram as trombetas do aquecimento global.

Esses exemplos ilustram aquilo que pessoas experientes deveriam saber: a verdade de uma proposição é, em geral, o fator menos importante durante o seu processo de reconhecimento. O pânico surgirá quando houver interesse em promovê-lo; passando, de uma pessoa a outra, com a força irresistível de uma doença contagiosa. De fato, pensadores como Richard Dawkins e Dan Sperber levaram a sério a analogia do contágio e propuseram a disseminação das ideias em termos de poder reprodutivo mental da atividade cerebral, e assim contornaram qualquer consideração sobre a validade racional das ideias.^[43] Ao tentar explicar o pânico de massa, há grande necessidade de empregar o que Sperber chamou de uma “epidemiologia da crença”. Não obstante, o fato de uma crença passar de uma pessoa a outra, sem a necessidade de argumentação racional, não significa que ela

seja falsa. As pessoas se enganaram ao entrar em pânico com o resfriamento global, mas, talvez, estejam certas ao temer um aquecimento global.

Preocupações em torno de mudanças climáticas são recorrentes nos prognósticos sociopolíticos, ao menos desde a época de Thomas Jefferson.^[44] Foi apenas recentemente, todavia, que essas aflições entraram no debate político diário, chegando, por vezes, a dominar a agenda política. Livros sobre mudança climática e aquecimento global são lançados semanalmente, à medida que especialistas reconhecidos (e autodesignados) competem por uma fatia do (lucrativo) interesse público pelo tema. Essa explosão foi comparada à dos panfletos religiosos, na época das pragas na Europa. Mas enquanto a literatura apocalíptica medieval prometia somente soluções religiosas para os males que ameaçava combater – soluções encontradas na alma do leitor e direcionadas a outro mundo –, a literatura da mudança climática clama por ação política no aqui e agora. Inevitavelmente, portanto, a ciência se viu usurpada por interesses políticos. No momento em que ingressam no ambiente jornalístico, as partículas de informação científica já passaram pelo ciclotron da ideologia e foram aceleradas à velocidade de fissão.^[45]

É ingênuo supor que verdades inconvenientes serão facilmente aceitas por aqueles cuja visão de mundo será diretamente afetada (por essas verdades). Uma pessoa hostil às grandes corporações, ao industrialismo, ao consumismo e ao capitalismo “selvagem” tenderá a achar que essas coisas nos levam à catástrofe, e que o pior será evitado com a radical mudança de nosso estilo de vida. Por outro lado, aquele que acredita no livre mercado e que talvez tenha investido parte de seu próprio capital nesse mercado ficará tentado a acreditar que não é *essa* a causa do aquecimento global, e que as previsões foram exageradas.^[46] Quando Al Gore se oferece como líder da esquerda americana e lança um filme alarmista sobre o aquecimento global, ou quando Rush Limbaugh descarta o mesmo fenômeno por completo, chamando-o de uma “fraude” maquinada por “pseudocientistas”, então sabemos que é chegado o momento de olhar friamente para os fatos, pondo de lado os motivos que porventura tenhamos para distorcê-los ou evitá-los.

O cenário mais desastroso, segundo o qual as temperaturas globais poderiam subir em até 6 graus Celsius ao longo deste século, foi apresentado por Mark Lynas em *Six Degrees*.^[47] Esse livro, de um jornalista que dedicou muito tempo estudando a ciência e conversando com alguns daqueles que a produzem, autor que defende os seus argumentos como alguém que testemunhou o derretimento de geleiras, inundações-relâmpago, secas devastadoras e ondas de calor letais, afirma que o

aquecimento global já está em andamento, que sua intensidade acelera, que a sua principal causa é a atividade humana, produtora de gases causadores do efeito estufa (especialmente o dióxido de carbono e o metano), e que estamos nos aproximando rapidamente de um “ponto crítico”, depois do qual os nossos ecossistemas sofrerão, de forma irreversível, um desequilíbrio potencialmente catastrófico. No cenário mais desastroso, vislumbrado por Lynas, o planeta estará, no fim deste século, praticamente estéril e despovoado de suas espécies, a não ser punhados de seres humanos agarrados aos últimos e ralos habitats; um planeta castigado por furacões de intensidade assombrosa formados em oceanos quentes sem oxigênio, onde a fauna marinha já não poderá sobreviver. Lynas sustenta que, nesse estágio, o aquecimento global terá alcançado o ponto de “descontrole” à medida que o metano, anteriormente preso debaixo da superfície gelada da tundra do Ártico, for lançado na atmosfera. É com um prazer inconfundível que ele descreve um apocalipse que, embora influenciado pela ficção científica, se enraíza, assim ele acredita, em fatos científicos.

O livro de Lynas é genuinamente assustador, e os leitores o terminam com temor e tremor. Publicado em 2007, causou profundo impacto no debate. Exatamente onde teve início a profecia dos “seis graus” é questão controversa, embora já estivesse presente, aqui e ali, no primeiro relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC),^[48] instituição estabelecida em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa Ambiental das Nações Unidas. De qualquer forma, o mantra dos “seis graus” é hoje regularmente entoado pelos grupos ativistas radicais, e se Lynas é ou não o grande responsável pelo cenário, o que nos interessa é que ele sem dúvida forneceu um vívido quadro catastrófico de como ele seria.

James Hansen, climatologista da Nasa, centro de pesquisas espaciais dos Estados Unidos, é igualmente influente. Seus relatórios para o Comitê do Congresso sobre Mudanças Climáticas, em 1988, definiram o tom das discussões subsequentes. Em uma série de artigos, e num livro impactante, Hansen defende a visão de uma “décima primeira hora” do aquecimento global, culpando, de forma explícita, as emissões de carbono e defendendo uma linha de ação internacionalmente orquestrada caso o mundo queira se livrar de um desastre irreversível.^[49] Hansen, que combina trabalho científico com ativismo político dramático, chegou a ser detido durante um recente protesto numa mineração de carvão em West Virginia; ao mesmo tempo, sua intempestiva desconsideração pelo que ele chama de “*deniers*

da mudança climática” não o fez ganhar o respeito de toda a comunidade científica.
[50]

Um dos críticos mais ferrenhos de Hansen é Richard Lindzen, professor de meteorologia do MIT que vem tentando mostrar, ao longo dos anos, que não existe consenso científico sobre a questão de haver um aquecimento global.[51] Os argumentos de Lindzen foram ampliados por Patrick J. Michaels e por Robert C. Balling, Jr., em *Satanic Gases*, obra publicada em 2000. Esses climatólogos acadêmicos apresentam teorias difíceis e fatos abstrusos, esforçando-se para convencer o leitor de que testemunharemos apenas um modesto aquecimento global, semelhante ao da última terça parte do século XX, que ocorrerá principalmente durante os invernos, de modo que produza efeitos benéficos tanto na produção de alimentos quanto na gestão de recursos. Descontando-se o título, o livro é seco, tedioso e calculado para baixar a pulsação do leitor. A obra não causou nenhuma sensação e foi ignorada pelos políticos, ainda que Michaels seja cientista consultor do IPCC. Todavia sua tese central recebeu o apoio de bom número de cientistas respeitáveis, e alguns dos mais importantes entre eles foram descritos num livro recente de Lawrence Solomon intitulado *The Deniers*. [52]

Caso os céticos estejam certos, o argumento defendido por Hansen e Lynas não passa de alarmismo – um ponto defendido de forma veemente por outro climatólogo da Nasa, Roy Spencer, em um livro cujo subtítulo provocativo fez a temperatura das discussões subir em mais um grau:[53] *Confusão Climática: Como a Histeria do Aquecimento Global Produz Péssima Ciência, Políticos Demagogos e Políticas Equivocadas, Que Prejudicam os Mais Pobres*. Assim, em quem devemos acreditar, nos “aquecimentistas” ou nos “céticos”? Como podemos saber, eu e o leitor, sem nos dedicarmos, pelo resto da vida, ao estudo intensivo da climatologia? Mesmo assim, entraremos num campo em que há pouco consenso sobre qualquer assunto, com “modelos computacionais” concorrentes, mas sem o auxílio de genuínas “leis do movimento”, familiares às outras ciências físicas.[54]

Bjorn Lomborg adicionou sua notória contribuição ao debate ao defender, em seu *The Sceptical Environmentalist*, que o aquecimento global é real, ainda que menos catastrófico do que os ambientalistas tendem a afirmar, uma vez que se insere no escopo da adaptabilidade humana.[55] Esse posicionamento custou a Lomborg a cólera e a condenação ao ostracismo de seus pares ambientalistas, e até mesmo uma torta de creme no rosto (arremessada, como esperado, por Mark Lynas),[56] numa ocasião em que tentava se explicar. O professor Lindzen foi

igualmente vítima de destruição de reputação, perpetrada por James Hansen, e ao menos um proeminente jornalista progressista equiparou os “céticos” aos que “negam o Holocausto”;^[57] do mesmo modo, Al Gore adotou com entusiasmo o rótulo de “*denier*” contra seus adversários, desqualificando-os como irresponsáveis e dizendo, como não poderia deixar de ser, que estariam na lista de pagamento dos “grandes poluidores”. Caso o leitor navegue pelos *websites* destinados a afirmar e a negar a realidade da mudança climática, encontrará emissões poluentes em ambos os lados, o que o deixará arfando em busca de ar fresco.

Respostas de pensadores mais moderados, como Tony Giddens (mais à esquerda), em *The Politics of Climate Change*, e Kenneth P. Green (mais à direita), em *Plain English Guide to the Science of Climate Change*, reconhecem o fenômeno e a necessidade de monitorá-lo para que possamos compreender as causas e fazer o que pudermos para retificar os seus piores efeitos.^[58] Mas esses pensadores concordam que a ciência ainda está engatinhando e que não podemos predizer, com certeza, o que acontecerá se os seres humanos continuarem a descarregar na atmosfera as quantidades atuais de gases do efeito estufa.

Uma fonte, todavia, vale a pena ser considerada, uma vez que adquiriu autoridade única entre os ambientalistas: os relatórios de avaliação ambiental do IPCC. Até agora, tivemos quatro relatórios^[59] que fornecem o material factual básico, baseados no qual políticos e outros agentes decisórios retiram dados durante as discussões de mudança climática na esfera dos tratados. Não há como negar os cuidados tomados ao prepará-los ou o saber científico em que se baseiam; não por acaso, Giddens, entre outros, tomam-nos como documentos confiáveis. As descobertas do IPCC levam pequena vantagem sobre os seus críticos, pois o guia mais amplamente consultado sobre mudança climática foi escrito por *Sir John Houghton*, ex-presidente do Scientific Assessment Working Group do IPCC.^[60] Os relatórios de avaliação do IPCC compreenderam a base de dados para as conclusões do *Review of Economics of Climate Change* do governo britânico, encomendado por Nicholas Stern e publicado em 2006, como também para as muitas discussões que o *Review* suscitou.^[61]

Para muitas pessoas a existência do IPCC – um exemplo sem precedentes de cooperação político-científica – representa o primeiro grande passo rumo a uma solução do problema da mudança climática. Mas o IPCC tem também os seus críticos, que não se conformam com o fato de a organização ter dividido o Prêmio Nobel da Paz de 2007 com Al Gore. O *website* climatedepot.com – administrado

por Marc Morano e dedicado a identificar, divulgar e ampliar os argumentos dos céticos – faz o que pode para desqualificar o IPCC. Recentemente, esse site publicou documentos internos pirateados que sugeriam que os cientistas da Climate Research Unit, da University of East Anglia, em que o painel baseia suas medições da temperatura global, falsificavam os dados para fins políticos.^[62] Desde então, o presidente do IPCC, o climatólogo indiano Rajendra Pachauri,^[63] vem sendo fortemente criticado por publicar (entre outras coisas) dados muito imprecisos em relação ao real derretimento dos glaciares do Himalaia.^[64]

Mesmo antes desses episódios, uma opinião favorável aos relatórios do IPCC não era compartilhada por todos os climatólogos: certamente não pelos 800 céticos listados no climatedepot.com, ou pelos proeminentes “deniers”, relacionados por Lawrence Solomon. O secretariado do IPCC seleciona os cientistas que consulta e as questões a eles dirigidas; publicações científicas dos pares que questionem as descobertas do IPCC não são, via de regra, avaliadas (mesmo sobre questões igualmente persuasivas que contradizem os resumos IPCC), pois referem-se invariavelmente ao “peso da evidência” – uma frase que tende a levantar suspeita, pois mascara o fato de lidarmos com hipóteses concorrentes e não apenas com observações conflitantes. Ainda que os artigos científicos sejam em geral expressos em termos de quadros (de possível mudança na temperatura, de quantidade de emissão de gases do efeito estufa, de índices de expansão industrial, assim por diante), os resumos tendem a divulgar números mais expressivos. O resumo final oficial, justamente o documento que chegará ao conhecimento dos políticos, uma vez que é tudo que eles têm tempo de ler ou conhecimento para compreender, é produzido pelo secretariado, que consulta somente os seus dirigentes, em condição de acordo unânime. A avaliação é então submetida a dois turnos de revisão política antes de ser publicada. Pensar que um relatório resumido, publicado nessas circunstâncias, tem autoridade científica é certamente subestimar a pressão enorme dos interesses nacionais, lobistas e do aquecido clima de opinião pública sentido – e ele é manifestamente sentido – em cada estágio do processo. Assim, o último relatório do painel, segundo o qual “a maior parcela do aumento observado nas temperaturas médias globais, desde meados do século XX, é muito provavelmente o resultado do aumento observado das concentrações de emissão antropogênica de gases do efeito estufa”, não escapou à acusação de ser enviesado.^[65]

Sem alegar nenhuma autoridade especial, arriscarei a seguinte interpretação dessas e de outras fontes relacionadas. O “efeito estufa” (a retenção da radiação

solar pelo dióxido de carbono, pelo metano e por gases similares) já fora estabelecido por John Tyndall na década de 1860 e é aceito pela comunidade científica. A quantidade de gases do efeito estufa na atmosfera está aumentando, ao menos em parte, em decorrência da atividade humana, notavelmente com a queima de combustíveis fósseis. Além disso, o aquecimento global, durante as últimas décadas do século XX, é fato, mesmo que a questão sobre a responsabilidade humana seja controversa. Tanto o aquecimento quanto o resfriamento globais são, no longo prazo dos esquemas climáticos, ocorrências rotineiras. Há evidência geológica e fóssil de grandes e abruptas flutuações de temperatura, anteriores ao relativamente estável período Holoceno, no qual vivemos.^[66] As emissões de gases do efeito estufa são apenas um fator do equilíbrio flutuante, de entrada e saída de radiação, do qual a temperatura da Terra depende. Mudanças nos níveis de erupção solar, de raios cósmicos e do ângulo e da inclinação do planeta em relação ao Sol são fatores igualmente determinantes, o primeiro ainda não bem compreendido; importante também são as atividades vulcânicas, a absorção do dióxido de carbono pelos oceanos e a concentração de vapores atmosféricos.^[67] Adicionemos as consequências de emissão de gases do efeito estufa pelos animais (cupins, ruminantes e humanos) e o sequestro de carbono pelas plantas e por outros organismos fotossintéticos, como os plânctons; levemos em consideração mudanças na reflexibilidade da superfície terrestre em decorrência da forma como usamos e abrimos a superfície e da emissão de poluentes que refletem calor, como os sulfatos e os aerossóis; tornar-se-á claro que a mudança climática, mesmo que substancialmente acelerada pela produção industrial de gases do efeito estufa, não é o resultado exclusivo desses gases.^[68]

Além do mais, fica claro também que *algumas* atividades humanas provocam resfriamento e que a tentativa de estabilizar o clima poderia ser buscada adicionando elementos que já usamos, em vez de subtrairmos o que já fazemos. Esse ponto abriu a possibilidade para a adoção de procedimentos unilaterais, neutralizando o aquecimento global por meio da geoengenharia. Os céticos em relação aos tratados internacionais e à disposição dos grandes poluidores de aderir a esses tratados tendem a considerar essa possibilidade, mesmo que com relutância e como último recurso. Todavia devemos esclarecer que o resfriamento antropogênico não resolverá todos os problemas criados pela emissão de carbono. O dióxido de carbono atmosférico é, em parte, reciclado pelos oceanos, o que resulta na acidificação da água. Uma acidificação crescente provoca mudanças no ecossistema oceânico que ainda não compreendemos totalmente. Se o dióxido de carbono

atmosférico continuar a crescer, os recifes de corais certamente entrarão em corrosão, e muitas espécies marinhas podem ser levadas à extinção. (Já foi comprovado que a acidificação das águas, pelo dióxido sulfuroso, destruiu lagos de água doce em todo o mundo industrializado.^[69])

O aquecimento global foi visto, num primeiro momento, como um fenômeno gradual, ao qual poderíamos nos adaptar com mudanças no estilo de vida e com a adoção de medidas preventivas de proteção de áreas costeiras e de ecossistemas ameaçados. Todavia discussões recentes enfatizam a possibilidade de os “pontos críticos” descritos por Lynas poderem promover alterações radicais no sistema climático. Por exemplo, a circulação termoalina dos oceanos pode, subitamente, mudar sua direção, de modo que as águas quentes da Corrente do Golfo não mais protejam a Europa de invernos árticos. Ou, ainda, o derretimento das placas de gelo da Groenlândia e da Sibéria pode liberar bilhões de toneladas de metano, atualmente presas debaixo dessas placas, armazenamento que tem origem na decomposição de vastas florestas primevas.^[70] Nessas circunstâncias, o aquecimento global estaria sob a dinâmica de um “*feedback* positivo”, em que o aquecimento promove mais aquecimento até libertar todo o metano.^[71] Caso isso ocorresse, não haveria outra resposta a não ser uma proeza da geoengenharia. Isso, por sua vez, alteraria os padrões de chuva em níveis que atualmente não podemos prever, disseminando a catástrofe em muitas partes do globo.^[72] Mesmo que os alarmistas exagerem em suas previsões, essas possibilidades são tão tenebrosas que temos o dever de considerar como poderiam ser afastadas. O aquecimento global pode não ser totalmente gerado pelo homem; não obstante, ainda é *nosso problema*. Levanta-se, assim, a questão: que medidas irão preveni-lo ou mitigá-lo? E, caso não pudermos adotá-las, como enfrentaremos o futuro?

Até o momento, os esforços dos políticos, dos organismos internacionais e das ONGs foram dirigidos para a criação de estratégias que reduzissem os níveis atuais de gases do efeito estufa lançados na atmosfera, com a esperança de diminuir o crescimento a zero, antes que o estrago seja irreversível.

O objetivo do Protocolo de Kyoto foi estabilizar as quantidades de carbono atmosférico, em quinhentas partes por milhão, por volta de 2050 (atualmente a taxa é de 375 e está subindo; comparativamente falando, a taxa anterior à Revolução Industrial era estimada em 275 partes por milhão). Curiosamente, já conhecemos muitas formas de produzir energia reduzindo drasticamente as emissões

de carbono. Mas exortações políticas, reuniões de cúpula e campanhas alarmistas não alteraram os incentivos das pessoas, e as emissões permanecem como antes.^[73]

A maior parte dos estudos dedicados à “economia da mudança climática” procura mensurar os custos de se estabilizar o carbono atmosférico aos níveis determinados pelo Protocolo de Kyoto, uma vez que o IPCC propôs que os níveis atuais provavelmente causarão um aumento da temperatura global em 2 graus Celsius ao longo do século XXI.^[74] James Hansen sustenta que um nível seguro de dióxido de carbono atmosférico – estimado em 350 partes por milhão – já foi ultrapassado, e que será difícil, até mesmo impossível, confinar o aquecimento global aos 2 graus propostos.^[75] Diante de um mal iminente, ou os seres humanos o ignoram ou buscam evitá-lo. A resposta correta pode ser, todavia, adaptar-se a ele. Adaptação é invariavelmente a última estratégia adotada depois que todos os erros foram cometidos. Segundo a teoria da evolução, são os erros que provocam adaptação – ainda que tarde demais para aqueles que os cometeram. Jared Diamond descreve sociedades que esgotaram os seus recursos naturais e então, não gradual nem tranquilamente, mas de forma súbita e catastrófica, entraram em colapso.^[76] Assim, os habitantes da Ilha de Páscoa^[77] ignoraram o progressivo desmatamento que promoviam em sua própria ilha, até o momento em que se tornou impossível sobreviver. Muitas pessoas temem que estejamos seguindo o mesmo caminho.

A divulgação do filme-propaganda de Al Gore *Uma Verdade Inconveniente* estampava: “A humanidade está repousando numa bomba-relógio. Se grande parte dos cientistas mundiais tiverem razão, temos apenas dez anos para evitar uma grande catástrofe, que pode destruir nosso planeta com condições meteorológicas agressivas, inundações, epidemias e ondas de calor que ultrapassam tudo o que já passamos”. Esse tipo de declaração está longe de ser raro, e caso os alarmistas estejam certos em relação ao cronograma do desastre, então deveríamos adotar medidas imediatas e de larga escala. Todavia, no estado presente de nossos conhecimentos, não podemos ter certeza de quais medidas estão ao nosso alcance e quais seriam os seus efeitos reais. A exortação para que nos apressemos produz grandes esquemas, cujos efeitos sobre o clima são muito mais incertos do que sobre a prosperidade econômica. Tudo indica que esse é um dos grandes perigos e desafios que atualmente vivemos. Existe somente uma nação no mundo que tem suficiente força econômica, adaptabilidade, civismo e vontade política para enfrentar o problema. Essa nação – os Estados Unidos da América – atravessa uma

prolongada crise econômica no exato momento em que os desafios ambientais demandam políticas altamente custosas e abrangentes, que somente os Estados Unidos poderiam bancar e que, de fato, apenas os Estados Unidos têm vontade política para perseguir.

Enquanto escrevo, o Congresso americano está avaliando o Projeto de Lei de Segurança Climática e Energética dos Estados Unidos, apresentado pelos congressistas Waxman e Markey. Essa lei – altamente influenciada pela pressão do ativismo ambiental e por ONGs radicais – visa reduzir o total de emissões de gases do efeito estufa a patamares 83% inferiores aos níveis de 2005, e isso até 2050 – resumindo, a um máximo de 1 bilhão de toneladas/ano.^[78] Calcula-se que a última vez que os Estados Unidos emitiram somente 1 bilhão de toneladas/ano foi em 1910, quando a população era um quarto da atual e gerava um PIB 25 vezes menor.^[79] Portanto, a fim de alcançar os objetivos propostos, as pessoas, seis vezes mais ricas do que os antepassados da época, serão obrigadas a produzir (*per capita*) um quarto das emissões de seus ancestrais mais pobres e, conseqüentemente, mais modestos em seu consumo de energia. Como isso é possível sem virar todas as expectativas de cabeça para baixo? Enquanto isso, no resto do mundo, tudo é *business*, e a China inaugura duas usinas termelétricas por semana, reforçando ainda mais uma infraestrutura energética altamente baseada em combustíveis fósseis (80% dependente da queima do carvão), e teremos uma frota mundial de veículos estimada em 2,3 bilhões até 2050.^[80]

Propostas como essas exalam certo irrealismo sonhador. Objetivos irreais e perseguidos na ignorância dos meios de alcançá-los, sem que se avalie como seriam recebidos pela população e como se sairiam diante de objetivos concorrentes, além de tantos outros fatores que deveriam ser equacionados por governos sensatos, têm dominado as propostas de retificação climática, tanto nos esquemas dos políticos quanto nas exortações dos ativistas. Há motivos para essa consagração da fantasia, e um deles é o fato de as propostas não serem precificadas. Até que os preços sejam levantados, os objetivos concorrentes (redução de emissão *versus* fornecimento de energia barata *versus* manutenção de uma economia competitiva, e assim por diante) não podem ser equacionados, e não haverá como saber em que medida é vantajoso abandonar um meio para alcançar um estado, supostamente mais avançado, prometido por outro meio.

Mas como, podemos perguntar, quantificamos os preços dos bens ambientais?^[81] Até que façamos isso, será difícil influenciar os políticos, cujas decisões são

invariavelmente justificadas em termos econômicos. Logo, muito do pensamento político sobre mudança climática está preso às tentativas de levantar os custos de suas ações. Em 1993, W. D. Nordhaus, economista do MIT, apresentou o “dynamic integrated model of climate and the economy”, cujo propósito era criar um modelo de custo econômico do aquecimento global, e os benefícios ligados às formas de mitigá-lo.^[82] Em 2006, o Relatório Stern para o Reino Unido fez um esforço semelhante ao precificar as políticas que poderiam ser efetivas na redução das emissões de carbono e chegou a números surpreendentes, em que se estimava que o objetivo pudesse ser alcançado ao custo de 1% do PIB mundial. Stern alterou prontamente esse número para 2%. Outros autores, todavia, expressaram reticências a ambas as estimativas. Como é possível precificar coisas como a perda de biodiversidade ou a extinção das espécies, para não falar das convulsões sociais que podem ocorrer ao alterar radicalmente as expectativas das pessoas?^[83] De fato, para muitos, parte do irrealismo do debate atual vem do domínio que têm os economistas sobre a agenda ambiental – como se os únicos valores envolvidos fossem econômicos, e como se pudéssemos fixar o preço do planeta, e o que ele significa, medindo como pagar isso ou aquilo pelo que o planeta nos oferece.^[84] Não devemos culpar os economistas por sua ascendência nas discussões atuais. Ao considerarmos problemas sociais complexos, ou bem precificamos as coisas que valorizamos ou não. Caso não, então não poderemos resolver, com facilidade, os muitos conflitos de interesse que sobejam nas sociedades modernas. Caso o façamos, usando alguma “função de bem-estar social” que seja sensível às distintas forças e intensidades dos inúmeros bens sociais, então o resultado será necessariamente um tratado de economia.^[85]

Seja lá o que pensemos dos problemas de custo, é discutível se podemos de fato estancar o aquecimento global. Isso implicaria uma estase num sistema dinâmico altamente complexo, cujo funcionamento não compreendemos muito bem. Podemos tentar adivinhar o que faríamos, mas não podemos ainda prever os efeitos de longo prazo. A maior parte dos gases do efeito estufa entra na atmosfera por meios alheios à atividade humana. Ainda que sejamos capazes de diminuir o montante de nossas emissões, isso alteraria apenas *um* fator do aquecimento global. Certamente devemos fazê-lo, se for possível. Até o momento, todavia, nenhum Estado, entre os maiores responsáveis, foi capaz de atingir as metas de redução – tanto as autoimpostas quanto as determinadas pelo Protocolo de Kyoto. O motivo é claro: qualquer política abrangente exigirá energia para ser implantada. E caso a única energia disponível for baseada em carbono, nenhuma política de redução

substancial terá sucesso. Apenas a descoberta de fontes de energia limpa resolverá o problema, e até que essa descoberta ocorra os tratados continuarão a ser inúteis.^[86]

Como era esperado, há um movimento, embora hesitante, com o objetivo de explorar a possibilidade de *contrapor* o processo de aquecimento, em vez de estancá-lo. Por exemplo, foi sugerido que poderíamos contrapor os efeitos desses gases: aumentando os aerossóis atmosféricos que rebatem o calor para fora do planeta; depositando filamentos de ferro nos oceanos, o que aumentaria a área de absorção dos plânctons; aspergindo sal marinho no céu para gerar núcleos de condensação que embranqueceriam as nuvens, rebatendo com mais eficácia as radiações solares. Alguns cientistas sugeriram que podemos explicar a aparente constância da temperatura global, entre 1998 e 2008, pela presença desses fatores, e notavelmente pela grande quantidade de aerossóis de sulfato liberada pelas termelétricas chinesas.^[87] Usar esses fatores como base para a geoengenharia gera outros problemas, e essa abordagem sofreu críticas severas, especialmente de Alan Robock, climatólogo da Universidade Rutgers.^[88] É certamente verdade que, em nosso atual estado de ignorância, não podemos nos certificar dos efeitos colaterais. Não obstante, essa sugestão merece uma séria consideração, ainda que mais não seja porque podemos ganhar tempo até que as pesquisas para energia limpa alcancem resultados bem-sucedidos.

Em geral, geoengenharia desse tipo é imediatamente descartada – e chega a provocar certa dose de indignação.^[89] Parece que ela nos libera ainda mais em nossos pecados ambientais, permitindo não somente a continuidade de nossos padrões de emissão mas disponibilizando um passo mais crítico com antídotos perigosos. Para muitos, o objetivo é limitar o escopo das atividades humanas. Nós somos o problema; foi a nossa intrusão no Éden que disseminou o desastre pelo mundo. Essa ênfase negativa é um ponto ao qual retornarei, pois parece revelar outro motivo, diferente do originalmente alegado e profundamente enraizado em nossos sentimentos sociais, que evoca emoções que nem sempre compreendemos. No entanto, nessas circunstâncias é inútil soar o alarme da catástrofe iminente quando as medidas aparentemente mais viáveis para contê-la são denunciadas. Há evidência de que certos modelos de geoengenharia são de fato mais eficientes em seu custo/benefício do que o controle das emissões, com a vantagem adicional de oferecer resultados que são sentidos imediatamente, e não depois de anos ou décadas – no transcorrer dos quais o clima poderá atingir um dos “pontos críticos”, tão temido pelos alarmistas.^[90] No mínimo, deveríamos pesquisar essa opção,

mesmo que seja como “plano B”. Além do mais, algumas formas de geoengenharia – sequestro de carbono atmosférico, por exemplo – simplesmente desfazem o estrago, em vez de adicionar uma nova forma (de estrago).

Uma resposta racional (ao aquecimento global) não poderia ser do tipo “nada muda”. Pelo contrário, muitas coisas precisam *mudar*, caso pretendamos viver nos níveis de prosperidade, longevidade e fecundidade que alcançamos e, no entanto, tornaram a nossa espécie um peso enorme aos recursos do planeta. Porém, fomos convidados a dissociar a mudança climática de outros problemas ambientais, exaltando-a além da conta. O efeito é a neutralização de formas consagradas e moderadas de acomodar mudanças. A suposição é que vivemos um novo tipo de mudança, diante do qual *não podemos* nos adaptar. Caso assim fosse, seria um sério marco em nossa espécie, que sobreviveu e se adaptou, adicionando à lista de suas adaptações biológicas um enorme código de adaptações sociais e políticas, das quais a economia de mercado, o estado de direito, o método científico e a religião são apenas quatro exemplos, todos responsáveis pela expansão de nossa espécie e, portanto, pelos atuais problemas ambientais.^[91] Esse raciocínio de que as nossas adaptações de ordem biológica, social, cultural e espiritual se tornaram ineficazes é bastante perturbador. Ele não encontra respaldo na história recente da mudança climática. “Soluções resilientes” precisam, portanto, integrar o repertório de todo ambientalista pensante.^[92]

Considere as vastas transformações ambientais que ocorreram na Grã-Bretanha durante o século XIX, quando a população migrou, em massa, para os centros industrializados ao mesmo tempo que áreas inteiras do interior ficaram abandonadas. Observadores da época, como William Cobbett, profetizaram o colapso da agricultura e a destruição das paisagens, juntamente com uma guerra perdida contra a corrupção moral, as doenças e a servidão nas crescentes aglomerações urbanas. Todavia, após duas gerações, as pessoas principiavam uma adaptação a esse novo ambiente. Novas formas de trabalho agrícola apareceram (menos exaustivas), ao mesmo tempo que reformas na legislação das terras possibilitaram que empreendedores agrícolas comprassem grandes lotes de propriedades moribundas. O controle da energia carvoeira promoveu um aumento inédito do padrão de vida, e não somente nos centros urbanos, mas no país inteiro, à medida que as ferrovias começaram a conectar cidades, criando novas redes de trabalho, entrepostos comerciais e mercados.

Embora as decisões políticas auxiliassem o processo de adaptação, elas não o iniciaram, uma vez que foram o resultado de campanhas e movimentos originados na sociedade civil. A sociedade britânica se adaptou à Revolução Industrial da mesma forma que fomentou o seu início: por meio do empreendimento privado e das associações civis. No fim do século XVIII, as *friendly societies* (instituições de caridade que ofereciam hipotecas acessíveis para as famílias de baixa renda) começaram a enfrentar o problema de superlotação e falta de moradia nas grandes cidades. Durante os cinquenta anos seguintes, a rede de escolas anglicanas e não conformistas foi expandida para que pudesse oferecer educação à maior parte das crianças do país. Graças a esse tipo de iniciativa, vinda das instituições de caridade, incluindo a fundação, em 1832, da British Medical Association, a saúde da população melhorou rapidamente. Além disso, as iniciativas filantrópicas levaram à promulgação das Factory Acts, a partir de 1802. Essas leis (notavelmente a de 1844) combateram os piores abusos nas fábricas e forçaram os empregadores de crianças a reduzir suas horas de trabalho e lhes assegurar a educação básica. No fim do século XIX, novos centros de civilização tornavam-se o lar de todos os seus residentes, como a Manchester vitoriana e Leeds, celebradas em nossa arte e literatura e completamente integradas às afeições do povo.

O processo que levou ao crescimento das cidades, pródigo em sofrimentos, injustiças e insalubridade, recebeu duros comentários de Dickens, na descrição de Coketown (*Tempos Difíceis*, 1869). Não obstante, foi igualmente pródigo não só em fé, esperança e caridade, como nas iniciativas ambientais criadoras dos sistemas públicos sanitários e de coleta de lixo. Esse processo fornece uma ilustração exemplar de como a sociedade civil se ajusta às mudanças ambientais, gerindo-as em nome de seus membros. Comentadores como a Sra. Gaskell e Charles Dickens não teriam nada semelhante para analisar nos séculos anteriores, não porque as coisas fossem melhores, mas sim por serem muito piores. Na verdade, as fábricas liberaram as crianças das fazendas, onde sempre trabalharam tão duro quanto naquelas, mas com menos condição de resgate. As crianças que trabalhavam nas fábricas estavam expostas ao olhar das pessoas educadas, que podiam se dar ao luxo da compaixão, mas dentro de poucas décadas as Factory Acts tinham resgatado essas crianças da escravidão.^[93]

Não deveríamos descartar a esperança de nos adaptar às mudanças climáticas de forma semelhante à exemplificada na adaptação à Revolução Industrial? É claro que, se as profecias de Lynas forem confirmadas, uma adaptação não será possível. A velha Inglaterra sobreviverá somente como no diário do motorista de táxi Dave

Rudman, no subtexto do romance *The Book of Dave*, de Will Self. Muitas cidades, nos Estados Unidos e na Europa, cresceram do mesmo modo que Londres e Bristol: entrepostos de mercadorias comercializadas por mar. Se os níveis dos oceanos subirem, essas cidades serão afetadas de maneira custosa e dolorosa. Mas o que permitiria nossa adaptação à mudança? Certamente a mesma coisa que permitiu nossa adaptação à Revolução Industrial: o florescimento de novas formas de compromisso local, de associação civil, de cooperação com os vizinhos por meio de associações livres e seguidoras da lei. As mudanças que estão chegando poderão ser gerenciadas ou não. Em caso afirmativo, ocorrerão em virtude de nossas motivações sociais inerentes, à medida que possamos abraçá-las, e não em virtude do poder do Estado.

Neste capítulo, sugeri que a possibilidade de um aquecimento global não serve de pretexto para realocar os problemas ambientais, jogando-os para fora das esferas em que certo conservadorismo, que defendo, tem algo importante a dizer: a esfera das afeições herdadas, da soberania nacional e da livre-iniciativa (privada e cívica). Vamos supor ser verdade que o efeito estufa – provocado pela ação humana – represente um perigo próximo para a humanidade e que, de fato, nos ameace e nos imponha condições às quais não poderemos nos adaptar. Então, deveremos aprender a viver de outra forma, de modo a reduzir a emissão de gases do efeito estufa; se isso falhar, deveremos seguir o caminho da geoengenharia e procurar formas de neutralizar as nossas emissões e resfriar o planeta; ao mesmo tempo, teremos de nos adaptar a uma possível mudança que nos acometa. O primeiro desses caminhos envolve sacrifício; o segundo, pesquisa e determinação – e um grande elemento de risco. Nenhum deles poderá ser adotado, exceto num contexto de uma reconhecida afirmação na primeira pessoa do plural. Essas são as estratégias que devemos adotar, e devemos adotá-las *juntos*. É precisamente na definição e na manutenção desse “nós” que a política conservadora, como a defendo, se orienta. Sacrifícios são feitos por comunidades específicas; projetos de grande escala (como os da geoengenharia) são empreendimentos de países capitalistas ricos. De qualquer forma, mudanças, adaptações e correções, que minimizem a ameaça, serão feitas no trabalho conjunto dos Estados nacionais, particularmente aqueles em que espírito público, empreendimento e atividade econômica estejam suficientemente fortes para arcar com um ônus que poderá ser tão grande quanto o de uma guerra defensiva.

O aquecimento global é um problema transnacional e suscita questões sobre tratados e cooperação internacionais. Esse é mais um motivo de preocupação em relação às profecias catastrofistas que nos assediam. O poder restrito das nações

para forjar tratados se orienta na busca de acordos obrigatórios, mas poucos serão os países capazes ou mesmo dispostos a honrá-los; mesmo que bem-sucedida, essa solução reduziria substancialmente a energia necessária para enfrentar outros problemas ambientais. E esses outros problemas – talvez tão sérios quanto o problema do aquecimento – permanecem esquecidos, apesar de muitos poderem ser resolvidos por meio de tratados. Um exemplo é a questão dos resíduos plásticos. Tão venenoso para o meio ambiente quanto o efeito estufa, o material plástico entra no meio ambiente em níveis sempre crescentes, com esparsas medidas de contenção ou mesmo sem nenhuma. Embora possa haver exagero em relação aos danos causados pelos lixões,^[94] o pior aspecto dos resíduos plásticos é a facilidade com que embalagens, sacolas e vasilhas são descartadas diretamente no meio ambiente. Há lugares na Europa, na Ásia e no Oriente Médio onde campos e áreas verdes estão entulhados de lixo plástico. Uma área do Oceano Pacífico, duas vezes o tamanho do Texas, encontra-se supostamente coberta por uma enorme camada de lixo plástico, o que causa uma destruição ainda desconhecida de sua flora e fauna marinha.^[95] Não obstante, esse é um problema que poderíamos resolver tanto nacional quanto globalmente. O fato de não ter sido feita nenhuma tentativa para resolvê-lo decorre, em parte, da grande “emergência” climática, para a qual são destinadas todas as energias na elaboração de tratados inúteis.

Mesmo quando temos tratados destinados a outros problemas potencialmente solucionáveis, o alarmismo global garante que ninguém tome conhecimento, e os governos acabam fazendo quase nada ou nada mesmo. Um exemplo é o da Convenção da Biodiversidade aberta para assinaturas na ECO-92, no Rio de Janeiro, posta em vigor em 1993. Essa convenção deu início a uma série de reuniões internacionais necessárias para discutir ações que coibissem a extinção de muitas espécies e o esgotamento de habitats vitais.^[96] Essas reuniões receberam pouquíssima atenção da imprensa internacional, poucos políticos sabem de sua existência, e as suas recomendações raramente são obedecidas. No entanto, o desaparecimento de espécies e a perda de biodiversidade significam alterações com consequências potencialmente calamitosas para o planeta e seus passageiros humanos.

O aquecimento global é um problema que se articula com uma ideia moral fundamental, para a qual os conservadores dão grande importância: os responsáveis pelo estrago devem se comprometer a repará-lo. Se o aquecimento global é causado por emissões de carbono, então as nações que emitem, *per capita*, as mais altas quantidades de carbono têm maior responsabilidade no reparo e devem limitar suas

emissões futuras e pagar compensações pelo estrago feito. Esse julgamento desempenhou um papel significativo tanto em Kyoto quanto na Conferência de Copenhague. Mas isso não compromete o “nós” nacional, nem sequer o substitui por um agente transnacional. Pelo contrário, mostra-nos que essa, como qualquer outra questão ambiental, é identificada e resolvida pelas nações, que agem em nome de um povo, cujas ligações e motivações podem evocar. Os grandes sacrifícios que muitos gostariam de impor sobre as populações dos países mais ricos poderão ser aceitos apenas como *nosso* dever, e a primeira pessoa do plural expressa uma vinculação nacional.^[97]

Além do mais, quase invariavelmente os problemas ambientais cruzam, sem grandes impedimentos, as fronteiras nacionais, o que dá origem a questões de equidade e compensações raramente respondidas. Nesse caso, consideremos a poluição dos oceanos, os efeitos colaterais dos pesticidas e o desmatamento, a transferência de doenças contagiosas e de espécies juntamente com a migração de grandes contingentes populacionais. Mas a resposta a essas ameaças, conforme argumentarei, começa em casa, no zelo administrativo pelo bem comum (a intendência). No futuro desenvolvimento do tema, considerarei a mudança climática como um problema entre outros, sugerindo que a resposta conservadora é, com muita probabilidade, a mais eficiente.

Capítulo 3 | Em Busca de Salvação

Uma das lições aprendidas ao longo das disputas sobre mudança climática é que a ciência não põe termo às divergências, mesmo que sejam aparentemente sobre fatos. São muitas as razões para que isso ocorra, e são razões pertinentes em nossa discussão sobre o aquecimento global.^[98] Uma sugestão, discutida neste livro, é que existem entre as pessoas diferenças fundamentais e duradouras no que se refere à percepção dos riscos e à avaliação que fazem deles. Vale a pena explorar essa sugestão, uma vez que ela ajudará a afastar os argumentos dos partidarismos políticos.

Durante os anos 1980, surgiu no campo da sociologia e das ciências políticas uma linha conhecida como “cultural theory”, na qual se distinguem quatro formas humanas na abordagem dos problemas sociais. O livro que inaugurou essa linha, *Risk and Culture*, de Mary Douglas e Aaron Wildavsky, foi lançado em 1983. Em 1990, surgiu outra obra sobre o tema, *Divided We Stand*, de Michiel Schwarz e M. G. Thompson; e o tema foi retomado, em 1995, por John Adams em seu livro *Risk*.^[99] Douglas e Wildavsky distinguem quatro formas de racionalidade social:

1. A dos individualistas, que procuram oportunidades e liberdades e estão dispostos a fazer com que as pessoas se responsabilizem por seus atos.
2. A dos igualitaristas, que buscam uma solução que não fará distinções entre as pessoas e estão aptos a confiar os problemas ao Estado – visto como provedor imparcial e distribuidor de benefícios – para que este os resolva.

3. A dos crentes na hierarquia, que procuram a autoridade responsável que assumirá o controle do problema em questão.
4. A dos fatalistas, os quais não acreditam que nada significativo possa ser conquistado, uma vez que as Parcas^[100] não se curvam aos interesses humanos.

Simultaneamente ao trabalho de Douglas e Wildavsky, o ecologista C. S. Holling investigou os contrastes nos “mitos da natureza” apreciados pelos agentes florestais canadenses. Os resultados de sua pesquisa, posteriormente ampliados por Michael Thompson, sugeriam também a existência de quatro mitos: (1) a natureza como benigna, (2) efêmera, (3) perversa e (4) caprichosa – eles podem ser articulados ao mapa com as quatro formas de racionalidade humana.^[101] Dessa forma, os individualistas, que acreditam que as pessoas devem assumir riscos e responder por seus atos, tendem a ver a natureza como benigna, e os seres humanos como adaptáveis. Os igualitaristas suspeitam dos que arriscam – estes passam a ser vistos como especuladores que rearranjam o mundo conforme seus próprios interesses e dividem a sociedade em sucessos e fracassos. Eles justificam essa suspeita representando a natureza como precária, facilmente desarranjada e colocada em perigo. Para os igualitaristas, o comportamento de risco tende a nos conduzir a um “ponto crítico”, que fomentará o desastre.

A teoria cultural é um empreendimento puramente factual, sem a preocupação de recomendar ou condenar os tipos humanos que descreve. Não confio em suas credenciais científicas, mas creio que seu grande mérito, em nosso contexto, seja capturar tendências atuais do pensamento social e político que esclarecem por que existe uma diferença real, duradoura e enraizada entre “esquerda” e “direita”. E a teoria cultural oferece uma linguagem em que ambas (esquerda e direita) podem debater os problemas que compartilham sem enxergar o adversário como desumano. O leitor dirá que os termos “esquerda” e “direita” foram ideologicamente esvaziados na política de nossos dias. Em minha forma de ver, todavia, eles continuam tão necessários quanto antes, quando foram usados pela primeira vez na Revolução Francesa: eles não descrevem teorias ou objetivos, mas *identidades*, que são reveladas na estrutura das escolhas coletivas.

A teoria cultural nos ajuda a ver que certas questões normativas, sobre as quais pensamos sem parar, podem refletir atitudes que residem em camadas mais profundas do que a razão. É certamente inegável que o contraste entre o individualista e o igualitário subentende muitas de nossas diferenças políticas, incluindo, é óbvio e não menos intensamente, as questões ambientais. O socialismo

do século XIX foi um protesto contra a distribuição desigual de poder e de propriedade nas sociedades capitalistas. Esse ataque igualitarista, contra o capitalismo, teve como contrapartida a sua defesa individualista. Para os seus defensores, o capitalismo não deve ser visto como exploração injusta, mas como exercício da livre-iniciativa em condições de risco, em que os indivíduos assumem responsabilidade pelo fracasso, como também usufruem as recompensas do sucesso. Os argumentos de ambos os lados nos são familiares, e não há necessidade de uma exposição maior. Mas o peso de cada argumento dependerá da pessoa a quem se destina. Os igualitaristas penderão para um lado, ao passo que os individualistas penderão para o lado contrário, com argumentos acessíveis e inteligíveis a ambos. Isso não significa que não haja distinção entre o certo e o errado, o verdadeiro e o falso, o válido e o inválido. Mas implica dizer que passar de um julgamento (que está certo, que é verdadeiro ou válido) para um consenso, em seu favor, nunca será fácil.

Essas distinções de identidade foram levadas aos debates sobre o meio ambiente. Igualitaristas que acusavam o capitalismo sem freios pelas desigualdades da sociedade industrial agora o acusam pela apropriação injusta do planeta que pertence a todos, incluindo as futuras gerações. Individualistas que defendiam o mercado como motor da prosperidade agora o defendem como a forma correta de proteger o meio ambiente, assegurando que os poluidores assumirão os custos dos estragos, fornecendo incentivos para minimizar o desperdício. Aqueles que criticavam o controle estatal da economia agora criticam o controle estatal do meio ambiente. O antigo antagonismo entre esquerda e direita encontrou uma nova frente no campo das políticas ambientais. Para muitos igualitaristas, o *big business* e a sociedade de consumo retiveram a sua negatividade, mesmo que a economia de mercado tenha finalmente se estabelecido como parte necessária de qualquer ordem social durável.

A distinção entre igualitarista e individualista corresponde, em parte, à divisão entre esquerda e direita – entre “*liberal*” e “*conservative*”, para usar o rótulo americano – da política moderna. Isso, no entanto, não compreende toda a verdade, nem mesmo do ponto de vista da teoria cultural, que reconhece dois outros “modos de vida viáveis”: do hierarquista e do fatalista. Em pessoas de verdade, esses motivos se tornam “viáveis” em contexto e apenas quando misturados. O conservadorismo que endosseï no primeiro capítulo não é mera questão de individualismo, mesmo que enfatize a liberdade e a responsabilidade como componentes centrais de uma vida propriamente vivida. Ele defende o costume, a

tradição e as instituições, como também as hierarquias que inevitavelmente deles surgem. Ele não é carente de suas próprias inclinações igualitárias – ao se orientar para o estado de direito, sob o qual todos encontram proteção. Se o conservadorismo está em conflito com a “esquerda”, como tem sido comumente caracterizado, é por causa do escopo do objetivo igualitário, do uso do Estado para forçá-lo e de sua ameaça aos valores comunitários e sagrados.^[102]

Associado ao igualitarismo radical encontra-se o fator motivador que Nietzsche chamou de *ressentimento*: o juízo de que poder e privilégio afrontam os que não os possuem, e que portanto devem ser derrubados de sua eminência para que a igualdade possa ser estabelecida em seu lugar.^[103] Nietzsche acreditava que o *ressentimento* era um aspecto definidor da visão de mundo cristã e sua “moral de escravos”, como pregada por Jesus. Esse entendimento foi decididamente refutado por Max Scheler, que, não obstante, sustentou a visão de Nietzsche de que o *ressentimento* habitava o coração da política moderna e era responsável pelos objetivos e pela retórica do socialismo.^[104] Nas democracias modernas, comparações invejosas e suscetibilidades largam sempre na frente das conciliações, e este é um dos motivos centrais dos conflitos entre a esquerda e a direita em nossa época. Os conservadores veem a política como mesa aberta de negociações, entre interesses conflitantes, cujo objetivo é a paz. Essa concepção não vinga entre os políticos de esquerda, que favorecem as grandes transformações sociais e programas políticos em torno de agendas a ser alcançados pela “luta” contras as hierarquias e as estruturas que estão no caminho. Essa luta é exatamente o que o *ressentimento* exige: não se trata apenas de elevar o azarão, mas de humilhar o poderoso *Überhund*.

A teoria de Nietzsche é mais biológica do que cultural. Traça as nossas disposições psicológicas nos termos das “adaptações” primordiais, outrora funcionais mas não mais no mundo que construímos. O *ressentimento* provavelmente teve coerência na tribo do Pleistoceno, mas torna-se uma força desagregadora em sociedades livres. Ele desconfia do sucesso e está disposto a culpar os que têm poder pelo sofrimento dos que não têm. O *ressentimento* é uma das razões pelas quais as pessoas da esquerda rechaçam os mercados, as hierarquias sociais, o mundo das finanças e do *big business*, vendo nessas realidades somente a ganância dos que lucram e a opressão imposta aos que não.

Na história recente, os igualitaristas radicais tenderam ao internacionalismo e adotaram a perspectiva que extrapola o povoamento nacional, segundo a qual os

privilegiados e os poderosos poderiam ser removidos de sua proeminência. Eles desconfiam dos efeitos da livre-iniciativa, que manteriam as desigualdades de privilégio e poder, e das lealdades tradicionais. Esses radicais aderiram às agendas mais complexas e abrangentes, que têm na reordenação total da sociedade seu principal objetivo.^[105] Não obstante, existe uma divisão significativa nos quadros da esquerda. Escondida e atrás da *avant-garde* barulhenta sempre houve, especialmente no mundo de língua inglesa, outra forma mais silenciosa e sutil de igualitarismo, que privilegia o local ante o global, a sociedade civil ante o Estado e a iniciativa ante os decretos. A *avant-garde* busca o controle das estruturas políticas e legais a fim de assegurar o seu objetivo social. Nos bastidores, todavia, temos essas pequenas alianças entre amigos e vizinhos, grupos que estão abrindo espaços nas brechas da vida social, sobre os quais o olhar da burocracia oficial raramente recai.

Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, o movimento ambiental de esquerda esteve, até agora, mais intimamente associado com linhas de ação localizada, como ocorre com os seguidores de Richard Jefferies e de Aldo Leopold. Ainda que disposto a combinar retidão ambiental com distribuição igualitária, esse esquerdismo mais silencioso tem evitado um envolvimento explícito com a política ao atuar nas franjas da sociedade, onde pode dar o exemplo de como viver em sociedade de modo menos predatório e mais escrupuloso.

Assim, inspirando-se nos escritos do anarquista russo Peter Kropotkin, o escritor britânico Colin Ward passou a defender iniciativas de pequena escala, fora do escrutínio do Estado, em que o “auxílio mútuo” toma o lugar dos decretos legislativos, de modo a gerar objetivos que sejam ambientalmente corretos e que estejam em conformidade com os conceitos de justiça social.^[106] Os escritos de Ward influenciaram toda uma geração de ambientalistas britânicos, como Ken Worpole, Simon Fairlie e Ian Christie, que se dedicaram a desenvolver alternativas reais aos procedimentos ambientalmente destrutivos e socialmente excludentes no uso dos recursos naturais.^[107] Retornarei ao empenho deles mais tarde, pois me parece que essa forma “civil” de ambientalismo de esquerda abre o caminho para o estabelecimento de uma aliança na qual conservadores e defensores do livre mercado poderiam ser incluídos.

Ao considerarmos as contribuições ambientais da esquerda, não devemos ignorar, todavia, o legado (nefasto) do socialismo. Várias décadas atrás, durante a Segunda Guerra Mundial e depois dela, muitos europeus ainda acreditavam no projeto socialista. Eles viam a política como meio de transformação social, e não como

processo homeostático por meio do qual os interesses são intermediados. Os ricos, os privilegiados, a “burguesia”, os que recebiam educação privada e os que tinham sucesso financeiro eram rotineiramente apontados como agentes que precisariam ser controlados, constrangidos e derrubados. Na Grã-Bretanha, os governos trabalhistas do pós-guerra se sentiam no dever de criar uma “nova sociedade”, contrapondo-a à sociedade hierárquica e corrupta que sobrevivera ao conflito com a Alemanha.

Alguns ainda veem a política nesses termos, como implantação de uma agenda igualitarista. E o ressentimento se destaca nessa retórica, em que a conta da destruição ambiental é jogada no passivo da livre-iniciativa e do mercado – estes não são assim chamados, mas apresentados como “consumismo”, “egoísmo” e “ganância”. Essa vulgarização dos termos provoca uma reação semelhante do outro lado. Assim, ao responder aos ataques dos igualitaristas, os individualistas defendem negócios controversos, como os supermercados e o agronegócio e a cultura consumista que os acompanha, ao mesmo tempo que ridicularizam a “farsa” do aquecimento global. A questão fica então submersa num conflito ideológico entre a “justiça” igualitarista e a “liberdade” individualista, mesmo que os problemas ambientais nada tenham a ver com isso. O inimigo real, contra o qual os dois lados deveriam se unir, é o hábito de tratar o planeta Terra sem a devida reverência, como coisa a ser usada. Em vez disso, eles continuam a brigar em nome de justificativas concorrentes de como usar o planeta.

Existe outra causa, mais profunda, do antagonismo igualitarista em relação ao mundo dos negócios. Ao verem a natureza como precariamente equilibrada e em perigo, por obra do húbris dos especuladores, os igualitaristas tendem a se mover na direção “salvacionista”. Ao se verem diante da atividade predatória do *big business* e dos desdobramentos imprevisíveis do mercado, eles são acometidos por um sentimento de catástrofe iminente que os faz se mobilizar e adotar medidas que só se justificam em grandes emergências. Ao mesmo tempo, fomentam o descrédito das antigas prioridades e dos compromissos tradicionais. Esse sentido altamente alarmista não tem origem em indícios, mas, na melhor das hipóteses, é apenas um motivo para buscá-los. É o alarme que causa adesão, à medida que os indícios mudam. Como consequência, soluções consensuais e ajustes de pequena escala são frequentemente descartados.

Recordemos a sequência dos eventos da Revolução Francesa. Os que tomaram o poder das mãos do rei e da corte – os girondinos, como ficaram conhecidos – eram,

em grande parte, sensatos, uma vez que estavam dispostos a estabelecer compromissos que acomodassem a ordem existente retificando antigos abusos. Mas eles foram rapidamente alijados pelos jacobinos, sob a liderança de Saint-Just e de Robespierre, que usavam a retórica da emergência para advertir o povo da iminente destruição que o aguardava caso medidas drásticas não fossem imediatamente adotadas e prometiam uma nova ordem que livraria a todos das causas profundas do conflito social.^[108] Grandes emergências requerem soluções de cima para baixo e só podem ser executadas mediante a mobilização da sociedade como um todo e o estabelecimento de estruturas de comando que unificarão as pessoas em torno de um único objetivo. Caso alguém deseje organizar uma estrutura de comando nesses moldes, em conjunto com alguns amigos – que formarão a cúpula do movimento mas muito em breve não se verão mais como amigos –, terá de conceber uma grande emergência, que esse tipo de projeto necessariamente exigirá.

Esse é o tipo de motivação das revoluções do século XX. Ela fervilha na retórica de Lênin e de fato aparece no título (roubado de Chernyshevsky) do panfleto com o qual Lênin se lançou politicamente: “Que Fazer?”.^[109] Foi essa a questão que ressoou nos subsequentes movimentos revolucionários, conectando-se com outras emergências e suas soluções radicais. E sempre – fossem Stálin, Hitler, Mao ou Pol Pot que a anunciassem, ou Trotsky, Schmitt, Sartre ou Zinn que a endossassem – a questão cumpriu um único objetivo: dizer que o mundo precisa de políticas radicais, implantadas de cima para baixo. Além do mais, esse controle nunca é descrito dessa forma, mas como originado das camadas populares, diante das quais a elite revolucionária se vê como força de “vanguarda”, ansiosa pelo poder apenas para em breve renunciá-lo em nome dos verdadeiros portadores.

Há um elemento profundo na natureza humana sobre o qual os promotores do cataclismo exercem o seu apelo: um resíduo de antigos medos e pânicos coletivos, depositados no transcorrer das origens imemoriais de nossa espécie. O alerta coletivo, em que o macho alfa lidera a coletividade na luta ou na fuga, é uma antiga adaptação, embora disfuncional em tempos de ordem política e de discurso racional, e não obstante real. Percorrendo a nossa civilização, apesar do maravilhoso aparato de governo que nos chegou da democracia grega, da lei romana e da disciplina judaico-cristã do perdão e do amor ao próximo, testemunhamos movimentos de pânico coletivo, alguns iniciados por ameaças reais de guerra, invasão ou praga, mas tantos outros originados na imaginação, como pensamentos associados ao Juízo Final, bruxaria, demônios, Segundo Advento, Armagedom e outros que varrem as massas trêmulas de crédulos e mal informados.

[110] Os que saem às ruas gritando “o fim está próximo!” têm audiência garantida, como aquele que, como Lênin, sobe numa caixa e vocifera “que fazer?”. A voz sutil do poeta anglo-saxão a nos dizer “isso também passará” será ouvida somente mais tarde, com o estrago já feito.[111] Em todas as suas formas, secular ou religiosa, a intransigente postura de um fim dos tempos envolve um repúdio, em larga escala, da vida como ela é.

Não são apenas os igualitaristas que ficam tentados pelo salvacionismo político. Os individualistas também podem sucumbir a ele, e assim o fazem quando começam a clamar por transformações radicais, com eles mesmos (melhor dizendo, os companheiros individualistas) no comando. Nos escritos de Ayn Rand, encontramos uma espécie de desprezo nietzschiano pelos seres comuns e dependentes e uma concomitante afirmação da supremacia do empreendedor que se arrisca e transforma o mundo e nos salvará da degenerescência da inveja e do ressentimento à qual fomos conduzidos. No mesmo espírito de Lênin, Rand bombardeou o público americano com anúncios catastrofistas segundo os quais a tímida democracia americana caminhava para a destruição e somente os heróis empreendedores deveriam estar no leme.[112] Rand permanece tão influente nos Estados Unidos de hoje como no pós-guerra, quando os Estados Unidos emergiram como superpotência.

As políticas salvacionistas desempenham um papel central nos movimentos ambientalistas de nossos dias.[113] Do chamamento à revolução em nome da natureza, de Meyer-Abich, ao anarquismo verde, de Richard Sylvan, os militantes ecológicos radicais exigem compromisso absoluto com seus ideais.[114] Em seus formatos mais místicos, o culto a Gaia com recapturar a visão pagã segundo a qual a Terra é concebida como divindade feminina, cujos princípios animadores nos permeariam.[115] O indício supostamente científico (ou pseudocientífico) sobre o qual o culto se assenta parece purificar o seu lado místico, tornando-o um substituto apropriado às religiões tradicionais a ser adotado, com resolução, por uma mentalidade completamente moderna: esse parece ser o caso da chamada “ecologia profunda”, fundada pelo filósofo norueguês e ex-positivista Arne Naess.[116] Esses movimentos visam unificar as pessoas em torno de um objetivo coletivo, oferecendo os confortos da solidariedade àqueles que se sentem – até então – desesperados e alienados. Eles crescem ao lançar ao palco da política as paixões grupais e ao replicar a experiência religiosa primordial, como foi proposta por

Durkheim em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, que trata da experiência de filiação grupal.

Literatura apocalíptica e imperativos salvacionistas são os dois lados da mesma moeda. Os grandes sistemas que oferecem salvação atuam, num primeiro momento, de modo a insinuar aos pecadores que, no caso deles, não há alternativa a não ser o desespero; então, eles oferecerão esperança na forma de uma doutrina totalizante, o caminho da pureza e da submissão, que se torna a única forma de redenção. Esse cenário de fim dos tempos tem o efeito de remover a crença em retificações negociadas e de pequena escala, criando, em seu lugar, um enorme e abrangente anseio de salvação. Então, a salvação será oferecida sem nada solicitar, exceto obediência. A doutrina prossegue discorrendo sobre os perigos: entre nós existem os seguidores do demônio, cujas falsas promessas ao incauto são armadilhas que precisam ser cortadas pela raiz (exterminadas) caso o caminho da salvação não se obscureça.^[117] A busca e a perseguição de heréticos têm ocupado, portanto, boa parte das atividades centrais dos movimentos revolucionários de 1789 até os nossos dias, e uma vez que a ilusão salvacionista triunfe, a ordem política será transformada em caça às bruxas, facções violentas e expurgo do “inimigo interno”. Não é preciso dizer que isso não seria proveitoso em nossas circunstâncias atuais. Mas a tendência permanece e é preciso compreendê-la.

A ênfase atual sobre mudança climática deveria então ser considerada nessa perspectiva. Aquecimento global não é um problema de pequena escala que pode ser enfrentado por indivíduos e se encaixa nos parâmetros do raciocínio prático. É uma questão *transcendental* que envolve a humanidade como um todo. Da mesma forma que o pecado original, ele pesa sobre todos e, de maneira semelhante, talvez, ele também vindique uma solução salvacionista. Além disso, conecta-se com os pecados mais odiados pelo igualitarista, aos quais muitos conservadores reservam as suas piores críticas: consumismo, fausto e as obscenidades do desperdício. A mudança climática paira sobre o pecador que dirige o seu SUV como se fosse a visão de um castigo divino, uma visão que abarca o mundo. Portanto a mudança climática não é algo em que meramente se acredita, mas algo que se *adota*, uma forma conveniente de transfigurar um problema político em desafio moral e espiritual; um chamado à humanidade que só poderá ser enfrentado por meio do mais rigoroso radicalismo. E se alguém propuser uma resposta menos drástica, poderá ser recebido com espanto e indignação, uma vez que ameaçará a fé estabelecida. Para os salvacionistas, é *somente* na radical mudança dos modos de vida que se cumprirão os objetivos que envolvem questões tanto de ordem espiritual

quanto material. No pensamento dos salvacionistas, o aquecimento global irrompe como trombetear celeste. “Precisas mudar tua vida”: o resumo do imperativo religioso de Rilke, anunciado ao poeta de um antigo torso de Apolo, muito revela da literatura radical dos ambientalistas.^[118] Não obstante, raramente essa literatura se propõe dizer como as pessoas comuns obedeceriam a tamanho comando.

Unir-se em torno de um propósito facilita o sacrifício, fornece objetivos claros e gera o tipo de camaradagem que observamos nos exércitos e nas missões religiosas. O desejo de atingir esse nível de camaradagem nos foi certamente implantado pela evolução. As pessoas que não tinham essa capacidade de mobilização grupal foram esmagadas durante as emergências, incapazes de se defender de ataques mais organizados; provavelmente foram condenadas, nas circunstâncias de caçadores-coletores, a perecer.

Mas antigas adaptações é justamente o que hoje precisamos remediar e equilibrar, agora que alcançamos a suprema adaptação: a razão. Associações unilaterais desse tipo têm a desvantagem de ser imunes a exames críticos, ou seja, os seus defeitos internos e suas contradições devem, em nome da unidade, ser sumariamente desconsiderados, e os críticos serão tratados como inimigos, como sujeitos que “não pertencem” e que, portanto, estão fora da primeira pessoa do plural. Isso certamente responde pela negatividade de tantas campanhas radicais que em geral indicam com muito mais ênfase e clareza o seu antagonismo, em contraposição ao que de fato favorecem. Destruir é fácil, difícil é criar. Identificar os alvos de ressentimento e derrubá-los é fácil; muito mais difícil é trabalhar para que as pessoas possam viver em paz entre si, mesmo que não compartilhem as mesmas ideias nem desfrutem do mesmo sucesso.

Quando as pessoas se reúnem, em uma parceria ou em um clube, elas estabelecem uma forma de obrigação coletiva. As leis concebem procedimentos pelos quais é possível reconhecer essa obrigação no âmbito da justiça. Pessoas que tomam decisões em associação de parceria se tornam juridicamente responsáveis na relação com outros membros, e os clubes moldam os seus estatutos segundo essa realidade. Por outro lado, os movimentos reivindicatórios não funcionam da mesma forma. Eles magnetizam fluxos de sentimentos coletivos que podem se concentrar aqui e ali, em torno de líderes e porta-vozes, mas se precipitam, em coesão, como um exército invasor, e raramente pausam a fim de restaurar a ordem moral que é fatalmente fragmentada no despertar do movimento. O resultado é a erosão da

prestação de conta, tanto por parte dos seguidores quanto daqueles cujos interesses eles prejudicam.

Nada na política permanece imóvel, e, de forma crescente, ambientalistas de esquerda se dissociaram das ONGs ativistas e passaram a adotar ações mais específicas que expressam modos de vida de baixo impacto ambiental. Os movimentos que visam à criação de comunidades com baixa emissão de carbono, *slow food* e permacultura urbana recrutam cada vez mais pessoas que se identificam como “de esquerda”. De fato, essa guinada, que se afasta das soluções radicais e politicamente orientadas, deveria ser muito bem-vinda aos conservadores, uma vez que promete o que os ambientalistas de ambos os lados precisam: uma forma de compartilhar os problemas e cooperar para a solução.

Cada vez mais os ambientalistas estão dispostos a reconhecer que soluções de cima para baixo criam incentivos que inexistem em circunstâncias de livre cooperação. Esse ponto foi estabelecido em uma série de trabalhos importantes de J. M. Buchanan e de Gordon Tullock, nos quais vemos como imposições de cima para baixo criam posições administrativas que oneram o produto comum.^[119] A ampliação do tamanho do governo por meio de comissões, comitês e postos administrativos gerou, em quase todas as nações europeias, um cenário em que metade do PIB é gasto para pagar o custo do Estado. A renda obtida do Estado está assegurada, uma vez que garantida pela ordem legal – a menos que essa ordem entre em colapso. Consequentemente, surge uma nova estrutura de incentivos à medida que as pessoas se esforçam para granjear cargos dentro desse sistema. Por sua vez, isso gera novas ações coletivas: sindicalização, testes ideológicos (como já acontece nas universidades modernas) para limitar a competição, punição aos dissidentes, e assim por diante. Estamos testemunhando tudo isso no crescimento da União Europeia. No próximo capítulo, darei alguns exemplos de como uma estrutura de incentivos dessa natureza, altamente burocrática, inibe a realização de seus expressos objetivos públicos – embora não a impeça de atingir os objetivos privados de seus burocratas.

Efeitos adversos comparáveis surgem nos oligopólios. Por causa de executivos que foram blindados, legalmente protegidos da devastação causada por seus próprios negócios, é que, frequentemente, as pessoas se insurgem contra as ideias do livre mercado. Todavia, numa ordem jurídica propriamente gerida, uma empresa não controla as leis sob as quais opera, tampouco se furta a cumpri-las; por esse motivo, sempre existe solução para os problemas causados pelas empresas, embora

indisponível para resolver os problemas causados pelas ações das burocracias estatais. Além disso, está cada vez mais claro que um bom comportamento no mundo dos negócios constitui patrimônio comercial, e isso vale também para os grandes negócios, nos quais os rendimentos estão relativamente assegurados.^[120]

Os problemas em questão (notoriamente resumidos por Terêncio na pergunta retórica “*quis custodiet ipsos custodes?*” – “quem fiscaliza os fiscalizadores?”) não são, especificamente, problemas de política ambiental. Mas vale a pena refletir como essa questão foi tratada pelas economias socialistas, tais como as imposições do Partido Comunista Soviético, ou mesmo o que foi feito por mais de cinquenta anos na China. Embora sejam pouquíssimas as economias que ainda funcionam dessa forma, a devastação ambiental que causaram é um testemunho permanente da loucura que caracteriza os governos centralizados sob o controle de monopólios. Numa economia socialista, a divisão entre os poderes (executivo, legislativo e judiciário) simplesmente inexistente ou é facilmente ignorada em nome das “políticas públicas”. Nesse tipo de economia, não há distinção real entre situação emergencial e condução ordinária da vida econômica, uma vez que o governo controla ambas e aplica, nas tomadas de decisão ordinárias, os mesmos princípios verticais que, em uma sociedade livre, só se justificariam em momentos de grave crise. Mesmo que imponha leis severas a fim de proteger o meio ambiente, o governo pode, caso queira, emendar essas mesmas leis à vontade, furtando-se delas impunemente, de modo que elas não representam um impedimento real à degradação ambiental.

Durante o período comunista, era considerado crime, na Polônia, despejar resíduos poluentes das fábricas e dos esgotos nos rios; mas as fábricas e o sistema de coleta de esgoto eram, ambos, controlados pelo Estado, que, por sua vez, era controlado pelo Partido Comunista. Logo, ninguém era punido, uma vez que seria obviamente impossível levar o Partido Comunista a julgamento, e até mesmo politicamente perigoso tentar tamanha façanha. Consequentemente, os rios morreram, e a sua água não podia ser usada sequer para irrigar a terra. Com o posterior crescimento dos negócios privados, nos últimos anos, e com um judiciário agora independente, a situação dos rios mudou, e alguns deles já começaram a dar peixe.^[121] De forma semelhante, havia leis e regulamentações vigentes na União Soviética que poderiam ter evitado o acidente de Chernobyl. Mas os agentes autorizados a cobrar e aplicar a legislação eram exatamente os mesmos que tinham bons motivos para descartá-la, e assim, como resultado dessa paralisia, um dos maiores desastres ambientais das últimas décadas se tornou inevitável.^[122] Do envenenamento das florestas tchecas por chuva ácida à destruição do esturjão no

Mar Negro, do solo esgotado e erodido das fazendas coletivas às cinzentas e desalmadas *monotowns*, construídas em torno de complexos industriais enferrujados, a evidência é incontestável: a economia centralizada é um desastre ambiental.^[123]

Mesmo em sociedades democráticas, nas quais a propriedade privada e o estado de direito determinam a separação entre o agente que ameaça fazer um mal e o agente que pune ou previne esse mal, a evidência é que as burocracias estatais terminam por se tornar um perigo ao meio ambiente tão logo assumam o papel de controle, em vez de se limitar a conter o que é feito. Um bom exemplo vem da história do Ravenna Park, em Seattle, Washington. Esse parque foi fundado em 1887 pelo casal Beck, que comprou extensas porções de terra ao redor da cidade a fim de preservar os gigantescos pinheiros que cresciam nessas terras – alguns com 120 metros de altura e 7 metros de diâmetro – e possibilitar o acesso público. O casal construiu um pavilhão para concertos e conferências; cobrava 25 centavos pelo ingresso; o parque era visitado por aproximadamente 10 mil pessoas por dia. Em 1911, a cidade, em resposta a uma pressão conservacionista, colocou o parque sob uma ordem compulsória de venda por 135.663 dólares. Quase imediatamente, as árvores gigantes começaram a desaparecer (cortadas e vendidas pelos empregados do parque), algumas delas com o selo do governo, que condenava uma árvore em particular como “ameaça à segurança pública”. Por volta de 1925, nenhuma das grandes árvores sobrevivera. Um eficiente investimento privado, que conservara um importante patrimônio ambiental e criara um vivo interesse público em mantê-lo, foi destruído pela propriedade pública, no prazo de catorze anos.^[124]

Esse padrão se repete no mundo todo, com a apropriação estatal de recursos outrora bem gerenciados por particulares e a subsequente perda dos mecanismos de reparação por meio dos quais uma administração desastrosa pode ser devidamente responsabilizada. Um caso notório dessa dinâmica vem da British Forestry Commission, estabelecida durante a Primeira Guerra Mundial, em condições de emergência nacional, encarregada de controlar as florestas e fornecer madeira para toda a Grã-Bretanha.^[125] É bem conhecida a inabilidade da comissão para se adaptar a uma economia em que a madeira já não é uma matéria-prima de primeira importância, para gerenciar meio ambientes complexos sob sua custódia, ou mesmo para manter a beleza visual e a biodiversidade das vastas porções de terra sob seu controle. Embora tenha sido criada com o propósito de manter e preservar as áreas de mata do país, ficou provado, durante as décadas de 1950 e 1960, quando a comissão controlava a maior parte do mercado madeireiro britânico, que o índice

de devastação era mais alto do que em qualquer outra época registrada, fato sem paralelo conhecido na história da Grã-Bretanha.^[126] Os órgãos públicos são capazes de externalizar custos em níveis que os organismos privados raramente acompanham; só isso já seria suficiente para torná-los agentes fiduciários não confiáveis de nossos patrimônios coletivos. Certamente, empresas privadas também têm o hábito de externalizar custos – e frequentemente organizam *lobbies* junto aos governos para a implantação de regulamentações e procedimentos que facilitem essa ação. Além disso, os artifícios conhecidos do mundo dos negócios – responsabilidade limitada, ações, bônus para os executivos e gordas pensões – também podem gerar grandes rendimentos com baixa prestação de conta. A esse conhecido problema, o controle estatal não funciona, todavia, como um remédio eficaz. Pelo contrário, é a fórmula para aumentar a gravidade da doença.

A lição a ser tirada dos resultados disfuncionais do controle estatal não é a mais fácil: tudo tem de ser privatizado e o mercado tem de prevalecer. Os resultados negativos do estatismo têm origem em uma causa mais profunda do que o confisco da propriedade e a resultante distorção dos mecanismos de mercado. Têm origem na destruição do *feedback*. O mercado é simplesmente um exemplo de um sistema homeostático que recebe “*feedback* negativo” e responde quando as coisas começam a dar errado. Numa economia de mercado, os investidores retiram os investimentos de empresas com mau desempenho e os realoca em empresas com melhor desempenho. Como resultado, fracassos excessivamente custosos são eliminados, e o sistema pode retornar rapidamente ao equilíbrio em resposta aos equívocos. Esse conhecido mecanismo (dependente de indivíduos que assumam o risco de suas decisões) é análogo aos sistemas homeostáticos do mundo animal, com o seu *feedback* negativo da dor, do medo e do estresse.^[127] Mas o mercado é apenas um modo em que conexões de *feedback* são geradas nas comunidades humanas, e uma das tarefas deste livro é justamente identificar outros modos, com base nos quais as pessoas se ajustam espontaneamente às pressões sociais e alterações ambientais na preservação do equilíbrio de que precisam. Tentarei mostrar também como iniciativas estatais, na forma de subsídios e regulamentações, frequentemente destroem as conexões de *feedback*. O Estado pode estabelecer as restrições às quais as empresas devem obedecer, mas jamais poderá ter interesse algum no descumprimento dessas restrições.

A distinção entre esquerda e direita é descrita de modo equivocado, por muitos comentadores modernos, como uma distinção entre o Estado e o mercado. Como sugerido aqui, é em parte uma distinção entre dois tipos humanos: (1) o que vê a

política como busca coletiva de um objetivo igualitário e (2) o que a vê como livre associação entre indivíduos na qual as gerações ausentes e as hierarquias consagradas têm lugar garantido. Assim sendo, despontam duas formas de associação: (1) movimentos com causas e bandeiras e (2) associações civis com fim em si mesmas.^[128] Defendo que o primeiro tipo caracteriza uma ameaça à homeostasia, e que o segundo é uma forma de homeostasia. Caso vejamos as questões ambientais sob a óptica do segundo, então a ênfase mudará do controle ao incentivo. Resolveremos os problemas ambientais não designando alguém para administrá-los, mas criando os incentivos que levarão as pessoas a resolvê-los por si mesmas. O problema, com o controle centralizado, não é o mero fato de ele reduzir ou mesmo extinguir a prestação de conta diante do fracasso, mas, sobretudo, porque cria incentivos que atuam de forma contrária ao sucesso. De toda forma, o governo tem o seu papel, porém este não será assumir o controle do problema, mas sim estabelecer limites e normas que permitam que as pessoas assumam o controle.

Quando fomenta a centralização, o Estado se torna imediatamente exposto ao *lobby* de grupos concorrentes e à ação de fanáticos, o que geralmente favorece o grupo mais militante, ou o mais virulento, ou ainda aquele que dará mais dinheiro à cúpula governante e a seus agregados. Quanto mais longe das pessoas estiver o legislador, maior será a distorção. A União Europeia, com suas 180 mil páginas regulatórias, muitas das quais absurdas ainda que úteis aos grupos lobistas, ilustra bem esse processo. Numa câmara de governo normal, os *lobbies* são frequentemente vistos – pelo eleitor comum – como suspeitos. O mesmo não se aplica aos lobistas em Bruxelas, uma vez que, nesse caso, os *lobbies* são a única pressão externa sobre os burocratas: não há sentimento popular ou processo eleitoral que possa impedir o seu impacto. As recompensas provenientes dos *lobbies* são enormes. Um fabricante de cadeirinha para transporte de criança em veículos, por exemplo, suficientemente capaz de assegurar uma regulamentação específica ao impor o uso dos assentos por lei, não obtém mera vantagem local, pois, uma vez que a lei tenha sido promulgada em Bruxelas, ele obterá vantagem em 27 países, o que torna desnecessário fazer *lobby* em cada um deles. Esse exemplo ilustra a forma como vantagens desse tipo são alcançadas sob o lema “saúde e segurança”. O mesmo motivo que faz dos poderes legislativos da comissão uma força capaz de interferir nos mercados faz dos *lobbies* privados uma força capaz de simular interesses públicos. De forma crescente, as empresas fazem *lobby* sobre regulamentações que estrangularão a concorrência, em vez de incentivar a garantia

de um “campo comum de disputa”, e essa abordagem negativa opera tanto no nível governamental quanto no empresarial.

Não são apenas as circunstâncias inerentemente corruptas da União Europeia que distorcem os incentivos. Um recente exemplo nos Estados Unidos é fornecido no caso da legislação sobre “as espécies em risco de extinção”, que permite que os grupos ambientalistas façam *lobby*, caso a caso, em nome de suas espécies favoritas. Esse arranjo torna possível colocar um freio abusivo na agricultura ou no desenvolvimento de regiões inteiras onde existam espécies ameaçadas. O resultado é uma política contraproducente porque absolutista, em circunstâncias nas quais uma negociação responsável serviria à causa ambiental.

Um caso exemplar é o do San Joaquin Valley, na Califórnia – área irrigada por meio de projetos públicos de irrigação que fizeram da região, outrora desértica e pobre, um enorme sucesso econômico. Todavia grupos ambientais começaram a alegar que o bombeamento de água para a irrigação de outono colocava em risco os campos de desova da espécie *delta smelt* (um peixinho sem nenhuma utilidade a não ser a própria existência). Os litígios abertos por esses grupos forçaram as autoridades locais a limitar o fornecimento de água às fazendas. Segundo a supervisora do Condado de Tulare, Allen Ishida, em 2008 o Estado da Califórnia foi obrigado a despejar 736 milhões de litros de água doce no oceano, quantidade suficiente para irrigar todo o Vale do Silício por dois anos. Futuras tentativas de proteger outras espécies de peixe ameaçadas ocasionarão restrições ainda maiores na irrigação. As perdas para os fazendeiros do San Joaquin Valley estavam na ordem de 500 milhões de dólares em 2008, e podem alcançar a cifra dos 3 bilhões de dólares caso novos litígios tenham êxito.^[129]

Esse é apenas um caso de benefício desproporcional conferido a um único componente, o delta smelt (*Hypomesus transpacificus*), como resultado de uma política de cima para baixo. A legislação não consegue andar na mesma velocidade dos problemas que ela tem de resolver. Além do mais, os grupos de pressão podem usar antigas legislações (nesse caso, uma lei de proteção de espécies ameaçadas de 1973) a fim de justificar suas causas prediletas, e geralmente o fazem de forma completamente indiferente a outros interesses, que deveriam ser considerados em qualquer decisão política. Em 1993, o governo federal dos EUA proibiu aos proprietários de terra o uso de cordões contra incêndio em volta de suas propriedades no Condado de Riverside, na Califórnia, temendo que isso pusesse em risco um roedor protegido por lei, o rato-canguru, que resolvera residir na região.

Quando incêndios finalmente varreram a região, tanto as casas dos fazendeiros quanto os roedores foram destruídos.^[130]

Legislações que defendem espécies ameaçadas promoveram efeitos semelhantes fora dos Estados Unidos. A excessiva proteção oferecida ao texugo, no Reino Unido, fez com que respostas eficientes às doenças relacionadas ao texugo se tornassem inviáveis, agora que ele cresceu e preencheu o seu nicho ecológico. Dentre as doenças, a tuberculose bovina é transmitida, segundo especialistas, do próprio texugo para o gado, o que pode ser constatado nos pastos da Grã-Bretanha. Por sua vez, isso exerce um efeito desmoralizante sobre o pecuarista, que perde o interesse e abandona as pastagens e o gado, entregues a uma pecuária extensiva que reduz as antigas fazendas a um matagal descuidado.

O favoritismo surge do mesmo tecido das burocracias, pois ambos procedem da fragmentação de tarefas, o que significa designar a uma instância problemas que já não podem ser resolvidos por outra. Num livro devastador, Christopher Booker e Richard North demonstraram como práticas regulatórias locais são destruídas, uma a uma, quando colocadas sob o controle de reguladores externos.^[131] Os exemplos que dão colocam um ponto de interrogação sobre a ideia de que podemos resolver os nossos problemas ambientais somente por meio de políticas regulatórias. A questão de como distinguir a boa regulamentação da ruim já se tornou, de fato, uma das mais espinhosas nas políticas ambientais, e a ela retornarei no próximo capítulo.

Talvez o aspecto mais infeliz do centralismo em relação aos problemas ambientais seja o fato de ele ignorar (ao promover a sua agenda intransigente) a necessidade de dar às pessoas um motivo que as mobilizem pela causa. Assim, cria-se a impressão de que só há uma forma de proteger o meio ambiente: exercer pressão sobre o governo por meio de campanhas fixas e de recrudescimento da legislação. As pessoas comuns não participam dessas coisas nem se dispõem a causar problemas aos seus concidadãos adotando leis que lhes trarão uma série de inconveniências. Quando passaram a observar essa realidade, muitos ambientalistas aderiram à tradição anarquista e começaram a argumentar que o caminho a seguir estava nas iniciativas voluntárias de pequena escala, longe das políticas de Estado.^[132] Mas pessoas assim não fazem barulho, tampouco chamam atenção política, uma vez que evitá-la faz parte de seu objetivo.

Tem sido frequentemente observado que de fato as campanhas ativistas, que tendem a ser conduzidas em nome das pessoas como um todo, não as consultam,

nem sequer mostram interesse pela participação delas, ponto que era óbvio para Burke ao considerar a insolência dos revolucionários franceses. Tais campanhas são projetos de elites que buscam triunfar sobre adversários reais ou imaginários e causam impacto no mundo político porque compartilham, no coração, a visão socialista de que as coisas têm de mudar de cima para baixo e de que, por enquanto, não se pode confiar nas pessoas, apenas mais tarde, quando a vanguarda revolucionária tiver completado a tarefa.

É verdade que não se deve confiar nas pessoas quando as soluções de seus problemas são monopólio do Estado. Soluções estatais criam uma estrutura de diretivas impessoais e fechadas que afastam naturalmente as pessoas. As soluções estatais estão geralmente abarrotadas de aproveitadores e parasitas, ou de gente que vê vantagem em adotá-las somente na aparência, enquanto, na verdade, delas se furta. Esse é um constante lamento dos ambientalistas: toda solução que parece perfeita, em teoria, esfacela-se na mão dos governos. Isso se torna mais óbvio à medida que o problema se amplia. Paradoxalmente, a desconfiança lançada sobre a atividade econômica gera um sentimento ainda maior de desconfiança sobre as burocracias, que vivem de regular, embora atuem, principalmente, como resultado de pressões da esquerda. A consequência é a formação de um novo tipo de “hesitação organizada” ou precaução obsessiva, uma espécie de ação paralisante nos processos regulatórios. Antes de prosseguir será preciso examinar como isso se deu.

Desde o início, nos debates sobre proteção ambiental, os Verdes europeus fazem referência ao *Vorsorgeprinzip* (Princípio da Antevisão). Provavelmente, esse princípio já estava elaborado na Alemanha pré-guerra, e foi invocado mais tarde, na década de 1960, como justificativa genérica de planejamento estatal. Reintroduzido na década de 1970 com o nome de Princípio da Precaução,^[133] ele é hoje defendido em todos os níveis da política europeia como guia regulatório, legislativo e científico. Em seu pronunciamento à Sociedade Real em 2002, o primeiro-ministro britânico Tony Blair disse ao seleto grupo de cientistas presentes que “uma ciência e uma política responsáveis operam segundo as diretrizes do Princípio da Precaução”. Entretanto, ninguém sabe exatamente o que seria esse princípio. Ele nos diz que não devemos assumir riscos? Em caso afirmativo, ele seria simplesmente irracional, uma vez que tudo o que fazemos envolve certa dose de risco. Ou será que ele nos recomenda equilibrarmos os benefícios *versus* os custos, nas ações de risco? Nesse caso, ele estaria apenas reproduzindo uma lei fundamental do raciocínio prático. Será que estaria vinculando um novo axioma à teoria da decisão que nos permita lidar com os perigos da tecnologia moderna para salvaguardar o futuro da humanidade? Portanto, precisamos de um posicionamento claro sobre o que de fato diz e por que adotá-lo.

Uma nota de rodapé no documento oficial da Conferência de Estocolmo recomendava o Princípio da Precaução como abordagem ideal na condução das

pesquisas científicas – mas nada dizia a respeito de suas definições. Desde então, o princípio foi repetidamente mencionado nas leis europeias como fundamento para um insidioso regime de regulamentações que, de forma ostensiva, diz operar em nome da proteção do público mas provocou o estrangulamento das inovações. Em 1998, um grupo de advogados, cientistas, filósofos e ativistas verdes produziu, nos EUA, o *Wingspread Statement*,^[134] no qual o princípio era definido: “Quando uma atividade sugerir a possibilidade de causar danos ao meio ambiente ou à saúde humana, medidas de precaução deverão ser tomadas, mesmo que as relações de causa e efeito não estejam completamente estabelecidas pela ciência” – o que não define nada, uma vez que todas as atividades sugerem a possibilidade de causar danos em algo, e nenhuma ciência é inatacável. Finalmente, em 2000, a Comissão Europeia publicou 29 páginas a respeito do princípio. O propósito era esclarecer em que consistia seu uso; porém, uma vez mais, o documento apenas enganava. O princípio, segundo esse documento, se aplica nos casos em que “a avaliação científica preliminar indicar motivos razoáveis de preocupação com efeitos potencialmente perigosos ao meio ambiente humano, animal e vegetal que possam ser considerados incompatíveis com o alto nível de proteção escolhido para a comunidade”.^[135] Os termos “preliminar”, “potencialmente” e “possam” revelam a forma esquiva e imprecisa do documento. Além disso, o “alto nível de proteção escolhido para a comunidade” nos leva naturalmente a perguntar “escolhido por quem?”. Na realidade, a afirmação é uma licença para a burocracia proibir qualquer atividade que julgar potencialmente custosa.

Embora não exista um acordo sobre o que diz o Princípio da Precaução, ele já se tornou doutrina no direito europeu. Uma decisão recente da Suprema Corte da União Europeia concluiu, invocando o princípio, que a decisão do governo da Itália de proibir a venda de alimentos geneticamente modificados se justificava, pois tinha como fundamento a ideia de que “nenhuma tecnologia humana deve ser usada até que se prove inofensiva aos seres humanos e ao meio ambiente”.^[136] Tomando a coisa ao pé da letra, significa proibir todas as inovações em tecnologia de alimentos ocorridas recentemente. Do ponto de vista pessoal, sou favorável à proibição de embalagens não biodegradáveis, ou à obrigação de coleta e reciclagem, pois sei quanto são prejudiciais ao meio ambiente. Mas a decisão da Corte não foi aplicada a esse caso, uma vez que isso paralisaria todo o mercado de alimentos. Além do mais, ao proibir tudo, esse tipo de decisão tudo permite, pois nos compele a interpretar tudo como exceção. Portanto ela poder ser usada arbitrariamente para obstruir as iniciativas que os burocratas decidam impedir, desconsiderando-se

qualquer estudo sério de seus efeitos sobre a saúde, sobre o meio ambiente ou sobre a vida no planeta. Esse é o resultado inevitável quando o puro charlatanismo se transforma em lei.^[137]

Mas há aqui uma questão de fundo que precisa ser considerada. Quando a lei se torna um instrumento de regulamentação de conduta, em vez de arbitragem de conflito ela muda de caráter. Em vez de criar a estrutura dentro da qual os seres humanos assumem riscos e responsabilidades, a lei se torna um obstáculo para as ações de risco – uma maneira de drenar a responsabilidade da sociedade transferindo-a ao Estado impessoal, no qual poderá ser dissolvida e esquecida. Na menor suspeita de risco, os legisladores produzirão uma lei destinada a eliminá-lo. No caso da União Europeia, cujos legisladores são burocratas que não podem ser dispensados do cargo pelas pessoas que, por sua vez, precisam suportar o ônus das leis criadas por eles, a máquina regulatória já está fora de controle. O Princípio da Precaução justifica tudo o que os burocratas fazem, já que eles de nada precisam além de uma avaliação científica “preliminar” que lhes sugira “motivos de preocupação” com “potenciais” efeitos que “podem” ser incompatíveis com o “alto nível de proteção” que esses próprios burocratas escolheram.

O resultado pode ser ilustrado na proibição, por lei, do uso de certos ftalatos, que são amaciantes de PVC usados na fabricação de brinquedos e chupetas, entre outros artigos. No caso, a avaliação científica “preliminar” consistiu em fracas evidências fornecidas por um único pesquisador dinamarquês, segundo o qual os ftalatos podem ser cancerígenos. Essa pesquisa nunca foi confirmada por colegas e foi rejeitada pelo comitê científico da Comissão Europeia.^[138] Mesmo diante da não evidência, o Princípio da Precaução entrou em vigor e gerou pânico nos usuários. O que o princípio realmente propõe, quando examinado o contexto de sua aplicação, é o seguinte: “Se você pensa que pode haver risco, então há risco; e se há risco, proíba-o”. Estamos diante de um princípio que proíbe e permite qualquer coisa. Os seus efeitos são arbitrários e absolutos, e silenciam as argumentações contrárias. Portanto trata-se de uma arma política extremamente eficiente, que pode ser usada não somente pelos burocratas mas também pelos diversos grupos de pressão, incluindo o *big business*, para impor o seu ponto de vista a todos. Por trás da lei que proibiu o uso de ftalatos marcha o regimento dos autointitulados guardiões do meio ambiente, que têm na indústria química o inimigo público número 1. Mesmo que ninguém ganhe nada com essa lei, ao menos ela garantirá sofrimento ao setor industrial que investiu grandes somas no desenvolvimento desse produto. Para os ativistas, esse resultado é um bem em si mesmo. Por outro lado, os fabricantes de

dispositivos de segurança também invocam o princípio fazendo *lobby* para a criação de regulamentações que proporcionarão vendas garantidas em toda a União Europeia.

Ainda que continue obscuro no que propõe, o princípio representa um obstáculo à inovação e ao experimento, mesmo em circunstâncias (como a nossa, na qual se colocam problemas inéditos) em que nada se faz mais necessário do que inovação e experimento. Mas existem razões mais profundas para nossa apreensão com o princípio, que se sustentam na própria essência da vida humana e em nossas habilidades para resolver problemas práticos, em particular os de intencionalidade e de gestão (do lar), que compreendem o tema deste livro. Em primeiro lugar, há a tendência, entre os defensores do princípio, de desagregar riscos, e isso atrapalha as soluções racionais. Os riscos nunca são isolados, tampouco vêm de uma única direção ou de um único momento. Por não querer correr o risco de contrariar a criança, corro o risco de lidar, posteriormente, com um adolescente mimado e egoísta. Qualquer raciocínio prático acarreta uma avaliação dos riscos, das probabilidades de êxito, das incertezas e dos custos/benefícios. Esse raciocínio é instintivo e assegurou o nosso sucesso extraordinário como espécie. O efeito do Princípio da Precaução é o isolamento de cada risco em compartimentos, como se os riscos fossem inteiramente independentes uns dos outros. Segundo a lógica do princípio, os riscos vêm embalados em unidades, e cada um deles solicita a mesma resposta: “Não faça!”. E se ao obedecer ao comando o leitor se perceber envolvido com outros riscos, então a resposta será, novamente, “não faça!”.

O princípio está, portanto, em harmonia com o comando dado por um presidente dos EUA ao seu subordinado: “Não faça coisa alguma, fique aí!”.^[139] Mas, como o presidente logo percebeu, ficar aí não é uma tarefa fácil para funcionários públicos. Burocratas têm uma necessidade incontornável de ser vistos fazendo algo. O efeito do princípio é, portanto, proibir um risco isoladamente identificado e ao mesmo tempo ignorar todos os outros. Ao fazer isso, o princípio torna explícito o defeito principal das regulamentações impostas de cima para baixo. Mesmo quando não há proibição explícita do risco, do tipo proposto pelo princípio, as burocracias considerarão os riscos um a um e se empenharão na redução de cada um deles a zero, desconsiderando os custos. Normalmente, reduz-se um risco a zero quando se aumenta o risco em outra parte, mas os riscos aumentados serão problema de outro departamento – portanto, ignorados.

Em resposta a um pequeno risco de que a carne de animais doentes pudesse entrar na cadeia alimentar, uma diretiva do Parlamento Europeu estabeleceu que nenhum abatedouro seria autorizado a operar sem a presença de um veterinário qualificado. Veterinários qualificados custam caro na Grã-Bretanha; logo, os pequenos abatedouros fecharam as portas. Quando um surto da doença de pé e boca surgiu em 2001, não ficou, como no passado, confinado aos lugares de contágio, mas se espalhou por todo o país, pois agora os animais tinham de percorrer 160 quilômetros ou mais até o abatedouro mais próximo. Cerca de 7 milhões de animais foram abatidos na tentativa de controlar a doença, a um custo aproximado de 8 bilhões de libras.^[140] Esse foi o preço de curto prazo de uma lei que considerou apenas um risco, razoavelmente insignificante, dentre os muitos que compreendem a gestão pecuária.

Um político responsável teria levado em consideração não apenas o pequeno risco indicado pela diretiva mas também outros fatores de custo/benefício, como os riscos apresentados à comunidade pecuarista decorrentes do fechamento dos abatedouros locais, das grandes distâncias que os animais seriam obrigados a percorrer, assim como os benefícios da produção de comida local e da instalação de mercados regionais de distribuição de carne, entre outros fatores. Esse político teria bons motivos para levar em conta todas essas coisas, ou seja, seu desejo de ser reeleito estaria em jogo quando as consequências de sua decisão fossem sentidas. Como um ser racional, ele teria reconhecido que os riscos não vêm em partículas atômicas, mas são partes de organismos complexos, moldados no fluxo dos acontecimentos. E ele saberia, em seu coração, que não existe risco maior do que o hábito de desagregar riscos isolando-os em partículas incomunicáveis.

Até mesmo os burocratas agem de igual modo na vida particular. Eles também são seres racionais e, por isso, sabem que riscos precisam ser constantemente pesados na balança do custo/benefício. Todavia, sempre que um burocrata legislar para terceiros sabendo que não terá de responder pelos custos e pelas consequências de suas decisões caso as coisas deem errado, inevitavelmente ele elegerá um problema único e específico e se agarrará a um princípio absoluto a fim de resolvê-lo. E se os custos de seu zelo regulatório recaírem posteriormente no colo de outro departamento, ele mal precisará tomar conhecimento.

Em nenhum outro lugar isso é mais visível do que nas deliberações da Environmental Protection Agency (EPA), a agência de proteção ambiental dos Estados Unidos, cuja tarefa diária consiste em proibir coisas, mas proibi-las uma a

uma. Por exemplo, foi estimado que o custo das regulamentações da EPA sobre o cloreto de vinil está em torno de 4 milhões de dólares por vida salva – em comparação com os 10 mil dólares por vida salva dos programas de identificação de material cancerígeno e com os 80 mil dólares no uso de cintos de segurança em veículos.^[141] O custo de desagregar riscos e de regulamentá-los um a um foi reconhecido pelo governo dos Estados Unidos, que então estabeleceu o Escritório de Informação e de Assuntos Regulatórios (Oira), em 1980, com a proposta de avaliar as regulamentações e oferecer recomendações ao presidente quando os custos fossem muito altos. Espera-se que a análise de custo/benefício aplicada por um departamento independente permita à esfera executiva reunir os complexos feixes de risco, que os burocratas simplesmente desconsideram. Até que ponto a norma sobre os reguladores supera a sua arbitrariedade inerente é algo discutível – e de divergência entre esquerda e direita: a esquerda defende mais regulamentação e menos levantamento orçamentário, e a direita mais levantamento e menos regulamentação.^[142]

Contudo, a observação mais importante a ser feita, à luz das tentativas de regulamentar as atividades de risco em relação ao meio ambiente, é que aqueles que vivem junto ao meio ambiente responderão, de forma espontânea, às ameaças, desconsiderando as origens dessas ameaças, ao passo que os burocratas estarão presos a uma agenda na qual apenas um número limitado de ameaças pré-identificadas são registradas. Esse contraste fica muito bem ilustrado na diferença entre o guarda de caça e o ativista dos direitos dos animais. O primeiro deve proteger todo um meio ambiente e as criaturas que nele vivem. Ele precisa controlar as raposas e os texugos caso queira proteger os ninhos dos pássaros; precisa cuidar da folhagem para garantir os faisões e as perdizes; assegurar a produção das frutas vermelhas no inverno e do milho e da couve no verão; adotar medidas contra as aves de caça, caçadores com cães, e assim por diante. Caso elimine as raposas, correrá o risco de ver o meio ambiente arrasado por roedores e toupeiras, animais que formam a base alimentar das raposas; e se ele alienar completamente os seus vizinhos, que caçam com cachorros, perderá o apoio de que precisa sempre que os ativistas dos direitos dos animais aparecerem e transformarem a sua vida num inferno.

O ativista dos direitos dos animais não precisa ponderar riscos e muito menos avaliar os custos de longo prazo de suas intervenções. Ele está lá para proibir a matança, e o fato de o resultado ser um hábitat em desordem, do qual sumiram as aves de caça e no qual abundam as de caça, não lhe diz respeito. Certamente são

peças assim, de agendas intransigentes e “intensidade passional”, que estão sempre prontas para fazer a mais forte pressão na criação de processos regulatórios, seja indiretamente, nos *lobbies* perante os governos, seja diretamente, por meio da máquina burocrática. O guarda de caça, sempre atento a todos os riscos envolvidos em seu meio ambiente, pesando os prós e os contras de cada intervenção, dificilmente receberá auxílio de um regime burocratizado. O ativista, no entanto, não tem meios para pensar em nada melhor. Sua forma preferida de regulamentação terá um caráter absoluto: um “não” incondicional perante o “sim e não” de seus oponentes. O ativista joga uma partida de soma zero; caso vença, seu adversário perde, e não há espaço para concessão.

O exemplo aponta um contraste altamente relevante nas disputas sobre o meio ambiente. Conflitos locais – por exemplo, entre fábricas poluentes e as populações que vivem nas imediações, entre lenhadores e caçadores ou entre veranistas e fazendeiros – são frequentemente resolvidos com conversas e acordos. Eles jamais seriam resolvidos se as partes envolvidas julgassem participar de um jogo de soma zero. Esses casos são resolvidos em negociações e compromissos, numa disposição conjunta capaz de tecer concessões. As grandes ONGs e os *lobbies* corporativos, dotados de fortes instrumentos de pressão sobre as atividades parlamentares para que adotem regras unilaterais, veem as coisas de forma diferente. O Sierra Club, por exemplo, que se opõe unilateralmente ao comércio madeireiro nas florestas nacionais dos Estados Unidos, nunca teria estabelecido o acordo, depois de longo debate na Biblioteca Quincy, que finalmente pôs termo ao conflito entre madeireiros, moradores, fazendeiros e ambientalistas relativo a uma área de 810 mil hectares. A solução encontrada foi um compromisso segundo o qual todas as partes foram contempladas com algo que lhes era importante.^[143] Do mesmo modo, na Grã-Bretanha o conflito entre os amantes da caça esportiva e as grandes ONGs protetoras dos direitos dos animais foi tratado como um jogo de soma zero, uma guerra travada exclusivamente no Parlamento, quando era óbvio, para qualquer observador sensato, que o assunto envolvia as comunidades locais, que deveriam ter se reunido e trabalhado em torno de um compromisso aceitável para todos. Retornarei a essa questão, uma vez que é vital para compreendermos os contornos de uma política conservadora viável.

O contraste aqui delineado sugere outra e mais profunda irracionalidade nos processos regulatórios de nosso tempo. Legisladores que pretendem nos proteger dos perigos devem avaliar os riscos, mas não devem proibi-los de forma automática. Como bem enfatizado por Aaron Wildavsky, aprendemos por tentativa e erro.

Porém o processo regulatório deseja substituir essa técnica por outra: “tentativa sem erro”, com a qual não podemos aprender.^[144] Isso assume outras implicações, pois existe um risco ainda maior, relacionado ao hábito de evitar todos os riscos: uma sociedade incapaz de sobreviver em situações de real emergência quando correr riscos torna-se o único recurso.

Não é absurdo pensar que esse perigo é real. Quantos impérios confortavelmente instalados em sua arrastada e sonolenta abundância foram varridos por hordas de bárbaros simplesmente porque o basileu ou o califa passara a vida em palácios de marfim? A história está repleta de avisos dessa ordem, contra o hábito da excessiva acomodação na segurança. No entanto é exatamente esse hábito que uma cultura regulatória consolida. Ao antecipar (e proibir) qualquer risco, ela corteja o maior de todos os riscos, e teremos de enfrentar a próxima grande emergência coletiva desprovidos da única coisa que nos asseguraria a sobrevivência.

Mesmo que Von Clausewitz nada mais dissesse de relevante, ele certamente nos convenceria de que a estratégia militar opera segundo princípios do raciocínio prático que são igualmente válidos em tempos de paz.^[145] A vitória não é alcançada evitando-se todos os riscos, mas sim contrabalançando-os, e reconhecendo os limites do que se tem como certos. O pensamento estratégico-militar não difere do pensamento do mundo dos negócios. Além do mais, se deixarmos, nos períodos de paz, que a nossa capacidade racional atrofie, sentiremos as consequências na guerra. Recordemos a lição de Pearl Harbor. Indisposto a lutar em condições não totalmente favoráveis (e correr certo risco), o presidente Roosevelt foi (após o ataque) obrigado a lutar, mas agora sem a sua frota do Pacífico. Isso não significa dizer que uma estratégia de “alto risco” será sempre a melhor coisa a fazer. Significa apenas que o risco é premissa básica do pensamento estratégico, e que este é elemento *sine qua non* do sucesso. A diferença é que na guerra o custo do fracasso é a perda de tudo, e na paz é a perda de algo. Em ambos os casos, todavia, uma decisão racional não pressupõe não correr riscos, mas sim saber escolhê-los, ajustando-os continuamente diante dos desafios e dos perigos.

Embora os eurocratas tenham tornado o que chamam de Princípio da Precaução o fundamento de seu programa legislativo, não devemos pensar que a invocação desse princípio esteja confinada à Europa. As ONGs ambientalistas usam repetidamente outro termo indefinível, que aparece na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). Segundo o princípio 15 da Declaração da Rio 92, a abordagem da precaução requer o seguinte:

“Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental”.[146] De certa forma, isso faz o senso comum pensar que, ao correremos determinado risco, devemos proteger o meio ambiente de eventuais efeitos adversos, mesmo que a ciência ainda não os confirme. Todavia, de outra perspectiva, o que o texto está na verdade dizendo é: “Não faça!”. É nesse segundo sentido que o princípio é interpretado pelos ativistas, de modo que, em vez de contribuir para a solução de nossos problemas conjuntos, ele nos impede de identificá-los de fato. Isso levou muitos governos (particularmente nos países escandinavos) a abandonar seus programas de energia nuclear, ainda que fossem a melhor fonte de energia comparativamente limpa, capaz de fornecer energia abundante a um número gigantesco de pessoas – pelo menos por enquanto, até que possamos dominar a ciência e a tecnologia necessárias para desenvolver fontes de energia genuinamente sustentáveis.[147] O caso da energia nuclear assumiu importância especial, depois do *tsunami* que varreu áreas da costa japonesa, em março de 2011, causando estragos catastróficos à usina nuclear de Fukushima Daiichi. A resposta dos Verdes alemães foi exigir que o governo alemão fechasse imediatamente as instalações nucleares na Alemanha – exigência que a chanceler Merkel prontamente acatou. Essa reação de pânico tipifica a resposta “precautória”. A verdadeira lição da tragédia japonesa é que, em países situados em grandes falhas geológicas e com longa história de terremotos e *tsunamis*, existe um alto risco relativo a instalações nucleares, especialmente se construídas ao longo da costa. Os japoneses correram o risco e pagaram o preço. Muito provavelmente, não correrão mais o mesmo risco. No entanto, absolutamente nada disso se aplica às instalações nucleares construídas no interior de um país que não sofreu incidentes sísmicos em sua história recente. Não obstante, o hábito do raciocínio “precautório” tem dominado de tal forma os debates na Alemanha que apenas respostas irracionais estão disponíveis, de modo que desastres puramente hipotéticos eclipsam as tentativas de avaliar a sua real probabilidade.

Tampouco devemos supor que o Princípio da Precaução seja efetivo somente onde tenha se infiltrado na cultura oficial, como no caso da Alemanha. Nos EUA, os legisladores não costumam invocar o princípio, uma vez que reconhecem que ele agride as consolidadas liberdades civis do país. Em contrapartida, a litigiosidade americana produz um efeito semelhante ao do Estado-babá europeu. Há lugares nos Estados Unidos em que os médicos não assumem o risco de fazer um parto, pois

temem um processo por imperícia que lhes pode custar tudo o que têm. Passeios em trilhas e esportes de aventura estão desaparecendo rapidamente à medida que as pessoas adquirem o hábito de processar terceiros por qualquer ferimento. As legislações locais tentam coibir esses abusos, mas por meio de mais leis que exalam o mesmo absolutismo doentio dos decretos europeus. Isso fica claro no caso do amianto. Deixando-se influenciar por litígios inescrupulosos, inteiramente voltados aos interesses advocatícios, que destruíram centenas de negócios (fábricas e lojas nos Estados Unidos), o governo federal finalmente promulgou uma lei em 1986, Asbestos Hazard Emergency Response Act, que obrigava a remoção do amianto de todas as salas de aula, nos 37 mil distritos escolares do país. Um simpósio na Universidade Harvard em 1988 concluiu que o risco de morte causado por baixa exposição ao amianto era absolutamente pequeno, e o custo do banimento ficou estimado na ordem de 123 milhões de dólares por vida salva, para não falar dos custos envolvidos na destruição de prédios e instalações.^[148]

Os fabricantes de equipamentos para *playgrounds* preveem hoje que brincar nesses espaços se tornará, em breve, coisa do passado, uma vez que a regulamentação atual exige a instalação de sistemas de acolchoamento proibitivamente caros.^[149] A regulamentação sobre brinquedos, vestuário e atividades infantis ficou tão rígida que não será mais possível desfrutar o tipo de infância que nos encanta nos clássicos infantis.

Quando avaliamos os argumentos do Princípio da Precaução, devemos reconhecer que estamos diante de uma cultura de aversão ao risco. Os litígios americanos e as regulamentações europeias produzem efeitos semelhantes: aumentar o custo de assumir riscos até o ponto em que os riscos se tornam realmente irracionais. Nos Estados Unidos esse custo é financeiro, na Europa é penal, mas o efeito é idêntico. Seres racionais, que por natureza correm riscos, não mais o fazem, uma vez que o custo foi artificialmente elevado por meio de litígios e leis. O resultado não é pernicioso somente aos adultos: prejudica muito mais as crianças, ameaçando aquilo que já foi visto como infância normal. Os meninos costumavam fazer escotismo e organizavam acampamentos nos fins de semana, durante os quais aprendiam a arte da sobrevivência e participavam de eventos esportivos que fortaleciam o corpo, mas podiam por vezes machucar, expondo-se às dificuldades a fim de aproveitar o sabor de superá-las, e em todas as formas se cercavam dos perigos que ajudam a formar o caráter. Às vezes, havia acidentes e coisas ruins. No entanto existia um sentido difundido de que essas práticas fortaleciam os mais jovens, de que eles gostavam delas, aprendiam bastante e, como resultado,

tornavam-se mais capazes diante dos desafios da vida adulta e nas decisões diárias.
[150]

Não há indícios de que as pessoas se equivocassem ao pensar dessa forma. Pelo contrário, estavam dispostas a aceitar a verdade, defendida por Aristóteles, de que o sucesso na ação requer hábitos virtuosos, e que estes devem ser adquiridos desde cedo. Os jovens eram criados a pensar que a forma como enfrentavam as dificuldades práticas lhes renderia o aprendizado da arte da sobrevivência. Aquele que é muito medroso, que tem absoluta aversão ao risco, perde a capacidade para o confronto, tornando-se ainda mais inábil diante de uma emergência real, tampouco estará apto a se sair bem nos processos comerciais. No amor e na guerra, serão perdedores, e somente quando puderem se apoiar num Estado-babá se sentirão seguros. Não obstante, o Estado-babá depende dos que gostam do risco, pois é com base nos impostos que a estrutura institucionalizada do temor é construída.

Isso não significa que devemos descartar as ansiedades associadas ao Princípio da Precaução, em relação às quais este se apresenta como solução. Devemos nos esforçar para identificar essas ansiedades, mas relacionando-as com precisão, e assim avaliar se determinada regulamentação seria uma resposta eficiente. Creio que as ansiedades compreendem três tipos: (1) as ligadas ao nosso hábito de repassar os custos; (2) as que se referem aos “escoadouros e resíduos”; e (3) as referentes à natureza não negociável de certos bens humanos que desejamos resgatar completamente dos processos deliberativos.

Devemos distinguir os riscos cujos custos recaem sobre a pessoa que os assume daqueles que são distribuídos para todos. Podemos administrar os riscos do primeiro tipo por meio de avisos restritivos, como os afixados nos produtos alcoólicos e à base de tabaco – que muitos gostariam de ver também nos salgadinhos, programas de TV, telefones celulares e demais produtos que apodrecem a mente e o corpo dos que os consomem. Mas os riscos exportados a terceiros não podem ser facilmente administrados, uma vez que um indivíduo não se tornará completamente responsável pelo prejuízo gerado, ou o único capaz de repará-lo. Logo, precisamos de políticas que reduzam o custo do que fazemos redistribuindo o poder de reparo. Esse era o princípio que embasava o antigo hábito de construir depósitos de garrafa e livrou o mundo das garrafas de vidro usadas. Segundo esse princípio, a pessoa que aproveita os benefícios de uma inovação é obrigada a pagar uma quantia proporcional do seu custo socialmente distribuído. A inovação avança e o prejuízo é corrigido. Esse tipo de solução foi generalizado por

Robert Costanza, economista da Universidade de Vermont que tentou incutir mais precisão ao Princípio da Precaução.^[151]

A segunda fonte de ansiedade, em relação à qual o Princípio da Precaução foi defendido como a cura, refere-se aos escoadouros e resíduos. Aqui, o problema é um caso especial de externalização de custos. A capacidade do meio ambiente de absorção de resíduos é finita, e muito do que nele liberamos gera efeitos imprevisíveis sobre o ecossistema. Remédios, antibióticos, produtos químicos, pesticidas, fertilizantes são lançados nas correntes de água e no solo e drenados; posteriormente, acumulados, são absorvidos por plantas e animais e, no tempo devido, pelos humanos. Todos os dias a mídia divulga casos de irrupção localizada de câncer em crianças, menstruação prematura em comunidades isoladas, casos de hermafroditismo em peixes e anfíbios – e naturalmente concluímos que remédios e produtos químicos foram despejados no meio ambiente de forma irresponsável ou não foram adequadamente testados. O medo de ocorrências desse tipo fundamenta a ansiedade em relação às plantações geneticamente modificadas e é uma das causas do movimento favorável aos alimentos orgânicos.

Não há nada de irracional nesses medos; o problema é que o Princípio da Precaução nada faz para eliminá-los. Ao proibir tudo, tudo permite, deixando-nos sem instruções claras sobre o que fazer para assegurar que os riscos associados aos remédios e produtos químicos sejam devidamente combatidos. Certamente, remédios e produtos químicos devem ser submetidos a testes médicos e *ecológicos* para que se avaliem os efeitos *residuais*. Mas, novamente, meros decretos serão, em condições normais, contraproducentes. Regulamentações relativas ao tratamento de esgoto, por exemplo, devem ser formuladas de modo que todas as comunidades envolvidas tenham condição de assentir, mesmo que isso signifique autorizar uma pequena contaminação nos rios e nas correntes. Quando existe um caso claro de regulamentação, se ela for muito severa não será possível se adequar a ela, ou então ela não poderá ser facilmente alterada quando forem outras as circunstâncias, portanto tenderá a ser ignorada, para prejuízo de todos.

Pior ainda, em situações emergenciais, quando o Estado tem de assumir o controle, regulamentações desse tipo significam grande entrave perante o único curso de ação disponível. Um caso exemplar ocorreu no vazamento de petróleo no Golfo do México em 2010. Imediatamente após a catástrofe, o governo holandês colocou à disposição do governo americano navios equipados com um dispositivo para extração de óleo da água marinha que devolvia água praticamente pura ao

oceano – esses navios foram usados com enorme sucesso nos controles de vazamento e derramamento nas plataformas do Mar do Norte. Não obstante, o governo americano recusou a oferta, pelo menos em parte, uma vez que a água que retornaria ao oceano não estaria estritamente submetida aos padrões exigidos pela EPA, cuja regulamentação proíbe *qualquer* nível de contaminação na região do Golfo do México.^[152] Se a água não estiver 99,9985% pura, não poderá ser devolvida ao golfo, diz a regulamentação; o equipamento holandês não tinha como cumprir esse padrão simplesmente inalcançável. Logo, não pôde ser usado. Decisões insanas como essa expõem os piores defeitos do raciocínio “precautório”. Embora pretenda evitar desastres a qualquer custo, esse tipo de medida estrita nos deixa impotentes para lidar com desastres reais.

Avanço, agora, para o terceiro tipo de ansiedade, em relação ao qual o Princípio da Precaução se apresenta como solução. Ao se debruçarem sobre a questão do risco, muitos pensadores estabelecem uma distinção entre o que deve ser negociado e o que não deve. Por exemplo, o filósofo David Wiggins, que faz do conceito de necessidade um ponto central em sua reflexão moral, introduz uma versão do Princípio da Precaução nas palavras de Hermann, em *A Dama de Espadas*, de Alexander Pushkin: “O carteado me interessa muito; mas a minha posição não me permite arriscar o necessário na esperança do supérfluo”. É irracional, segundo Wiggins, arriscarmos as nossas necessidades vitais em nome de outros interesses que porventura tenhamos, ainda que esses interesses pareçam irresistíveis.^[153] Além do mais, seria cruel de nossa parte arriscar os interesses vitais de outros seres humanos.^[154] O cuidado com o planeta nos é solicitado precisamente porque ele constitui a fonte de tudo o que precisamos de forma vital. Nesse sentido, Wiggins se aproxima do filósofo Hans Jonas quando este diz que a humanidade não pode ser colocada à prova, pois a sobrevivência de nossa espécie não seria algo cujos riscos podem ser pesados numa balança, por menores que sejam.^[155] Jonas chegou a afirmar que, ao deliberarmos sobre o futuro coletivo, deveríamos adotar uma “heurística do medo”, focando os cenários mais catastróficos e os custos que teríamos de suportar, em vez de focarmos os benefícios, por maiores que pareçam.

Há certa plausibilidade nessas ideias, e retornarei a elas nos próximos capítulos. Mas em nada contribuem para o Princípio da Precaução conforme proposto por seus defensores. Distinguir necessidades de desejos faz parte do processo de avaliação de prós e contras. Devemos esclarecer que, em nossas avaliações diárias, barganhamos com a vida e com a necessidade, e tentar impedi-lo raramente tem

êxito. Os seres humanos arriscam a vida esquiando, caçando, dirigindo e competindo esportivamente; trocam alegremente a saúde pelo *uísque* e a segurança pelo amor; saem em defesa de sua família e de seu país, mandando a precaução às favas. Por vezes, estão dispostos a arriscar a própria vida, defendendo um modo de vida que recusam abandonar. O prefeito de uma cidade romana sitiada pelos vândalos ou pelos hunos geralmente escolhia resistir em vez de se render, mesmo que o custo do fracasso fosse a destruição total, e o da rendição uma servidão negociada. Não consideramos como irracional esse tipo de escolha, nem como imposição imoral sobre os cidadãos, dos quais o prefeito é o guardião. Pelo contrário, pois suspeitamos dos que não estão dispostos a arriscar a própria vida para defender um modo de vida compartilhado, e reconhecemos o sacrifício como componente fundamental na resiliência das comunidades. O Império Romano durou porque instruía os seus cidadãos ao sacrifício; e o princípio que regia as cidades sitiadas não era “salve-se quem puder, não arrisque nada”, mas sim “para salvar as melhores coisas, arrisque tudo”. Portanto, não devemos entrincheirar as necessidades e a vida, isolando-as do risco. Seja lá o que fizermos, o risco da morte é sempre real, ainda que porventura pequeno – tanto a nossa morte quanto a dos que dependem de nós e temos o dever de proteger. Proibir-nos de barganhar com esse risco enquanto barganhamos com todos os outros é nos privar de nossa arma mais importante para confrontá-lo. As pessoas florescem quando assumem riscos e responsabilidades reais. Uma vida sem riscos não traz realizações. Qualquer padrão de pensamento que busque extinguir o risco e retirar as responsabilidades envolvidas é, portanto, uma ameaça sobre uma necessidade humana primária.

Enquanto isso, em suas formas putativas, o Princípio da Precaução atua como um freio sobre o tipo de pesquisa que precisamos conduzir, impedindo que administremos com eficiência os nossos crescentes problemas ambientais. Nas circunstâncias em que nos encontramos, não pode haver nenhuma política mais arriscada. Mas, se realmente quisermos aplicar o Princípio da Precaução, devemos, então, aplicá-lo sobre ele mesmo. A resposta será “não faça!”.

Surge uma nova questão importante em nossa discussão: problemas ambientais implicam gerenciamento de riscos. Isso significa avaliar o que pode ser modificado e o que não pode, a probabilidade das consequências (benéficas e adversas) e quais são as agências que administrarão os riscos em nosso nome. O Princípio da Precaução supõe que o gerenciamento de riscos se refere única e exclusivamente ao meio ambiente. Dessa primeira suposição, outra é derivada: o meio ambiente diz respeito a todos e deve ser gerenciado *em nome* de todos. Para muitos

ambientalistas, isso significa ser gerenciado pelo Estado. Dessa dedução surge outra: uma vez que os riscos são infinitos e desconhecidos, melhor é não corrê-los. Logo, o Estado existe para colocar um freio geral sobre o empreendimento, em benefício de todos os que buscam proteção de seus efeitos colaterais. Uma filosofia desse tipo é defendida pelo sociólogo Ulrich Beck, que afirma, em seu *The Risk Society*, que o avanço científico-tecnológico criou uma nova sociedade, na qual a avaliação dos riscos deve ditar as principais políticas públicas. Segundo Beck, o processo democrático precisa se orientar na identificação e na remoção dos riscos impostos a nós sem o nosso consentimento. Uma vez descobertos, procederemos então para que sejam removidos.^[156] Mesmo que, em condições prévias, regulamentações de cima para baixo tenham efeitos adversos, como já discutido, essas condições deixam então de existir. A regulamentação torna-se agora uma solução em si mesma para os problemas da nova sociedade, a forma de devolver às pessoas a paz que lhes foi roubada.

Tal abordagem me parece tão irracional quanto as defendidas em nome do Princípio da Precaução. Estimar riscos é uma arte que os seres racionais adquirem ao reconhecer como a segurança em uma área pode deflagrar perigos em outra. Existe uma mensuração objetiva do risco em termos de “frequência de longo prazo”, e existe um cálculo de probabilidade que nos permite combinar e abstrair os riscos envolvidos uma vez medidos. Mas esse conceito não diz quais são nossas decisões diárias, tampouco aparece nos modelos de “gerenciamento de risco” das repartições públicas. Como normalmente compreendido, o risco é uma questão intersubjetiva – envolve a estimativa (hipotética) de ações prováveis e/ou improváveis, cujos efeitos dependem de estimativas realizadas por terceiros. Ao dirigir um carro, avalio espontaneamente os riscos de dirigi-lo numa faixa e não em outra, ajustando a minha avaliação conforme o meu julgamento de como terceiros estão avaliando o mesmo contexto. A arte de combinar e ajustar avaliações desse tipo não difere da arte de lidar com o mercado: responder às informações que são, por sua vez, alteradas conforme nossas respostas a ele. Resumindo, administrar riscos é um processo homeostático que leva em consideração resultados de desempenho. Em ambientes conhecidos, fazemos isso muito bem. Mas à medida que a área de atuação aumenta e, conseqüentemente, os riscos começam a recair sobre outros, e não somente sobre a pessoa que supostamente os está controlando, tendemos a pedir abrigo em regras absolutas como as do Princípio da Precaução. No entanto essas regras são insensíveis ao risco maior de proibir o risco.

Além disso, devemos questionar a suposição de que os riscos são gerenciados apenas quando se altera o objeto que os compreende. Eles podem ser gerenciados também, e em geral de forma mais eficiente, quando se altera o sujeito que os confronta. Quando alguém respira dentro do mar, corre o sério risco de se afogar. Esse risco é gerenciado não na alteração da composição do mar, mas no comportamento do sujeito, que deve aprender a nadar e se exercitar para ganhar resistência respiratória e praticar as suas braçadas. De forma semelhante, administramos os riscos que surgem em nossos empreendimentos por vezes mudando os objetos, mas por vezes alterando a nós mesmos ou as nossas competências para que nosso desempenho seja mais satisfatório quando as coisas derem errado.

Esse ponto foi destacado por Aaron Wildavsky em seu estudo sobre o assunto, quando aplicou a distinção de C. S. Holling entre resiliência e prevenção.^[157] A primeira nos prepara para a adversidade e a segunda se empenha em evitá-la. De forma crescente, sob a pressão dos lobistas, os governos tentam administrar os riscos assegurando-nos de que estes não surgirão, o que geralmente implica enormes custos e a adoção de poderes regulatórios, que agem em nome da “saúde e da segurança”. Essa é a estratégia favorecida pela União Europeia, cujos decretos incluem um número incontável de medidas que visam assegurar que os riscos habituais, aos quais os seres humanos estão naturalmente adaptados, sejam extintos. Esses decretos são custosos e, ao mesmo tempo, constituem uma forma excelente de ativar a lei das consequências indesejadas.

Não foi somente a máquina burocrática da União Europeia que adotou custosas estratégias de interceptação. A American Food and Drug Administration (FDA) insiste que toda medicação se submeta a rigorosíssimos padrões de segurança antes de ser disponibilizada no mercado – padrões tão difíceis e custosos (em seus testes intermináveis) que os medicamentos chegam ao mercado muitos anos mais tarde, quando muitas vidas poderiam ter sido salvas; às vezes, as medicações nem chegam ao mercado, pois todo esse tempo de testes encurta os prazos de patente, o que torna o desenvolvimento insustentável do ponto de vista comercial.^[158] A insistência da FDA nas soluções livres de risco impõe enormes dificuldades para as indústrias farmacêuticas quanto à viabilidade econômica dos remédios, o que diminui os recursos para as emergências reais.^[159]

Como no caso do derramamento de petróleo, regulamentações que proíbem o risco obstruem ações eficientes durante as emergências. Os inúmeros casos que

mostram os efeitos negativos das soluções sem risco são tão comuns que não há motivo para explicitá-los; podem ser resumidos no que chamamos de paradoxo da higiene. Brincar na sujeira subentende o risco de contrair doenças; mas, ao proibirmos as crianças de brincar em lugares sujos, nós as tornamos muito mais suscetíveis. Portanto, ao atomizarmos os riscos para proibi-los, trocamos substanciais benefícios de longo prazo por insignificantes benefícios de curto prazo. Ademais, arriscamos atrofiar os sistemas homeostáticos que atuam (como o sistema imunitário) segundo critérios próprios na manutenção de um ambiente viável.

Os defensores das soluções de mercado sublinham que nenhuma política funciona sem incentivos e avisam que os resultados derivam dos incentivos gerados. Eles insistem, longa e repetitivamente, que as regulamentações dos burocratas têm o hábito obscuro de produzir resultados opostos aos desejados precisamente porque deformam os incentivos, o que gera consequências imprevistas.^[160] Desde o início da década de 1960 são publicados, em periódicos como *The Journal of Law and Economics* e *The Journal of Political Economy*, incontáveis estudos sobre as regulamentações e suas consequências indesejadas, mostrando, por exemplo, como as leis de salário mínimo prejudicam justamente os seus supostos beneficiários, pois aumentam o desemprego nessa faixa salarial; como as regulamentações trabalhistas para deficientes físicos promoveram um cenário de crescente desemprego nessa população; como as regulamentações que visam à proteção de espécies ameaçadas estimulam as pessoas a destruir os habitats por medo de ser esmagadas pelo regime regulatório, e assim por diante. Esses estudos confirmam os dois artigos seminais de Samuel Peltzman, do início da década de 1970,^[161] referentes às regulamentações de segurança na indústria automobilística e de remédios, mostrando que, em ambos os casos, os bons resultados almejados foram, na verdade, obstruídos, uma vez que tais regulamentações destruíam o incentivo que as pessoas teriam por si mesmas na produção de bons resultados.

A resposta racional ao risco e à incerteza não reside, portanto, na concentração de esforços destinados ao risco zero, mas sim no equilíbrio de custos e benefícios, levando-se em conta a expectativa de resultados negativos. É assim que cada um avalia a própria vida, e é assim que os generais raciocinam durante a guerra, quando as coisas são graves. Mas não é assim, todavia, que os burocratas e legisladores raciocinam, uma vez que, no caso deles, o incentivo dado pelas escolhas racionais é menor do que o de mostrar que determinado problema foi “solucionado”. Mesmo se seguirmos Wiggins e Jonas, isolando e protegendo os bens humanos que não podemos nos dar ao luxo de arriscar, ainda assim

permanece a seguinte questão: poderíamos atingir esse resultado por meio de regulamentação de risco zero? Ao eliminar um risco por completo, abriremos o caminho expresso para outros riscos: proteja os motoristas com cintos de segurança e os pedestres estarão mais ameaçados do que nunca; obrigue as pessoas a parar de fumar e assista a uma compulsão alimentar; proteja as fazendas das pestes e testemunhe a exposição aos pesticidas.

Em todos esses casos, soluções de cima para baixo tendem a confiscar os problemas daqueles aos quais os problemas pertencem. Gerald Wilde e John Adams afirmam, de forma persuasiva, que os seres humanos são dotados de um “termostato de risco” que os leva a compensar os riscos confiscados criando novos riscos substitutos.^[162] Adams diz o seguinte: “Quanto maior o sucesso dos reguladores de segurança na remoção das incertezas de nossa vida, mais forte será a compulsão por reinstalá-las”. Obrigue as pessoas a usar cinto de segurança e elas dirigirão com mais velocidade, a fim de recapturar o risco, e dessa forma aumentarão o risco de terceiros. Proíba as crianças de subir em árvores, e elas, anos mais tarde, praticarão canoagem em ferozes corredeiras ou descerão temíveis montanhas escarpadas. Certamente o termostato de risco é uma adaptação, sobre cujas óbvias vantagens, nas condições do Pleistoceno, não precisamos agora discorrer. Entretanto esse tipo de legislação – de cima para baixo – ignora essa realidade. Transferem-se os riscos de uma área conhecida para outra desconhecida, e o resultado é o aumento das ocorrências imprevisíveis. (Dessa forma, como Adams demonstra em seu trabalho, quando se eliminam os acidentes em determinado trecho de uma rodovia, geralmente se verifica um aumento de acidentes em outro trecho, o que cancela os benefícios.^[163])

Mais importante, Wildavsky afirma que quanto pior se tornar nossa habilidade preditiva, menor será a racionalidade das estratégias de interceptação. Se o dono de uma usina de energia sabe que determinado componente vai queimar depois de 150 dias de uso e adota a estratégia de interceptação substituindo o componente a cada 149 dias, ele se vale de uma medida racional. Mas no caso de uma usina de energia com 8 mil componentes críticos em seu equipamento – cada um passível de se incendiar por mau funcionamento –, além do fato de os gerentes desconhecerem o índice e a frequência do mau funcionamento de cada componente, então qualquer estratégia de Prevenção se torna irracional. Nessa situação, a estratégia de resiliência que prevê implantar um sofisticado sistema de combate a incêndio diante de uma possível adversidade de grandes proporções será claramente a melhor decisão. Wildavsky sustenta que sistemas de resiliência constroem conhecimento por

meio de pesquisa e criam segurança por meio de um eficiente uso de recursos. Eles aperfeiçoam o uso do conhecimento local e as formas existentes de combate e adaptação. Ele demonstra como a resiliência é o caminho no qual tanto os sistemas naturais quanto os mercados lidam com eventos adversos: disparam rapidamente *feedbacks* negativos para uma imediata reação de restabelecimento da ordem e restauração do equilíbrio interno. Sistemas homeostáticos respondem aos estímulos negativos contrapondo-se a eles à medida que surgem. Nós somos sistemas homeostáticos, e o nosso raciocínio prático, em termos de risco e de incertezas, compreende parte desse sistema.

Até agora, falamos de questões de senso comum. A implicação é que, no confronto de nossos problemas diários de intendência, no zelo do bem comum, a resiliência se mostra, em geral, mais sensata do que a prevenção. É verdade que, quando a ameaça está claramente definida e a catástrofe pode ser prontamente evitada, a prevenção será a resposta mais racional: por exemplo, os governos ocidentais adotaram regulamentações de ar limpo que, de forma eficiente, eliminaram a fumaça excessiva de muitas cidades. Neste caso, a ameaça era visível; sua causa, eliminável; e seus efeitos, não administráveis por estratégias de resiliência. Mas mesmo nos casos em que uma estratégia de prevenção parece ser a forma mais sensata, preparar-se para o pior pode envolver resiliência. Além do mais, como vimos no caso do derramamento de petróleo no Golfo do México, as regulamentações concebidas para prevenir um risco não raro destroem a resiliência necessária para administrá-lo.

É nesse ponto que os argumentos de Wiggins e Jonas precisam ser levados em conta. E se a ameaça apresentada fosse de uma magnitude tal que resiliência alguma garantisse nossa sobrevivência? Por mais incertos que estejamos que tamanha catástrofe nos acometa, devemos nos esforçar para evitá-la. É esse o pensamento de muitos dos maiores defensores das políticas de prevenção no combate às mudanças climáticas. Sabemos que o aquecimento global não produz, rapidamente, *feedback* negativo. Os efeitos nefastos de nossas atividades serão sentidos somente quando for muito tarde para retificá-los. E eles podem ser *realmente* ruins. Devemos fazer o que for possível para impedir a catástrofe, mesmo que a ocorrência seja incerta. Isso nos leva de volta à questão mais profunda: que motivos podemos alegar a fim de garantir que as pessoas aceitem as políticas necessárias? O interesse próprio seria motivo suficiente ou devemos contar com outra fonte de ação, menos negociável? Essas questões fundamentarão o argumento que segue.

Capítulo 5 | Soluções de Mercado e Homeostase

Nos dois capítulos anteriores, criticamos tendências próprias dos movimentos ambientalistas que, no entanto, estão em direta oposição. De um lado, há a tendência de tratar os problemas ambientais em termos hiperbólicos, em que se anuncia uma ameaça radical sobre a humanidade e se exige algum tipo de solução abrangente que imponha completa mudança no estilo de vida das pessoas, sem contar a necessidade de amplas intervenções governamentais. De outro, há uma profunda desconfiança em relação aos poderes políticos e econômicos, mas de tal modo abrangente que acaba por promover, nos que a sentem, a necessidade de colocar a precaução na frente de todos os valores e assim coibir qualquer ação desconhecida. “Mude tudo, mas não toque em nada” – conselho bastante estranho. No fim das contas, é o que devemos esperar de uma filosofia que não identifica a questão real: a motivação humana. O que leva as pessoas a deteriorar o meio ambiente e o que as leva a protegê-lo? Ao confiscar o risco, o Estado regulador diminui a resiliência humana e expulsa – de nossa experiência social – o fator essencial para a proteção das futuras gerações, o chamado senso de responsabilidade – a consciência de que eu (neste exato momento) tenho responsabilidade por outros (que viverão no futuro). Inicio a exploração desse tema considerando o mercado – o sistema de transações consensuais que, segundo alguns, é o principal detonador dos problemas ambientais e, segundo outros, constitui a única solução desses mesmos problemas. Proponho que os mercados, ainda que não

sejam as formas mais simples de intercomunicação social, certamente são as mais claras, e neles a responsabilidade dos indivíduos atua como princípio de ligadura. Os mercados são, certamente, a causa de alguns problemas ambientais, mas também são a solução para muitos outros. Eles ilustram o modo como os seres humanos, quando suportam os custos que criam, são capazes de praticar uma administração responsável dos bens de que desfrutam.

Em oposição a esse alegre quadro, todavia, muitos dizem que os problemas ambientais são o resultado direto do “fracasso do mercado”; em outras palavras, o fracasso em gerar uma distribuição ótima de custos e benefícios. Por vezes, isso é enunciado como parte de uma crítica mais ampla ao livre mercado e a sua forma de gerir as questões sociais, uma prova de que precisamos olhar para esses problemas de outra forma; talvez, atribuindo um papel ainda maior ao Estado, o que geralmente desagrada os conservadores, ou se apegando a motivações que se distanciem da dinâmica do interesse próprio que rege o universo do mercado.

Quase todo mundo diz que existem “bens públicos”^[164] que se não forem garantidos pelo Estado não o serão por ninguém; da mesma forma as leis, sem as quais os contratos se tornam inaplicáveis e os mercados simplesmente deixam de existir – ou existem sob o controle de corporações mafiosas. Em todos os arranjos duráveis, uma autoridade central se faz necessária na superação dos problemas relacionados ao dilema do “carona” e do “prisioneiro”, os quais, de outra forma, viciariam as tentativas de encontrar soluções racionais para as dificuldades comuns. Esses problemas, que não atingem somente as questões ambientais, se conectam com as políticas radicais e conservadoras. Ao considerarmos o meio ambiente, um desses problemas torna-se particularmente importante: o fracasso da razão coletiva, tema discutido por Aristóteles na *Política* e notabilizado no aclamado artigo de Garrett Hardin no qual foi chamado de “a tragédia dos comuns”.^[165] Muitos dos recursos da Terra existem ou como bem comum de uma comunidade em particular – os peixes de um lago, os campos e pastagens de uma terra pública – ou como bem sem dono, como o ar que respiramos. Uma vez que temos acesso a esses bens e eles sejam facilmente esgotáveis em razão da forma como os usamos, então surgirão circunstâncias nas quais cada sujeito tentará usá-los ao máximo, em detrimento dos outros, aproveitando rapidamente aquilo que em breve se tornará escasso. Logo, o pasto comum, por exemplo, será usado até se tornar estéril, e a pesca será explorada até o último peixe. Vemos isso nos dias de hoje na forma da tragédia bem real que agride os oceanos, talvez os recursos mais mal geridos dentre todos.

Diante disso, muitos ficarão naturalmente do lado dos Verdes, que nos alertam contra a cultura da ganância e veem o mercado como a máxima expressão dessa cultura. Assim, eles ficam tentados a adotar soluções radicais, como tomar posse dos recursos comuns *em nome* do povo e ao mesmo tempo obstruir o acesso a esses recursos. Esse é o motivo subjacente a muitas iniciativas, ao longo do século XX, favoráveis ao controle estatal das florestas e das áreas de pesca, como a Política Comum das Pescas da União Europeia. Não obstante, essa resposta é equivocada porque fracassa na resolução da tragédia dos comuns. Mesmo que as pessoas não fossem gananciosas e desejassem somente a satisfação de suas necessidades, ainda assim um recurso comum correria o risco de completo esgotamento e aniquilamento. Isso porque ninguém – como indivíduo – teria motivos suficientes para manter e reconstruir esse recurso comum, e porque bastaria a intervenção de uma só pessoa ambiciosa o suficiente para esgotá-lo além do ponto em que pudesse ser naturalmente renovado. A maior defesa concebida por nós, seres humanos, contra nossos irmãos mais gananciosos foi a criação de mecanismos com os quais podemos impor-lhes resistência. Esse é o motivo para pensarmos que não é pelo controle estatal, mas sim por meio dos direitos de propriedade, que encontramos uma solução real para a tragédia dos comuns. Uma vez estabelecidos os direitos de propriedade, a constituição de um livre mercado aparecerá naturalmente, à medida que as pessoas transferirem direitos para terceiros ansiosos por recebê-los e, em troca, receberem algo de sua preferência. A tragédia dos comuns não se deve ao fracasso do mercado, mas sim à ausência de um livre mercado sólido.

Logo, são pouquíssimos os recursos vulneráveis que não foram geridos – por aqueles que dependiam desses recursos – por meio de um sistema de direitos de propriedade que suscitasse em cada um dos envolvidos o interesse para que preservasse a sua parte. De fato, isso se deu em relação às terras designadas de “comuns”, na Inglaterra medieval, que começaram a ser cercadas no século XII.^[167] No início do século XIII, direitos territoriais sobre a pesca em águas de maré já estavam em vigor na Inglaterra, adjudicados nas cortes consuetudinárias e transferidos de um proprietário a outro.^[168] Essas medidas serviam para proteger as áreas de desova e manter vivo um recurso que durou até épocas recentes – até que a Política Comum das Pescas cancelasse a maior parte dos direitos soberanos das leis consuetudinárias sobre as águas costeiras da Europa. Muito antes da chegada do homem branco, os nativos da América do Norte, ao longo do Rio Colúmbia, estabeleceram um sistema de direitos sobre as áreas de pesca do salmão que ora contemplava toda a tribo, ora uma família, ora indivíduos.^[169] Direitos de

propriedade desse tipo podem ser facilmente estabelecidos em águas costeiras marítimas ou ribeiras. Logo, a tragédia iniciada e administrada pela União Europeia foi evitada na Noruega, onde a companhia pesqueira Lofoten foi uma das maiores do mundo na pesca do bacalhau. Originalmente autorregulada, nela não havia cotas, nem sistemas de licenciamento, nem a participação do governo norueguês. A regulamentação estava inteiramente nas mãos dos pescadores, que operaram por mais de cem anos um sistema de resolução de conflitos baseado em contenções voluntárias.^[170]

Esses exemplos mostram que o controle central não é a única resposta, tampouco a melhor ao problema dos comuns. A teoria dos jogos nos diz que, enquanto o clássico dilema do prisioneiro tem uma solução equilibrada, em que ambas as partes terminam por ficar em situação pior em relação às possibilidades, esse resultado advém da falta de informação. Os dois prisioneiros são mantidos em isolamento, de modo que nenhum deles sabe da decisão do outro. No caso de uma interação mais frenética, no transcorrer da qual o jogo é diversas vezes encenado, os parceiros adquirirão conhecimento das estratégias de um e de outro e ajustarão suas decisões segundo esse conhecimento. A solução de equilíbrio não será mais “trapaceie sempre”, mas, em vez disso, o “olho por olho”; ou seja, comece cooperando, então espelhe-se no outro e faça a mesma coisa – trapaceie se o outro trapacear e coopere quando ele cooperar. Esse resultado gera consequências surpreendentes, primeiro por mostrar que os seres racionais têm uma disposição espontânea para se orientar segundo estratégias de cooperação em resposta a situações potenciais de conflito.^[171] Segundo porque sugere que os genes que produzem disposições cooperativas em seus fenótipos serão selecionados, de modo que o espírito de “altruísmo” compreenderá a norma dos animais sociais.^[172] Esses resultados, usados produtivamente por Robert Axelrod e por John Maynard Smith, transformaram tanto as ciências sociais quanto biológicas nas últimas décadas.

Eles se estendem ao domínio do “Patrimônio Comum dos Recursos”, segundo Elinor Ostrom, num livro notável em que ela sustenta um abrangente relato *a priori* de soluções equilibradas, em jogos compreendendo muitos participantes e envolvendo estudos empíricos minuciosamente relatados que demonstram casos de sucesso na administração dos problemas comuns.^[173] A divisão do uso da água entre os agricultores das regiões áridas da Espanha, por exemplo, foi gerida, durante séculos, segundo leis regionalmente constituídas e por tribunais estabelecidos sob o auspício das jurisdições locais. De forma semelhante, os prados

alpinos da Suíça são usados sob a proteção dos princípios de cooperação, que promovem tanto uma divisão justa dos recursos quanto garantem a sua renovação. Elinor Ostrom mostra que esses “patrimônios comuns de recursos” podem ser geridos como patrimônio estável, desde que administrados por uma comunidade local; e desde que os envolvidos – os que têm direito a esses recursos – estejam claramente identificados, e os demais claramente excluídos. É preciso também que exista um sistema estabelecido de sanções para punir apropriações indevidas e abusos, além de um mecanismo coletivo de tomadas de decisão que disponha de procedimentos facilmente acessíveis na resolução dos conflitos; e que tais direitos sejam reconhecidos pelas autoridades de alto escalão. Os muitos exemplos que ela fornece têm grande relevância nas questões de planejamento e administração, pois mostram como um recurso comum, suficientemente localizado, pode ser administrado de baixo para cima, ou seja, pelas próprias pessoas interessadas, que compartilham esse bem, dentro de um regime mais amplo de propriedade privada. É de fato nesse sentido que as decisões de planejamento são feitas na Suíça, por meio de voto democrático dos membros de uma comunidade local definida que gozam de direitos exclusivos para tomar decisões relevantes.^[174]

As soluções para a tragédia dos comuns dependem do interesse próprio de seres humanos essencialmente cooperativos. Muito da antipatia que se tem pelas soluções de mercado vem dos que o enxergam como um arranjo puramente *competitivo*, no qual o peixe devora o peixinho, e o peixão devora os dois. No entanto, num mercado genuíno, a competição depende da cooperação, e são os entes dispostos a cooperar que o fazem funcionar. Da mesma forma que o patrimônio comum dos recursos naturais, como discutido por Ostrom, os mercados precisam cumprir o que prometem, e precisam resolver conflitos e punir trapagens. Eles promovem uma vibrante cooperação entre os seus participantes, que, em sua grande maioria, estão envolvidos em um jogo que soma benefícios. Os casos ilustrados por Ostrom não se distanciam dos princípios que regem o mercado, mas revelam modos alterados que protegem formas institucionais de propriedade. Essas formas dependem da localização de um recurso comum, adotando-se procedimentos que definirão aqueles que têm o direito a esses recursos, e outros procedimentos para punir e excluir terceiros. Quanto maior for o recurso em questão, menor será a probabilidade de ele ser gerido dessa forma; embora, como fica demonstrado no caso da pesqueira Lofoten, até mesmo grandes companhias possam ser mantidas por décadas graças a estratégias de cooperação.

No caso das operações em mar aberto, a tragédia dos comuns pode ser evitada por meio de uma alocação central dos direitos privados. Nessa linha, temos os sistemas adotados pela Islândia e pela Nova Zelândia de “cota transferível individual” (ITQ na sigla em inglês), que permitem ao detentor individual obter uma parcela específica do total permitido à pesca, o qual pode ser transferido aos participantes mais interessados em formar uma frota pesqueira, de modo que a expansão individual da capacidade pesqueira de alguém provocará uma proporcional diminuição em outro lugar do mesmo sistema. Esse sistema goza de considerável sucesso na restauração do equilíbrio ecológico das áreas de pesca, que eram excessivamente exploradas. É verdade que esse sistema cria uma barreira à entrada de novos participantes, limitando a concorrência aos que já participam do negócio. Com essa dinâmica, a ITQ tende a formar oligopólios, o que acarreta danos às comunidades do norte da Islândia, que não mais compreendem comunidades de pescadores independentes, uma vez que já não conseguem oferecer pleno trabalho, nessa atividade, para seus jovens. No entanto, o *quasi*-mercado estabelecido por esse sistema cumpre o seu objetivo principal: proteger a provisão de peixes impedindo a exploração predatória.^[175]

Todavia a centralização tem os seus perigos. Direitos alocados de uma autoridade central destroem os incentivos regionais de cooperação. Um exemplo revelador vem das áreas de pastagem comum nos Estados Unidos, cuja lei, em vigência desde a Taylor Grazing Act, de 1934, estabeleceu, efetivamente, o controle governamental sobre as pastagens do oeste do país. A lei designa aos rancheiros inscritos uma quantidade fixa de “consumo por cabeça” com base na capacidade de suprimento de determinada parcela da terra pública, pela qual o rancheiro paga um aluguel de 1,35 dólar por cabeça. Em 1998, o Bureau of Land Management e o Forest Service arrecadaram 20 milhões de dólares em taxas sobre a pastagem. Todavia essas agências gastam anualmente entre 75 milhões e 200 milhões de dólares na administração do programa. Enquanto isso, o gado pisoteia o solo, destrói as margens dos rios, contamina a água e, em geral, cria um ambiente hostil a pássaros, peixes e anfíbios. Ao reconhecer a estupidez da situação, a administração Clinton introduziu direitos para que parcelas de terra por cabeça pudessem ser transferidas a terceiros, numa operação semelhante ao esquema de cotas na produção de leite na Grã-Bretanha. Portanto, em vez de fazer campanha contra os rancheiros, os grupos ambientalistas podem comprar direitos de pastagem sobre grandes porções de terra pública. Fazendo isso, assumem o projeto de restaurar a saúde da terra e usá-la com responsabilidade. Como resultado, foi possível abrir a possibilidade de uma

administração responsável, com concomitante aumento no valor da terra controlada pelos rancheiros.^[176]

Soluções desse tipo são, contudo, fruto de um poder legislativo nacionalmente soberano. Portanto, não podem ser usadas para resolver questões de pesca em águas internacionais, ou em águas que estão sob o controle de uma jurisdição transnacional, como é o caso da Política Comum das Pescas, organização totalmente ineficiente gerida pela União Europeia. Águas internacionais e transnacionais suscitam uma questão relacionada ao tema da mudança climática: se a concorrência entre nações por recursos escassos estará sujeita às mesmas pressões e compensações exercidas no mercado durante os processos de concorrência entre seus participantes individuais e, caso isso se verifique, se essas pressões impedirão a tragédia dos comuns. Tudo indica que elas nos desafiam a encontrar outras formas de *feedback* negativo, e estas seriam diferentes das que associamos às “forças de mercado”. Muito antes que Ostrom conferisse base científica aos estudos do patrimônio comum dos recursos naturais, os antropólogos já afirmavam que as comunidades de caçadores-coletores, cujos membros não alegam propriedade privada dos recursos comuns, não obstante dispõem de códigos efetivos de intendência segundo os quais as provisões de caça ficam protegidas mediante escrúpulos religiosos ou convenções que limitam a caça.^[177] Os relatos sobre os inuítes, de Hugh Brody e outros observadores, sugerem que os caçadores-coletores estão convencidos, tanto quanto nós, de que as provisões devem ser renovadas, e as dádivas da natureza conservadas.^[178] Seus recursos atingem estabilidade quando os territórios estão definidos e protegidos, governados pelos costumes que fazem distinção entre livre troca e coerção, entre direito de posse e roubo. O resultado não será uma economia de mercado, como a conhecemos; mas todo o processo é governado por práticas corretivas comparáveis. Os indivíduos são responsabilizados por suas apropriações e obrigados a ressarcir os custos gerados por seus erros; intrusos são identificados e repelidos.

Ao mesmo tempo, os riscos de uma exploração excessiva é uma possibilidade tão comum em comunidades de caçadores-coletores quanto em comunidades de pastores sedentarizados ou em comunidades de pescadores. Aqui, como em qualquer outro lugar, as fontes de recurso podem secar, ou os indivíduos podem encontrar formas de repassar os custos de suas ações. Durante a sua famosa expedição entre os territórios indígenas em 1804, Lewis e Clark registraram habitats nos quais as atividades caçadoras dos índios levaram à completa extinção

de algumas espécies.^[179] Keith Thomas afirma, mais genericamente, que caçar até a extinção é norma em muitas comunidades pré-pastoris, argumento que recebe credibilidade adicional nos casos de colapso natural relatados por Jared Diamond.^[180] Por outro lado, peixes, animais de caça, pastagens, árvores e outros bens orgânicos são recursos renováveis, e poderão ser continuamente renovados, contanto que uma zelosa intendência pelo bem comum se faça presente. Uma boa intendência é aquilo que distingue apropriação justa e usufruto de direito de roubo e usurpação; em outras palavras, o mecanismo que estabelece um análogo aos direitos de propriedade, seja individual, seja comunal. Qualquer política que resolva abolir reivindicações justas ou que se recuse a identificar e punir o roubo põe em risco esse tipo de zelo, como ocorre com as políticas socialistas quando se apropriam do Estado – e o vácuo de propriedade que se segue quando não há nem lei nem costume cujo cumprimento seja obrigatório. Essas situações tendem a fomentar o tipo de desertificação social e ambiental que hoje testemunhamos nos Estados falidos do nordeste africano, ou a degradação irreversível do meio ambiente que testemunhamos na Rússia.

Minerais não são renováveis, e os minerais raros que são ou se tornaram vitais para o bem-estar humano podem se esgotar em níveis que ameaçam os interesses de longo prazo de nossa espécie. Mas qual seria o reparo? Os paladinos do mercado dirão que, no livre mercado, o esgotamento dos recursos acompanha o aumento de seus custos, criando incentivos para que se encontrem formas mais baratas de suprir a mesma necessidade. Esse é o motivo pelo qual os cabos de cobre, cada vez mais caros, deram lugar às fibras de vidro, muito mais baratas; pelo mesmo motivo, os combustíveis fósseis darão lugar, quando chegar o momento, às novas fontes de energia. Ademais, o argumento prossegue, é somente no livre mercado que surgem os incentivos para as descobertas necessárias, como um real e compulsivo estímulo *individual*. A pessoa que descobre o substituto para um recurso escasso fará fortuna, dentro de um regime de patentes e direitos; logo, numa economia de mercado essa descoberta ocorre muito antes do tempo necessário para que os cientistas que trabalham como funcionários do Estado alcancem o mesmo nível.

Todavia foi sugerido que sem um plano temporal bem articulado, ou na ausência de um sólido mercado a termo, nem sempre os preços fornecem incentivos e sinais corretos.^[181] Os preços de mercado são fixados pela disponibilidade presente de produtos e serviços em sua relação com a demanda por eles; assim, os mercados nem sempre evitarão o esgotamento de um recurso antes que um substituto seja descoberto. Até onde sabemos, havia um próspero mercado de madeira na Ilha de

Páscoa. Os otimistas dizem que as coisas estão melhores atualmente para nós do que estavam para os habitantes da ilha. Hoje em dia, nós não apenas *encontramos* substitutos para os recursos escassos; nós os *criamos*. Assim sendo, John V. Krutilla afirma que, na economia moderna, é raro encontrar um substituto direto de algum recurso esgotado. Muito mais comum é encontrar uma alternativa ao processo que se valia de tal recurso. Preocupações tradicionais no tocante ao esgotamento de recursos, diz Krutilla, têm cada vez menos relevância à medida que as sociedades aprendem a prescindir deles.^[182]

Esse argumento não explica como os mercados sobreviverão à exaustão dos recursos para os quais ainda não foram encontrados substitutos. Tampouco indica que seria insensato regulamentar o uso de recursos que estão se esgotando. Qualquer regulamentação desse tipo deve seguir as regras sugeridas no capítulo anterior. Portanto, mesmo que destinada a interceptar um risco, essa regulamentação deverá apresentar flexibilidade suficiente para se ajustar durante uma mudança de circunstâncias; e nunca deve confiscar o problema dos que têm o dever de resolvê-lo, ou impedi-los de adquirir a resiliência necessária nas situações de emergência. O argumento de Krutilla é plausível, principalmente porque o conhecimento é a principal fonte de resiliência humana. Quando um recurso se aproxima do esgotamento, não costumamos buscar um substituto direto, mas sim desenvolver uma tecnologia que nos permita prescindir completamente desse recurso. À medida que as vias se tornam congestionadas buscamos alargá-las, ainda que reconheçamos que o espaço é um recurso que se esgota; portanto, agora, ficamos em casa navegando na internet. Todavia, esse argumento supõe que os consumidores registrarão imediatamente os benefícios de uma descoberta e mudarão suas preferências. Ao considerarmos os problemas ambientais, essa suposição não procede, uma vez que os principais benefícios se destinam às futuras gerações e não serão diretamente sentidos pelos que vivem no presente.

Mercados e *quasi*-mercados podem ser bons em produzir substitutos para recursos que foram esgotados, mas seu desempenho é muito inferior quando têm de gerir os resíduos que produzem. Resíduo é o tipo de custo que todos procuram repassar. Nossos problemas ambientais mais graves surgiram porque os escoadouros tradicionais, dos quais as pessoas sempre dependeram – os oceanos, a atmosfera, os rios e o solo –, encontram-se exauridos em sua capacidade de absorver e reciclar os resíduos que despejamos sobre eles. Ademais, não há substitutos para esses escoadouros. A partir de certo ponto, um escoadouro degradado trará problemas sérios; da mesma forma que uma atmosfera

sobrecarregada nos trará, em breve, problemas sérios, caso os alarmistas tenham razão.

Neste momento, precisamos explorar de forma mais genérica o problema da externalização de custos. A defesa clássica do mercado nos diz que as transações de mercado são jogos de soma positivos, nos quais as partes se beneficiam ao trocar algo que têm por outra coisa que preferem – como quando se compra algo que se deseja. O benefício adquirido é seu, o custo implicado é seu também, e nem você nem o dono da loja perdem na transação. Suponhamos, todavia, que fabrique esculturas funerárias de mármore extraído por você de uma costa rochosa de sua propriedade. Para extrair o mármore você explode a encosta com dinamite, e ao fazer isso produz fortes tremores na superfície que acabam danificando o alicerce da casa de seu vizinho. Nesse caso, alguns dos custos de sua atividade econômica serão absorvidos pelo vizinho, e se você conseguir se livrar do problema, estará então “externalizando” ou repassando os custos.

A lei consuetudinária inglesa de responsabilidade civil, que pode ser considerada uma das grandes realizações dos povos de língua inglesa, adaptou-se a esse tipo de circunstância, desde o início da era industrial, não somente por meio do antigo direito de reparação por incômodos causados mas também pela criação, durante o século XIX, de um estrito compromisso jurídico de reparação de danos mediante indenizações. Aqui, o caso modelar é *Rylands v. Fletcher*, de 1865.^[183] O acusado era um dono de moinho que construía um reservatório de água em suas terras. A água de seu reservatório vazou para as minas do acusador, inundando-as e destruindo seu patrimônio. Nenhum caso semelhante tinha até então chegado às cortes inglesas, embora existissem questões de responsabilidade civil. O tribunal de Exchequer lavrou a sentença nos seguintes termos do juiz Blackburn: “Pensamos que o verdadeiro estado de direito entende que aquele que, para propósitos pessoais, traz às suas terras e lá estabelece e mantém algo que pode ser danoso caso fuja ao controle deverá cuidar desse risco, assumindo-o integralmente; e, caso não consiga, ele se tornará *prima facie* responsável legal pelo prejuízo decorrido de um descontrole natural”. “Essa decisão”, completou o juiz, “parece-me, em princípio, justa.”

Todavia, até o caso *Rylands v. Fletcher*, nenhuma decisão como essa fora formulada. Os fatos desse caso se deram no contexto de novas atividades industriais, gerando grave apreensão pública em relação aos impactos ambientais, juntamente com o aparecimento de litígios nunca antes tratados pelos tribunais.

Portanto, seria o caso de o juiz Blackburn ter meramente inventado uma nova lei? Caso o tenha feito, então o Sr. Rylands, o acusado, foi punido por uma aplicação retroativa – em outras palavras, pela invenção de uma lei da qual ele não tinha conhecimento prévio. Certamente esse seria um caso de flagrante injustiça. Mas notem as palavras do juiz: “Pensamos que o verdadeiro estado de direito entende que (...)”. Em outras palavras, aos olhos do juiz Blackburn, ele não estava inventando a lei, mas a estava descobrindo. Essa foi também a opinião da Corte dos Lordes ao sustentar a decisão do juiz.

A atitude dos juízes, nesse caso, não foi incomum. O direito consuetudinário mal teria avançado sem a suposição da *existência* de uma justiça a governar cada conflito judicioso, e que sua justa aplicação serve como compensação à parte injustiçada e como punição à parte infratora. O caso mostra claramente como a lei cumpre o seu papel ao obrigar que um fabricante internalize seus custos – em outras palavras, garantir que será ele, e não a parte inocente, que assumirá os custos de suas atividades.^[184]

O caso *Ryland v. Fletcher* foi extensivamente discutido e permanece controverso mesmo em nossos dias^[185] – em grande parte porque o excesso de rigor nas penas de responsabilidade torna arriscado o investimento em atividades das quais todos precisam. Desde que o caso foi decidido, todavia, uma responsabilidade civil rigorosa foi embutida no sistema consuetudinário e se tornou a forma mais simples de proteger a parte inocente dos efeitos negativos de empreendimentos. Nos Estados Unidos é chamada de “responsabilidade empresarial”.^[186] Além do mais, o caso ilustra um princípio importante: uma lei ativa contra prejuízos pode proteger o meio ambiente mais rápida e eficientemente do que a ação normal do Legislativo, desde que os proprietários atuem como querelantes – eles podem pleitear, com legitimidade, reparação pelos prejuízos que recaíram sobre *eles* em decorrência de determinada atividade. Foi assim que o notório caso Exxon-Valdez de derramamento de petróleo na costa do Alasca foi resolvido: a Exxon foi obrigada a assumir os custos de restauração de um precioso hábitat à sua condição prévia.^[187] O caso análogo de derramamento no Golfo do México em 2010 foi conduzido de forma semelhante: a BP assumiu a responsabilidade e se preparou para arcar com os custos, que por sua vez podem muito bem exaurir a própria empresa. O contraste com os acidentes nucleares na União Soviética é notável: o Estado, além de não assumir a responsabilidade, nem sequer admitiu que os desastres houvessem ocorrido.

Em uma conhecida argumentação, o economista Ronald Coase sugeriu que os prejuízos corrigidos por leis de responsabilidade e por contratos dão o *feedback* e, assim, na ausência de custos de transação, superam o problema causado pela externalização de custos.^[188] Coase se opõe à visão amplamente aceita, defendida por Arthur Cecil Pigou, de que a ação do Estado é necessária para garantir que os custos das transações de mercado sejam internalizados pelos agentes que os criam.^[189] Pigou sugeriu que a poluição e as externalizações semelhantes deveriam ser taxadas, restaurando-se o incentivo de arcar com os custos nas operações de mercado juntamente com os seus benefícios. O peso do argumento de Coase é que isso deformaria a lógica implícita do mercado, que é de cooperação em vez de antagonismo. Portanto, se o uso que John faz de sua terra causa 5 dólares de prejuízo ao seu vizinho Bill, mas traz um lucro de 6 dólares, então, supondo que não haja custos de transação, vale a pena John compensar Bill, uma vez que ele prosseguirá suas atividades de forma lucrativa; e Bill não estará em pior situação do que estaria caso John tivesse desistido de seu negócio. Em geral, participantes que fazem escolhas racionais, num regime de compensações sem conflitos, asseguram a internalização dos custos, que serão distribuídos de forma aceitável a todos. Coase nos oferece muitos exemplos de como a espontânea coordenação do mercado por meio de provisões para a compensação de perdas tende a uma distribuição social ótima dos prejuízos, e raramente é melhorada com regulamentações estatais. Num notável “teorema”, Coase afirma que quando um bem comum é privatizado, com claros direitos de propriedade designados a todos que desejam ativamente fazer uso desse bem, essa designação de direitos de propriedade leva (na ausência de custos de transação) a uma distribuição final ótima graças à negociação entre as partes envolvidas.

Até aqui tudo bem, mas o argumento de Coase não prova que a regulamentação seja desnecessária; apenas que é desnecessária em circunstâncias especiais – nas quais os custos de transação sejam nulos, e as partes lesadas identificáveis. As situações discutidas por Coase são como as pesquisadas por Ostrom: situações em que particulares identificáveis ou comunidades locais são constrangidos a arcar com danos causados por atividades exercidas por entidades particulares. Tanto Coase quanto Ostrom exploram soluções positivas em jogos de múltiplos participantes. Mesmo que as partes lesadas sejam identificadas, a regulamentação pode ser, não obstante, necessária, caso os custos de transação interfiram nas soluções de mercado. Na verdade eles interferem. Buscar indenizações é um processo custoso. Raramente a parte que provocou o dano oferece pagamento adiantado;

frequentemente não há como identificar quem sofrerá o dano até que o estrago tenha sido feito. Então um processo judicial será aberto, o que custa tempo e dinheiro, e com resultados incertos. Esse tipo de ação se torna racional apenas quando a lei é clara, o juiz é imparcial e a questão é totalmente compreendida. Mesmo na melhor das situações, o processo estará longe dos inevitáveis conflitos; portanto, uma regulamentação que previna transferências de prejuízos pode muito bem ser preferível à dolorosa tentativa de retificação pós-evento.^[190]

Esses problemas se tornaram evidentes nos Estados Unidos, onde a lei inglesa de responsabilidade civil encontrou campo fértil para a aplicação de processos movidos por ganância e por vingança, no transcorrer dos quais geralmente todos acabam perdendo. Nas cortes dos EUA, casos de responsabilidade são decididos em júri – direito garantido pela sétima emenda da Constituição americana – e cabe também ao júri avaliar os danos. Advogados inescrupulosos, aproveitando-se de “ações coletivas” e do procedimento por meio do qual os membros do júri podem ser “peneirados” e removidos antes do julgamento, têm sido capazes de assegurar que todo acusado que *pode* pagar será sempre aquele que *de fato* pagará, independentemente da falta cometida. No caso da Exxon, já mencionado, ficou claro que a empresa e seus agentes eram realmente culpados e, portanto, foram justamente sentenciados e obrigados a pagar os prejuízos causados pelo vazamento. Mas exemplos de justiça estão se tornando menos frequentes. Vale a pena observar os efeitos negativos da lei de responsabilidade civil nos Estados Unidos – compreender como um sistema homeostático eficiente foi destituído de sua principal conexão de *feedback*. A lei de responsabilidade civil foi concebida para transferir o prejuízo (provocado por um dano) àquele que o causou, embasando-se em princípios fundamentais de prestação de conta na regulação das disputas ordinárias. Isso significa que os agentes que causarem danos terão de arcar com os custos de suas ações. Esse *feedback* dá forte incentivo para que as pessoas evitem comportamentos e ações que podem gerar prejuízos a terceiros. Mas isso não vale mais na lei de responsabilidade civil nos Estados Unidos dos dias de hoje. A volta completa do *feedback* foi cortada ao meio, e o sistema opera fora de controle, ampliando o mal ao forçar partes inocentes a pagar por prejuízos infundados, e ao aumentar o custo dos produtos e serviços, que será repassado em razão de prováveis ameaças de processo.^[191]

A cura real desse desequilíbrio – que seria restringir a capacidade do júri de arbitrar indenizações – não é sequer cogitada. Em vez disso, a resposta do governo caminha para proteger as empresas contra ações maliciosas, e isso é feito na

produção de leis cujo intuito é prevenir a ocorrência de prejuízos – antes que estes ocorram. Em outras palavras, o governo americano adotou uma estratégia de prevenção, em vez de encorajar o tipo de resiliência que emana de um regime de responsabilidade perante os danos. Prevenção é a tarefa da Agência de Proteção Ambiental americana (EPA, na sigla em inglês), cujas rígidas regulamentações custam, segundo estimativas, algo em torno de 76 milhões de dólares anuais por vida salva. Esse custo é diretamente sentido pelos governos municipais e pelos negócios, o que acarreta onerações desnecessárias que impedem que as empresas adotem soluções criativas para os problemas ambientais.^[192] Uma vez mais, observamos a natureza contraproducente de políticas regulatórias que confiscam o risco e removem os incentivos que nos preparariam para enfrentá-lo. Uma reforma na lei de responsabilidade restauraria um dispositivo corretivo, do qual depende a economia de mercado, e isso impediria que infratores e exploradores repassassem seus custos. No entanto, ocorre o contrário, pois o regime regulatório da EPA eleva os custos e os transfere para todos na forma de produtos mais caros.

Dez anos após o caso *Rylands v. Fletcher*, o Parlamento britânico fez sua primeira tentativa de lidar com o problema da poluição ao sancionar a Public Health Act, de 1875, e as Rivers Prevention Acts, entre 1876 e 1893. Essas leis deram às autoridades poder para adotar medidas contra os poluidores. Todavia os principais poluidores eram as próprias autoridades locais, que despejavam esgoto nos rios sem se preocupar com os efeitos sobre as pessoas e sobre as reservas de peixe. Consequentemente, poucas ações foram movidas e as multas eram irrisórias. As leis subsequentes nada fizeram para retificar a principal fraqueza dessa legislação, que era justamente tratar os rios como um bem comum, em relação ao qual o indivíduo não podia mover ação. Nos anos seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial, quando a Grã-Bretanha experimentou uma administração socialista, num processo que compreendeu a nacionalização de grandes empresas, aquisições compulsórias e maciços privilégios aos organismos que pudessem ser categorizados como “públicos”, os rios foram alvo de uma severa poluição, e muitos dos mais belos dentre eles simplesmente morreram.^[193]

Contudo havia outra forma de proceder. Tornara-se claro, desde o caso *Chasemere v. Richards*, de 1859, que a lei de direitos e costumes reconhecia o direito dos proprietários ribeirinhos de usufruir da água não poluída que margeasse suas propriedades. Ao sentenciar o caso, Lorde Wensleydale resumiu a lei: “O proprietário de terra tem direito ao usufruto das águas que vêm até ele, em seu estado natural de fluxo, de quantidade e de qualidade e o dever de não obstruí-las

caso deixem suas terras, segundo o mesmo princípio de que tem o direito de receber auxílio dos solos vizinhos em seu estado natural”.^[194] Dessa forma definido, o direito de *quasi*-propriedade dava aos proprietários ribeirinhos poder de acionar judicialmente os agentes que destruíssem as condições naturais das águas que passavam por suas terras.

Foi um advogado e pescador amador, John Eastwood, que percebeu a oportunidade que essa jurisprudência apresentava para resgatar os rios das mãos do Estado. As indenizações geradas pelas leis governamentais contra a poluição dos rios não eram pesadas o suficiente para impedir novos delitos, e só podiam ser administradas depois de o estrago ter sido feito, ao passo que era possível recorrer a uma ação civil tanto para interromper completamente a poluição como para obstá-la. Isso se dava porque os tribunais tinham o direito de fazer uso corretivo das liminares – previamente estabelecidas –, que por sua vez levavam a punições mais severas em caso de desobediência.

Ações civis são caras, e o custo recai totalmente sobre a parte que perde. Poucos proprietários ribeirinhos eram suficientemente ricos para assumir o risco de perder ações dessa natureza, e os mais interessados em preservar a pureza das corredeiras e dos rios eram justamente os pescadores amadores, a maior parte dos quais não tinha direito de propriedade sobre as áreas ribeirinhas. Assim sendo, Eastwood encorajou pescadores e clubes de pesca a comprar terras ao longo dos rios, de modo que pudessem mover ações contra aqueles que destruíam o seu esporte. Em 1948, ele deu mais um passo e formou a Anglers’ Co-operative Association, que se tornaria mais tarde a Anglers’ Conservation Association, concebida para oferecer suporte financeiro aos interessados em mover ações.

Esse tipo de iniciativa cívica é facilitado pela lei fiduciária e pela lei comum das associações, que permitem que os clubes se apresentem como litigantes coletivos diante dos tribunais.^[195] Dessa forma, os clubes não precisam de um ato de incorporação^[196] ou de algum tipo de permissão do Estado. Em poucos anos, pescadores de todo o país haviam se unido para proteger o seu esporte, e tivemos então o marcante “Pride of Derby” de 1952, caso no qual os três acusados – uma empresa privada, uma indústria nacionalizada e um governo local – foram obrigados a parar de poluir o Rio Derwent, o que despertou tanto na indústria quanto no Estado a necessidade de mudanças em seu comportamento ambiental.

^[197]

Se os rios da Inglaterra estão limpos e repletos de peixes em nossos dias, é porque a lei reconhece os direitos de propriedade ribeirinha e o direito de associação entre aqueles que os detêm. Os rios não foram limpos pelo Estado, mas à revelia dele, tampouco pela propriedade “social”, mas sim pelo direito de propriedade privada. São esses exemplos que os defensores das soluções de mercado usam quando defendem a superioridade de sua visão em relação à visão estatista. Em sua detalhada pesquisa, Terry L. Anderson e Donald R. Leal oferecem casos comparáveis.^[198] Deve-se reconhecer, todavia, que os direitos de propriedade que limpam os nossos rios são, em si mesmos, emanções da lei de usos e costumes, e se mostraram eficientes somente por causa das conexões auxiliares de *feedback* consolidadas num sistema legal no qual a livre associação, as correções equitativas e as leis de responsabilidade civil dão poder e sustentação ao litigante individual.

Deve-se reconhecer também que essa iniciativa cívica exemplar não teria ocorrido não fosse pela pesca esportiva: atividade condenada pelos defensores dos direitos dos animais e alvo frequente de abusos dos ativistas.^[199] A resposta apropriada aos ataques contra a pesca foi anunciada dois séculos atrás por Wordsworth, num soneto que ele escreveu numa folha em branco do *Compleat Angler*, de Izaak Walton:

Enquanto houver dos rios a casta lida,
O nome Walton viverá, de escol!
Que arcanos devassou da vara e anzol
Conselho de ouro dando nesta vida:
Ler reverente cada quieta linha
Que a natureza inscreve em agrário sólio;
Nobre versado em disciplina sóbria,
Houve por pouco o mais extenso dia
Para o adorado jogo em basto bosque
E os serpenteios de britões riachos:
Oh, neste livro mais reais eu acho
Salgueiros, montes, que os que piso e toco;
Mais frescos prados – onde, de alto a baixo,
Floresce e aflui a Piedade.

O “ler reverente cada quieta linha” é uma descrição oportuna de *oikophilia*, como a defenderei no capítulo 8, no qual explico e justifico o conceito de

Wordsworth de “piedade natural”, atribuído, neste caso, a Walton, o pai fundador do ambientalismo inglês e amante desse “casta lida”.

A intenção zelosa é a segunda natureza do esportista amador. Na Grã-Bretanha, os habitats e sua biodiversidade vêm sendo protegidos não somente pela Anglers’ Conservation Association, mas também pela Game Conservancy Association, pela British Field Sports Society e pela Masters of Foxhounds Association, durante os períodos em que esses ambientes naturais sofreram danos causados pelo Estado. Caçadas, esportes de tiro e pescaria criam interesse por outras espécies e um desejo de conservar os habitats, com base numa dinâmica sem paralelo com outras relações entre homens e animais – esse é um ponto que não precisa ser explicado aos que praticam aquelas atividades e que raramente é compreendido pelos que não praticam.

O caso da Anglers’ Conservation Association ilustra um princípio geral: uma vez que as partes envolvidas consigam transferir os seus custos para terceiros, os mercados fracassarão na geração de equilíbrio entre os interesses conflitantes, e o mesmo ocorrerá quando os custos de transação forem muito altos para que as partes lesadas possam ser indenizadas. Os grandes poluidores pensaram estar a salvo por despejar resíduos poluentes nos rios, uma vez que as vítimas para as quais eles repassavam os seus custos não podiam ser concretamente identificadas. Ficou comprovado que estavam enganados. Não apenas as vítimas eram identificáveis como também foram capazes de se mobilizar na proteção de seu patrimônio.

Um problema perdura: um negócio cujos custos são repassados indefinidamente, tanto para muitas pessoas quanto para as futuras gerações, pode se esquivar dos litígios. Esse é o problema específico dos “escoadouros”; mas não se trata de um problema recente. Ele já se tornara aparente no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, quando investidores e governos começaram a promover a implantação maciça de uma agricultura intensiva e mecanizada. Subitamente, os nossos ecossistemas se viram sob o efeito de novos impactos, cujos efeitos sobre os interesses de longo prazo eram incalculáveis. O uso de pesticidas produziu efeitos imediatos sobre a vida selvagem, provocando respostas célebres, como a do livro de Rachel Carson *Silent Spring*,^[200] que praticamente inaugurou o movimento ambientalista de nossos tempos. Ambientalistas como Marion Shoard, na Grã-Bretanha, e Wendell Berry, nos Estados Unidos, registraram os efeitos dessa catástrofe, mostrando a forma como governos e agronegócio conspiraram – em parceria – para infligir danos permanentes à terra e a tudo que nela cresce.^[201]

Há muito tempo se sabe que os subsídios agrícolas, do tipo que vemos na Europa e nos Estados Unidos, recompensam a produção em larga escala e atuam, como a regulamentação burocrática, desagregando os distintos aspectos da vida agrícola, de modo que os efeitos colaterais são raramente corrigidos a tempo. Os governos britânicos do pós-guerra subsidiaram os fazendeiros para que estes arrancassem as cercas vivas. Consequentemente, quinze mil milhas de cercas vivas foram destruídas. Ao perceber tarde demais o estrago que isso causara à vida selvagem e à biodiversidade, os governos passaram, então, a subsidiar a plantação de cercas vivas. Ao subsidiar a produção agrícola, os governos encorajam a superprodução, fomentando *dumping* sobre o mercado mundial e destruindo a agricultura do Terceiro Mundo. Assim, atualmente os governos subsidiam os fazendeiros a *não* produzir, e os campos sem cultivo são mantidos à custa do contribuinte. Dessa forma (e de muitas outras), o regime de subsídios destrói mercados e o *feedback* negativo. Sempre que os custos forem externalizados a indivíduos não identificados, jamais retornarão aos seus reais causadores.

Não devemos, contudo, culpar o mercado por isso, mas sim a facilidade com que – nas economias de larga escala – os ganhos privados são combinados com custos que serão socializados. Dessa maneira, fabricantes de refrigerantes e de produtos semelhantes utilizam garrafas plásticas como forma barata de embalar e transportar seus produtos aos mercados, em grandes engradados de plástico. Uma vez usadas, as garrafas entram no meio ambiente e criam um custo para todos. É difícil determinar um valor monetário para esse custo, embora ninguém duvide que o planeta sofra estragos com o acúmulo de um material que ameaça a vida selvagem, bloqueia os cursos de água e prejudica os processos de drenagem, além de ficar acumulado na superfície dos oceanos; ademais, ao destruir a beleza das paisagens, destrói igualmente a motivação para protegê-las. Embalagens plásticas constituem uma forma de lixo imperecível que se acumula para sempre e não deixará de provocar um desastre ecológico salvo se for abolido ou, ao menos, sistematicamente reciclado. Esse material compreende uma pequena parte do problema relativo aos “escoadouros”, e também revela a problemática que surge quando os resíduos não são contabilizados, e realmente não o são pelo mercado, pelo menos de forma imediata. Em circunstâncias como essas, é preciso estabelecer algum tipo de custo a ser imposto – como no caso do antigo mecanismo de depósito de garrafas, tão eficiente na época em que as garrafas eram feitas de vidro.

Retornarei mais tarde à questão dos plásticos, a meu ver um problema que pode ser resolvido. Ela compreende, no entanto, apenas parte de um problema maior.

Quase não há aspecto da economia moderna que não envolva transferência de custos a terceiros anônimos – e ao meio ambiente. Não adianta pedir socorro ao Estado, visto como uma espécie de amigo do povo contra as atividades predatórias do mercado, uma vez que as mais graves atividades predatórias são introduzidas e geridas pelo próprio Estado. Regulamentações na área de saúde e segurança, impostas pelo Estado (ou pela União Europeia), são responsáveis pela produção da grande quantidade de embalagens não biodegradáveis destinadas a proteger os alimentos. Subsídios estatais e articulações burocráticas inescrutáveis são responsáveis pela construção de nossos sistemas rodoviários. Foi um impacto econômico desigual, gerado no interior dos subsídios estatais e por pesadíssimas exigências regulatórias, que permitiu aos supermercados destruir as pequenas vendas locais de alimentos e produtos domésticos na Europa e nos Estados Unidos. Uma vasta malha de estradas, cuja construção é subsidiada pelo Estado, permitiu aos supermercados atuar a partir das fronteiras urbanas, com enorme eficiência nas operações de larga escala. As novas regulamentações de planejamento urbano impostas pelo Estado obrigaram os pequenos lojistas a construir em espaços confinados e a manter fachadas caras para atender clientes que não têm onde estacionar. Além disso, as regulamentações estatais referentes aos procedimentos de embalagem e inspeção só podem ser operadas por meio de um sofisticado sistema de distribuição centralizada, do tipo gerenciado pelos grandes supermercados. Assim, a economia de escala alcançada pelos supermercados lhes permite orquestrar, a partir dos limites urbanos, a decadência dos centros urbanos e sua destruição como hábitat humano autossustentável. Essa vitória fácil das forças de destruição ambiental seria impossível sem o peso desigual que as regulamentações estatais e seus subsídios exercem sobre diferentes setores da sociedade, favorecendo largamente o grande vendedor varejista e atacadista em detrimento dos lojistas. Ainda que a ação estatal seja necessária na resolução de nossos problemas ambientais, não devemos, no entanto, ignorar o fato de que ela é a grande causadora desses mesmos problemas.

A externalização dos custos existe em dois formatos: um que afeta de modo sensível as pessoas no aqui e agora e outro cujos efeitos serão visíveis pelas futuras gerações. As motivações que nos levam a enfrentar os dois problemas são, portanto, diferentes. A primeira implica um gerenciamento caseiro e diário integrado a uma responsabilidade social, e a segunda, um tipo de intendência pelo bem comum destinado às gerações futuras. Essa segunda motivação será discutida em detalhes

no próximo capítulo. Mas como reorientar o funcionamento do mundo na direção de uma manutenção doméstica?

Não há dúvida de que regulamentações atuam para bloquear certas práticas, com base nas quais os custos são repassados ao meio ambiente. Uma das histórias de sucesso da gestão ambiental foi a da fumaça urbana – uma maldição que afetava todas as grandes cidades europeias no fim do século XIX e começo do século XX, agora afastada da Europa e dos Estados Unidos por meio de regulamentações no uso doméstico dos combustíveis. Esse caso ilustra também os perigos embutidos nos processos de regulamentação, que tendem a substituir os conflitos normais por regimes de tolerância zero. Nos Estados Unidos, os custos para que as regulamentações entrassem em vigor foram acrescidos de tal forma pela EPA que uma política de ar limpo tem exigido pesadas taxas aos consumidores.^[202] Mas há outros motivos para pensarmos que regulamentações não serão suficientes para evitar que os grandes poluidores repassem os seus custos.

Em primeiro lugar, governos favorecem determinados grupos e setores. Os negócios que prosperam repassando custos ao meio ambiente – a indústria automobilística, a indústria aeronáutica, os supermercados, só para citar três segmentos de peso – são exatamente os que recebem a mais substancial ajuda do governo, na forma de subsídios e auxílios diversos, e serão os últimos chamados a prestar contas. Um defensor do mercado teria de mostrar, por exemplo, como os subsídios ocultos que mantêm os supermercados poderiam ser removidos sem destruir hábitos que se tornaram uma segunda natureza para as pessoas modernas.

Em segundo lugar, regulamentações de cima para baixo desagregam o risco. Nesse sentido, regulamentações concebidas para solucionar um problema tendem a criar novos problemas da mesma ordem ou de ordem mais elevada. Portanto, as novas regulamentações que exigiam a reciclagem de material de vidro removeram um dos mais importantes estabilizadores dos aterros, ao passo que regulamentações na área da saúde e na da segurança entupiram o mundo inteiro com material plástico.

Em terceiro lugar, uma regulamentação coerente requer uma hierarquização dos problemas conforme o grau de seriedade, com a fixação do custo da solução. No entanto, até o momento a incoerência regulatória é, nos Estados Unidos, o grande defeito da EPA, que exige enormes gastos para remover pequenos riscos e desvia recursos que poderiam ser usados para proteger a população de desastres reais. O dinheiro que poderia ter sido empregado na modernização de barragens em Nova

Orleans, que protegeriam a cidade do furacão que a destruiria em 2005, foi gasto – ano após ano – no cumprimento de exigências impostas pela Clean Air Act, ainda que a qualidade do ar nos Estados Unidos de hoje já não represente risco significativo para quem o respira.^[203]

Em quarto lugar, regulamentações de cima para baixo inevitavelmente transferem problemas e soluções para um organismo central de tomadas de decisão. Isso remove os problemas de seu verdadeiro contexto e impede sua localização e resolução pelo tipo de iniciativa cívica que constitui a fonte primária de uma intendência pelo bem comum, incluindo as que foram discutidas por Ostrom. Na Inglaterra em que cresci, numa época em que as embalagens eram feitas de material biodegradável, uma pessoa que jogasse uma embalagem de doce ou o jornal na rua seria chamada de “porca”; de tempos em tempos, a fim de renovar o cuidado com o ambiente local, organizávamos reuniões entre vizinhos e limpávamos as pequenas concentrações de lixo que esvoaçavam pelas ruas. Caso os vizinhos não fizessem esse serviço, então um pequeno grupo de escoteiros da região faria a limpeza pela comunidade. Hoje em dia, o lixo foi entregue totalmente aos cuidados das agências regionais, mas estas têm outros e maiores problemas a resolver. Pior ainda, o espírito público foi confiscado pelo governo, nacional e regionalmente, e os grupos voluntários desapareceram. Assim, um problema ambiental que antes era resolvido pela modesta sabedoria do coração humano permanece agora sem solução e em breve se tornará insolúvel. Por outro lado, nos EUA, todas as vias e estradas do Condado de Rappahannock, na Virgínia, foram colocadas aos cuidados de grupos voluntários. Nesse condado constituído por um minúsculo governo local, o cuidado com o meio ambiente tornou-se uma tarefa exercida diretamente pelos cidadãos. Talvez eles não administrem essa tarefa com absoluta perfeição, mas garanto que cumprem o seu dever de forma muito mais eficiente que as autoridades do Condado de Wiltshire, na Grã-Bretanha, onde moro.

Grupos voluntários proliferam naturalmente quando o Estado não está no controle das ações públicas. Essa foi, por excelência, a experiência histórica dos Estados Unidos que deixou, há pouco menos de dois séculos, uma profunda impressão em Tocqueville.^[204] Uma vez livres para agir por conta própria, as pessoas tentarão retificar os estragos, desde que acreditem que não se trata de um *eles* anônimo responsável, mas de um *nós*. Nas situações estudadas por Ostrom, o interesse próprio, atuando racionalmente em conjunção com o instinto cooperativo, abre uma saída que evita as grandes tragédias. Todavia, em outras circunstâncias, a satisfação do interesse próprio não será suficiente, seja porque os beneficiários são

inumeráveis, o que torna impossível cooptá-los, seja porque as exigências dos participantes identificáveis não podem ser atendidas.^[205] Neste caso, torna-se necessário encontrar uma motivação mais forte que o instinto de cooperação que seja capaz de alcançar e integrar gerações ausentes levando em consideração os seus interesses. Caso abandonemos a motivação humana destinada a tomar a frente quando os mecanismos de mercado fracassam, então soluções reais dos problemas ambientais continuarão uma quimera. Refiro-me ao espírito público expresso como patriotismo ou amor ao território de origem, imbuído de um sentido de pertencimento ao lar herdado e compartilhado. Esse espírito nasce da percepção de que determinado problema é *nosso* problema; portanto, *meu* problema, como membro de uma comunidade. Esse sentimento desaparece quando burocracias anônimas confiscam nossos riscos e fingem que podem extingui-los por meio de regulamentações.

Essas observações do senso comum podem parecer politicamente incorretas, principalmente em culturas que abriram mão de si mesmas diante da ingerência crescente do Estado e perderam a confiança nos instintos humanos. Só quando levamos tais observações a sério é que encontramos uma solução satisfatória para os nossos desafios diários. O direito à propriedade e o mercado não foram os únicos instrumentos que mantiveram viva a tradição das iniciativas cívicas no mundo cultural britânico, como as que salvaram os rios da Inglaterra: a lei fiduciária que protege as causas que dizem respeito ao espírito público e aos empreendimentos de caridade; a lei de responsabilidade civil, promotora de indenizações e capaz de responsabilizar os causadores de danos; a liberdade das associações civis que proíbem o Estado de se intrometer em nossas iniciativas sociais. Todas essas instituições, combinadas com a da propriedade privada e com a do livre mercado, criam uma rede eficiente de sistemas homeostáticos, nos quais erros são corrigidos e riscos são equilibrados à medida que surgem. Todavia estão sujeitas à corrupção e podem ser sobrecarregadas por custos de transação que as tornam inoperantes. E tudo depende, em última análise, do comprometimento patriótico, que permite que as pessoas se unam tanto para defender o que lhes pertence como para a extensão de sua confiança diante de estranhos.

Creio que nesse momento alcançamos aquilo que está no âmago dos desentendimentos entre a direita e a esquerda. Não se trata de meras avaliações concorrentes sobre determinados problemas – embora, com certeza, a forma como uma pessoa avalia um problema é fortemente influenciada por sua atitude diante desse problema; ou seja, da mesma forma que os Verdes radicais se predispõem a

exagerar os problemas ambientais, os conservadores estão predispostos a minimizá-los. No entanto, o desentendimento real entre eles é de natureza existencial e corresponde às distinções psicológicas e espirituais sobre as quais discorri no capítulo 3. O igualitarista radical é tipicamente revoltado com o mundo banal do “adquirir e gastar” que o cerca. Ele reencontra um senso de comunidade não no aqui e no agora – na herdada e imperfeita ordem social dos que estão no meio desta grande confusão –, mas na sociedade utópica de espíritos afins unida em torno de um justificado e compartilhado objetivo. Onde o conservador se identifica com família, povoamento e nação, o radical se identifica com um *movimento* que o absorverá, aliviando a dor de sua marginalidade.

Devemos considerar os planos e as políticas desses dois tipos como realidades provenientes de temperamentos conflitantes. Os igualitaristas radicais não ficarão satisfeitos com políticas que não tenham forte apelo de transformar o mundo; eles não querem ser cooptados como membros defensores do sistema, empreender lado a lado uma “luta” contra os “poderes do mundo”. Pequenos ajustes no *statu quo* nada significam para eles. Aos olhos dessas pessoas, os fracassos do mercado e seus efeitos colaterais são motivos mais do que suficientes para a adoção de amplas políticas de reforma, que, inevitavelmente, convidarão o Estado para o papel principal. As iniciativas cívicas das comunidades locais, que procuram resolver os problemas internos segundo princípios relacionados aos direitos de propriedade, despertarão imediatamente a desconfiança do igualitarista; afinal de contas, são essas pessoas que *causaram* o problema. Assim sendo, como poderão gozar de nossa confiança? Essa é uma visão cheia de ímpetos que conduzem às soluções centralizadoras e burocráticas; conseqüentemente, expropria-se o espaço moral que poderia ser ocupado por voluntários.^[206]

A diferença entre essa configuração e a típica resposta conservadora é a mesma que Edmund Burke concebeu entre “movimento” e “pequeno pelotão”. Em sua crítica às políticas de massa da Revolução Francesa, Burke repudiava o que via como falsa visão da ordem social – na qual as pessoas são constrangidas por uma “doutrina de armas na mão” e buscam um objetivo comum imposto por um poder central. Contra esse modelo, ele defendia as comunidades regionais e suas associações livres, submetidas a um regime de estado de direito, de valores comuns e direitos de propriedade, dispostas a resolver seus conflitos por meio de concessões e negociações. Ao desenvolver esses argumentos, Burke fez uma observação vital: os revolucionários eram defensores ferrenhos do contrato social de Rousseau, e estavam ansiosos por estabelecer uma nova concepção de legitimidade, segundo a

qual o consentimento do cidadão, em vez do direito herdado do monarca, constituiria o fundamento da ordem política. Mas, segundo Burke, quem são os cidadãos e como o consentimento deles será solicitado e integrado? Caso a sociedade seja um contrato, ela não pode ser apenas um contrato entre os que vivem, mas sim um que inclua os mortos, os vivos e os que vão nascer – resumindo, não pode ser um contrato, mas uma relação de confiança em que herdeiros vivos detêm um patrimônio que será legado aos seus descendentes. Deixar que um capital acumulado por séculos se aniquile nas mãos dos inquilinos temporários da nação significa destruir a cadeia de confiança da qual dependem as futuras gerações. Mas é exatamente essa a reivindicação dos ambientalistas de hoje, só que em termos um pouco diferentes – estamos destruindo um patrimônio comum e devemos assegurá-lo em nome das futuras gerações, e estamos violando um dever fundamental ao fazer isso. Isso é verdade, mas o que motivaria as pessoas a agir da forma como Burke recomendou? A resposta define a diferença entre a esquerda e a direita. Burke está afirmando que os movimentos revolucionários destroem o capital social e que, em contrapartida, os pequenos pelotões o preservam. O conservador dirá que o mesmo vale para o capital ambiental.

Antes de deixar esse tópico é importante discutir a questão do “risco moral” – a situação em que indivíduos e instituições são efetivamente isolados dos custos de suas escolhas, seja por meio dos serviços privados de seguro, seja por meio do amparo estatal. Seguros privados crescem proporcionalmente ao risco e impõem medidas de autodisciplina sobre a pessoa que os adquire. Por outro lado, todavia, a segurança oferecida pelo Estado não tem custo e está aberta à manipulação. A presença do Estado na economia é um passe livre para os criadores de problemas que sobrepõe responsabilidades e transfere custos aos contribuintes, o que compromete o uso responsável dos recursos. Consideremos o notório caso dos credores hipotecários Fannie Mae e Freddie Mac, nos EUA. Em sua política de crédito, estava implícita a suposição de que, uma vez enquadradas como empresas patrocinadas pelo Estado com reservas de capital abaixo do requerido para as instituições privadas, poderiam pedir auxílio do governo federal caso grande número de seus clientes se tornasse inadimplente. Logo, eles continuaram a emprestar dinheiro, em obediência a procedimentos imprudentes e politicamente motivados, até serem colocados sob a tutela do governo em 2008.^[207]

A presença econômica do Estado exerce efeito comparável sobre os problemas ambientais. Quando o furacão Katrina atingiu Nova Orleans em 2005, os estragos foram calculados em cerca de 150 bilhões de dólares. Em vez de as barragens e

contenções marinhas serem mantidas por aqueles a quem se destinavam a proteger, eram mantidas por organismos oficiais. Assim sendo, ninguém se preocupou em reforçá-las ou mesmo em atualizar os projetos da estrutura. Muitas casas, escritórios e negócios nem sequer tinham seguro contra danos provocados por enchentes.^[208] As pessoas continuaram a viver em áreas de alto risco, confiantes de que, se o desastre chegasse, a Federal Emergency Management Agency (Fema) [Agência Federal de Gestão de Emergências] entraria em ação e tudo estaria resolvido. De forma semelhante, na Grã-Bretanha muitas comunidades continuam a construir em áreas sujeitas a enchente, certas de que, em caso de adversidade, as responsabilidades serão assumidas pelo Estado. Muitas famílias não têm seguro contra enchentes, nem mesmo sabem que nenhuma companhia de seguro fará um contrato para essas áreas. Por tudo isso, a intervenção governamental aumenta os riscos ambientais ao desencorajar as pessoas a estabelecer preços sobre os riscos e assim adquirir, como resultado, a resiliência necessária para se adaptar aos perigos e prejuízos. Sem sugerir que o mercado seja a única solução para os problemas ambientais, podemos ao menos observar que nossa habilidade para lidar com esses problemas se tornará seriamente avariada sempre que o Estado nos conduzir ao esquecimento dos custos e dos riscos.

O exemplo das enchentes aponta para o valor dos seguros diante das ameaças ambientais. Os que se apoiam em terceiros para resgatá-los durante uma crise estão transferindo custos e utilizando sistemas que inevitavelmente entrarão em colapso caso muitas pessoas façam o mesmo. Por outro lado, os que fazem seguro direcionam o custo do risco para si; ademais, contribuem para que o custo dos danos possa ser devidamente fixado caso o risco se materialize. Dessa forma, o seguro é mais um instrumento de homeostase, do qual dependem as comunidades duráveis; sua disseminada existência nos Estados Unidos é um dos motivos pelos quais as comunidades americanas se recuperam tão rapidamente de choques e desastres. Isso não significa que o seguro não seja também uma fonte de risco moral que incita as pessoas a se arriscar em coisas que não deveriam e a transferir custo – do imprudente para o prudente. Todavia, os mecanismos de compensação evoluíram no universo dos seguros (como os que oferecem bônus e vantagens aos clientes mais prudentes), ajudando a retornar o custo da imprudência ao imprudente.^[209]

Até agora, ofereci uma defesa qualificada da posição normalmente identificada como de “direita” na discussão dos problemas ambientais – posição segundo a qual o mercado não é o problema, mas parte da solução, e o Estado desempenha um

papel subordinado no controle da externalização de custos. Mas será dito, com razão, que isso facilmente deixaria os grandes negócios de fora. Não está certo afirmar que as queixas da esquerda contra companhias de petróleo, agronegócio, grandes montadoras de veículos, supermercados e companhias aéreas sejam, em geral, desonestas; tampouco está certo dizer que esses negócios podem ser geridos sem ajustes, uma vez que não causariam graves problemas ambientais. De fato, a fraqueza da posição que John Gray descreve como “neoliberal” – a supervalorização ideológica do mercado como o único remédio dos problemas sociais e econômicos – é a sua recusa de fazer a distinção (aparente às pessoas mais ou menos sensatas) entre o grande negócio e o pequeno. O problema surge quando alguns negócios se tornam suficientemente grandes a ponto de blindar a si mesmos contra os efeitos colaterais de suas atividades, atuando como se todas as objeções pudessem ser superadas por um consultor “corporativo”, sem nenhuma alteração mais decisiva na forma como as coisas são feitas.^[210]

Esse é um problema de ordem estrutural e de tamanho corporativo. Nenhuma instituição contribuiu mais para a expansão dos mercados do que as empresas – limitadas e de capital aberto. Essas duas extraordinárias invenções do século XVII asseguraram a preeminência de holandeses e britânicos no mercado internacional. Elas fizeram mais para encorajar o livre empreendimento do que praticamente quaisquer outros instrumentos legais ao possibilitar que pequenos investidores usassem suas poupanças para abrir um negócio próprio sem precisar arriscar todo o seu patrimônio. Não obstante, criaram riscos morais que parecem justificar a raiva e o desdém que tantas pessoas (e não apenas as que se alinham com a esquerda) sentem da economia capitalista sem freios. Ao separar o controle acionário da administração, isolando acionistas e diretores dos plenos custos de seus erros, esses dispositivos legais encorajaram decisões de risco que ultrapassam qualquer coisa que o mercado de outra forma permitiria. Nas palavras de Kenneth Arrow, “a lei aparece e força uma mudança no risco que não foi criada no mercado”.^[211] Logo, nos últimos dois anos, vimos banqueiros e financistas destruir levianamente as poupanças daqueles que lhes haviam confiado seu dinheiro e ao mesmo tempo ser premiados com bônus altíssimos.

Sejam lá quais forem os efeitos adversos das empresas (limitadas e de capital aberto), não deveríamos, todavia, tomá-los como motivo para acolher com alegria as intervenções estatizantes. Toda vez que o Estado interfere nesses assuntos, ele o faz blindando tanto quanto possível os grandes executivos, de forma que quanto mais irresponsáveis forem maior será a probabilidade de o Estado livrá-los de

consequências indigestas.^[212] Quando a administração Carter resgatou a Chrysler em 1980, essa ação do governo transmitiu uma mensagem muito clara a todas as montadoras de Detroit: poderiam continuar produzindo carros que ninguém mais queria, poderiam continuar ignorando a crescente competição das montadoras japonesas e poderiam continuar a obedecer servilmente às exigências dos sindicatos. Em resumo, poderiam relaxar, pois sabiam que seriam resgatadas pelo Estado sempre que o jogo endurecesse. Em 2008, o jogo ficou novamente muito duro, e uma vez mais elas foram devidamente resgatadas.

Em 2010 o CEO da General Motors, negócio que ainda se mantém em pé pelo governo dos Estados Unidos como capitalismo de fachada ao estilo Potemkin, pagava a si próprio um salário anual de 9 milhões de dólares. Esse exemplo mostra com clareza como a relação entre irresponsabilidade executiva e subsídio estatal sustenta um jogo sórdido, que mantém um negócio que se atuasse conforme as regras do mercado já teria sido fechado há muito tempo. Além do mais, não é somente o caso de poder haver um desastre ambiental; esse tipo de negócio retém vasta quantidade de capital humano que poderia ser efetivamente deslocado a outros setores da economia – por exemplo, no desenvolvimento de energia limpa. Essa queixa não é trivial. É difícil encontrar um setor industrial, no mundo de hoje, que comporte tamanho volume de habilidades, conhecimento e perícia como a indústria de veículos dos Estados Unidos. De fato, o capital humano amarrado nessa indústria decadente (e nela mantido num estado de fútil tranquilidade) pode muito bem se tornar um dos maiores patrimônios econômicos dos americanos, mas está condenado à estagnação no momento em que é necessário em outros lugares.

Pior ainda seria se o governo desse mais um passo e assumisse de fato o controle do negócio. Diretores de empresas estatais desfrutam de grandes isenções de responsabilidade e estão completamente protegidos, por mais tolas ou vis que sejam suas decisões. Além do mais, empresas estatais gozam de proteções especiais e de mecanismos de amortecimento que as protegem de forma ainda mais completa dos efeitos adversos do que qualquer empresa privada.^[213] Portanto, os efeitos adversos e a responsabilidade decorrente não podem ser superados por meio de intervenções do Estado, seja lá a forma que isso tome: investimento, subsídio ou controle direto. O melhor que podemos esperar é a vigência das leis de falência e a desqualificação de diretores de indústrias falidas que os impeçam de participar de outras diretorias.

Existe uma importante lição a ser tirada desses exemplos. Mercados distribuem custos entre os que os causam e benefícios entre os que os geram, disponibilizando a

todos os participantes informações sobre os desejos de cada um, que, de outra forma, ficariam irrecuperavelmente dispersos.^[214] Os mercados podem resolver os problemas que criam somente se as suas conexões de *feedback* não forem cortadas. Esse corte ocorre quando determinados agentes do mercado se tornam capazes de repassar grandes parcelas de seus custos, seja impondo esses custos sobre terceiros indeterminados na forma de danos ao meio ambiente, seja valendo-se de subsídios (explícitos ou implícitos) estatais, ou mesmo blindando-se contra os riscos. No primeiro caso os tribunais podem entrar em ação para garantir que, pela lei de responsabilidade civil, os custos sejam redirecionados aos que os promoveram. Mas aqui também, como acontece hoje nos tribunais dos Estados Unidos, a conexão de *feedback* pode ser cortada. Então, uma vez mais, o Estado entrará em ação a fim de restabelecer o equilíbrio entre custos e benefícios; mas, novamente, as conexões poderão ser cortadas, como quando os agentes sociais transferem os custos de seguro aos poderes emergenciais do Estado, ou quando os riscos são confiscados daqueles que estão dispostos a assumi-los e jogados nas costas das gerações futuras, como ocorre na legislação da União Europeia no caso das embalagens.

Todos os problemas ambientais com os quais temos de lidar, incluindo a mudança climática, têm esta estrutura: são problemas que surgem quando os agentes escapam dos custos de suas transações. Então, qual seria a solução? É claro que precisamos encontrar as motivações que fazem as pessoas internalizar seus custos e as instituições por meio das quais essas motivações podem ser exercidas para o bem comum. *Esse é, no meu ponto de vista, o objetivo fundamental da política conservadora, e ele fornece o tema da próxima discussão.*

Mercados sustentam economias livres e autorreguladas. Eles não produzem somente soluções consensuais, mas atribuem responsabilidades e ajudam a manter a estreita conexão entre livre escolha e responsabilidade individual, conexão esta de que depende a ordem moral. Mas os mercados só funcionam de modo adequado no contexto de sistemas socialmente evoluídos, como no caso das leis contratuais e de responsabilidade e das associações civis. Mesmo quando se valem desses benefícios institucionais, os mercados podem, contudo, fracassar no fornecimento daquilo que deles se espera. Caso exista um propósito para regulamentações, este deveria ser evitar que isso ocorresse. Regulamentações devem ser concebidas com o fim de retornar custos ou prejuízos das transações às partes responsáveis por esses custos. Muitas pessoas chegam a essa conclusão e afirmam que o mercado, propriamente regulado, é a única solução conhecida para os problemas econômicos, e qualquer tentativa de interferir nessa operação que ultrapasse a proteção dos participantes no jogo da transferência de custos estará fadada ao fracasso.

Aqui, todavia, encontramos uma antiga queixa da esquerda: as “soluções de mercado” enquadram a motivação humana sob o estreito modelo do custo/benefício, determinando a racionalidade humana em termos instrumentais: o agente quer x e acredita que y é o meio para atingir x ; portanto buscará obter y . O agente prefere a em vez de b , e este em vez de c ; então preferirá a em lugar de c ; daí por diante. Algo parece faltar a esse quadro, e mesmo que exista a possibilidade de

uma teoria da preferência e da ordem das preferências no intuito de oferecer uma pura matemática da razão prática,^[215] o resultado de um *homo economicus* parece, a muitos, uma espécie de caricatura do ser humano.

Pode ser tentador responder que as teorias econômicas nunca foram concebidas para penetrar na estrutura do desejo humano e assim discriminar o bom do ruim, o profundo do rasteiro, valor de apetite, necessidade de luxo, interesse próprio de capricho. Mesmo que nem todas as preferências sejam valores, estes surgem em “preferências reveladas”. Portanto, bens ambientais podem ser avaliados com a seguinte pergunta: quanto os “consumidores” estariam dispostos a pagar a fim de preservar esses bens, ou o que estariam dispostos a aceitar para não correr o risco de perdê-los? Esse tipo de contabilidade deu origem à “economia ambiental”, que busca verter valores em preços e estes em políticas.^[216] Por que, então, precisamos “penetrar” em nossas preferências a fim de resolver os problemas de coordenação que elas fomentam?

Todavia essa resposta não acerta o alvo.^[217] Desejos humanos e projetos surgem de fontes distintas; alguns desejos são mais facilmente negociáveis que outros, e alguns estão profundamente ligados à condição existencial e à identidade do próprio sujeito. A menos que investiguemos as fontes da motivação humana, não poderemos encontrar um fio que nos conduza e com o qual seja possível corrigir a grande falha no esquema das coisas, contra a qual os mercados, por natureza, jamais poderão atuar; ou seja, o hábito inteiramente racional, entre os humanos, de tentar se furtar à responsabilidade ao transferir custos a terceiros.

De forma mais simples, os problemas ambientais são de *ordem moral*, e não econômica. Visto isoladamente, o raciocínio econômico vai muito bem, mas é um pensamento unívoco, exclusivamente focado na escolha racional do indivíduo, pensamento que considera como as escolhas racionais podem ser integradas para a vantagem de todos. A teoria dos jogos, a teoria do mercado, as teorias da ordem das preferências e da escolha social tratam – todas elas – da tragédia dos comuns. Elas ilustraram muito bem as dificuldades que obstruem os processos de coordenação quando tentamos ajustar nossas escolhas diante das informações que temos sobre as escolhas de terceiros. No entanto, essas teorias nada têm a dizer a respeito da questão mais ampla acerca das futuras gerações. Onde devemos buscar as motivações que protegerão aqueles que ainda não participam do jogo coletivo? Os mercados não podem registrar suas escolhas, tampouco a teoria dos jogos pode lhes dar um lugar à mesa. Ademais, nenhuma dessas abordagens é capaz de

equacionar o fato de que, constantemente, diante das circunstâncias, os agentes fazem escolhas que não refletem as escolhas que *realmente* gostariam de fazer.

Desse modo, muitos filósofos defendem a urgência de uma “ética ambiental”, e que seria tarefa central da filosofia fornecê-la.^[218] No passado, os filósofos acadêmicos acreditavam que sua função era esclarecer conceitos morais e o raciocínio moral, sem fazer pronunciamentos mais decisivos sobre como deveríamos viver ou o que deveríamos fazer. Essa crença foi rejeitada em anos recentes, e muitos passaram a argumentar que a filosofia deveria reaver suas antigas credenciais de busca de sabedoria e guia de conduta. Logo, nos últimos anos, presenciamos o surgimento da “ética aplicada” ou “prática”, que tenta oferecer soluções convincentes aos problemas da vida real. A ética prática se fez notar em muitos campos – notadamente na medicina, nos negócios e nas questões ambientais – nos quais pessoas sobrecarregadas e diante de decisões difíceis se percebem desprovidas de auxílio intelectual e precisam do especialista que retirará de seus ombros o peso da escolha.

Tudo o que li sobre “ética prática”, até agora, não me convenceu, todavia, de que os filósofos profissionais de hoje sejam bons em aconselhamentos.^[219] Sabedoria do tipo que encontramos em Aristóteles, Epiteto, Confúcio ou Tomás de Aquino não se baseia em “soluções” aos dilemas do dia a dia, mas, em vez disso, trata-se de uma ampla postura diante do mundo, por meio da qual podemos – como frágeis seres humanos – nos sair melhor fazendo uso de nossos poderes limitados. No lugar da sabedoria, os expoentes da “ética prática” oferecem uma técnica casuística. Duvido, todavia, que possa existir algo como um especialista em moral. No entanto, não espero que o leitor tome minha palavra como garantia; logo, neste capítulo, discuto por que a busca por uma “ética do meio ambiente” ainda não trouxe uma solução aos problemas que venho discutindo.

Até o momento, os principais esforços dos especialistas em ética prática se destinaram a dois empreendimentos bastante diversos: um a estender o raciocínio utilitarista ao campo da proteção ambiental e às necessidades das futuras gerações; ^[220] o outro a defender uma “nova ética”, que nos livrará do cativeiro de nossas velhas formas de raciocínio moral, vistas como insuficientes, seja porque são incapazes de ampliar nossos deveres para além dos que vivem agora, seja porque excessivamente “antropocêntricas”, portanto incapazes de contemplar nossos deveres para com os outros animais e o planeta como um todo. Em todas as suas versões, essas propostas levantam a questão da motivação. Qual é o motivo das

pessoas? Elas devem concordar que as conclusões do “especialista” estão de acordo com suas premissas e então fazer o que esse “especialista” recomenda? Em geral essas perguntas ficam sem resposta.

A abordagem utilitarista é particularmente vulnerável a essa questão. Mesmo assim o utilitarismo parece ter dominado o campo da ética prática em todas as suas manifestações mais proeminentes. O axioma utilitário nos exorta a maximizar o bem, e isso significa considerar os interesses de todos os que possam ser afetados por nossas ações. Por conseguinte, ou temos o caso de uma ética utilitária antropocêntrica, que considera somente os interesses humanos, ou a temos em formato não antropocêntrico, que estende suas implicações às demais criaturas (talvez a todas as criaturas com “interesse”, para as quais podemos “fazer o bem”). Caso seja antropocêntrica, trata-se de uma extensão do pensamento econômico, em que os interesses das futuras gerações entram na equação. Contudo, quais são esses interesses e como serão pesados? Nos cálculos de custo/benefício, muitos utilitaristas distinguem os interesses que podem ser “negociados” dos que não podem. Por exemplo, o interesse que uma pessoa tem sobre a própria vida e sobre a integridade de seu corpo, as liberdades elementares e as necessidades básicas de sobrevivência são coisas que não entram na equação. Delimitar esses interesses, que são elevados à categoria de “direitos”, e protegê-los é essencial ao pensamento utilitário, e este produzirá um cálculo de custo/benefício que todos poderemos aceitar. Ainda assim, todavia, por mais sofisticada que essa emenda ao “cálculo da felicidade” possa ser, ela terá de se ver com o problema dos números: a quantidade de pessoas no futuro será indefinidamente maior; como podemos então começar a obter as grandes somas que nos permitam comparar um futuro infinito com outro?

O raciocínio prático padrão quanto ao futuro exhibe uma “preferência temporal”, segundo a qual os benefícios futuros são descontados conforme sua distância no tempo. Os economistas empregam essa taxa de desconto quando consideram os custos e benefícios de pessoas que ainda não existem, e assim descontam os interesses dessas pessoas futuras segundo a distância temporal que têm em relação a nós.^[221] Porém, em seu relatório econômico das mudanças climáticas, Nicholas Stern defendeu com veemência que, quando se trata de meio ambiente, a taxa de desconto das “preferências temporais” deve ser zero, uma vez que não pode haver outra solução exceto aquela que deixa o planeta intato para *todos* os seus sucessores. Esse ponto apela ao senso comum e nos faz recordar o argumento de Locke sobre o direito de propriedade, o qual permite que as pessoas se apropriem do bem comum desde que ele seja deixado “de modo suficiente e adequado” aos

que ainda receberão a sua parcela.^[222] Stern acrescentou, no entanto, que temos direito a desconto a uma taxa baixa, pois precisamos levar em consideração os supostos crescimentos econômicos, os quais assegurarão que as futuras gerações sejam mais ricas do que nós e, por conseguinte, mais capazes de agir em seu próprio benefício.

O problema é que uma taxa de desconto zero torna o cálculo utilitário impossível. Não sabemos como as futuras gerações gerenciarão o meio ambiente, ou mesmo quantas pessoas farão parte dele, tampouco quais serão os seus interesses, ou como se desenvolverá a sua visão de futuro e suas responsabilidades em circunstâncias futuras imprevistas. Devemos planejar um futuro em que as pessoas serão tão egoístas como hoje? Ou devemos nos esforçar e organizar as coisas de modo que os melhores sejam recompensados, criando um ambiente em que o altruísmo seja recompensador?^[223] Talvez não devêssemos medir o nosso legado nos termos de *nossas* preferências momentâneas, mas sim tentar antecipar quais seriam as preferências nos termos dessas pessoas.^[224] Talvez pudéssemos maximizar o bem das futuras gerações caso assegurássemos que não haveria muitas pessoas, ou que os seus desejos fossem fáceis de satisfazer. Talvez devêssemos pensar no “admirável mundo novo” de Huxley, no qual os desejos e a sua realização fossem tecnicamente manipuláveis. Ou, talvez, devêssemos trabalhar na construção dos futuros “transumanos”, como imaginados por Raymond Kurzweil, entre outros, nos quais os desejos e os interesses permaneceriam, mas agora integrados num novo tipo de criatura que escapou às limitações da natureza humana. E que resposta dar à “repugnante conclusão” de Derek Parfit: um futuro em que a maior parte das pessoas vivesse miseravelmente poderia ser melhor (isto é, compreenderia um somatório maior de utilidade) do que um no qual um pequeno número delas tivesse uma vida realizada e significativa?^[225] Suponhamos ainda que possamos criar uma solução para essas questões, e que esta descreva o “melhor” cenário que poderá, então, ser almejado. A quem caberá impor essa solução? E valendo-se de quais instrumentos de repressão, diante da inevitável resistência de grupos marginais?

Menciono esses pontos porque eles trazem à tona as implicações mais indigestas ao utilitarismo, em todas as suas formas: o que nos motiva a pensar desse jeito ou agir em razão de resultados? As confusões, contradições e fantasias que imediatamente assaltam a mente humana, quando esta tenta assumir o controle completo do futuro da espécie, mostrando-se incapaz de decidir se não seria, afinal de contas, aceitável reduzir populações inteiras por meio de fomes gerenciadas pelo

Estado, ou mesmo se não seria bom alterar a natureza humana, reprogramando-a para melhor se adequar ao meio ambiente. Fariamos planos para pessoas egoístas ou altruístas? Para não falar de como reconciliar necessidades e interesses conflitantes, ou iniciar a grande soma de custo/benefício, em que cada membro da sociedade é contado como um (e por que como um?) – essas confusões e fantasias são muito evidentes a todos os que não se deixaram fascinar pelo “etiquetador” utilitarista; de fato, é espantoso saber que a raça humana ainda comporta pessoas que recomendam modos de vida com base em raciocínios utilitaristas, e o fazem como porta-vozes da razão num mundo repleto de desejos irracionais. Devemos recordar que os utilitaristas tiveram muitas oportunidades para mostrar o real alcance de sua filosofia. Lênin, Stálin e Hitler justificaram suas políticas em termos utilitaristas, defendendo que sacrifícios de curto prazo trariam benefícios de longo prazo. Na verdade, estavam enganados. Não permitiram que o cálculo utilitarista se dobrasse aos direitos humanos; mas isso não impugna o julgamento de que suas políticas foram o resultado de agir em nome de um futuro que nenhum de nós pode realmente contemplar.

Não devemos nos surpreender, portanto, se os utilitaristas que levam os problemas de cálculo a sério recuassem – no fim das contas – de sua posição inicial, defendendo, como fez Birnbacher, “normas práticas”, em vez de soluções ideais, em razão das quais não podemos calcular o futuro. As duas normas de Birnbacher – (1) que devemos agir de modo que não inflijamos danos irreparáveis (negativa), e (2) que devemos cultivar ou legar o futuro (positiva) – são fáceis de aceitar, uma vez que tão somente reafirmam o problema, sem propor uma solução concreta. Podemos até aceitá-las sem nenhum apelo ao raciocínio utilitarista, que elas alegadamente substituem. Os elaborados cálculos que as precedem, e que Birnbacher finalmente põe de lado, surgem como espectros de um mundo imaginário.^[226]

A versão não antropomórfica do utilitarismo é ainda mais inepta em sua tentativa de nos convencer de que tem algo a dizer. Caso queiramos considerar os futuros interesses de todas as criaturas, então, de imediato, torna-se impossível saber como devemos tratar o meio ambiente. Suponhamos que devastemos os recursos ambientais e provoquemos severas mudanças climáticas ao despejarmos quantidades gigantescas de poluentes e resíduos plásticos sobre o planeta, destruindo as áreas verdes e o solo, de tal modo que o desaparecimento da espécie humana se torne real. Mas, ao fazermos isso, criaremos uma nova biosfera, na qual algumas espécies futuras poderão se adaptar. Os membros dessas espécies teriam

muitos motivos para nos agradecer, pelo simples fato de termos propiciado os grandes depósitos de plástico, aos quais agora recorreriam na obtenção de suas refeições prediletas; e essas espécies reagiriam com desgosto e horror ao encontrar os registros de um passado de vegetação abundante, temperaturas amenas e brisas suaves, em meio aos quais jamais poderiam sobreviver. Assim, não deveríamos levar em conta as necessidades e os interesses dessas criaturas? Por que a taxa de desconto sobe a 100% quando começamos a contemplar os seus interesses alienígenas?

Mesmo que pensássemos, como aparentemente o fazem Peter Singer^[227] e seus seguidores, que existe uma classe especial de pessoas estritamente racionais que se tornarão adeptas do utilitarismo e ficarão inerentemente dispostas a obedecer a ele, veríamos que a futilidade dessa crença é demasiado evidente. Se for para resolver os problemas ambientais por meio de um dispositivo do raciocínio moral, isso deve ser feito com argumentos que motivem todas as pessoas, e não com argumentos destinados exclusivamente aos filósofos de gabinete, cujo domínio sobre o vasto espaço moral decorre do fato de residirem em ovos acadêmicos.

É verdade que seres humanos raciocinam na clave de meios e fins diante de problemas práticos, mas desde que esses problemas sejam suficientemente locais, sua solução temporalmente próxima e os bens afetados (incluindo as preferências e os interesses dos envolvidos) suficientemente definidos. Comparamos resultados ao julgarmos que algo é “melhor” e ao esperarmos encontrar o “melhor de todos”; e essa forma de raciocínio é governada por princípios *a priori* de escolha racional, que se aplicam igualmente ao âmbito econômico. Contudo, na vida real esse tipo de raciocínio é constrangido por limites que não podemos cruzar, uma vez que definem os direitos e a soberania de terceiros. É precisamente por causa dessa inerente tendência de violar esses limites, sacrificando alguém em nome do bem comum, ou uma população em nome de outra, que o raciocínio utilitarista – uma vez retirado do restrito contexto privado de tomada de decisão – chama a atenção da consciência comum como uma ferramenta moralmente perniciosa.

Se nos afastarmos da perspectiva da escolha racional, e simplesmente enfrentarmos a questão de saber como foi a nossa evolução, como criaturas capazes de resolver conflitos por meio do debate, concluiremos que o utilitarismo, do tipo que visa abarcar o futuro mais amplo possível em relações de custo/benefício, se tornou, nos termos de nossa “adaptação evolutiva ao meio ambiente”, mal adaptado, o que retardou todas as decisões até a estagnação e disparou processos

inviáveis. Nossa repulsa contra o utilitarismo é certamente uma adaptação – mais do que uma adaptação, uma vez que captura uma verdade fundamental a respeito do raciocínio prático; ou seja, que as razões são passadas de pessoa para pessoa. Ao fornecer-lhe razões é que posso tentar assegurar a sua permissão, para que então você seja aquilo que pretendo, e que defenda as minhas posições.

O problema geral da força motivacional vem à tona ao considerarmos a outra estratégia da ética ambiental: a tentativa de desenvolver uma “nova ética”, na qual o raciocínio antropocêntrico, que teria mantido até o momento a nossa espécie cativa, é deixado para trás e substituído por uma nova razão qualquer: “biocêntrica” (E. O. Wilson),^[228] “geocêntrica” (James Lovelock),^[229] “ecocêntrica” (Aldo Leopold,^[230] Holmes Rolston, Arne Naess) ou mesmo “fisiocêntrica” (Meyer-Abich)”. Aqui, a literatura é vasta e formulada, muitas vezes, em linguagem oblíqua, peculiarmente privada, como ocorre na literatura da conversão religiosa, na qual se diz ao leitor que “escamas caíram de seus olhos”. Naess, por exemplo, relaciona a sua “ecologia profunda” com uma filosofia da autorrealização, e entende o “Self” como *âtman*, a força abrangente na qual, segundo a crença hindu, participam todas as coisas. Warwick Fox defende uma “ecologia transpessoal”, na qual o *self* é identificado com tudo que é.^[231] Não os outros, apenas o *self* – e ao escrever *Self* com S maiúsculo, Naess desaponta todos os que imaginam haver algo mais importante que uma crise pessoal exibida publicamente.

Que conclusões práticas devemos tirar, e por que meios persuadimos as pessoas a seguir essas conclusões? Arne Naess nos conta que a Terra será recolocada em seu devido lugar, no esquema universal das coisas, apenas no futuro, quando a população humana tiver diminuído e nossas violações cessado. Por conseguinte, a quarta proposição na “Plataforma” da Ecologia Profunda afirma que “o florescimento da vida humana e das culturas é compatível com uma redução substantiva da população humana. O florescimento de outras formas de vida – não humana – depende dessa redução”.^[232] Certamente os comentadores asseguram com prontidão que a redução não deve ser feita por meios malignos e que o padrão de crueldade e de maldade é o nosso padrão antropocêntrico. Assim, a pretensão de uma “nova ética” é revelada pelo que é – uma pretensão. Para não sermos aquilo que Richard Sylvan desqualifica como a “espécie chauvinista”, devemos então favorecer o leopardo faminto, cujos interesses estão em pé de igualdade com a criança que ele espreita; devemos também dar preferência aos habitats dos animais às habitações das pessoas. Talvez devêssemos também dar bom acolhimento às

epidemias e à subnutrição, por meio das quais as populações da África subsaariana conseguiram permanecer dentro dos limites ideais de sustentabilidade. Todavia, diante dessas situações, e como esperado, a “nova ética” segue as atitudes da antiga. Caso não o fizesse, daria espaço para acusações de “ecofascismo”, como as que foram dirigidas a Leopold e a seu discípulo, J. Baird Callicott.^[233] A perspectiva humana está implicada na própria ideia de um ponto de vista moral.^[234]

O chamamento para uma “nova ética” estreou na literatura filosófica com um livro do filósofo australiano John Passmore no qual se afirmava que devemos criar um novo olhar sobre a natureza e sobre o meio ambiente, mas não em nome da natureza, porém em nosso próprio nome.^[235] Passmore era conscientemente antropocêntrico, mas acreditava que as pessoas haviam absorvido das tradições religiosas a noção de que fora concedido – ao homem – o domínio da natureza; de que as plantas, animais e ecossistemas existem para o *nosso* uso e que, portanto, teriam apenas um valor instrumental. Ele defendia que devemos substituir esse conceito de domínio pelo de intendência zelosa, reconhecendo que estamos aqui para cuidar do mundo e não para simplesmente explorá-lo. É claro que esse conceito não se opõe ao de domínio: é somente sua forma mais refinada. Mas a questão de Passmore era mais profunda; ou seja, enquanto não considerarmos a natureza como uma fonte de valores *intrínsecos*, em vez de instrumentais, continuaremos a pilhá-la, e nossas atuais emergências ameaçarão a herança das futuras gerações. Coisas não humanas podem ter valor intrínseco, ainda que seja apenas do ponto de vista dos interesses humanos que podemos atribuir valor intrínseco às coisas.

A ênfase no valor intrínseco tem um apelo intuitivo. No movimento ambiental americano, a natureza selvagem sempre foi considerada um *valor em si mesmo*, e não por qualquer utilidade específica que ela porventura tivesse para nós. É exatamente como *natureza selvagem* – um lugar afastado das explorações humanas – que ela exerce o seu apelo. Ao mesmo tempo, somente como humanos é que podemos apreciar e valorizar esse tipo de apelo. Dentre todas as espécies, só nós nos damos ao luxo de apreciar o inútil. O amor pelas coisas inúteis tem a sua utilidade – não apenas para as gerações presentes, mas também para as futuras. Ao respeitarmos o valor intrínseco da vida selvagem, perpetuamos os seus valores instrumentais – sua contribuição à biodiversidade, aos ecossistemas e a todos que recebem seus benefícios.

Esse ponto está esclarecido e se faz independente da obsessão com a vida selvagem, cujo apelo fez com que muitos filósofos a colocassem acima de todas as outras paisagens que resultam da cooperação entre os seres humanos e as forças da natureza. Mas ainda assim nos faltará uma descrição da motivação que levaria as pessoas – as pessoas em geral e não apenas os especialistas “morais” – a reconhecer valores intrínsecos e reservar a energia necessária para protegê-los. Tampouco temos um procedimento para resolver, ou mesmo compreender, os conflitos que inevitavelmente surgem quando valores intrínsecos e valores instrumentais entram em rota de colisão. Quando nossos cálculos racionais colidem com os limites da soberania individual de alguém, dizendo-nos que determinado bem público só pode ser alcançado ao negar os direitos desse alguém, consideramos isso um obstáculo, possivelmente insuperável, para seguir adiante – por exemplo, quando seguir adiante envolve a execução judicial de um inocente, ou o sacrifício de um inocente diante de uma multidão enfurecida. Recordemos o motivo pelo qual Pilatos, depois de ouvir uma justificativa utilitária impecável, lavou as mãos. Temos aqui um sentido muito claro do conflito entre expediente político e direito moral, e o segundo não pode ser suprimido pelo primeiro, mesmo que por vezes seja por ele sobreposto. Mas quando se trata dos valores intrínsecos da “nova ética”, ficamos expostos a terrenos muito mais incertos.

Foram poucos os filósofos que se excederam a ponto de afirmar que árvores têm direitos. Não estou convencido de que devemos atribuir “direitos” sequer aos animais, mesmo quando fazemos tudo para salvaguardar os seus interesses.^[236] Não obstante, reconheço que é inadmissível construir uma estrada no meio de um habitat precioso apenas porque seria momentaneamente útil aos seres humanos. Também reconheço que boa parte das práticas humanas, na esfera do lazer e do comércio, revela-se injustificável quando leva uma nobre espécie à extinção. Por outro lado, será que foi um equívoco exterminar os lobos e os leões na Europa – um equívoco semelhante ao dos *vikings*, quando estes destruíram a vida e as terras dos anglo-saxões; semelhante ao dos revolucionários franceses quando provocaram um genocídio em La Vendée; ou quando Stálin liquidou os *kulaks*? Um equívoco semelhante ao de usar uma tela de Rembrandt para apagar um fogo perigoso quando não há nada mais à mão? Aldo Leopold declarou notoriamente em *The Land Ethic*: “Uma coisa é certa quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Torna-se errada quando faz o contrário”. Será que ele de fato quis dizer que devemos acolher positivamente um ecossistema sustentável no qual leopardos regularmente se banqueteiavam com

crianças e que deveríamos nos opor àqueles que, ao expulsar leopardos, promovem uma explosão insustentável da população humana? Não há como saber.^[237]

Creio que não teremos respostas claras para essas questões até que conectemos, de forma mais vital, a ideia de valor intrínseco com as motivações humanas. Essa será minha tarefa nos capítulos seguintes. Devo concluir essa pequena aventura em ética ambiental discutindo alguns aspectos gerais do pensamento moral. Todos nós, exceto os utilitaristas dogmáticos, reconhecemos que a moral não se dedica exclusivamente aos valores, mas também aos direitos e aos deveres, e com a grande questão sobre o que “devemos uns aos outros”, como afirma Tim Scanlon.^[238] Reconhecemos que os seres humanos não são governados somente segundo avaliações de custo/benefício e que, mesmo quando essas avaliações entram na análise das coisas, elas levam em consideração os custos e os benefícios de terceiros. Os seres humanos são capazes de sacrifícios, e por vezes negam o próprio bem-estar ou a gratificação de um apetite em nome de algo mais importante. São capazes também de renunciar ao que querem em nome do que valorizam.

Para o teórico do mercado esse comportamento é mero conflito de desejos, em que o desejo do mais forte prevalece. Mas para o filósofo e para o psicólogo, o conflito, nesse caso, não é somente de desejos concorrentes. Trata-se de um conflito de preferências no âmbito da escolha individual, e de necessidades profundamente implantadas que transcendem a mera questão de escolha e que apenas superficialmente podem ser descritas como preferências. O soldado que sacrifica a vida no campo de batalha não “prefere” morrer a fugir. Seu ser, sua identidade e tudo que ele é e valoriza estão embalados em sua decisão de lutar, e por isso suas “preferências” são silenciadas. Da mesma forma, a mãe que abre mão de grandes perspectivas em sua carreira profissional para cuidar de uma criança inválida não se apoia em mera preferência: ela atualiza uma concepção de si mesma, em que justifica a sua vida de outro modo, perante o qual nenhum “projeto pessoal” poderá se igualar. No pensamento moral, não negociamos preferências, mas salvaguardamos coisas que não podem ser negociadas. Existem coisas nas quais fixamos preços e coisas nas quais *não* fixamos. O campo da moral se encontra fundamentalmente preocupado com a segunda categoria – as coisas apartadas do mercado, como pessoas, sexo, comunidade, justiça e honra.

Em parte, uma vez que a moral é um campo de valor intrínseco e não instrumental, são muitos os filósofos que acreditam que as motivações morais constituem um tipo completamente diverso das motivações do desejo e dos apetites.

A motivação moral não é uma preferência, mas a expressão de um julgamento; motivação que pertence apenas aos seres racionais e se conecta com o sentido do que somos. Desafiar a moral é colocar-se diante de conflitos profundos. Emoções como culpa, remorso e autoacusação constituem o efeito imediato de se deixar levar por desejos imorais. Kant adotou a posição extrema de que a moral seria o exercício da “pura razão prática”; para ele a razão, por si mesma, pode ser motivo para a ação, e nos compele a fazer o que é certo por meio de uma força comparável à força que tem a lógica na conclusão de um argumento; a moral está fundada sobre um “imperativo categórico”: um imperativo da razão, que pode ser violado apenas quando se gera uma contradição. O imperativo categórico que nos manda agir em razão dessa máxima, para que se estabeleça como lei a todos os seres racionais, proíbe-nos de mentir, trapacear e roubar, uma vez que essas ações não podem ser desejadas como leis universais. Somente a razão nos motiva a evitá-las.

Essa teoria ousada e brilhante não escapou à crítica de que seria, no máximo, uma idealização, em vez de uma descrição da motivação moral. Não obstante, deve ser respeitada como a tentativa mais sistemática já feita para diferenciar o julgamento moral do desejo empírico.^[239] Para levar a moral a sério, Kant afirmava, é preciso reconhecer que o agente moral é um ser muito especial, que dispõe tanto de um aspecto transcendental quanto de um empírico, um ser livre e obediente à razão, e preso às leis naturais e sujeito à persuasão dos apetites. A metafísica kantiana da pessoa é controversa. No entanto, aponta para uma verdade importante que deve ser reconhecida: as pessoas não são motivadas apenas pelo próprio interesse, mas também pela concepção de seu lugar no mundo e pelo hábito de avaliação que as situa como objetos de julgamento entre seus pares, e assim podem receber elogios ou acusações. Em resumo, são governadas por um senso de responsabilidade; é por esse motivo, e não porque sejam máquinas de calcular, que se torna possível apelar em nome de um bem comum.^[240] Além do mais, a moral kantiana representa os seres racionais como entes igualmente respeitáveis, desconsiderando tempo, local ou conexões pessoais. Portanto, ela convida as pessoas do passado e do futuro a participar da equação moral, por isso tem exercido forte influência sobre muitos filósofos – notadamente Angelika Krebs – como a melhor fundação para uma ética ambiental abrangente.^[241]

Este não é o lugar para examinar os intrincados argumentos favoráveis ou desfavoráveis à concepção kantiana da vida moral. É suficiente dizer que a tentativa de Kant de provar que os seres racionais podem ser motivados exclusivamente pela razão, sem referência às relações de solidariedade que os ligam aos próximos,

chamou atenção de muitos comentadores como uma concepção defeituosa. É preciso dizer mais sobre as raízes da “razão prática” de Kant em nossas práticas sociais caso queiramos compreender sua alegação central de que a razão pode se elevar, em seu julgamento, acima dos desejos, submetendo-os. Esse ponto foi exposto de diversos ângulos e por diversas vezes.^[242] Em um estudo recente, Stephen Darwall afirmou que a ética kantiana da razão prática precisa estar alicerçada na “posição da segunda pessoa”.^[243] As razões da ação não resultam de avaliações impessoais, na chave dos utilitaristas, tampouco constituem princípios abstratos e universais, como alegam os puristas kantianos, mas são “razões de agentes-relativos”: razões dirigidas de mim para você e de você para mim. Sua força deriva do fato de nos considerarmos *responsáveis* por aquilo que fazemos e de nos esforçarmos para agir por motivos que os nossos próximos consideram aceitáveis. Por meio do raciocínio moral, apresentamo-nos como membros de uma comunidade de entes responsáveis (um reino de fins). Dirigimo-nos uns aos outros na segunda pessoa e ajustamos nossa conduta de acordo com normas que reconhecemos mutuamente. A natureza interpessoal do raciocínio moral é subjacente tanto à força motivacional quanto à justificação racional da lei moral kantiana. O conceito de um direito deriva desse raciocínio da segunda pessoa, e não de limiares imaginários que os utilitaristas introduzem em seus cálculos.

A visão de Darwall é uma dentre várias visões semelhantes, descritas como “contratualistas”. Os contratualistas enxergam a fundação do julgamento moral e da motivação moral no reconhecimento mútuo entre agentes livres e responsáveis. Para eles, as normas morais não são princípios abstratos, como as leis da lógica, mas sim depósitos, por assim dizer, estabelecidos por diálogo e por meio dos quais nos expressamos, justificamos e apaziguamos nossas atitudes (interpessoais), tais como ressentimento, gratidão, indignação, admiração e remorso. É por meio dessas atitudes que vivemos como seres humanos livres e responsáveis.^[244] Caso vejamos o julgamento moral como algo fundado por essas realidades, as explicações totalizantes dos utilitaristas terão pouco apelo. Mas o aspecto moral que é (ou deveria ser) da mais alta importância aos ambientalistas será caracterizado de outra forma. Essa forma se chama responsabilidade e corresponde à forma adotada, no debate ambiental, por Hans Jonas.^[245]

Jonas não era filósofo analítico e tinha sua forma própria de expressar as intuições, consideradas por Darwall e Korsgaard como vitais para a perspectiva moral. Jonas identifica a responsabilidade (*Verantwortung*) com o que responde em

nós ao apelo do bem.^[246] Ele sugere que o “sentimento de responsabilidade” é o motivo real da moral, o verdadeiro alicerce da moral kantiana. Esse motivo surge de um reconhecimento: recai sobre *mim* fazer o bem. No contexto ambiental, isso significa o bem das futuras gerações. Logo, segundo Jonas, devemos alterar o imperativo categórico kantiano, que nos exorta a adotar nossas máximas como leis para a humanidade por algo mais focado no futuro. Primeiro mandamento: devemos atuar na preservação da humanidade; segundo: agir de forma que possamos permitir aos humanos do futuro desfrutar do pleno exercício de sua natureza.^[247] Como reconhece Jonas, esses imperativos não dispõem de uma força motivadora intrínseca, que Kant pensara ter discernido na lei moral. Os desobedientes não cairão em contradição, nem mesmo estarão em conflito consigo mesmos. Simplesmente lhes faltará “senso de responsabilidade”, do qual depende o bem-estar dos outros. Entretanto, Jonas indica que o senso de responsabilidade está profundamente implantado na alma humana, e adquiri-lo constitui parte necessária ao desfrute de uma existência histórica completa, como seres conscientes do passado e do futuro, portadores de uma vida temporalmente estendida.

Tudo isso é muito louvável e possivelmente verdadeiro.^[248] Mas ficam algumas perguntas. No relato de Jonas, o sentimento de responsabilidade faz parte de nossas circunstâncias empíricas tanto quanto os desejos em conflito aberto com esse sentimento. Sua força não deriva da razão, mas de fontes emocionais que podem faltar a um ser racional, como de fato ocorre com psicopatas e em casos graves de autismo. Portanto, devemos perguntar de onde vem essa motivação, em que grau ela é sensata, e quais formatos podem assumir nas condições modernas? Essas questões são reais, acreditemos ou não em valores intrínsecos, e acreditemos ou não que os valores ambientais os compreendem.

Outros filósofos tentaram compreender as reivindicações das futuras gerações valendo-se de conceitos do campo do direito. Rawls, por exemplo, afirma que a sua teoria contratual do direito ancora um princípio de “poupanças justas”, segundo o qual cada geração deve deixar aos seus descendentes o equivalente ao que recebeu.^[249] O argumento de Rawls faz parte de uma crescente literatura filosófica dedicada a testar, no âmbito do direito, teorias filosóficas que contrapõem as demandas das gerações atuais às exigências e necessidades das gerações futuras. Nossa forma de pensar as gerações futuras pode um dia estar sob a influência dessa literatura e dos debates interessantes que se referem às questões de “direito intergeracional”.^[250] Todavia tais debates são, em grande parte, normativos, estão preocupados em

expor o que *devemos* pensar, e raramente tocam nas questões sobre motivação, que, no entanto, deveriam ser levadas em conta por qualquer um que investigue políticas para a proteção das futuras gerações.

É verdade que nos preocupamos com nossos sucessores; e é verdade que nos motivamos com isso por meio de argumentos de justiça, como ocorre ao pai que, tomado por um *senso de justiça*, cuida de sua propriedade, que os filhos herdarão. Mas – como nos mostra o exemplo – nossa preocupação com as gerações seguintes não surge de uma teoria abstrata da justa distribuição; surge de nossas ligações com os outros. Trata-se de nossos ancestrais, dos nossos filhos e de nossos sucessores. São eles que despertam a nossa preocupação. E suas reivindicações exercem grande peso sobre nós, uma vez que pertencemos a essas pessoas e elas a nós. Ademais, se tomarmos seriamente o argumento de Darwall, segundo o qual o pensamento moral está enraizado na justa prestação de conta, e que esse senso de responsabilidade surge entre indivíduos específicos e em virtude dos relacionamentos interpessoais, então devemos esperar exatamente esse resultado. A preocupação com as gerações passadas e futuras é criada por vínculo, e murchará sempre que for arrancada dessa raiz.^[251]

O motivo moral se estende pelo mundo em pontes antropocêntricas; antes, porém, é fundado em relações racionais de retribuição – de indivíduo para indivíduo – e por meio de laços de solidariedade que se tornarão mais frágeis à medida que aumentam a distância entre as pessoas. O senso de responsabilidade pode abraçar toda a natureza e toda a escala temporal, mas somente ao disseminar, com máxima transparência, a solidez das relações solidárias entre pessoas de carne e osso. Ao evocarmos nossa responsabilidade perante as futuras gerações, na forma abstrata usada por Jonas, ou por meio de alguma visão de justiça entre as gerações que não leve em consideração a distinção entre *nós* e *eles*, *nosso* e *deles*, deslocamos a ideia de responsabilidade de sua estrutura prática, que lhe dá sentido, que é exatamente o sentido de responsabilizarmo-nos uns pelos outros. O elaborado aparato da ética ambiental, portanto, termina onde começou, com o problema da motivação. O que nos leva a nos importar com os que ainda estão por vir?

Por muitas décadas, sociólogos e antropólogos influenciados por observadores como Clifford Geertz e Ruth Benedict e pela tradição do pensamento social de Émile Durkheim explicaram motivações altruísticas e sacrificiais em termos culturais. Eles viam a matéria-prima da natureza humana como inteiramente condicionada pelas estruturas sociais, que produzem motivações segundo propósitos internos. Essas estruturas surgem das interações que compreendem muitas gerações, e sem essas interações as pessoas estariam fadadas a meramente sobreviver, como os animais.^[252] Essa teoria cultural parece dar conta das diversas formas com que as pessoas enfrentam momentos críticos e dos mais diversos costumes, rituais e concepções cosmológicas que observamos pelo mundo. Também enfatiza as diferenças sistemáticas entre as pessoas em relação ao risco, assunto que explorei no capítulo 3, ainda que não fique claro, nesse modelo cultural, se essas diferenças são realmente culturais em vez de genéticas. De qualquer forma, a teoria da cultura cria um vácuo explicativo: o que gera a cultura, e o que a dota de seu poder de implantar em nós motivações mais profundas e convincentes que nossas preferências individuais, incluindo a motivação, absolutamente central, de sacrificarmos o que queremos pelo que valorizamos – em outras palavras, de nos fazer afastar o jugo da preferência para vestirmos a couraça da identidade?

Recentemente, psicólogos evolucionistas começaram a questionar aquilo que John Tooby e Leda Cosmides chamam de “modelo-padrão da ciência social” no tocante à condição humana; esses evolucionistas afirmam que a cultura é gerada

por pessoas, e não o contrário, e gerada com base em impulsos que são comuns à espécie humana. Esses impulsos surgiram de adaptações, no transcorrer de nossa longa infância caçador-coletores.^[253] Nesse sentido, da mesma forma que fomos adaptados (pela evolução) para o desenvolvimento da linguagem, estaríamos adaptados para adquirir cultura, e a cultura, assim como a linguagem, é organizada por uma gramática universal. Logo, não deveríamos nos surpreender de encontrar um repertório emocional humano compartilhado, que se revela em arranjos mais ou menos padrão em todo o planeta, como ocorre com as instituições do casamento e da família, com a religião, com os ritos de passagem, com a guerra territorial, com os tabus contra o incesto e no cuidado especial com as crianças. Nem deveríamos nos surpreender de descobrir que o cuidado com a morada, aquilo que chamamos de lar, e a dor associada à violação desse lugar são aspectos universais do humano.^[254]

Isso não quer dizer que nossas motivações mais profundas sejam simples adaptações do Pleistoceno, cujas circunstâncias há muito deixamos para trás. Não obstante, essas adaptações nos predisuseram a nos desenvolver de uma forma particular, impondo limites sobre a variação cultural e social. Desenvolvimentos culturais subsequentes modificaram ou ampliaram nosso patrimônio genético, mas não puderam extinguir os traços mais fundamentais, e uma característica qualquer que imaginamos peculiar à nossa herança cultural pode ser a mera variação local de uma ampla solução da espécie de um problema evolutivo que se dissipou. Colocar as coisas dessa forma nos leva ao centro da controvérsia entre os que veem nossos costumes e mentalidades como adaptações que podemos, hipoteticamente, dividir com outras espécies e os que enfatizam o que é distintivo na condição humana e acreditam numa ruptura radical no esquema das coisas, representada pela transição da causalidade à liberdade, ou (de forma menos contenciosa) do animal para a pessoa. Nesse caso, a controvérsia remete ao debate entre Darwin e Wallace sobre a “descendência do homem”.^[255] Independentemente de como foi que os seres humanos *se tornaram* o que são, o fato é que *o que* são envolve a concepção que eles têm daquilo que devem ser. Como resultado, os seres humanos narram e respondem (uns aos outros) como se não fossem totalmente uma parte da ordem causal, e isso é o que o “sentimento de responsabilidade” exige deles.

Conforme já afirmei, a moral se enraíza no fato de nos responsabilizarmos mutuamente pelo que fazemos. Nosso mundo contém direitos, obrigações e deveres; é um mundo de sujeitos autoconscientes, em que os eventos são divididos em gratuitos e não gratuitos, entre os que têm razão de ser dos que meramente

ocorrem, entre os que brotam de uma escolha racional dos que irrompem do fluxo das coisas, sem um formato consciente específico. Ao pensar e agir dessa forma, respondemos ao mundo com emoções que estão além do repertório dos demais animais: indignação, ressentimento e inveja; admiração, comprometimento e elogio – todos envolvem a noção de terceiros como entidades responsáveis e dotadas de direitos e obrigações, de uma visão autoconsciente de seu futuro e de seu passado. Apenas seres responsáveis podem sentir essas emoções e, ao senti-las, situar-se num campo que escapa à esfera do mundo meramente natural, sobrepondo-o e revelando uma capacidade de atribuir valor às coisas. A tentativa de encaixar esse aspecto da condição humana em um esquema de ordens de preferência ou de cálculos de custo/benefício, que se baseiam na “disposição para pagar”, produz uma caricatura repugnante da vida moral – embora alguns filósofos a considerem aceitável.^[256]

Disso não decorre que estejamos fora da ordem natural, ou que explicações causais não possam ser concebidas no intuito de esclarecer como foi que seres que pensam sobre si mesmos – no sentido kantiano – emergiram no processo de seleção natural. Mas sugere que pode haver uma explicação dupla sobre as motivações humanas, como a motivação para o sacrifício. Deve haver uma explicação no nível evolucionário que enxerga essa motivação como adaptação reprodutiva, durante as difíceis condições do Pleistoceno. Deve haver, também, uma explicação no nível racional que percebe a motivação como oriunda de uma relação entre seres dotados de autoconsciência, que se reportam de um *self* para outro *self*. No entanto, as duas posições explicativas são tão distintas que podemos realmente duvidar de que tratam da mesma realidade. De fato, os que aderem à tese da “ruptura radical” sugerirão que é somente no nível da autoconsciência que a motivação moral emerge de forma realmente integral. Para esses pensadores, o cumprimento do dever e a disposição para fazer sacrifícios exigidos pelo senso de responsabilidade estão ancorados na razão. Essas coisas pertencem, juntamente com a categoria de liberdade, vergonha, orgulho e senso de humor, à esfera do diálogo interpessoal. De fato, uma teoria do rompimento radical toma o sacrifício como momento crucial – o momento da “hominização”, em que a tribo antropeide remodela a si mesma como uma comunidade de pessoas.^[257]

Essas controvérsias trazem à tona a questão que nos preocupa. O *homo economicus*, na forma como é descrito pelas teorias do mercado, é uma criatura unidimensional, um ser racional certamente, mas sem maiores concepções sobre a vida e desprovido da ideia de que desejos podem ser julgados e avaliados como deficientes, e, sobretudo, sem habilidade para perceber que é possível renunciar ao

que se quer em nome daquilo que se valoriza. São precisamente essas falhas que o tornam útil como dispositivo científico, uma vez que permitem aos economistas modelar situações complexas nos termos de uma ideia unitária da escolha racional. Todavia, os seres humanos reais são muito mais complexos do que esses modelos. Somos influenciados por motivos que não compreendemos necessariamente e que são exibidos na clave da utilidade e das ordens de preferência quando erroneamente representados. Na verdade, esses motivos estão em conflito com os nossos desejos circunstanciais. Alguns deles – medo do escuro, aversão ao incesto, apego à mãe – são exemplos de adaptações estabelecidas em esferas mais profundas que a razão. Outras adaptações, como vergonha, sentimento de culpa, inclinação para o belo e senso de justiça, surgem da própria razão e refletem uma teia de relações interpessoais e entendimentos mútuos por meio da qual nos situamos como sujeitos livres e participantes de uma comunidade de outros como nós. Em ambos os níveis – o instintivo e o pessoal – a capacidade para o sacrifício aparece num caso como apego cego e no outro como senso de responsabilidade perante terceiros, divindades ou leis. Creio que sejam essas as áreas em que devemos investigar a motivação que retificará nossa lamentável disposição – como seres racionais – para repassar os custos de nossas aventuras sobre terceiros. A motivação que brota com expressiva força persuasiva, em ambos os níveis, é a *oikophilia* (amor ao lar), que compreende as nossas ligações mais profundas e contagia as emoções morais, estéticas e espirituais que transfiguram o nosso mundo, criando, em meio às emergências, um abrigo capaz de amparar as futuras gerações.

Ao esboçar a abordagem conservadora sobre os problemas ambientais mencionei diversas vezes o notório argumento de Edmund Burke contra a política “geométrica”, como ele a chamava, dos revolucionários franceses – uma política que propunha um objetivo racional e um procedimento coletivo para alcançá-lo, que era capaz de mobilizar toda a sociedade na direção de um programa de ação. No transcorrer de seu argumento, Burke desenvolve três ideias que representavam o cerne do pensamento conservador, e acredito que ainda compreendam o núcleo desse pensamento: respeito aos mortos, o “pequeno pelotão” e a voz da tradição. São ideias que provocam sorrisinhos desdenhosos (e mesmo gargalhadas) naqueles que veem a política nos moldes dos grandes movimentos e das agendas globais. A meu ver, esse desdém é mero sinal de um vazio moral. Corretamente compreendidas, as ideias de Burke permanecem tão relevantes para nós hoje como quando alertavam seus contemporâneos sobre os perigos do pensamento revolucionário.

Burke foi um dos primeiros pensadores a colocar as futuras gerações no coração da política. Os revolucionários reivindicavam a gratidão das futuras gerações, que, segundo eles, seriam beneficiadas pela violência que eles produziam. Em nenhum sentido suas ações podem ser interpretadas como um cuidado que tinham com o bem das futuras gerações. Os revolucionários não ofereceram nada mais que um olhar displicente sobre o futuro que prometiam. Por outro lado, a visão de sociedade de Burke, como sua associação dos mortos, dos vivos e dos que vão nascer, transmite uma indicação preciosa sobre a origem do sentimento de responsabilidade perante as futuras gerações. Ela surge do amor, e um amor que se orienta para o desconhecido nasce daquilo que é *conhecido*. O futuro é desconhecido, assim como as pessoas que o habitarão. Mas o passado é conhecido, e os mortos, os nossos mortos, são ainda objeto de amor e veneração. Ao dedicarmos a eles uma parte de nossos cuidados, acreditava Burke, preocupamo-nos com os que virão. Dessa forma plantamos, em nosso coração, uma visão transgeracional de sociedade que se revela como a melhor garantia na moderação de nossos apetites em nome dos interesses dos que virão depois de nós.

Esse ponto se torna óbvio na vida familiar. Os mortos e a gratidão por eles estão embrenhados no tecido de nossas narrativas domésticas. A afeição e a admiração pelos ancestrais e por aqueles cujas histórias nos são contadas preparam-nos o coração no que diz respeito aos nossos sucessores, cuja afeição desejamos conquistar. Assim, aprendemos a circunscrever nossas demandas e a rever o nosso lugar na ordem das coisas, percebendo-nos como parte de uma cadeia contínua de dar e receber, reconhecendo que as coisas boas que herdamos não nos foram passadas para que as deteriorássemos, mas sim para que as usássemos com sabedoria. O utilitarismo ignora o fato fundamental de nossa preocupação com as futuras gerações: elas fazem parte de *nós*. Existe uma linha de obrigação que nos conecta aos que nos deram o que temos; nossa preocupação com o futuro é uma extensão dessa linha. Uma ética ambiental coerente deve reconhecer que consideramos o futuro não em razão de cálculos de custo/benefício, mas sim, e de forma muito mais concreta, vendo-nos como membros de uma cadeia de afeto, como herdeiros e retransmissores de benefícios. A preocupação com as futuras gerações não é um desdobramento utilitário da gratidão. Não há cálculo, porque não deve haver nem pode haver.

A queixa de Burke contra os revolucionários era que eles se consideravam no direito de gastar (e dissipar) toda a herança em nome de sua autodesignada agenda. Escolas, fundações religiosas, hospitais – instituições fundadas por pessoas para o

benefício de seus sucessores – foram expropriados e destruídos. O resultado foi o desperdício absoluto de patrimônios acumulados, e isso levou a uma inflação galopante, ao colapso educacional e à perda das formas tradicionais de alívio social e de saúde. Assim, o desprezo pelos mortos gerou a penúria sobre os que vieram depois, e embora esse resultado talvez não seja inevitável, ele reapareceu em todas as revoluções subsequentes. Em razão de seu desprezo pelas instituições e pelas emoções das pessoas que estabeleceram a tradição e o patrimônio das coisas, as revoluções destroem de forma sistemática os estoques de capital social, e os revolucionários sempre justificam essas ações com base em raciocínios impecáveis do ponto de vista utilitarista.

O direito fiduciário fornece outro bom exemplo de homeostase valorizada pelo ambientalista conservador. Um fideicomisso impõe, sobre os legatários dessa confiança, uma grande responsabilidade. Eles precisam quitar os termos dessa confiança em relação aos interesses dos futuros beneficiários, e terão de prestar contas pelos equívocos na condução do processo. Eles são constrangidos, de todos os lados, por *feedbacks* negativos, e os futuros beneficiários gozam de igualdade deliberativa. O direito fiduciário inglês se destina a proteger os beneficiários contra prováveis abusos dos legatários, mesmo que sejam os últimos e não os primeiros que detêm a propriedade legal. Os legatários têm os deveres de propriedade, mas sem os direitos. Na garantia da manutenção e da durabilidade de um legado, nenhum outro dispositivo mostrou ter a mesma eficiência, e não foi por acaso que Maitland enfatizou o direito fiduciário como a realização jurídica mais importante dos povos de língua inglesa.^[258]

Tão importante para Burke quanto o conceito de fiel legatário foi o de “pequenos pelotões”. A sociedade, ele acreditava, depende das relações de afeição e de lealdade, e essas coisas só podem ser construídas de baixo para cima, por meio de inúmeras interações diretas entre as pessoas. É na família, nos clubes, nas associações, escolas, igrejas, equipes e universidades que as pessoas aprendem a interagir livremente, cada qual assumindo responsabilidade por suas ações e responsabilizando as ações de seu vizinho. No entanto, quando uma sociedade se organiza de cima para baixo, seja por meio de tiranias vinculadas a uma ditadura revolucionária, seja por decretos impessoais promulgados por uma burocracia inescrutável, o senso pessoal de prestação de conta rapidamente desaparece da ordem política e da sociedade. Governos autoritários criam indivíduos irresponsáveis, e o confisco da sociedade civil pelo Estado conduz a uma ampla recusa entre os cidadãos para que ajam por si mesmos. Contra uma sociedade de

conscritos, Burke propunha uma sociedade de voluntários; e creio que uma das causas mais graves de nossa degradação ambiental se relacione ao declínio desse espírito voluntário. Sempre que projetos socialistas e soluções estatistas tomam o lugar das iniciativas cívicas, como ocorreu no império soviético, testemunhamos a imediata negligência em relação ao patrimônio público e a consequente erosão dos bens comuns. Onde quer que o espírito voluntário permaneça forte, como ainda ocorre nos Estados Unidos, na Suíça e na Austrália, as pessoas assumem o controle de seus problemas ambientais e se reúnem para limpar parques e vias públicas, cercar rios ou até mesmo estabelecer um mercado para a venda de alimentos regionais.^[259]

Esses pequenos pelotões são os lugares onde se formam as tradições. Tradições sociais, Burke apontava, são formas de conhecimento. Elas contêm o resultado de muitos erros e acertos, e as soluções herdadas de problemas universais. Da mesma maneira que ocorreu com as habilidades cognitivas que pré-datam a vida em civilização, as tradições sociais também são *adaptações*, ainda que o sejam da comunidade e não de um organismo individual. As tradições sociais permitem a uma sociedade reproduzir a si mesma. Destrua-as imprudentemente e serão removidas as garantias para a próxima geração. O argumento de Burke é semelhante ao dos economistas austríacos em relação ao mercado. Apenas num livre mercado – defendiam Mises e Hayek – existe informação suficiente que permite a cada participante usar de forma racional o seu orçamento. Apenas no livre mercado os preços de fato são um guia confiável às necessidades econômicas de terceiros. Os preços destilam informações sobre um número indefinidamente grande de participantes atuantes.^[260] De forma semelhante, para Burke tradições e costumes destilam informações confiáveis a respeito de um número indefinidamente grande de participantes *pretéritos*, informações das quais necessitamos para acomodar nossa conduta às necessidades dos que nos precedem e dos que nos sucedem. Ademais, ao discutir a tradição, não discutimos regras arbitrárias e convenções, mas sim *respostas* dadas às *questões* permanentes. São respostas tácitas, compartilhadas e incorporadas em práticas sociais e expectativas não articuladas. Aqueles que as adotam não são necessariamente capazes de explicá-las, muito menos de justificá-las. Logo, Burke as descreveu como “preconceitos”, e as defendeu sob a alegação de que, embora o estoque de razão em cada indivíduo seja pequeno, existe um acúmulo de razão disponível na sociedade, por nós questionado ou rejeitado sob nosso próprio risco. A razão está em perceber questões que nem sempre temos como avaliar – e isso é o que vemos em nossas tradições, incluindo as

que contêm sentidos de sacrifício, tais como honra militar, cuidado familiar e culto aos deuses.

Outra forma de tratar a questão é dizer que a tradição é uma forma de *conhecimento*. Não se trata de conhecimento teórico sobre fatos e verdades, tampouco conhecimento ordinário. Existe outro tipo de conhecimento que não se expressa na forma de conhecimento *sobre* ou de conhecimento *como*, mas que envolve o domínio de situações, quando se sabe *o que fazer* para cumprir determinada tarefa com sucesso, em que o sucesso não é medido em objetivos preconcebidos, mas segundo a harmonia dos resultados em relação às necessidades e aos interesses humanos. As boas maneiras fornecem uma ilustração excelente daquilo que tenho em mente: na companhia de terceiros, saber o que fazer, o que dizer e o que sentir – esses são patrimônios que adquirimos em nossa imersão social. Eles não podem ser ensinados somente quando se fala sobre eles, pois são apreendidos por osmose; não obstante, a pessoa que não os adquiriu é descrita, de forma correta, como ignorante. O direito consuetudinário é também uma tradição desse tipo – e já dei exemplos de como o direito de responsabilidade civil e de equidade permitiram que sociedades governadas pela tradição consuetudinária lidassem, de forma eficiente, com problemas ambientais, encontrando soluções racionais e consensuais antes que o Estado descobrisse como legislar sobre os mesmos problemas.

De forma inegável, essas três ideias – respeito aos mortos, pequenos pelotões e tradição – dificilmente são defendidas no clima moderno das opiniões em parte porque a mentalidade progressista realizou um eficiente trabalho de marginalização dessas ideias, reconhecendo que representavam um obstáculo às soluções radicais e constituíam uma sólida defesa dos fundamentos da sociedade civil, os quais os radicais queriam alterar. Mas como ideia política o conservadorismo nada significa caso não defenda e amplifique o alcance dessas três ideias, uma vez que elas constituem as *motivações* primárias sobre as quais sociedades sólidas são construídas, e é nos termos delas que uma solução consistente em relação à administração dos problemas ambientais tem de ser expressa. Uma ênfase nas gerações futuras, descolada do passado e daquilo que ele nos legou, divorcia-nos das únicas motivações que temos para considerar essas gerações futuras como *nossas*.

Burke não era filósofo, e se fosse psicólogo ele o seria apenas na forma que Jane Austen e George Crabbe também o foram – por meio da precisa observação das

peças e da maneira como elas respondiam ao que as frustrava ou as realizava. Vale a pena ressaltar, todavia, que as ideias aqui brevemente esboçadas correspondem a argumentos poderosos de filósofos e psicólogos em relação à origem e à natureza do amor. Menciono dois: o do filósofo Hegel e o do psicólogo John Bowlby, o primeiro destinado a compreender a vida política consciente de si mesma, o segundo, uma reflexão sobre adaptação pré-razional. Prosseguirei conectando ambos os argumentos com importantes considerações levantadas pela filosofia na tradição fenomenológica.

Os filósofos políticos do iluminismo, de Hobbes a Locke, chegando a John Rawls e seus atuais seguidores, encontraram as raízes da ordem política e a motivação do dever político num contrato social: um acordo explícito ou implícito, preso a procedimentos e princípios aos quais todos os cidadãos racionais podem assentir. Embora sejam muitas as concepções de contrato social, o seu princípio foi anunciado por Hobbes com a afirmação de que não pode haver “nenhuma obrigação sobre qualquer homem que não surja de algum ato dele próprio”.^[261] Minhas obrigações correspondem às minhas criações e me amarram porque foram livremente escolhidas. Quando eu e você trocamos promessas, o contrato resultante é estabelecido de forma livre, e uma ruptura pode lesar tanto um lado quanto o outro, uma vez que repudia uma escolha livremente firmada. Portanto, se pudéssemos interpretar nossas obrigações para com o Estado, nos moldes de um contrato, nós as teríamos justificado nos termos em que os seres racionais devem aceitar. Os contratos são paradigmas de obrigações conscientemente escolhidas – que não são impostas, ordenadas ou forçadas, mas livremente adotadas. Por isso, quando a lei é fundada num contrato social, a obediência à lei é simplesmente o outro lado da escolha. Liberdade e obediência são a mesma coisa.

De Hobbes a Rawls, os filósofos do contrato social basearam-se em princípios cuja validade acreditavam universal e aceitável a todas as pessoas, independentemente de sua história e condição. Todavia, as sociedades humanas não são compostas de todas as pessoas e de todos os lugares, mas são, de fato, e por natureza própria, entidades exclusivistas que fixam privilégios e benefícios oferecidos apenas aos participantes internos, que não podem ser livre e imediatamente outorgados aos de fora sem que, com isso, se ponha em risco a confiança da qual depende a harmonia social. O contrato social começa de um experimento do pensamento no qual um grupo de pessoas se reúne para decidir sobre o seu futuro comum. Mas, se esse grupo goza de uma posição que lhe permite decidir dessa forma, é porque já há um contrato: as pessoas já reconhecem seu

mútuo pertencimento e sua dependência recíproca, e o que resta decidir é como serão governadas em jurisdição e território comuns. Em resumo, o contrato social requer uma relação de associação e uma que torne plausível ao indivíduo filiado conceber a relação dos membros em termos contratuais. Os teóricos do contrato social escrevem como se isso pressupusesse somente a primeira pessoa do singular da livre escolha racional. Na verdade, isso pressupõe a primeira pessoa do plural, na qual as exigências de comprometimento já foram consideradas.

Além do mais, as pessoas não nascem com a capacidade de fazer escolhas desse tipo. Apenas em certas circunstâncias os seres humanos se desenvolvem como agentes de escolha racional, capazes de assumir obrigações e de honrar promessas, orientados um para o outro em mútua responsabilidade. Durante esse caminho, para a aquisição da “posição da segunda pessoa”, de modo que vivam segundo o cálculo entre direitos e deveres, as pessoas adquirem obrigações bastante distintas – perante os pais, a família, o lugar de origem e a comunidade –, das quais dependeram para crescer e se desenvolver, e sem as quais o animal homem não se torna uma pessoa. Essas obrigações não são legais, tais como as que surgem das livres negociações entre adultos. Os romanos as conheciam como *piedade* (*pietas*), o que significa que brotavam da gratidão natural em relação ao que é *dado*, gratidão que espontaneamente ofertamos aos deuses. Hoje em dia ficaríamos relutantes em responder a obrigações com tamanho acento teológico, ainda que para os crentes obrigações desse tipo não são apenas vitais na construção dos fundamentos de uma ordem social durável, mas constituem algo que é propriamente consagrado a Deus. Não existe religião no mundo de hoje que não veja as questões da vida familiar como essenciais, e a presença de Deus ou de seus mensageiros na orientação de questões sobre casamento, sexo e criação dos filhos é central para fazer o que é certo.

Hegel, talvez o primeiro filósofo político dos tempos modernos a colocar o conceito de *piedade* no centro de seu pensamento, enfatizava o papel da família e as obrigações da vida em família no desenvolvimento do cidadão livre.^[262]

A sociedade civil, ele afirmava, não se baseia num contrato: é a *esfera* do contrato, na qual as pessoas criam, por meio de acordos livres, as instituições, corporações e redes sociais que formam o estofado da vida em comunidade. Mas essas instituições e redes dependem de duas coisas: do nível de confiança entre os cidadãos e do nível das leis que regulam sua conduta. O cidadão de confiança é produzido pela família, e a lei é imposta pelo Estado. Não obstante, nem o Estado

nem a família se fundam num contrato, mas ambos precedem o indivíduo e pressupõem a livre associação por meio da qual indivíduos se reúnem na formação de uma ordem política durável. Ambos dependem de obrigações que não foram escolhidas, e entrarão em colapso caso as pessoas percam a gratidão e a piedade instintivas que lhes permitem identificar família e pátria como patrimônios pessoais, a ser estimados e protegidos em retribuição ao que oferecem.

O relato de Hegel é filosófico – fornece razões *a priori*, em vez de causas empíricas, para que se veja a ligação com o lar e com a pátria como elementos pressupostos de uma ordem política livre. Por outro lado, não faltam explicações psicológicas sobre o apego que temos ao que damos o nome de lar – explicações que traçam as origens mentais de uma atitude que é, em qualquer relato sensato da condição humana, uma adaptação que beneficia nossos genes. E as explicações evolucionistas também não têm dificuldade em dar conta da piedade, ou de integrar a “ética da poluição e do tabu”, que parece surgir, em todos os lugares, em torno da necessidade de um lar.^[263] É verdade que tais explicações por vezes atuam de forma a ignorar a contribuição feita à piedade e à pureza por meio de nossas compreensões racionais e interpessoais, mas isso não refuta a alegação de psicólogos e evolucionistas de que a necessidade de participar de um lar seja uma adaptação que produz motivações que podem ser testemunhadas em cada aspecto de uma vida fixada.

Talvez nenhuma outra contribuição ao nosso entendimento sobre essa necessidade tenha sido mais importante, ao apontar o seu caráter fundamental e ao alertar para as consequências de ignorá-la, do que o trabalho de John Bowlby.^[264] Em seus três grandes estudos sobre crianças – *Attachment, Separation e Loss* – Bowlby fornece evidências devastadoras em defesa da visão de que tanto o amor interpessoal quanto a competência para se relacionar se enraízam numa experiência original de apego. Crianças despojadas dessa experiência se tornam perturbadas e adquirem, em geral, profundos problemas antissociais. Nesse sentido, futuros relacionamentos e capacidade para o amor são fatores criticamente dependentes dessa experiência nuclear, dada nas relações com o primeiro lar. Pesquisas sociológicas confirmam que lares desfeitos e nascimentos ocorridos fora da estrutura do casamento são indicadores precisos de depressão e comportamentos delinquentes,^[265] e sobram evidências de que o lar não representa somente aquele lugar “de onde se começa”, mas compreende o lugar da memória sagrada, para o qual os nossos anseios retornam. Ele abriga esse *status* em nossos sentimentos conscientes, a partir de uma cadeia de processos que nos remete às adaptações

primitivas, crescendo ao longo do tempo a fim de abarcar nossos projetos, como nos mostra Hegel.

Essas observações estabelecem, creio que de forma indubitável, que os seres humanos, em sua condição de criaturas que povoam a Terra, são animados por uma atitude de *oikophilia*: amor ao *oikos*, que não significa somente a morada, mas incorpora pessoas e o conjunto das moradas ali fixadas; ou seja, um conjunto humano que dota aquele lar de contornos duradouros e um sorriso persistente. O *oikos* é um lugar que não é apenas meu e seu, mas *nosso*. É o palco estabelecido para a primeira pessoa do plural da ordem política, o lócus real e imaginário em que “tudo acontece”. A profundidade dessa atitude não depende necessariamente de investigações sociológicas. De qualquer forma, não precisamos dessas pesquisas, pois temos *David Copperfield*, *Grandes Esperanças*, *Em Busca do Tempo Perdido*, *Retrato do Artista Quando Jovem* e *Ode: Prenúncios de Imortalidade*. Temos a inesquecível narrativa de um lar brutalmente esmagado e depois incestuosamente redescoberto em *A Valquíria*, de Wagner; a invocação idílica em *Babica*, de Božena Němcová, o amor materno e carente em *Pais e Filhos*. Temos ainda a grande narrativa fundadora da literatura ocidental: a *Odisseia*, de Homero, em que o herói abre mão da imortalidade e da vida ao lado de uma deusa para voltar ao lar, enfrentando toda sorte de perigo em busca desse lar. Temos a tradição ocidental da pintura abarcando as paisagens de Constable e Crome, as clareiras de Corot e os *resorts* de Cézanne, Seurat e Monet. Temos as evocações musicais do lar sagrado e da pátria na *Quinta Sinfonia* e na *Sinfonia Londres*, de Vaughan Williams, nas sinfonias de Sibelius, no lindo tributo à vida na varanda na ambientação de Samuel Barber em *Knoxville: Summer of 1915*, de James Agee. Percorrendo toda a tradição da arte e da literatura ocidentais, de Hesíodo a Teócrito, chegando a Jean Giono e a Ingmar Bergman, poetas, pintores, diretores de cinema e compositores traçaram inúmeras e repetidas vezes o retrato desse lar, do qual todos começamos, que permanece vivo em nossas afeições, que é a primeira medida e referência para nossas aventuras posteriores, que é o lócus a partir do qual lares subsequentes se derramam em longas trilhas de esperança e pesar, que foi capturado de forma impressionante por Edgar Reitz em sua trilogia cinematográfica *Heimat*.

A mesma história é contada pela filosofia recente, sobretudo por aqueles que se situam na tradição fenomenológica fundada por Edmund Husserl. Ele nos recorda que nossa experiência e nossos conceitos estão interligados, e a forma como o mundo aparece a nós será afetada pela forma como interagimos com ele. Os seres humanos vivem no mundo da natureza, e buscam explicá-lo por meio de categorias

científicas e leis causais. Mas também vivem no “mundo natural”, diante do qual a atitude fundamental não é de explicação, mas de pertencimento. Esse mundo natural é um “mundo que nos cerca” (*Umwelt*) e um “mundo de vida” (*Lebenswelt*). Ele é conhecido pelas aparências, que conceituamos na chave de nossos interesses e necessidades, e não em termos que nos permitissem explicar como ele funciona.^[266]

Nossas motivações não são governadas pela forma como o mundo é, mas pela forma como ele aparece; e a forma como ele aparece depende da forma como interagimos com ele. Os conceitos que nos são vitais, e sobre os quais construímos nossa vida social, não são conceitos científicos, que expressam teorias insípidas dos tipos naturais. São conceitos de ordem funcional, moral, estética e espiritual, que não têm lugar nas “leis da natureza”. Por exemplo, os conceitos de casa, ferramenta, amigo, lar, música; o nobre, o majestoso, o sagrado; legalidade, polidez e justiça. Tentar imaginar seres racionais que viveram sem esses conceitos, que nunca dividiram o mundo entre amigo e inimigo, sagrado e profano, justo e injusto, pátria e estrangeiro, é imaginar uma raça de criaturas não humanas, com as quais não poderíamos nos relacionar da mesma forma que nos relacionamos uns com os outros: de um eu para outro eu.

Os alunos e seguidores de Husserl desenvolveram essa linha de pensamento, cada qual numa direção própria, e os resultados foram os estudos inovadores sobre a vergonha e a compaixão de Max Scheler, sobre empatia de Edith Stein, sobre construir e habitar de Heidegger.^[267] Para Max Scheler estava claro que as formas como os seres humanos se relacionam entre si – amor e ódio, perdão e fúria, remorso, vergonha e desejo – dependem de como se veem, a si mesmos e uns aos outros, como pessoas que atuam livremente; ou seja, nem o conceito de liberdade nem o conceito de pessoa podem ser incorporados numa ciência natural da condição humana. Tais conceitos não são biológicos, tampouco estão ancorados nas qualidades físicas das coisas às quais se aplicam. São conceitos que alcançam o reino do subjetivo, o reino de “como as coisas se parecem”, seja na relação com o *eu*, seja na relação ou com o *outro*, e ao usá-los estamos tentando estabelecer um novo modo de relacionamento, que é distinto dos que existem entre os objetos no mundo físico. Martin Buber descreveu essa relação de sujeitos como “eu-tu”, oposta à relação “eu-isso”, que nos liga às coisas materiais.^[268] Como sustentei no último capítulo, é precisamente essa relação que constitui a base da vida moral, fornecendo os conceitos e princípios dos quais o senso de responsabilidade se alimenta, podendo ser aplicado e atualizado.

Para Scheler uma das tarefas da filosofia era o estudo da estrutura das relações pessoais, para que se investigasse a forma como elas nos nutrem e se realizam em nós. Entendemos as relações pessoais somente ao compreendermos os conceitos sobre os quais elas são erigidas. Conceitos de personalidade, liberdade, responsabilidade e expressão são essenciais para nós, e uma das fontes de desarmonia e desequilíbrio em sociedades tecnológicas é o fato de esses conceitos serem descartados em nome de formulações científicas, ou melhor, pseudocientíficas, de descrição dos seres humanos, de modo a minar as relações das quais dependemos para a construção da felicidade. Ciência e pseudociências, da psicanálise freudiana à “neurociência”, que influenciam a psicologia de nosso tempo, encorajam-nos como autômatos, meros subprodutos de processos que não controlamos. Somos tentados por essas teorias, uma vez que elas simplificam nossos envolvimento, anulam a esfera de responsabilidade e nos permitem vagar, sem culpa, ao sabor dos apetites presentes. Uma vez que as pessoas se entregam a essa tentação, começam a desperdiçar tanto a si mesmas quanto o mundo. Aqui, pode-se adicionar, temos uma explicação profunda dos nossos problemas ambientais: sob a influência de visões que despersonalizam a condição humana, as pessoas não conseguem mais se orientar no mundo natural, não mais encontram o seu nicho ecológico que não é um nicho biológico, mas sim um nicho espiritual, ornado pela personalidade e pela liberdade daquele que o ocupa.

Virtudes como parcimônia e asseio, o hábito de oferecer e receber respeito, a orientação na contemplação do outro que Jonas chamou de “sentimento de responsabilidade” – todos esses aspectos da condição humana deságuam no sentimento de *oikophilia*, moldando-nos como administradores diligentes e guardiões de nossa habitação comum. Esse sentimento de responsabilidade surge no transcorrer de nosso crescimento ao criar ilhas de valor em meio ao oceano dos preços. A fim de adquirir essas virtudes devemos circunscrever o “raciocínio instrumental” que governa a vida do *homo economicus*. Devemos entronizar o nosso amor e o nosso desejo nas coisas que consagramos como valor intrínseco, em vez de meramente instrumental, de modo que a busca dos meios possa encontrar o seu destino num lugar de fins. É isso que entendemos por assentamento (o estabelecimento da morada).

Heidegger ampliou o pensamento fenomenológico de Husserl desenvolvendo categorias técnicas para descrever as distinções (reais ou imaginárias) em que vivemos o *Lebenswelt* em nossos pensamentos e ações, e roubou da física até mesmo os conceitos de tempo e espaço, como se estes devessem o seu conteúdo à

autoconsciência das pessoas. Não partilho do método de Heidegger, muito menos dou crédito às afirmações que faz em *Ser e Tempo*, em sua filosofia de gabinete. Heidegger é importante em minha exposição por ilustrar a centralidade dos conceitos de lar e por se preocupar em moldar uma fenomenologia do apego, e porque sua popularidade, de outra forma inexplicável, deriva quase exclusivamente disso. A filosofia de Heidegger é uma filosofia do assentamento, um conjunto de instruções místicas para se sentir em casa num mundo sem deus, um encanto litúrgico para que se altere o estado de solidão e alienação na completude confortável de ser *aqui e agora*.^[269]

Em Heidegger o termo (*Sorge*) é uma relação de redenção diante do mundo, uma tomada de responsabilidade que constitui um assentamento. Três ideias tornaram-se centrais em seu pensamento posterior: *techne*, habitar e construir. Segundo Heidegger, a tecnologia cessou de ser uma forma de se relacionar com o mundo natural para se transformar em *desafio* à natureza.^[270] A agricultura moderna se *sobrepôs* à natureza e nós também nos submetemos ao mesmo processo; deixamos de nos ver como pessoas e nos tornamos “recursos humanos”. E, usando uma linguagem que sofre de um notório déficit de palavras concretas, Heidegger nos exorta a dar as costas a esse modo falso de considerar nossos predicados, para então redescobrirmos a senda que nos reconduz ao habitar e ao construir. Habitar e construir denotam as formas em que nós humanos nos fixamos no mundo, tornando-o nosso. Compreendem a ponta final da “virada para o lar”, ou *Heimkehr*, o tema subjacente da poesia de Hölderlin. Essa questão foi exposta de forma mais simples por Karen Joisten: diferentemente dos demais animais, o homem é um ser morador: *der Mensch ist ein heimatliches Wesen*.^[271] Não somente *heimlich*, mas *heimatlich*, com necessidade de, em busca de e se realizando num *oikos*, que ele não enxerga simplesmente como meu ou seu, mas como *nosso*. Joisten enfatiza que a segurança do lar é também um “esconder”, e que vivemos uma divisão interna entre o que se revela e o que se oculta – uma divisão fundamental para a experiência da intimidade, quando todas as barreiras entre nós são finalmente postas de lado.

Esses escritores nos recordam que o assentamento é uma experiência profunda e um conceito profundo. A pessoa fixada e o nômade diferem entre si não somente em sua experiência de espaço e lugar, mas também em sua experiência de tempo. A temporalidade do lar pertence à esfera daquilo que Henri Bergson chamou de *la durée*, o fluxo que experimentamos internamente, conectando passado e futuro por

meio do presente vivido.^[272] A duração é uma característica do *Lebenswelt*, e a forma como o recebemos compreende parte importante daquilo que somos. Para que estejamos plenamente inseridos no tempo, cientes de nossa identidade (do passado ao futuro), devemos viver segundo o regime de responsabilidade: assim afirma Jonas. O tempo, experimentado dessa forma, conecta-nos aos mundos futuro e pretérito. O tempo pelo qual ansiamos e em torno do qual gravitamos se estende além deste momento, desta pessoa e desta vida. É um tempo em que os mortos e os não nascidos estão também presentes, e sua misteriosa unicidade foi capturada nos versos de abertura de “Burnt Norton”, de T. S. Eliot:

Tempo presente e tempo passado
Estão, talvez, presentes no futuro,
E o futuro, contido no passado.

Esse é o motivo pelo qual a *oikophilia* se inclina naturalmente para a história e para a conservação do passado, não por nostalgia, mas sim pelo desejo de viver como consciência duradoura entre coisas que duram. O verdadeiro espírito de conservação não enxerga o passado como “herança” comerciável, mas como herança viva, uma realidade durável porque reside dentro de mim. Existir plenamente no tempo é estar consciente da perda e sempre trabalhar para repará-la.

Passos ecoam na memória
Pela alameda por que não passamos
Rumo à porta que nunca abrimos
Até o roseiral.

O passado vive em nós como um lugar de sendas não trilhadas, de decisões e de compromissos, e quando experimentamos o mundo dessa forma é que adquirimos o senso de intendência zelosa. Aprendemos a ver que o momento presente é também passado, mas o passado de outro que ainda está por vir.

Os movimentos ambientais radicais parecem negligenciar essas experiências fundamentais e o significado social e político que delas emerge. Por isso são tão contraproducentes. Ao se definir por meio de agendas globais, iniciativas internacionalistas e mobilizações planetárias, esses movimentos desenraizam a causa mesma das propostas que dizem servir – uma busca pelas raízes. Seu único efeito prático é prender o mundo a tratados autoritários e decretos promulgados por burocracias transnacionais, todos igualmente incapazes de prestar contas de seus atos, indiferentes às condições locais e repletos de consequências indesejáveis. Na medida em que desprezam as motivações que ligam as pessoas ao próprio lar, nelas

inspirando um modesto ainda que genuíno sentimento de intendência, esses movimentos desfazem qualquer esperança que possamos ter no estabelecimento de um equilíbrio ecológico.

Existe uma explicação parcial para negligenciar o conceito de *Heimatlichkeit* na literatura ambientalista. Com suas raízes na filosofia alemã, em particular no movimento fenomenológico e nas filosofias personalistas de Scheler e de Jonas, essa literatura viu-se profundamente perturbada com a história recente da Alemanha, e com a impossibilidade moral de se identificar com a ideia de “lar nacional germânico” que tanto alimentou a propaganda nazista. Assim, durante o longo período que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial, a proliferação de reflexões filosóficas na Alemanha sobre nossas obrigações perante as futuras gerações esteve acompanhada de uma marcante relutância em explorar a raiz dessas obrigações no respeito aos mortos.^[273] Aquilo que foi chamado de “impossibilidade do luto” infestou a cultura alemã do pós-guerra, removendo do cenário de discussão qualquer pensamento ambiental que se ligasse aos sentimentos comuns, e assim obstruindo a criação de uma política ambiental baseada nesse tipo de sentimento.^[274] Creio que isso explica a esterilidade emocional e intelectual dos Verdes alemães durante as décadas de 1960 e 1970. Explica também a constante necessidade de eles se identificarem como “de esquerda”, para não ser tomados por defensores da terra natal em seus anos de desonra. Todavia, desde aquela época houve a recuperação da ideia de *Heimat*, e filósofos como Angelina Krebs e Karen Joisten tornaram esse conceito central nas discussões sobre ética ambiental.^[275]

Fiz referência ao importante ensaio escrito pelo juiz e romancista Bernhard Schlink em que ele chama a atenção para o caráter utópico da invocação de amor ao lar, em seus formatos ideológicos e políticos. Exatamente por ser um lugar fixado no passado – uma morada de segurança e de proteção irrecuperáveis – o anseio por esse lar nunca pode ser realizado, e a sua imagem serve como talismã mágico, com o qual comprometimentos podem ser facilmente descartados e condenados.^[276] Ao ser tratado dessa forma, o lar se torna o lugar onde não se é. Nesse formato, o único *Heimatgefühl* real é o *Heimweh*, saudade do lar, o qual Novalis apresenta como o tema perene da filosofia.^[277]

A resposta que o próprio Schlink dá a esses pensamentos é ambivalente e experimental, e ele não autoriza a busca desqualificada de ambições globais nem nega a força de nossas ligações locais. Minha resposta diz que sim, de fato existe a invocação retrospectiva desse refúgio fictício e atrasado, o lugar onde tudo é meu e

nada necessita de explicação. Mas o antídoto é precisamente a mensagem de Burke e Hegel de que o lar precisa ser *redescoberto* à medida que nos movemos para a frente e o recriamos. Ele é criado não como um santuário ou um memorial, mas sim como o lugar em que a *vida prossegue*, no qual amor, afeição e obrigações mútuas são renovados. Além disso – e este é o fato mais importante do ponto de vista desta argumentação – ele é criado como um *lugar*, um *Umwelt*, algum lugar para ser cuidado como refúgio e como algo com valor intrínseco.

As reflexões dos fenomenologistas sugerem que o psiquismo humano é, nesse sentido, intrinsecamente *preocupado com o lar*. Aquilo que sabemos sobre personalidade, amor e liberdade, aprendemos graças à nossa conexão com os que atuaram como nossos primeiros protetores, e estamos conectados também com o lugar que lhes pertencia. Nós nos separamos deles, mas permanece conosco a necessidade do apego ao lugar, vagando como radicais livres até nos fixarmos em outro lugar. Nossa postura pode permanecer, contudo, como uma condição de estar sempre à deriva. Creio que tal condição caracteriza a mentalidade da esquerda. Por outro lado, podemos nos orientar para o lar e para a fixação buscando e encontrando o lugar que será nosso: essa seria a forma conservadora. Ambas as posturas são de *heimatlich* quando dirigem esta pergunta ao mundo: “Pertencço? E em caso afirmativo, é aqui?”.

Encontramos essa “preocupação com o lar” na Torá, na história das andanças do povo de Israel. Encontramo-la na *Odisseia*, o retorno ao lar depois da Guerra de Troia. Ela é adotada na nova religião de Jesus e São Paulo e se expressa de forma sublime nas palavras de Santo Agostinho: “Nossos corações estão inquietos, até que descansem em Vós”. E o *Baghavad Gita* nos diz que “mesmo quando os ventos poderosos residem nas vastidões do espaço etéreo, todos repousam em mim”. A autoconsciência dos Estados Unidos da América, que escolheu o Dia de Ação de Graças como festa nacional, ao recuperar o primeiro esforço apologético dos colonos peregrinos para que fossem aceitos entre os nativos, que, posteriormente, seriam roubados de suas terras, deita as suas raízes na preocupação com o lar. O que isso significa, na prática, é anunciado pela história, pelas obras de ficção e por nossos próprios esforços de vivermos os dias “ligados uns aos outros em piedade natural”. Sabemos disso pela história dos povos, em que cada um assume a sua parte de responsabilidade num destino coletivo.

Se isso é verdade, então certamente caracteriza uma motivação que poderia ser exortada e colocada a serviço do meio ambiente. O lar não é um lugar qualquer,

mas sim o lugar que abriga aqueles que amamos e dos quais dependemos; o lugar onde se compartilha, o lugar que se defende, o lugar pelo qual se é designado a lutar e morrer. Esse sentimento de amor ao lar é fonte de muitos de nossos mais generosos gestos e de nossas maiores doações pessoais. Ele ajuda os soldados em batalha para que deem a vida em nome da “pátria”; anima o lugar onde os filhos são criados e no qual os pais criam outras dádivas com base naquilo que receberam; também faz com que vizinhos ignorem diferenças religiosas e culturais em nome da morada que se compartilha.

Na democracia os governos tomam decisões e impõem leis a pessoas que se inclinam a lhes obedecer. Democracia significa saber conviver com estranhos em termos que podem ser desvantajosos em curto prazo. Significa estar preparado para lutar e sofrer derrotas em nome de pessoas que o sujeito não conhece ou nem mesmo tem vontade de conhecer; significa apropriar-se de políticas que são feitas em nome de um terceiro e endossá-las como “nossas”, mesmo quando se discorda delas. Apenas quando as pessoas têm forte senso de quem “somos”, por que “estamos” agindo dessa ou daquela forma, de por que “nos” comportamos dessa forma correta de um lado e equivocada de outro, é que se tornam suficientemente envolvidas nas decisões coletivas, a ponto de adotá-las como suas. Essa primeira pessoa do plural é a precondição de uma ordem política que se opõe à ordem sagrada, e deve ser salvaguardada a todo custo, pois o preço de perdê-la significará uma completa desintegração social ou até mesmo uma tirania assombrada por uma classe política sacerdotal – a posição de base das comunidades humanas.

Nacionalidade não é o único tipo de filiação social, tampouco é um vínculo exclusivo. No entanto, é o único que se mostrou capaz de sustentar os processos democráticos no âmbito institucional do estado de direito. As sociedades tribais se definem em relações de parentesco. Nesse tipo de sociedade, os indivíduos se veem como membros de uma família estendida, e mesmo que sejam estranhos entre si esse fato será prontamente colocado de lado caso se descubra um ancestral comum e uma rede comum de parentesco. As sociedades tribais tendem a ser hierárquicas, e a prestação de conta segue a direção de súdito para chefe, mas não de chefe para súdito. A ideia de estado de direito imparcial, sustentáculo do governo e por este sustentado, não tem lugar no mundo estrito dos laços de parentesco, e quando se trata dos que são de fora – “estrangeiros e viajantes” –, eles são ou totalmente alijados das leis, sem nenhuma garantia, ou protegidos como classe especial e subalterna, como é o caso dos *dhimmi* no Islã. Nesse universo, os *outsiders* não se

tornam facilmente *insiders*, pois o que os separa da tribo é uma incurável diferença genética.

É no contraste com as formas tribais e religiosas de filiação que o entendimento de nação deve ser compreendido. Por uma nação quero dizer um povo estabelecido em um território, no qual se compartilham linguagem, instituições, costumes e um senso histórico, um universo social em que as pessoas se consideram igualmente comprometidas com o lugar em que moram e com os processos jurídicos e políticos que governam esse lugar. Os membros de uma tribo se veem como família; membros de comunidades religiosas se veem como fiéis; membros de uma nação se veem como vizinhos. Todas essas formas de identidade se enraízam em relações de pertencimento e ligação. Mas é somente no sentimento de nacionalidade que o território se torna central; com ele, surge uma primeira pessoa do plural especialmente adaptada a uma sociedade de estranhos, conferindo coexistência pacífica entre pessoas que não compartilham necessariamente as mesmas lealdades familiares e as mesmas crenças religiosas. Primeiro e mais importante: a nação é um território comum em que nos estabelecemos e que estamos autorizados a chamar de lar.

Pessoas que compartilham um território também compartilham uma história; podem compartilhar também língua e religião. É evidente que as nações necessitam de jurisdição territorial. Jurisdições territoriais requerem legislação e, conseqüentemente, um processo político. Esse processo transforma um território compartilhado em identidade compartilhada. A essa identidade damos o nome de Estado-nação. Partindo dessas noções, podemos elaborar um brevíssimo resumo da história dos Estados Unidos: pessoas que se estabeleceram em conjunto, resolveram seus conflitos pela lei, escreveram suas leis; e no transcorrer desse processo elas foram capazes de se definir como “nós”, cujo patrimônio comum é sua terra e sua lei.

De forma bem simples: nações não se definem por parentesco ou por religião, mas pelo território comum. A Europa deve parte de sua grandeza ao fato de suas lealdades fundamentais terem sido apartadas da religião e reafirmadas no território. Aos que acreditam que a divisão da Europa em nações foi o grande motivo das guerras europeias, fariam bem se recordassem as devastadoras guerras de religião na Europa, que as lealdades nacionais finalmente puseram a termo. Devem também estudar nossa arte e literatura, que não são arte e literatura de guerra, mas sim de paz, nas quais se invocam o lar e as rotinas do lar, as dinâmicas do dia a dia e o

povoamento permanente. Suas disputas são domésticas, seus protestos são entre vizinhos, seu objetivo é a satisfação com o lugar que reconhecemos como nosso. Até mesmo a cultura popular do mundo moderno é a reafirmação disfarçada de uma lealdade territorial. *The Archers, Neighbours, EastEnders* são espelhos da existência comum que mostram fixação e vizinhança, em vez de tribo ou religião, como legados sociais primordiais.

Este não é o lugar para defender as lealdades nacionais como matriz de uma política de tolerância. Dediquei-me a essa tarefa em outra obra.^[278] Minha preocupação aqui é enfatizar que existe uma lealdade pré-política que pode ser utilizada de forma eficiente na resolução dos problemas ambientais e é definida pelo lar, pelo território e pelo povoamento comuns, nos quais o “sentimento de responsabilidade” se encontra enraizado. O amor pela nação não extingue o sentimento por nossas outras moradas – pelo contrário, ele as inclui e as endossa. No capítulo 10 cito um longo exemplo de como o sentimento de *oikophilia* entre ingleses e americanos fez com que esses povos superassem seus piores problemas ambientais – não por meio de legislação e decretos, mas por iniciativas cívicas que, no despertar de seu sucesso, mobilizam leis. Em geral, os meio ambientes são mais bem preservados onde a *oikophilia* é mais forte, como ocorre nos países escandinavos, na Suíça e nos países de língua inglesa. Por outro lado, sofrem maiores degradações sempre que esse sentimento é deliberadamente destruído ou neutralizado, como o é, por exemplo, nos regimes comunistas.

Todavia, até que ponto é possível se basear, hoje, em motivações geradas por um sentimento nacional de *oikophilia*? O movimento ambiental moderno começou com os escritos de Wordsworth, Cobbett e Ruskin na Inglaterra, e com os escritos de Rousseau, Jean Paul e Schlegels no continente europeu; também com os escritos de Cooper, Muir, Thoreau e Emerson nos Estados Unidos. Todos esses autores desejavam transmitir de forma apaixonada o fato de se perceberem abençoados pela Terra e por seu espírito de renovação. É certo que as coisas mudaram, mas mudaram na direção da dúvida e da hesitação? É inegável que, desde então, forças de grande impacto transformaram o mundo. Farei uma breve consideração de duas delas: tecnologia e *oikophobia*.

Referi-me anteriormente à discussão que Heidegger faz de *techne* e à sua visão de que a tecnologia moderna se “sobrepôs” à natureza, de modo a alterar o seu significado para nós. Esse pensamento deve ser resgatado do jargão enrolado de seu autor, uma vez que corresponde à intuição amplamente aceita de que o psiquismo

humano se transforma sob o impacto de suas próprias descobertas. O mito de Prometeu sugere que os seres humanos nunca ficaram em paz perante a própria competência tecnológica, e sempre suspeitaram que tamanha competência ofendesse os deuses. Mas, no despertar da era industrial, houve uma fratura radical no esquema das coisas que separou as pessoas umas das outras e deixou cada uma por si mesma. De um lado, encontramos o culto à competência tecnológica, a busca do “domínio sobre a natureza” e a crença de que os nossos problemas podem ser resolvidos com mais tecnologia. De outro, testemunhamos uma alienação crescente que vem do mundo dos instrumentos, uma sensação de que as máquinas estão assumindo o controle, e que nós, da mesma forma que o resto da natureza, seremos reduzidos a pó. Neste caso, e de forma incomparável, esse tipo de ansiedade veio à tona nos escritos dos seguidores tardios de Marx: Adorno, Horkheimer e Marcuse, que aceitaram a condenação feita pelo mestre à máquina capitalista, embora tivessem perdido a esperança no mundo que ele prometera, no qual o domínio seria a cura da “alienação”, e não a causa dela.^[279] Para os pensadores da escola de Frankfurt, domínio e alienação pertencem um ao outro, e quanto mais nos apropriamos de um mais fatalmente sucumbiremos ao outro, sequestrados num mundo de mecanismos e bens, no qual nada é valorado como fim intrínseco e onde tudo foi reduzido a meios.

A sensação de viver num mundo fraturado é tema recorrente da literatura moderna, e com frequência a causa é identificada, de uma forma ou de outra, com o triunfo da tecnologia e a correspondente facilidade com a qual os apetites humanos podem ser satisfeitos num mundo que funciona para a satisfação desses apetites. Ansiedades relacionadas a consumismo e mercado globalizado têm aqui sua origem, e embora, de certa forma, reproduzam a tradição judaico-cristã de culpa, elas correspondem a uma nova experiência do meio ambiente. O *Lebenswelt* do homem moderno foi “instrumentalizado”. Tudo em sua volta está repleto de botões, interruptores e engenhocas; sozinho em sua escrivaninha ele é absorvido pela máquina na qual todos os seus relacionamentos estão comprimidos. Rostos, mensagens e emoções têm seu hábitat nos circuitos internos, assim como os pensamentos que mal lhe pertencem, uma vez que há muito foram roubados pelo *mouse* e arquivados em seu ninho atrás da tela. Em nossos dias, o mundo se divide entre aqueles para os quais esse reino de instrumentalização significa uma fuga da vida e de suas exigências e aqueles para os quais significa algo oco e estúpido, no qual somos arremessados sem descanso de um lugar para outro, sem nenhuma esperança de encontrar abrigo. A *tecnofilia* domina nossa cultura popular, mas é

uma cultura transgressora e desprovida de moradia real. Seus subprodutos, na forma de enghocas e de maquininhas descartáveis que se sucedem em versões mais excitantes e eficientes, podem ser vistos em todos os lugares: em torno de nós, à beira das estradas, em aterros e lixões, ou mesmo nas ruas da cidade, como no caso da arquitetura concebida em computador e de seu desprezo faceiro pela harmonia das fachadas.

Uma coisa é descrever um problema, outra coisa é resolvê-lo. Os maiores escritores contemporâneos concentraram seus esforços no intuito de descrever a alienação dos homens em um mundo construído à sua semelhança. Meu breve esboço é um sumário modesto de coisas que foram mais bem ditas por outros autores, mesmo que não tenham sido por Heidegger. Mas o que fazer a respeito? Neste mundo transformado, em que as coisas em torno de nós “servem” para “ser usadas”, “consumidas” ou “descartadas”, podemos encontrar um lar? Caso possamos, como e com quem? O próprio Heidegger estava incerto de que pudéssemos recapturar nossa habilidade de fixar moradia num mundo que, em toda parte, está condicionado por aparelhos, um lugar a ser saqueado e pilhado, em vez de em um lar a ser amado. Mas, ainda assim, é preciso fazer o esforço. Ao mesmo tempo, temos de resistir à destruição de nossa antiga base de povoamento, esforçando-nos por reordená-la. Podemos fazer isso cultivando o amor à beleza e desenvolvendo o senso de piedade. Não é fácil se mover nessa direção. A obsessão tecnológica causa dependência, e ao se viciarem nela muitos se agarram aos consolos irrisórios de uma vida repleta de enghocas. Essas pessoas preferem o lugar nenhum sem vínculo da sociedade de consumo a uma vida arraigada num lugar concreto, pois estabelecer moradia concreta significa ter de fazer sacrifícios. Na jornada de nossa primeira morada até a que construiremos para nós, essas pessoas caem à beira do caminho, deslizando na vala dos prazeres tóxicos. Se todo mundo vivesse dessa forma, a causa ambiental estaria, de fato, perdida.

Todavia, nem todo mundo vive dessa forma, e mesmo os mais inclinados à dependência tecnológica sabem de coração que isso tem de ser superado. Continuo persuadido de que a causa do amor ao lar ainda tem força suficiente para vencer a tendência a uma vida de prazeres pré-fabricados, e que a vencerá quando for devidamente esclarecida. Se a cultura do vício tecnológico parece tão resistente, isso se deve, em parte, à relutância dos conservadores em condená-la – ao verem o consumismo e a *technophilia* como associados às “soluções de mercado”, que precisam ser protegidas dos ataques socialistas. Na verdade, é precisamente na luta contra o consumismo desenfreado que tanto a esquerda quanto a direita deveriam

se unir, estabelecendo uma aliança em nome do meio ambiente, o que também acabaria curando a grande fratura de nossa civilização. Quando críticos do movimento ambiental desconsideram essa questão, rotulando-a de “nostalgia” ou “tecnofobia”, eles estão certos. Porém o fato é que essas descrições não são *críticas*, mas sim identificações verdadeiras daquilo por que todos nós ansiamos e que existe para ser recuperado, caso ouçamos nosso coração. Isso se chama *oikophilia*.

Isso me leva à segunda força de oposição contra a qual o conservador verde precisa se debater: *oikophobia*. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial ninguém no Ocidente ignora o sistemático escárnio das elites intelectuais desferido contra nossas lealdades históricas. Esses agentes procuraram descartar as formas tradicionais de patriotismo e os apegos regionais, rotulando-os de racistas, imperialistas ou xenofóbicos. Uso o termo *oikophobia* para denotar essa atitude, em analogia ao termo xenofobia, de que esse discurso acusa o mundo. Todavia, não quero dizer *medo* do lar; mais precisamente, quero dizer repúdio ao lar – o distanciamento dos apegos e das ligações que identificam a herança dos que recebem uma primeira pessoa do plural.

Oikophobia é o estágio normalmente percorrido pelo adolescente, e uma explicação parcial sobre essa dinâmica pode ser recolhida das teorias de adesão sobre as quais já falei. Mas esse sentimento é também um estágio no qual algumas pessoas – especialmente os intelectuais – tendem a se prender. Como destacou George Orwell, os intelectuais de esquerda estão especialmente inclinados a isso, o que os tem tornado, com grande frequência, ótimos agentes a serviço de poderes estrangeiros.^[280]

O sentimento de *oikophobia* não é uma tendência específica da cultura britânica. Quando Sartre e Foucault delineiam o retrato da mentalidade “burguesa”, a mentalidade do Outro em sua Alteridade, eles estão descrevendo o bom e comum cidadão francês e expressando todo o desprezo que sentem por sua cultura nacional. Esse desprezo é tema dominante da vida intelectual francesa, e pode ser encontrado em profusão nos disparates intelectuais de Irigaray a Cixous, e de Deleuze a Kristeva, os quais se espalharam da *rive gauche* aos departamentos de humanidades do mundo inteiro.^[281] Uma forma crônica de *oikophobia* se espalhou também pelas universidades americanas, sintetizada nas palestras e nos escritos de autores como Noam Chomsky e Howard Zinn. Aquilo que normalmente se toma como “politicamente correto” nada mais é que repúdio aos valores tradicionais americanos, ainda que disfarçado, além da pronunciada tendência de culpar os

Estados Unidos (seu sucesso) por tudo que acontece de errado no mundo. Em todas as suas versões, essa *oikophobia* faz surgir o que chamo de “cultura do repúdio”, que rapidamente foi disseminada nas escolas e no universo acadêmico e tem dominado, sem sofrer grande resistência, a mente e o coração daqueles que deveriam se comportar como tradicionais guardiões do conhecimento.^[282]

As raízes desse sentimento se depositam em camadas mais profundas que a razão, e é mesmo improvável que qualquer argumento seja capaz de erradicá-lo, ou fazer qualquer grande diferença aos olhos dos que sofrem de *oikophobia*, a não ser desprestigiar ainda mais aquele que procura oferecer bons argumentos. Além disso, essa visão de repúdio continuará a exercer forte influência sobre as decisões políticas feitas em nosso nome, e esse é um dos motivos – de fato, o motivo primordial – que tornam os problemas ambientais irresolúveis, uma vez que esse sentimento cancela a única motivação conhecida para uma real resolução dos problemas ambientais.

Os *oikofóbicos* definem seus objetivos e ideais *contra* as formas tradicionais de associação: contra o lar, contra a família, contra a nação.^[283] Portanto, na arena política, eles tendem a promover instituições transnacionais, em detrimento dos governos nacionais, aceitando e endossando leis e regulamentações que nos são impostas de instâncias supranacionais como a União Europeia ou as Nações Unidas, defendendo as visões políticas dessas organizações segundo seus alegados valores universais, que, por sua vez, são imediatamente purgados das ligações e adesões particulares das comunidades históricas reais. Os *oikofóbicos* veem a si mesmos como paladinos de um universalismo esclarecido em sua cruzada contra as forças do chauvinismo local. O aumento desses movimentos tem gerado uma crescente crise de legitimidade nos Estados nacionais da Europa. Esses movimentos constituem um fulcro de poder fora de suas sociedades, por meio do qual todas as fundações nacionais podem ser descarrilhadas. Por conseguinte, atualmente presenciamos uma expansão maciça de fardos legislativos sobre as populações europeias, e um assalto implacável sobre as únicas lealdades que permitiriam assimilá-los de forma voluntária.

Como demonstrarei no capítulo 10, o amor do povo inglês pelo território, pela paisagem, pelo modo de vida e pelas instituições consagradas da Inglaterra tem sido o grande e único motivo para o surgimento de uma zelosa intendência, por meio da qual essa ilha superpopulosa tem conseguido manter um hábitat viável à sua população. Milhares de iniciativas cívicas e ações de caridade privadas têm utilizado

o imenso fundo de espírito público da Inglaterra. Essas iniciativas derivam da relação amorosa com o território, visto como morada comum. São iniciativas patrióticas, pacíficas e imbuídas de um espírito de povoamento; é graças a elas que os governos são frequentemente derrotados em planos insanos de construir mais estradas, mais aeroportos e centros comerciais em cada canto de nossa paisagem. Caso tenham algum esquema de proteção ambiental, os *oikofóbicos* o colocarão, imediatamente, sob a ingerência de uma ONG ativista, fazendo campanha com soluções de cima para baixo, nas quais as opiniões e as iniciativas das pessoas comuns são completamente ignoradas. Eles desconsiderarão prontamente os esforços da Campaign for the Protection of Rural England, o National Trust, o Women's Institute, o Countryside Restoration Trust e outras iniciativas cívicas, alegando que são formas reacionárias da política do “não mexa no meu quintal,^[284] e muito provavelmente acatarão de bom grado toda sorte de estruturas de concreto que serão lavradas e despejadas sobre nós, mas tudo em nome do bem-estar, é claro.

Oikophobia não significa indiferença; ao contrário, é uma forma de repúdio íntimo, semelhante à dos jovens contra os pais durante a crise da adolescência. Portanto, o estrago causado pelos *oikofóbicos* é incomparavelmente diferente do estrago causado pelos negligentes que sujam o meio ambiente, ou até mesmo pelos exploradores do meio ambiente. Por toda a Europa, os grandes investidores industriais, o agronegócio e as redes de supermercado tiram vantagem do vácuo jurídico e da arraigada corrupção política, danificando os habitats das pessoas e dos animais, indiferentes aos custos de longo prazo que eles se furtam a pagar. Isso não é *oikophobia*, mas sim negócio. Mesmo quando deploramos o resultado dessas ações, devemos ver que não expressam o lado negro do psiquismo humano, mas sim os motivos que poderiam ser em princípio corrigidos caso os instrumentos legais e os procedimentos políticos tivessem devidamente instalados, com os quais seria possível forçar os predadores a internalizar os seus custos. O sentimento de *oikophobia* é muito mais perigoso que isso, na medida em que atua de forma incansável e implacável, não cedendo um milímetro ao que lhe parece odioso.

O conservadorismo é a voz das pessoas que encontram suas necessidades sociais e aspirações num ambiente familiar e amado, um lugar que para elas se apresenta como lar, que elas se esforçam por embelezar e melhorar, mesmo que por meio de pequenos ajustes e esforços da parte de voluntários. Subjacente aos movimentos ambientais de certos setores da esquerda, encontramos o desejo de instituir outro *tipo* de sociedade, organizado em torno de uma causa, e não em torno da lealdade entre seus membros – essa é a verdadeira razão de ser da ONG ativista, uma

concepção oposta à de “pequeno pelotão”. A ONG inflama seu adepto com um propósito; aquilo que Oakeshott chamou de “associação empresarial”, organizada em torno de um objetivo, em vez de “associação civil”, que existe como forma de agremiação solidária. Tipicamente, a grande ONG torna-se um grupo de pressão a lutar por mudanças nas leis. Esses grupos radicais exercem um apelo natural aos *oikofóbicos*, que procuram alijar os deuses domésticos de seu trono poluído. Para um grupo de pressão desse tipo, vencer significa fixar regulamentações, além de implantar uma burocracia no intuito de forçar a vigência e a aplicação de novas normas. Não obstante, a lei das consequências indesejadas entrará imediatamente em ação a fim de garantir que o objetivo seja derrotado. Portanto, quando se trata de política ambiental, a pior coisa que pode acontecer é que os movimentos de esquerda e seus inflamados porta-vozes prevaleçam. Por outro lado, a melhor coisa que pode acontecer é que as pessoas comuns, motivadas pelo antigo sentimento de *oikophilia*, decidam se associar como voluntários, no intuito de localizar o problema e resolvê-lo. Se estão perdendo o hábito de fazer isso, em parte é porque os governos, em resposta a grupos de pressão e aos ativistas, têm progressivamente confiscado os deveres dos cidadãos, ao mesmo tempo que despejam sobre eles levas de drenos regulatórios.

Mas, na prática, em que consiste o sentimento de *oikophilia*? Quais iniciativas, instituições e políticas brotam dessa motivação, e como podem se orientar na direção que solicitamos – encorajar as pessoas a se doar pelo bem do planeta?

Capítulo 8 | Beleza, Piedade e Profanação

O amor ao lar – *oikophilia* – tem origem em nossa necessidade por alimento e segurança, mas ele se dissemina em nosso ambiente, em modos mais misteriosos e menos notadamente interesseiros. Caracteriza-se como um chamado à responsabilidade, e reprova o cálculo. Exorta-nos a amar, em vez de usar; a respeitar, em vez de explorar. Convida-nos a perceber o “doce lar” da mesma maneira que percebemos as pessoas, não somente como meios, mas como fins. Ele absorve e transforma as motivações auxiliares, duas das quais merecem nossa atenção, uma vez que inspiraram a maioria dos mais expressivos movimentos de preservação em nossos tempos: o amor à beleza e o respeito ao sagrado. Desde o Iluminismo, o deleite estético e a piedade natural permanecem, em nosso meio, em vigilância constante, detendo o braço que se levantou para destruí-los. Em tempos recentes, o belo tem sido exaltado acima do sagrado. Mas devemos ter em mente que, para pensadores como Burke, Kant, Rousseau, Schiller e Wordsworth, o belo e o sagrado estão conectados e precisam ser juntamente resgatados do ímpeto humano de explorar e destruir.

Existe uma razão especial para colocar o belo em primeiro lugar, que se faz distinta de sua ascendência no pensamento moderno. É antiga a tese na filosofia que afirma o belo como um valor intrínseco.^[285] Apreciar a beleza de algo é dar-lhe valor pelo que é, e não pelo que faz ou pelos propósitos a que serve. Disso não decorre que o belo seja inútil. Pelo contrário, é o valor intrínseco das coisas belas

que as torna útil. Isso se compara à amizade. Um amigo é valioso pelo que é. Tratá-lo como meio – usá-lo para propósitos específicos – significa exatamente desfazer uma genuína amizade. Não obstante, quando oferecem ajuda em tempos de necessidade, os amigos mostram-se úteis, além de contribuírem para os prazeres da vida diária. Portanto, a amizade é algo supremamente útil, desde que não a tenhamos por sua utilidade.^[286]

Muitas pessoas tratam o ambiente que as cerca como um valor instrumental. Elas reconhecem as futuras gerações como usuários desse meio ambiente; mas, para essas pessoas que vivem de cálculos, o meio ambiente nada mais é que uma ferramenta.^[287] Essa atitude, que seria vista como ímpia por pessoas muito mais primitivas, parece ter-se impregnado em nosso pensamento político, erodindo a barreira entre o bom uso e o mau uso. A visão instrumental da natureza, ao colocar um preço sobre tudo, acabou por gerar uma profunda repulsa entre os mais jovens, cujo sentido de sacrilégio foi despertado, em contraste com os hábitos exploradores de um mundo utilitarista. Esses jovens querem encontrar outra forma de se relacionar com o meio ambiente e ficam do lado do planeta em detrimento dos futuros humanos. A hipótese de Gaia, de Lovelock, pode ser puro nonsense científico; não obstante, exerce forte apelo por reformular a questão ambiental em bases que priorizam o planeta Terra e suas necessidades em vez de reforçar interesses e apetites. Pensadores como Lovelock e Aldo Leopold favorecem a perspectiva geocêntrica em vez da perspectiva antropocêntrica dos economistas ambientais. Eles apelam tanto aos que buscam coisas sagradas quanto aos que consideram a humanidade algo pouco melhor que uma doença sobre a face da Terra.^[288]

O exemplo da amizade sugere um caminho mais claro e menos tortuoso no descarte da abordagem instrumental das questões ambientais. Seria suficiente focar um valor intrínseco que tivesse na utilidade não um objetivo, mas tão somente um desdobramento. Tal valor existe, e refiro-me à beleza. Ao contemplar uma coisa como bela, o sujeito a eleva da arena dos interesses práticos e a dota de um valor que não pode ser cedido ou trocado. O caso se assemelha à amizade. O valor intrínseco da beleza confere utilidade de longo prazo às coisas belas, mas se trata de uma utilidade que surge somente quando não a buscamos.^[289]

O sentimento de *oikophilia* caminha nessa direção, o que não nos causa surpresa, uma vez que compartilha as raízes morais da amizade. Ele compreende as formas em que consideramos as coisas ao nosso redor como repletas de significado próprio e insubstituíveis; ou seja, quando não são avaliadas em termos de seus substitutos,

mas sim quando são vistas como vemos as pessoas: de um (eu) para outro (eu). Vistas à luz da *oikophilia*, essas coisas não são exploradas, cedidas ou negociadas. É justo dizer que, ao ver o meio ambiente dessa forma, teremos muito mais chance de realmente servir às futuras gerações do que se o considerarmos simplesmente como meio, mesmo que isso signifique um meio para os fins *delas*, em vez de um meio para nós.

As histórias dos parques nacionais nos Estados Unidos e dos movimentos de preservação ambiental na Grã-Bretanha, Austrália e África mostram, claramente, que o amor à beleza é uma motivação mais forte que qualquer interesse científico ou utilitário na preservação do planeta e da paisagem para as futuras gerações e na proteção dos habitats de outras espécies. A beleza assume papel ainda mais importante na preservação do habitat das pessoas que vivem na civilização. Parece-me que muitos dos piores casos de degradação ambiental de nossa época advêm da remoção do belo, que é substituído pela utilidade. A depredação dos habitats humanos em nome da construção de viadutos, grandes estruturas de concreto e vias é sempre conduzida em nome de uma grande utilidade e ao mesmo tempo desqualifica a oposição como coisa de gente com preocupações “estéticas”, portanto trata-se de “uma questão de gosto”.

Afastar-se da beleza é uma conduta encorajada por duas suposições equivocadas. [290] A primeira é pensar que a beleza é completamente subjetiva, que sobre ela não pode haver debate racional e que seria inútil chegar a um consenso. A segunda diz que o belo, afinal de contas, não importa, pois é um valor sem realidade econômica, sem nenhum direito de interferir no crescimento econômico. Essas duas suposições levaram ao que Milan Kundera chamou de “enfeimento” do mundo: os degradados centros das cidades americanas e a porcaria espalhada em seu entorno; as contaminadas *monotowns* da antiga União Soviética; as zonas de concreto e de guerra urbana da *banlieu* parisiense; as paisagens destruídas da Arábia; e os sombrios espaços baldios das *Midlands* britânicas. [291] É importante, portanto, refutá-los, e deixar claro que não há como desenvolver uma política ambiental convincente sem que na disputa entre beleza e utilidade a beleza prevaleça.

Numa cultura democrática, a suposição de que a beleza seja subjetiva tem a sua função. Evitam-se ofensas e desentendimentos entre gostos distintos. Seu vizinho gosta de gnomos de jardim, esfuziantes luzes natalinas, Bing Crosby cantando *White Christmas* e milhares de outras coisas que lhe dão calafrios, mas é o gosto dele, e ele tem o direito de expressá-lo. Deixe-o saborear suas preferências e ele o

deixará em paz, para que você escute seus quartetos de cordas de Beethoven, colecionie antiguidades e decore sua casa no estilo de Palladio, coisas que seu vizinho, por sua vez, considera excêntricas. Ambos estão motivados pela *oikophilia*, pois ambos estão construindo um lar como lugar de abrigo e nutrição. Mas de alguma forma a propriedade de um lar, sua identidade como lugar de compartilhamento e hospitalidade, fracassou. Ano após ano, os luminosos natalinos aumentam de tamanho, tornam-se mais chamativos e intrusivos (e ficam expostos por mais tempo). Finalmente, a casa de seu vizinho se torna uma grande árvore de Natal que pisca o ano inteiro, com Papai Noel entrando pela chaminé e um extravagante trenó de renas no jardim. A decoração arruína por completo a vista que você tem de sua janela. Você parte para a retaliação e toca Wagner até tarde da noite, apenas para receber as pancadas de Bing Crosby de manhã cedo. Aqui, testemunhamos o pleno funcionamento da cultura democrática – em seu caminho para a atomização.

Esse tipo de situação é sentido de forma muito intensa na Europa, e é um dos motivos da reação contra as multinacionais americanas, como a rede McDonald's, que supõe como um direito seu exibir sua enorme logomarca em qualquer lugar em que resolva estabelecer uma loja. Curiosamente, foi a indignação estética dos europeus contra o McDonald's que lançou duas das mais importantes iniciativas dos últimos tempos em nome do meio ambiente: o movimento em defesa da cozinha local na França, liderado pelo fazendeiro José Bové, e o movimento *slow food* na Itália, que surgiu em decorrência de protestos contra uma proposta de estabelecimento de uma loja McDonald's na Piazza di Spagna em Roma – crime estético cuja possibilidade despertou e reuniu a população de Roma contra os interesses da economia global.^[292] Embora qualquer um tenha o direito de anunciar seus produtos, os europeus supõem que a publicidade não tem o direito de arruinar a beleza do lugar onde é exibida. No entanto, os painéis e luminosos americanos parecem ter sido feitos, invariavelmente, para cumprir exatamente esse objetivo. Ao chamar toda a atenção para si, eles arruínam a paisagem circundante. Nos Estados Unidos, talvez, não causem o mesmo efeito, pois é difícil imaginar como as ruas comerciais padrão das cidades americanas possam se tornar ainda mais feias só por causa de mais alguns luminosos ou de qualquer outra coisa do tipo. A rua comercial padrão das cidades americanas, *main street*, apresenta-se como ambiente instrumentalizado – mais ainda, um ambiente que foi *agredido*, como diria Heidegger. Não é de estranhar que ninguém queira morar nessas ruas. Por outro lado, as ruas centrais das cidades europeias são resultado de decisões estéticas

meticulosas, implantadas ao logo de séculos; cada detalhe visa harmonizar-se com o todo, e nada invade o espaço de forma deliberada. Você realmente gostaria de ver um grande “M” amarelo competindo por espaço com um *cortile* clássico ou interrompendo as linhas de uma fachada renascentista? A resposta é óbvia, e recentemente a cidade de Salzburgo reagiu às ameaças e proibiu o uso de logomarcas e cartazes. Em Salzburgo, os negócios que queiram atrair clientes devem obedecer à harmonia das fachadas, atrás das quais operam como atividades que precisam respeitar o que é mais importante. Uma vez que essa desvantagem é imposta igualmente a todos, ninguém sofre prejuízo.

O conflito vai mais longe. O repúdio estético a anúncios e logomarcas não é recente, tampouco será superado pelo hábito. É um dos aspectos da resposta negativa ao *techne*, descrito no último capítulo: um aspecto de nossa alienação diante de um mundo em que tudo se torna instrumento e nada se eleva. Desde *The Hidden Persuaders*, de Vance Packard, até *No Logo*, de Naomi Klein,^[293] os escritores têm chamado atenção para o fato de que não se trata de estarmos distraídos por essas coisas, mas de que fomos *invadidos* por elas. Elas buscam a posse da alma humana, e o fazem ao colonizar nossos hábitos. Experimentamo-las como feias porque sentimos que são os avatares do que está nos destruindo: o hábito de refazer o mundo e o que nele habita como objeto de consumo. A atitude estética é um refúgio contra o consumismo, uma forma inegavelmente importante de restaurar a esfera dos valores intrínsecos e, portanto, um lugar onde estejamos espiritual e moralmente em casa. É uma profilaxia contra o desejo de pilhar, e o melhor amigo do meio ambiente.

Essa observação pode nos levar a rever a suposição de que a beleza é subjetiva. Julgamentos estéticos parecem ser subjetivos quando se está passeando pelo centro de Houston ou Las Vegas. Todavia, nas antigas cidades europeias, descobre-se o que acontece quando as pessoas são guiadas por uma tradição que faz do julgamento estético uma preocupação central, que estabelece padrões que balizam as ações. As antigas cidades europeias são populares. Os moradores fazem sacrifícios consideráveis para se fixar em Paris, Roma, Florença, Bath ou Praga. Essas cidades constituem habitats renováveis, com sua própria *oikophilia*, e nos recordam que existe toda a diferença do mundo entre julgamento estético tratado como expressão do gosto individual e julgamento tratado de forma oposta: como expressão de uma comunidade. Talvez vejamos o belo como subjetivo somente porque atribuímos um lugar equivocado em nossa vida do julgamento que dele fazemos – vendo-o como forma de autoafirmação para que nos sobressaiamos, em

vez de nos negarmos para que nos encaixemos. A atomização à qual fiz referência não vem da atitude estética de construir o próprio lar, mas do fracasso em perceber o necessário na construção de um lar.

Fiz referência às boas maneiras como exemplo importante de uma tradição que se autocorrige, e as boas maneiras são vizinhas das escolhas estéticas. Mesmo que os americanos se sintam no direito de construir como queiram, eles não se sentem, diante de seus vizinhos, no direito de se comportar como bem entendem. Pelo contrário, os Estados Unidos são uma cultura na qual as boas maneiras têm valor central, reconhecidas como garantia da coexistência pacífica. Os americanos cumprimentam seus vizinhos, falam com polidez e estão sempre sorrindo. Se alguém lhes dá um esbarrão na rua, pedem desculpas; eles não conseguem se despedir de ninguém, mesmo um estranho, sem desejar um ótimo dia. Em resumo, boas maneiras exibem uma espécie de autonegação. Existem formas nas quais a individualidade é suprimida, e uma *língua franca*, de gestos estabelecidos, adotada em seu lugar. Isso tem a função de proteger o privado do assédio público, garantir que cada pessoa esteja segura em seu espaço e que a esfera pública seja minimamente ameaçadora.

A beleza deveria ser vista de forma semelhante: um dispositivo de coordenação, com base no qual os indivíduos se ajustam mutuamente e vivem segundo termos preestabelecidos. Mesmo que os artistas possam, por vezes, exibir a luminosidade de uma personalidade em nossos hábitos conformistas, eles o fazem com base no lugar comum que a beleza ocupa em nossos sentimentos. A estética do mal de Baudelaire faz sentido, uma vez que a linguagem e o imaginário do verso afetam nossas afeições, fazendo-nos consentir com a postura subversiva do poeta. Ao oferecer seus sentimentos em belos versos, o poeta os amacia, uma vez que se dirige a terceiros, concedendo-lhes uma importância maior que a si mesmo. A beleza está acima do artista, em atitude de julgamento. Ficamos habituados, pela autopropaganda artística de nossos tempos, a ver a beleza como autoafirmação; mas a verdadeira beleza é, igualmente, uma forma de autonegação. Tributo que pagamos aos nossos hábitos comuns, e uma forma que nos dá o direito de nos situar no mundo que compartilhamos. Caso isso seja verdade, a suposição de que a beleza é meramente subjetiva perde consistência. Dessa forma, a beleza tem outro caráter, passa a ser vista como um dos instrumentos de nossas estratégias de construção, um dos valores por meio dos quais construímos pertencimento ao criar um mundo mutuamente consolador. Em resumo, parte de construir um lar.

Podemos compreender essa dinâmica graças aos rituais e costumes da vida familiar. Considere arrumar a mesa para uma refeição. Não se trata de um ato meramente utilitário. Se assim fosse, o ritual seria desintegrado e os membros da família pegariam cada um o seu bocado para comer sozinhos. A mesa é posta segundo regras de simetria, com copos e taças, talheres e pratos apropriados. Tudo é controlado segundo normas estéticas, e essas normas, livremente obedecidas e variadas, transmitem parte do *significado* da vida em família. O desenho padronizado da louça foi fixado há séculos, e traz, para o lar burguês comum, a antiga *oikophilia* da China. Relaciona-se com uma triste e esquecida história; porém para os seus usuários modernos não se trata de tristeza, mas sim de tranquilidade, gentileza e coisas que sempre permanecem iguais. Os objetos comuns sobre a mesa foram, por assim dizer, polidos na afeição doméstica. Seus contornos foram polidos, e falam, ainda que de forma modesta, em tons de pertencimento. Servir o repasto é também uma ação ritualizada, podendo-se observar, durante a refeição em família, a continuidade das boas maneiras e dos valores estéticos. É possível notar ainda outra continuidade entre valores estéticos e piedade: o reconhecimento de que o mundo nos ultrapassa e de que está em outras mãos. Logo, durante o repasto, as divindades estão presentes. Pessoas religiosas anunciam suas refeições com uma graça, convidando Deus a estar entre elas antes que se sentem à mesa. Trata-se de um uso da religião que está muito longe das paixões violentas dos necessitados: religião como um rebento de *oikophilia*, um permanente convite para que as divindades habitem entre nós. Em uma só palavra, trata-se de piedade.

Esse exemplo nos mostra a centralidade da beleza na constituição de um lar, e, portanto, no estabelecimento de um ambiente *compartilhado*. Quando surge a motivação de compartilhar, procuramos normas e convenções que possamos aceitar. Deixamos para trás os apetites privados e as preferências subjetivas a fim de alcançar consenso, que nos fornecerá esteio público para o que somos e para o que fazemos. Em tais circunstâncias, discordâncias estéticas não são elementos superficiais, como seria no caso de diferenças relativas ao gosto por determinados pratos e alimentos. Quando falamos do ambiente comum construído, não devemos nos surpreender que discordâncias estéticas estejam sujeitas a ferozes litígios e vigências legais – mesmo nos Estados Unidos, uma nação em que cada pessoa é soberana em sua propriedade.

É possível rejeitar a suposição de que a beleza é meramente subjetiva sem abraçar a ideia de que é objetiva. Aliás, essa distinção entre subjetivo e objetivo não é clara, tampouco exaustiva. Prefiro dizer que nossos julgamentos de beleza são propostas

para uma *presença* socialmente reconhecida. Não expressam simples preferências a ser negociadas no mercado do desejo, pois estão presos à identidade social dos que os expressam e desejam que outros os reconheçam e os endossem. Assim, não são muito diferentes dos julgamentos morais e frequentemente dizem respeito a temas similares – como quando criticamos obras de arte por sua obscenidade, crueldade e sentimentalismo.^[294] A distância que estamos dispostos a percorrer, no caminho de discussão racional, depende do que pensamos sobre a segunda suposição: de que a beleza não importa.

Consideremos uma vez mais o caso do meu vizinho, com sua decoração *kitsch* e seus painéis luminosos. Essas coisas importam para ele e importam para mim. Meu desejo de me ver livre delas é tão forte quanto o desejo dele de preservá-las, talvez até maior, considerando que meu gosto, diferentemente do dele, se enraíza no desejo de compor com o que me cerca (em vez de me separar de). Aqui, temos uma prova de que a beleza importa – e também de que nossa tentativa de coordenar nossos gostos é vital no compartilhamento do lar, da cidade e da comunidade. Em outras palavras, vital na criação de um hábitat. Pode ser que não cheguemos a um consenso, e diferentes comunidades em diferentes lugares alcançarão sua coordenação estética por caminhos distintos. A vila italiana feita de pedra e telhas, encravada na colina, é muito diferente da vila zulu, com suas cabanas feitas de barro e folhagem e sua igreja de ferro enrugado. Os dois lugares, todavia, dobram-se a restrições estéticas, em que as diferenças individuais de estilo são atenuadas e se tornam aceitáveis pela imposição de um estilo comum.

Logo, deve haver um lugar de julgamento estético na criação de todo e qualquer hábitat humano, sobretudo no planejamento e na construção das cidades. Num trabalho muito elogiado, *The Death and Life of Great American Cities*, publicado em 1961, Jane Jacobs afirmava que as cidades deveriam desenvolver-se de forma espontânea e orgânica, e assim consagrar, em seus contornos, os resultados não intencionais das transações conjuntas de seus moradores. Somente então a evolução pacífica da vida urbana estaria facilitada. Uma verdadeira cidade resulta de um número incontável de ações almejadas por seus residentes, em vez das decisões de planejamento de um punhado de especialistas autodesignados. É esse o aspecto da velha Roma, de Siena e de Istambul, que tanto fascínio exerce nos viajantes modernos. Alguns urbanistas acreditam que o argumento de Jacob mostra que os valores estéticos podem ser deixados por conta própria; outros, ao contrário, insistem que os exemplos apontados pela autora obtêm sua força de valores estéticos, sugeridos na obra, na forma de condicionamentos.^[295]

Por certo, devemos reconhecer que as antigas cidades, cuja complexidade orgânica Jacobs tanto admira, exibem a marca do planejamento, não o planejamento abrangente do tipo concretizado por Pierre Charles L'Enfant, em Washington, ou pelos irmãos Adam, em Bath; mas a inserção, no tecido urbano, de formas fixas de simetria e ordem, como na Piazza Navona, em Roma, ou na mesquita de Solimão e suas instalações, em Istambul. São projetos restringidos e condicionados por valores estéticos; a preocupação dos arquitetos era *se encaixar* no tecido urbano preexistente, alcançando simetria com o contexto urbano historicamente dado.

Nenhuma outra catástrofe estética foi tão devastadora para as nossas cidades – europeias e americanas – quanto a ideia modernista de que um edifício deve se destacar de sua circunvizinhança, atestando sua própria originalidade. Assim como no lar, as cidades dependem das boas maneiras; e boas maneiras solicitam a acomodação com os vizinhos, em vez de asserção da diferença. Claro, *alguns* edifícios devem ficar em evidência – como o Capitólio em Washington, o Parlamento em Londres e a Basílica de São Pedro em Roma. Mas esses edifícios chamam atenção sobre si não como violações do tecido urbano, mas sim como um preenchimento dele. Em vez de negações, são afirmações da vida comum no entorno, símbolos máximos da autoridade política e espiritual, da qual depende a vida diária.

A crítica de Jane Jacobs não era dirigida às ofensas estilísticas do modernismo, mas ao funcionalismo. Ela criticou a ideia de que edifícios fossem concebidos somente segundo seus propósitos, de modo que permanecessem para sempre condicionados aos propósitos funcionais. Uma vez que não existe, na vida econômica, algo que seja “para sempre”, o resultado será o abandono dos edifícios após vinte anos de uso; cidades inteiras serão abandonadas, descartadas como lixo assim que a indústria local se veja desmobilizada. Nos Estados Unidos, esse efeito foi exacerbado pelas leis de zoneamento, que expulsam a indústria de uma parte da cidade, os escritórios de outra e o comércio de outra, e assim, durante o dia, deixam desertas as zonas residenciais, que se veem desprovidas de focos fundamentais de comunicação social. Uma cidade governada por leis de zoneamento morre durante seu primeiro choque econômico – e vemos isso acontecer em Buffalo e em Tampa, por exemplo, quando certas áreas da cidade perdem função e tornam-se alvo do vandalismo, para finalmente encenar o sórdido teatro de violência e decadência urbanas. Nos Estados Unidos, quando as leis de zoneamento retiraram muitos moradores de áreas centrais, muitas cidades ficaram desprotegidas, tornando-se

alvos fáceis do nomadismo urbano, ocupadas por edifícios que não podiam ser adaptados às mudanças sociais e econômicas. A lei da etologia, segundo a qual uma adaptação deficiente é o prelúdio da extinção, aplica-se também a essas cidades. Todavia temos alguns bons exemplos de habitats autorrenováveis, com ruas cheias de vida, como observamos no centro de Chicago, São Francisco e Nova York, ainda que muitas cidades tenham decaído e se tornado lugares sem vida, repletos de estacionamentos, escritórios e imponentes arranha-céus – com suas botas de pedra firmemente encravadas nas ruas, dando passagem a inócuos sonhos de vidro.

Além do mais, os estilos funcionalistas, que se apropriam de quadras inteiras e se insinuam sobre os pedestres, são um obstáculo ao florescimento do principal refúgio público: a rua. As ruas e sua sorridente relação com as portas e os portões das casas são as artérias e as veias, os pulmões e o tubo digestivo da cidade – canais pelos quais fluem todas as comunicações urbanas. Uma rua em que as pessoas moram, trabalham e rezam se renova, assim como a própria vida se renova. Nesse tipo de lugar, sempre haverá olhos que cuidam de todo o espaço e de toda forma de vida que o preenche. Nada mais importante do que a defesa da rua contra vias expressas e viadutos, contra ações uniformizadoras, contra políticas de zoneamento que impedem uma fixação genuína. Estudos recentes sugerem que uma cidade perde 18% de sua população para cada via expressa de grande porte que a corta – e esse é apenas um dos muitos custos sociais de planejar e construir áreas urbanas que favorecem os carros em detrimento das pessoas.^[296]

As ideias de Jacobs sofreram o mesmo destino de toda profecia genuína, que é ser ignorada até que seja muito tarde para fazer alguma coisa. Todavia a mensagem da autora foi adotada e aprimorada nos últimos anos por James Howard Kunstler. Em seu livro *The Geography of Nowhere*, ele expõe o que acredita ser um desastre estético e moral na urbanização americana provocado pelas leis de zoneamento, que afastaram as pessoas de seu local de trabalho e de suas áreas de lazer, deixando em seu rastro destroços abandonados de negócios temporários. Kunstler afirma, em *The Long Emergency*, que a suburbanização – que seria a única solução consensual para o desastre – é insustentável, e que os Estados Unidos se encaminham para uma situação de emergência ainda maior, quando o petróleo começar a se esgotar.^[297]

Jacobs e Kunstler pertencem a uma tradição de pensamento urbano que teve início na Europa na obra *Contrastes*, de Pugin, e com o renascimento gótico, que culminou, nos Estados Unidos, no aclamado trabalho de 1937 de Lewis Mumford *A Cidade na História*. Mumford considera como seu ideal urbano a cidade

medieval, condensada e cercada por campos. Todavia, o que tornou a cidade medieval tão compacta não foi a estética de suas ruas ou de suas praças, mas sim a necessidade objetiva de murar a comunidade inteira para protegê-la de seus inimigos. A estética da cidade europeia é tanto uma resposta local às ameaças de guerra e saque quanto uma resposta às exigências de povoamento e de comércio. A experiência isolada da guerra civil nos EUA foi compreendida, pelos dois lados do conflito, como uma tragédia singular; nada estava mais distante do pensamento dos sobreviventes do que planejar uma repetição da guerra. Portanto, circunstâncias externas de ameaça militar não condicionaram, de modo algum, as cidades americanas. O resultado foi o desenvolvimento de outro tipo de estética, que não desprezava o subúrbio à maneira de Jacobs e de Kunstler, mas o abraçava e aceitava tanto a força centrífuga da fixação doméstica quanto o movimento centrípeto da indústria e do mundo dos negócios.

Assim sendo, escritores como Joel Kotkin têm afirmado que, nos Estados Unidos, a suburbanização é um processo irresistível, na verdade a única forma de satisfazer as exigências de sua população crescente, que poderá chegar a mais de 100 milhões de pessoas nos próximos quarenta anos.^[298] Além do mais, o movimento em direção ao subúrbio compreende o grande momento de fixação de americanos que buscam construir uma vida sólida, o momento em que sua associação na comunidade se torna finalmente estabelecida e descaradamente declarada ao mundo, o momento em que escolhem o lar, a escola e a vizinhança para a sua família, e isso não se dá em nome de esquemas concebidos por engenheiros sociais. Por conseguinte, nos Estados Unidos os subúrbios não são concebidos segundo o modelo uniforme de “conjuntos habitacionais”, como na Europa, mas sim conforme o modelo de retiro no campo; uma coleção de mansões, em vez de ruas, privilegiando os imensos jardins; modelo no qual castelos de contos de fada são vislumbrados entre bosques e alamedas. Não foi somente nos Estados Unidos que essa estética adquiriu adeptos. A ideia do parque como reserva natural no coração da cidade – conceito materializado de forma magnífica por Frederick Law Olmstead em seu projeto para o Central Park, de Nova York – tem longa trajetória de adeptos europeus que desovou no movimento “cidade-jardim”, de Ebenezer Howard, na Inglaterra, e no recente movimento “cidade verde”, na Grã-Bretanha, na Escandinávia e na Alemanha.

O argumento de Kotkin foi defendido recentemente por Robert Bruegmann nos Estados Unidos e por Paul Baker na Grã-Bretanha. Ambos são favoráveis aos subúrbios como ambientes *escolhidos*, segundo eles lugares em que é possível uma

profunda fixação, nos quais pessoas comuns podem alcançar uma dose de liberdade e segurança não facilmente disponíveis em outros lugares. Essa posição foi ampliada pela notável defesa de uma “edge city”, de Joel Garreau: um foco temporário nas bordas urbanas que se movimenta para fora, em geral indiferente ao caos que esse movimento deixa em seu caminho de expansão.^[299]

O conflito entre as duas visões de urbanização – a centrípeta e a centrífuga – atingiu um ponto crítico na emergência do “novo urbanismo” com o trabalho de Léon Krier, conselheiro do príncipe de Gales para a cidade-modelo de Poundbury, em Dorset, e com os escritos de Christopher Alexander e Nikos Salingaros.^[300] Os novos urbanistas defendem com vigor que as escolhas estéticas não são ecologicamente neutras, pelo contrário, conectam-se com todo o empreendimento de povoamento. A estética do subúrbio americano expressa uma política ambiental, tanto quanto a estética rival dos centros urbanos e de suas ruas – mesmo que, em ambos os casos, essa política tenha surgido por “uma mão invisível”. Na resposta aos requerimentos estéticos o subúrbio torna-se um hábitat compartilhado, no qual um encanto residual pela natureza está imbuído de um desejo de mostrar uma fachada agradável numa comunidade de vizinhos.

O êxito da estética é uma questão que não se separa de seu resultado sustentável: saber se as pessoas podem viver dessa forma de uma geração a outra. Segundo Léon Krier, que nesse ponto concorda com Kunstler, a resposta é não. Devemos seguir outro *design* de construção que aponte para outro *design* de vida. Deveríamos substituir a equação “centro da cidade + subúrbios” pela ideia de cidades policêntricas. Se as pessoas estão mudando, então que seja para novos centros urbanos, com seus próprios espaços públicos, prédios públicos, lugares de trabalho e de lazer. Que esses novos pontos de fixação não cresçam como subúrbios, mas como cidades, como Poundbury ao crescer próximo a Dorchester. Então será possível recapturar o verdadeiro objetivo da fixação: o estabelecimento de uma comunidade humana num lugar reconhecido como “nosso”, em vez de pontos individuais espalhados por uma área que não é de ninguém. Eles criarão uma coleção de lugares, em vez do crescente lugar nenhum.

Essa solução tem um precedente em Londres: essa cidade cresceu, em amigável competição, perto da cidade de Westminster, onde as áreas residenciais de Chelsea, Kensington, Bloomsbury e Whitechapel cresceram como vilas autônomas, e não como transbordamentos dos centros existentes. Segundo afirma Léon Krier, tudo que precisamos para alcançar esse efeito é de um plano mestre.^[301] Isso não implica

os experimentos totalizantes de engenharia social que tanto fascinaram os modernistas, mas sim um conjunto de condicionamentos estéticos em cujos moldes as pessoas façam escolhas adequadas às suas necessidades.

Concordemos ou não com o cenário catastrófico de Kunstler, com a celebração dos subúrbios de Kotkin, ou com a defesa de Krier das cidades policêntricas, a questão deixada por Jacobs permanece: como vamos fazer para retornar das cidades degradadas para uma forma ecologicamente durável de fixação? Se o problema for o planejamento autoritário, como evitá-lo? Não haveria distinção entre um bom e um mau planejamento? Veneza não foi planejada, assim como Éfeso, Bath e milhares de outros triunfos da urbanização? Talvez a resposta mais sensata ao argumento de Jacobs seja, portanto, apontar para a distinção entre planos direcionados por objetivos e limitações civis. Embora seja necessária a existência de uma economia livre caso se pretenda resolver o problema de coordenação econômica, uma economia livre depende do estado de direito. Impedimentos legais impedem o não favorecimento de trapajas e possibilitam que acordos sejam honrados. Mas a lei não dita nossos objetivos econômicos, tampouco lidera os processos de empreendedorismo. O mesmo ocorre com a cidade: deve haver planejamento, mas ele deve ser visto em sua forma negativa, como um sistema de limitações e de condicionamentos, em vez de em seu formato positivo: como forma de “assumir o controle” do que acontece e onde acontece. Creio que seja esse o *insight* central tanto de Jacobs quanto de Krier.

Para que limitações funcionem tem de haver vida para limitar. O fato é que os centros urbanos americanos são animados durante o dia, mas não se constituem como habitats. Tornam-se não habitats: lugares dos quais a habitação foi excluída. Com a chegada universal dos transportes a motor e das modernas técnicas de construção, esses lugares foram rapidamente transformados, modificados de cidades a quarteirões de vidro e concreto, nos quais um punhado de atendentes, zeladores e faxineiros ficam de vigília, mas pelos quais ninguém se interessa, exceto como ferramenta social do mundo dos negócios. Depois de algum tempo, as pessoas param de se preocupar com a aparência dessas estruturas, valorizando somente a sua função. Apesar de Kotkin, fica difícil imaginar como um resultado desses não venha a ser negativo do ponto de vista ambiental. Não obstante, a tradição de fixação nos Estados Unidos teria de ser apagada para que o processo de suburbanização pudesse ser revertido. A resposta ao problema dos centros urbanos das cidades americanas, e sua decadência, deve encontrar um caminho

intermediário que incorpore a área central à vida urbana como parte integrante da fixação, mesmo para os que construíram sua mansão nos subúrbios.

Nesse caso, torna-se evidente onde e como a beleza é importante. Ao longo do tempo, as pessoas estabelecem estilos, padrões e vocabulários que desempenham, na concepção das cidades, a mesma função das boas maneiras entre vizinhos. Da mesma forma que as boas maneiras, as convenções estéticas operam como limitadores, ditando não apenas o que fazemos, mas a forma como fazemos, de modo que, sejam lá quais forem os objetivos postos em ação, o resultado seja gracioso e consciencioso. Um “vizinho”, na etimologia anglo-saxônica, é aquele que reside próximo. Os edifícios que surgem em nossos bairros são importantes para nós, assim como os vizinhos são importantes. Exigem nossa atenção e moldam nossa vida. Podem nos estarrecer ou nos tranquilizar; sua presença pode ser estranha ou familiar. A função dos valores estéticos na arquitetura é garantir que os requerimentos básicos de cada edifício sejam cumpridos – isto é, que possam se caracterizar como membros de uma comunidade de vizinhos. Edifícios precisam harmonizar-se no todo para que possam ficar, apropriadamente, lado a lado; devem estar sujeitos às regras das boas maneiras, tanto quanto as pessoas. Essa é a razão da importância da tradição na arquitetura: transmitir o tipo de conhecimento requerido pelo espírito de vizinhança. Os centros das cidades americanas também podem se caracterizar como vizinhança, mesmo que seja por meio período, frequentados no horário de trabalho. A bem da verdade, à medida que um real aspecto de vizinhança ganhar consistência, mais as pessoas começarão a se mudar para o centro.

A arquitetura não é como a poesia, a música ou a pintura – formas artísticas pertencentes à esfera do lazer e do luxo. Ela sobrevive independentemente de seu mérito estético e quase nunca aparece como expressão do gênio criativo. Existem grandes obras arquitetônicas, e com frequência, como as igrejas de Jules Mansart ou de Francesco Borromini, são o trabalho de uma única pessoa. Mas, em sua grande maioria, os trabalhos arquitetônicos não são grandiosos nem devem expressar essa aspiração, não mais que as pessoas comuns devem reivindicar privilégios de genialidade ao conversar com seus vizinhos. O que importa na arquitetura é a emergência de um estilo vernáculo que possa ser transmitido, uma linguagem comum que permita aos edifícios estar dispostos lado a lado sem se ofender mutuamente.^[302]

As primeiras cidades americanas foram construídas segundo padrões derivados de uma tradição de três mil anos conhecida como “classicismo”. Os livros sobre esses antigos padrões (como os publicados por Asher Benjamin em Boston, em 1797 e 1806, responsáveis pela agradável conformação das cidades da Nova Inglaterra, incluindo Boston) ofereciam precedentes aos construtores: formas harmoniosas que agradaram a incontáveis gerações e por isso se faziam confiáveis como modelos que não arruinariam as ruas. É isso que vemos nas antigas cidades europeias: não a imposição de contornos gigantescos e desproporcionais, mas sim o crescimento orgânico de uma rua segundo a repetição de detalhes que se encaixam. O fracasso do modernismo não está no fato de não ter produzido construções belas e grandiosas – a capela de Le Corbusier em Ronchamp e as casas de Frank Lloyd-Wright provam veementemente o contrário. O fracasso do modernismo residiu em sua marcada inaptidão para produzir padrões confiáveis e tipos consagrados que pudessem ser usados em situações imprevistas, de modo que se harmonizassem, espontaneamente, com os padrões urbanos, retendo a essência das ruas como local de morada comum. A degradação vista em muitas das áreas centrais é resultado direto do “vernáculo modernista”, cujo dispositivo central é o amontoado de camadas horizontais com quinas sobressalentes e intrusivas, construídas sem nenhuma consideração pela rua, sem fachadas coerentes e sem relação inteligível com os vizinhos.

Esse crime contra a beleza alastrou-se por meio de um novo tipo de arquitetura “portátil”, desenhada no computador em padrões estéticos advindos de máquinas de café, secadores de cabelo e bugigangas de escrivaninha. Edifícios sem rosto que exibem o triunfo da utilidade e sua personalidade “portátil”, inspirada na estética do utensílio doméstico. O efeito é a recriação do espaço externo da cidade como lugar de interiores descartáveis – semelhante ao lixo doméstico jogado nas ruas. Esses edifícios não têm como se harmonizar com o espaço urbano, tampouco conseguem ficar razoavelmente dispostos ao lado de outros edifícios, pelo simples motivo de não poderem se constituir de verdade. Foram desenhados como material descartável: uma arquitetura reciclável que exige vasta quantidade de material composto, que pode ser demolido depois de vinte anos de uso. Ambientes urbanos modelados com base nessa arquitetura se assemelham a imensos aterros – montanhas de lixo plástico.

Os limites da estética clássica desapareceram por outra razão além das mudanças no material e nas formas empregadas pelos arquitetos. Uma nova política de planejamento urbano tomou conta das cidades europeias e americanas. Um tipo de

planejamento que – no universo político – surgiu na onda dos experimentos comunistas e socialistas e foi absorvido pelos primeiros modernistas como parte do ar que respiravam. A Bauhaus, sob Hannes Meyer, foi um estabelecimento explicitamente socialista, influenciado pelo “centralismo democrático” de Lênin; sua contribuição em urbanização foi um plano totalizante que previa a demolição de ruas e moradias e sua substituição por blocos de apartamentos para trabalhadores. O planejamento urbano foi, doravante, visto como característica integral no trabalho do arquiteto, que não mais se preocuparia em se harmonizar com o espaço, mas sim substituir bairros e até mesmo cidades inteiras. Os estilos modernistas surgiram desse espírito de planejamento urbanista de cima para baixo, que substituiu os antigos condicionamentos estéticos do mundo ocidental simultaneamente ao movimento socialista e com a mesma força. Assim como o socialismo, o urbanismo modernista fomentou o desastre ecológico. O caso típico foi o plano de Corbusier para demolir a cidade de Paris ao norte do Sena.^[303] Frustrado nessa empreitada, ele voltou sua atenção para Argel, que, na condição de protetorado francês, foi menos capaz de resistir à demolição. Ainda que apenas uma seção do plano do arquiteto tenha sido construída, ela é, no entanto, assiduamente estudada nas escolas de arquitetura, considerada uma das grandes “soluções” para um problema que, antes de Corbusier, ninguém ainda notara. O “problema” em questão é como reunir pessoas numa cidade e ao mesmo tempo facilitar o trânsito.

A solução de Corbusier foi construir autopistas elevadas, com pessoas espremidas em blocos de apartamentos embaixo das vias. Antigas casas e ruas de acesso seriam demolidas; gigantescos blocos de edifícios seriam colocados de frente para o mar, confinando mesquitas e igrejas. Os planos foram rejeitados pelo prefeito da cidade, o que levou Corbusier a solicitar a intervenção do governador francês do protetorado – um cargo não eletivo – para desautorizar o prefeito. “O planejamento tem de se impor”, ele escreveu. “É o planejamento que está com a razão, pois proclama realidades indubitáveis.” Quando liderou a comissão do governo de Vichy, na construção nacional em 1941, Corbusier insistiu em seus planos para Argel, colocando-os no topo da agenda.^[304] A ideia mesma de cidade, como hábitat humano que cresce organicamente de acordo com as necessidades de seus residentes e em conformidade com valores morais e estéticos, que impõe limites sobre as ações sem, contudo, fazê-lo de forma autoritária, era completamente estranha à ideia de Corbusier sobre a missão do arquiteto urbanista.

Essa mentalidade deitou raiz na Grã-Bretanha durante os anos socialistas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Governo central, autoridades municipais e

arquitetos uniram-se alegremente para varrer do mapa os guetos insalubres e apinhados de gente, juntando seus moradores em torres higiênicas, construídas em lugares abertos, bem iluminados e arejados. Essa receita para melhorar as condições da classe trabalhadora urbana recebeu mais influência dos construtivistas russos e da escola Bauhaus do que de Corbusier. Com o tempo, todos os arquitetos pareciam endossá-la, e o fato de ter coincidido com o programa socialista de que a moradia seria uma responsabilidade do Estado significou que ela desfrutava de uma vantagem insuperável sobre o antigo modelo de moradias privadas estabelecidas ao longo de ruas e que operava, de qualquer modo, mais como desdobramento da liberdade do que como escolha consciente.

A oposição ao projeto modernista veio menos dos críticos que das pessoas às quais esses projetos serviam. Para a total surpresa dos planejadores, as pessoas começaram a se opor às demolições das ruas e das áreas familiares. Os trabalhadores deixaram claro que não gostariam de viver suspensos no ar, tampouco gostariam de ficar na janela e não ter nada para olhar. Eles queriam a vida das ruas, queriam sentir a vida em torno de si; ao mesmo tempo, desejavam poder fechar suas portas e janelas ou abri-las quando lhes desse vontade. Queriam vizinhos morando ao lado, não acima nem abaixo. Queriam ambientes aconchegantes com suas janelas velhas, mas que abrem e fecham, de onde pudessem escutar o barulho da rua. Ademais, a maior parte queria uma casa própria em vez de uma propriedade do conselho local que nunca poderiam legar a seus filhos. Portanto, a ideologia Bauhaus para a classe trabalhadora foi rejeitada pelos próprios trabalhadores, os quais, nesse caso, como em muitos outros casos, recusaram-se a fazer o que os socialistas lhes impunham, até ser coagidos pelo Estado.

A história desses conjuntos habitacionais ilustra como o desafio às normas estéticas conduz ao desastre ecológico. A custosa demolição das antigas ruas e a igualmente custosa construção dos novos blocos provocaram, em poucos anos, uma demolição ainda mais dispendiosa: a das novas construções, além da tentativa desesperada, ainda que infrutífera, de substituí-las por algo mais humano. Esse esforço foi infrutífero porque as comunidades das quais os prédios dependiam, fosse qual fosse o verniz de vida humana que pudessem ter adquirido, haviam sido destruídas, irreversivelmente desarticuladas no planejamento urbano que o Estado-babá tivera como sonho de felicidade. O resultado foi tanto a perda de um hábitat autossustentável quanto a implantação de espaços urbanos desprezados por todos.

Tampouco se saíram melhor os projetos urbanísticos para a recuperação do centro das cidades. Blocos de aço, vidro e concreto, construídos sem fachada e indiferentes à harmonia urbana provaram ser incapazes de se adaptar. A arquitetura tradicional se concentra na *generalidade* da forma, nos detalhes que expressam o conhecimento tácito de como viver num edifício e se adaptar a ele. Logo, por sua vez, a arquitetura tradicional se adapta a nós. Ela se encaixa em nossos usos e abriga o que fazemos. Assim, ela sobrevive – da forma como Roma, Paris e Helsinque sobreviveram, ou da forma como Georgetown, o Greenwich Village e a antiga Alexandria sobreviveram –, mesmo tendo de enfrentar leis de zoneamento que reduzem sua habilidade para se ajustar às necessidades modernas. De regra, a arquitetura moderna não é capaz de diversificar o que projeta, de modo que os arquitetos supõem que seus edifícios terão vida útil de vinte anos. Ao projetar com esse arco temporal em mente, não se constrói pensando numa fixação duradoura, muito menos no estabelecimento de uma comunidade de vizinhos. Constrói-se uma tenda de aço extremamente custosa e destrutiva do ponto de vista ecológico. O impacto ambiental de demoli-la é enorme, e a energia gasta em construí-la será outra vez despendida na demolição, e, de novo, na construção de um substituto. O desastre ecológico resultante compreende material polimérico e as ligas metálicas de seus componentes estruturais fundamentais.

Nesse contexto, vale a pena recordar uma grande descoberta humana: a janela. Em casas tradicionalmente projetadas, as janelas formam detalhes agradáveis e humanizadores, como se fossem os olhos da casa. Quando as temperaturas estão altas, elas podem ser abertas para a entrada da brisa, para permitir a circulação do ar. No inverno, costumam ser fechadas. Janelas são adornadas com molduras simples e frequentemente coroadas com barras e arquitraves que enfatizam as proporções. São integradas à ordem implícita da fachada, de modo que será fácil encontrar a porta ou a janela correspondente ao padrão usado, ao qual se harmonizará sem grandes problemas. Em tudo isso, observa-se um acúmulo de conhecimento prático de condicionamentos estéticos, semelhante ao modo como os negócios e as transações de mercado provêm das boas maneiras.

Esse conhecimento sobre a janela – sua beleza e sua função – foi preservado nos subúrbios dos Estados Unidos, mas não sobreviveu nas cidades. As janelas das torres modernas não são olhos, não humanizam a fachada, tampouco sugerem forma e padrão que possam ser repetidos, e não impõem nenhum limite ao que pode ou não ser colocado ao seu lado, acima ou abaixo. Não podem ser abertas nos dias quentes, e assim impedem a circulação de ar fresco dentro do edifício. Portanto

o edifício depende de um consumo perpétuo de energia: no inverno para aquecê-lo e no verão para resfriá-lo, e o ar contaminado que circula em seu interior dissemina as doenças dos que nele vivem – produzindo a tão conhecida “síndrome do edifício doente”. O resultado não é apenas um desastre estético mas também ecológico. Isso exemplifica uma característica do mundo moderno: o extenuante – e constante – trabalho de perda de conhecimento. Ao conceber edifícios como altíssimas cortinas de vidro suspensas sobre plataformas de aço e concreto, o vernáculo modernista representa, ao mesmo tempo, um avanço inusitado da ignorância e uma ameaça ecológica gigantesca, especialmente quando se sabe que arquitetos e teóricos gastaram enormes quantidades de esforço intelectual para alcançar esse resultado.

O exemplo da arquitetura é especialmente vívido, uma vez que fica óbvio para todos que a forma como construímos determina a natureza de nosso lar, assim como determina a atitude que adotamos em sua conservação. A beleza também nos guia nas formas que usamos para nos adaptar ao mundo e o mundo a nós. O belo está por trás do nosso amor pela natureza e pelas espécies, da nossa reverência para com a terra e com os oceanos, do nosso cuidado para com lagos e corredeiras. Trata-se do coração da *oikophilia*, e ilustra a profunda distinção entre preços no mercado e as coisas que não têm preço e que compõem o nosso lar. Como Mark Sagoff mostrou, os valores ambientais são adulterados quando se tenta agrupá-los segundo a disposição de consumidores em pagar por benefícios. Ao cuidarmos do meio ambiente, tentamos garantir a permanência de elementos como a beleza, cujo valor não pode ser mensurado financeiramente.^[305]

Ao representar seus objetos como insubstituíveis, o senso de beleza obstrui a destruição. Isso não responde por toda a *oikophilia*, tampouco se confina aos que estão satisfeitos com o lugar onde se encontram, mas é simplesmente um dos muitos motivos por meio dos quais as criaturas *heimatlich* dotam seu mundo com um ar de permanência. Uma motivação comparável é a de piedade – atributo antigo da condição humana, mencionado uma vez ou outra por Jonas, mas raramente invocado pelos ambientalistas contemporâneos. Os leitores de Pausânias, geógrafo e viajante grego do século II, notarão que os templos dos deuses, os bosques sagrados e as tumbas dos heróis ainda estavam intatos quando ele os visitou, e eles estavam por lá havia séculos.^[306] Os lugares sagrados, com seus bosques e corredeiras, foram preservados como patrimônio público por sacerdotes e devotos da antiga religião, naqueles anos finais antes de o cristianismo varrer tudo. O sentimento de piedade proibia a destruição desses lugares, e foi esse sentimento que animou Pausânias a registrar seus encantos.

Essa motivação é universal, como defendeu Simon Schama em seu belo tributo à arte de paisagem e dos mitos e mistérios do assentamento, nos quais terra e paisagem são retratadas como sagradas em todas as nossas tentativas de pertencer ao mundo.^[307] Essa experiência de santidade conecta-se profundamente à memória. Carregamos dentro de nós a imagem posterior do vínculo primevo. A memória corrige e fortalece nossas lembranças e molda o *oikos* rememorado, em termos ao mesmo tempo imaginários e reais. Vemos o processo por meio do qual um lar perdido se torna sagrado, purgado de sua irritante trivialidade, na invocação de Mickiewicz da antiga Lituânia em *Pan Tadeusz*, na invocação que Proust fez de Combray. Nos Estados Unidos, o movimento ambientalista teve início nesse poderoso senso de sacralidade diante da paisagem americana. Thoreau e Emerson, Muir e os pintores da Escola do Rio Hudson criaram hinos com palavras e com tinta para louvar as inspiradoras paisagens que os cercavam; estavam determinados a despertar, em seu público, um senso de piedade que fosse suficientemente forte para atuar como antídoto à rapinagem que assolava o mundo selvagem de Deus.

Essa motivação não desapareceu. Nós a vemos na arte contemporânea americana: na poesia de Wendell Berry, nas narrativas de Eudora Welty, na fotografia de Ansel Adams, na música de seu homônimo John. Na Grã-Bretanha, é central na poesia de Seamus Heaney, na música de David Matthews, na pintura de David Inshaw. Na França, domina a música de Messiaen e Dutilleux. Onde quer que as pessoas comuns estejam empenhadas em proteger os lugares que amam, vemos aparecer essa piedade natural. Disputas recentes sobre o meio ambiente na Grã-Bretanha ilustram isso de forma vívida. Sempre que ministérios e planejadores ligados ao governo propõem a construção de uma via que afetará uma bela região natural no intuito de ampliar um aeroporto ou construir mais um *shopping center*, as pessoas não protestam apenas, dizendo que é desnecessário, antiestético ou socialmente prejudicial, mas referem-se ao projeto como “violação” e frequentemente se preparam para atos de sacrifício, deitando-se na frente de retroescavadeiras, acorrentando-se em árvores e atacando vândalos e iconoclastas que pisoteiam as coisas que elas amam. As pessoas que protestaram contra a construção de uma estrada que atravessaria Twyford Down e as que formaram a Bath Preservation Society com a finalidade de resistir ao que foi chamado “o saque de Bath” descreveram as intervenções que deploravam como “profanações”.^[308] Só se pode profanar o que é sagrado; e o desejo disseminado de descrever o vandalismo ambiental nesses termos certamente comprova que as pessoas ainda compartilham os mesmos sentimentos que animavam Pausânias.

Tampouco a ideia de lugar sagrado é mero produto do povoamento e da civilização. O senso ligado à terra, à caça e ao hábitat, tidos como sagrados, é uma característica bem conhecida das comunidades de caçadores-coletores, descritas de forma comovente por Hugh Brody em seu relato sobre os inuítes do Canadá; é certo que esse senso teve função vital nas condições do Pleistoceno, das quais surgimos. [309] As coisas sagradas têm um *status* peculiar e estão, duplamente, fora de nós e profundamente conectadas ao nosso bem-estar. O sagrado não pode ser tocado por mãos profanas. Mas, em ocasiões especiais, durante rituais e atos de purificação, ele pode se dobrar aos nossos usos. O sacerdote, o acólito e o iniciado podem participar da comunhão e beber o vinho eucarístico. Não iniciados e descrentes cometem sacrilégio quando fazem o mesmo. Ao varrer o território em que habitualmente procura comida, o caçador-coletor sabe que existe a forma correta e a forma equivocada de tratar o território: a correta expressa “comunhão” com sua tribo, da qual outras tribos estão excluídas; ele sabe que existe um método consagrado de caça – que garante a renovação de uma estação a outra. Quando o estrangeiro invade esse ambiente natural e dizima os animais valendo-se de armas que não mostram nenhum respeito, o indígena o vê com um sentimento de ultraje e profanação. Dessa forma, John Ruskin, que em suas caminhadas estabeleceu uma relação afetiva com as Lakelands, zelando por cada detalhe do que via, avaliava as emergentes linhas ferroviárias como um crime contra as coisas que considerava mais sagradas. [310]

Ruskin é um caso interessante não somente como figura central do movimento preservacionista do século XIX mas como um sujeito motivado (em todo o seu pensamento) pelo conceito de sagrado que ao mesmo tempo hesitava em anexar esse conceito a uma denominação religiosa específica. O ônus de *As Sete Lâmpadas da Arquitetura* é causar a impressão, no leitor, de que construir de forma bela é estar sempre construindo, o que implica uma postura de obediência ao Eterno. O construtor deve se descolar dos interesses mundanos com seus cálculos, colocar de lado os objetivos materiais e oferecer, em seu lugar, um presente para a criação, o qual sobreviverá às flutuações a que serve. A defesa do gótico feita por Ruskin brota dessa fonte, do mesmo modo que seu amor pela natureza e pela beleza selvagem. Podemos discordar da estética estreita defendida por Ruskin, mas não podemos negar que seus escritos e suas campanhas manifestam a *oikophilia* em sua forma mais apaixonada e contagiante, mostrando-nos que a beleza e o sagrado são objetos contíguos em seu valor ecológico. Sua enorme influência se deve, primordialmente, à habilidade de despertar, em seus leitores, o senso de que vivem

entre coisas sagradas e preciosas, e que o novo mundo da indústria, da energia e do progresso nos tenta e nos induz à profanação. Logo, Ruskin ilustra uma das características mais importantes dos movimentos de preservação: a forma na qual a ideia do sagrado sobrevive quando se apaga a crença religiosa e se incorpora uma nova força, mais ligada à terra, à medida que as pessoas se empenham em cuidar de um mundo que já não pode se basear em Deus como seu protetor.

Devemos reconhecer a diferença entre uma religião orientada para a salvação e uma religião focada na imediata presença do sagrado, revelado no aqui e agora. As duas coisas podem estar combinadas numa única fé, mas são muito diferentes na motivação. Enquanto a fome por salvação pode de fato se infiltrar no movimento ambiental, provocando estragos, o amor e o cuidado por lugares sagrados é um fator real na contenção da destruição. Esse cuidado com lugares sagrados faz parte da *domesticação* da religião – processo que há dois mil anos está em operação na fé cristã, ligando-a aos santos e aos santuários regionais, às cidades e cerimônias, e até mesmo (no caso da Igreja anglicana) a uma nação e sua lei.

Não são apenas os crentes que reagem às coisas sagrada. Existe algo que se separa dos relatos científicos em nossa relação com o que nos circunda: o encontro Eu-Tu e o sentido de responsabilidade que dele brota. A relação Eu-Tu se faz presente em nossa resposta ao mundo. Suspeito que aqueles que se sentem atraídos pela hipótese de Gaia, ou ao chamado da “ecologia profunda”, estão realmente tentando redescobrir uma forma de personalizar a nossa conexão com o meio ambiente, de modo que o Isso, que nos cerca por todos os lados, se torne um Eu. A terra, eles sentem, só poderá ser protegida se puder exercer, sobre mim, um apelo semelhante ao das pessoas. Como mero “isso”, a Terra permanecerá indefesa em relação a nossas atividades predatórias.

Rilke, na nona de suas *Elegias de Duíno*, escreve sobre “o sonho da Terra de um dia ser invisível”. Esse poema extraordinário nos convida a uma relação absolutamente nova com o mundo, estritamente conectada com a crise que vivemos. Para ele, a Terra não pode mais ser tratada como um objeto entre objetos, uma coisa de valor instrumental, sem nenhum direito em nossos compromissos. Ela deve ingressar no mundo do pensamento, da pessoalidade e do amor, para que exista de outra maneira, como fazem as pessoas que se amam, ou como ocorre com o passado quando visitado pela memória, e com o futuro em nossos estados mais reflexivos. A Terra tem de se tornar parte de cada um, e não pode ser tratada como objeto, mas sim como sujeito dirigido de um *eu* para outro *eu*. Eis a grande

Verwandlung – a transformação –, o “insistente pedido” da Terra. Para atendê-lo devemos aprender a viver de outra forma, desenvolvendo carinho pelos lugares e por suas histórias, pelas coisas que vemos e nomeamos, que são “remodeladas era após era”, até que “vivam em nossas mãos e olhos, como parte de nós mesmos”. A transformação da Terra corresponde à transformação de nós mesmos. Devemos descartar o hábito de usar as coisas e aprender, em vez disso, a reverenciá-las; as *Elegias* são um tipo de “manual do reverenciador”, para os que amam a Terra.

A tentativa de Rilke foi uma dentre muitas para reconsagrar a Terra, sem a ajuda de nenhuma divindade. O poeta repudiava todo tipo de fé transcendental e não acreditava em vida após a morte, apenas nesta vida aqui no planeta, a qual podemos desperdiçar ou realizar. Ele também acreditava na sacralidade da vida e de todos os seres que encontramos enquanto vivemos. Em *Elegias de Duíno*, o propósito de Rilke foi se servir da matéria-prima da qual deriva toda experiência do sagrado: a experiência de personificação da primeira pessoa – e usá-la para construir um caminho para fora do niilismo. A Terra não compreende somente um amontoado de objetos; ela tem sua própria subjetividade, e atinge essa subjetividade em mim.

Meu argumento nos levou a um dilema crítico. Os dois últimos capítulos se destinaram a descobrir e explorar uma família profundamente enraizada de motivações do psiquismo humano, que nos pertencem por natureza e se manifestam de muitas maneiras – nas ideias de lar, beleza e consagração, no senso de responsabilidade e tradição, no cuidado com as gerações futuras e no amor aos familiares. Mas essas motivações são intensivamente localizadas. Distinguem aquilo que é nosso do que é deles, território natal de território estrangeiro, o que me pertence do que não me pertence. Talvez possam ser usadas para garantir o bom governo em pequenas comunidades e na administração de amenidades locais, separadas da desordem circundante. Mas os nossos problemas ambientais são globais; a desordem que os provoca não pode ser debelada por sistemas homeostáticos de pequena escala nem enfrentada por nossas motivações que nos fazem cuidar do nosso lar. Apenas soluções de larga escala podem enfrentar os grandes problemas de poluição, esgotamento de recursos e aquecimento global. Tal como os problemas, as soluções devem ser definidas internacionalmente e perseguidas em tratados globais e em novas formas de governança global, nas quais os interesses dos Estados nacionais sejam colocados de lado em nome do bem do planeta.

De qualquer forma, essa é a reivindicação dos ambientalistas radicais. No próximo capítulo vou tentar respondê-la, e mostrar que, de fato, é o sentimento de *oikophilia* que ainda nos oferece a maior esperança, tanto no âmbito global quanto no regional.

Capítulo 9 | Chegando a Lugar Nenhum

Nem todos que se identificam como de esquerda são *oikofóbicos*. Nos Estados Unidos, surgiu um tipo de patriotismo progressista centrado em periódicos como *The New Republic* e em escritores como John Schaar, que, embora alegue ter credenciais progressistas, escreve o seguinte em defesa do patriotismo:

Em seu cerne, patriotismo significa amor pelo lugar em que se vive, pelas coisas familiares e pelas cenas associadas à terra natal. Nesse sentido, patriotismo é um dos mais básicos sentimentos humanos. Se não uma tendência natural da espécie, é ao menos uma proclividade produzida por realidades básicas à vida humana, pois a territorialidade, juntamente com a família, sempre foi um laço associativo primário. Tornamo-nos devotados às pessoas, aos lugares e às formas que nos nutrem, e aquilo que é familiar e provedor torna-se natural e correto. Essa é a raiz do patriotismo. Ademais, estamos sujeitos ao imenso poder do hábito, e o patriotismo tem o hábito a seu serviço.^[311]

Existe um tipo de patriotismo de esquerda que se apresenta como o verdadeiro espírito do povoamento americano e como defensor da Constituição contra seus inimigos reacionários. A influência desse patriotismo de esquerda pode ser sentida em alguns dos defensores do “ambientalismo cívico” que discutirei no próximo capítulo.

Era desejo de George Orwell que uma esquerda patriótica desalojasse, na Grã-Bretanha, os traidores, cuja principal lealdade se dirigia à Internacional Comunista, um desejo que alguns consideram concedido durante o governo Attlee do pós-guerra.^[312] Esses defensores do “interior não oficial”, das pequenas comunidades e propriedades em “ajuda mútua”, são os *oikofílicos* de esquerda, pessoas que se

esforçam na reconciliação de um profundo amor pela história e pelas raízes e que acreditam que tanto a história quanto o lar são igualmente criados pelo trabalhador, pelo aristocrata e pelo magnata. De Richard Jefferies e George Sturt a Ken Worpole e Paul Kingsnorth, a *oikophilia* de esquerda influenciou profundamente o movimento ambiental britânico, defendendo o regional, o tradicional e o característico contra o global, o desarraigado e o genérico, reafirmando as ligações reais das quais dependem as comunidades para que possam durar.^[313]

Meu pai foi um *oikofílico* de esquerda. Ele se identificava com o Partido Trabalhista inglês. Na política, era um guerreiro de sua classe e tinha pouco tempo para a monarquia, para a Igreja estabelecida ou para o Parlamento. Mas ele amava a Inglaterra, amava o seu interior e os antigos povoamentos dos condados. Ele assinava o periódico *The Countryman*, lia os trabalhos de Hugh Massingham e de Richard Jefferies, fundou um centro de estudos do meio ambiente na escola primária, onde lecionava, e fundou a High Wycombe Protection Society para salvar a sua cidade e os seus espaços públicos dos conjuntos habitacionais e dos viadutos. Meu pai foi um ávido guardião das espécies protegidas, um vigilante que combatia todos os que jogavam lixo nas ruas e depredavam o espaço público. Ele pertencia ao mundo dos clubes e das sociedades dedicadas às histórias locais, ao estudo da natureza e à conservação das matas, e sempre que via comida embrulhada em embalagens plásticas, grunhia desesperado.

Os *oikofílicos* de esquerda de nossos dias veem a si mesmos em guerra contra a entropia crescente das cadeias de *fast-food*, dos *shopping centers*, das formas solipsistas de entretenimento e das marcas multinacionais – coisas pertencentes à “geografia do lugar nenhum” de Kunstler que respondem por parte do desenraizamento mundial das associações. Mas a *oikophilia* de meu pai pertencia a uma época diferente, quando o mercado das multinacionais ainda engatinhava e a ameaça mais nefasta à vida local vinha da esquerda. Para ele, nada era mais antipático do que o internacionalismo do Partido Comunista. Mais que as classes governantes, mais que os lordes, cavaleiros e escudeiros que lotavam os gabinetes locais, mais que os burocratas privilegiados que controlavam o magistério e impediam o seu avanço (de um garoto da classe trabalhadora do norte industrial). Mais que tudo isso, meu pai odiava o Partido Comunista. E ele o odiava porque esse partido tentava dissociar a lealdade do povo britânico de sua nação, de sua história e de seu futuro, em razão de uma causa sem tempo nem espaço e (na visão de meu pai) sem amor. Faz tempo que a falência moral do comunismo se tornou

aparente. Mas o internacionalismo do qual se alimentou permanece inalterado, como recurso perene das causas radicais, um ponto de vista fora da política nacional e segundo o qual qualquer política nacional pode ser influenciada ou mesmo controlada. Esse mecanismo se tornou influente em especial nas políticas de meio ambiente, precisamente porque os problemas ambientais ultrapassam as fronteiras nacionais e nem sempre podem ser resolvidos em nível local, pois se referem à única coisa física que diz respeito a todo ser humano: o planeta Terra.

Em razão desse vazamento não pode haver política ambiental de longo prazo sem ao menos um *esforço* para formalização de tratados entre nações que se veem mutuamente afetadas em sua conduta ambiental. Creio que o problema seja o fato de a eficiência dos tratados ser proporcional à habilidade e à disposição dos governos de se sujeitar a eles, e ambas variam de lugar para lugar. Essa questão se torna particularmente pertinente quando consideramos o atual problema do aquecimento global, uma vez que uma proporção crescente de gases do efeito estufa é emitida por nações que carecem de um estado de direito realmente sólido, em que grupos privilegiados, e seus clientes, estão acima da lei, podendo convenientemente dispensá-la.

É o caso da China. Antes do domínio comunista, o povo chinês, ainda que terrivelmente governado, empenhava-se por viver segundo os preceitos do confucionismo, certamente a mais *oikofílica* visão de mundo, cujo pilar é a piedade (*Li*). Para o confucionista, nada é mais importante que o respeito aos mortos e a reverência aos ancestrais. Os lugares de fixação humana são sagrados, do mesmo modo que o lar e a mesa da família. A literatura, a arte e a cerâmica da antiga China falam de forma clara e gentil, como qualquer outra grande tradição, do universo do *oikos* e de seu significado eterno.

Se alguns leitores ainda duvidam do que escrevi sobre a prevalência da *oikophobia* e seu efeito destrutivo, então consideremos a Revolução Cultural do presidente Mao – o ódio contra o passado e contra a realidade histórica da sociedade chinesa. Estudemos o incrível assalto aos habitats humanos e ao meio ambiente chinês desferido em nome da revolução.^[314] Sob o regime maoísta, tornou-se incerto se de fato havia lei em vigor na China – o livro destinado a descrever essa lei era pequeno, suas injunções eram vagas, e não havia nenhum relatório dos tribunais que permitisse a um sujeito comum adivinhar o que aquilo significava. De qualquer modo, todo ato de destruição estava autorizado, desde que fosse a China, a sua cultura e o seu povo que sofressem.

Desde a morte de Mao Tsé-Tung, muitos observadores ansiaram pelo retorno da serenidade confuciana, como modesta compensação pelos 60 milhões de mortos. E ninguém pode duvidar que, tanto do ponto de vista econômico quanto do político, as coisas mudaram para melhor. Um sistema crescente de direitos contratuais e comerciais e o uso frequente do direito de Hong Kong, que em parte permaneceu ligado ao direito inglês, deram segurança aos contratos. Mas ninguém ainda supõe que as elites locais associadas ao Partido Comunista, ou que os interesses comerciais que o apoiam e dele recebem apoio, permitam que algo tão débil quanto uma lei, e menos ainda um tratado, comprometa o seu domínio social e material. Isso não significa que não devemos tentar estabelecer tratados com o governo chinês nem exercer pressão para garantir a sua obediência. Significa, contudo, que ao negociarmos tratados como esses não estamos lidando com um agente corporativo comum, tampouco podemos pretender que haja uma mudança na lei que o governa. De fato, estamos lidando com um cartel maciçamente poderoso de pessoas ricas, que controlam as leis que supostamente deveriam controlá-las e não tolerarão uma erosão de seu *status* privilegiado. O poder não está mais tão centralizado como estava sob Mao; mas o governo ainda precisa comprar apoio das elites monopolistas na indústria e na administração local, e não pode pôr em risco os privilégios dessa gente.^[315] Mesmo que uma parcela do espírito confucionista tenha retornado, ainda assim é impossível supor que as elites responderão favoravelmente a ele.

Esse ponto é desenvolvido em termos distintos por Douglass C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast numa série de publicações destinadas a explicar como o estado de direito surgiu nas nações ocidentais e por que não surgiu em outras.^[316] North, Wallis e Weingast contrastam o que chamam de “Estados naturais”, nos quais indivíduos e grupos poderosos se impõem pela violência ou pela ameaça de usá-la, com o que chamam de “ordens de acesso aberto”, nas quais as pessoas são iguais perante a lei e a violência é monopólio do Estado.^[317] Nos Estados naturais, indivíduos e grupos poderosos são incentivados a não empregar violência somente quando lhes são concedidos tributos do produto social, como também privilégios consonantes às suas expectativas. Todavia, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, e talvez em alguns países do cinturão do Pacífico, “ordens de acesso aberto” emergiram. Em ordens desse tipo, o estado de direito comanda o consentimento e a submissão do povo; em outros lugares, todavia, as pessoas sabem do grande perigo de negar privilégios aos que podem usar de violência. Aquilo que percebemos como “corrupção” é, segundo North e outros

autores, algo bem diferente: parte necessária das barganhas que precisam ser concluídas para que um Estado natural não sucumba em anarquia.

Ainda que eu não esteja convencido de que “ordens de acesso aberto” possam ser caracterizadas de forma simples assim, como esses autores mantêm, a tese negativa que defendem é certamente plausível e contém uma mensagem vital à política externa de nossos dias.^[318] Democracia, livre mercado e estado de direito não definem, como a política externa americana atual parece supor, a posição-padrão das sociedades humanas. Essas realizações são raras na história, e aquilo que as obstrui não é a corrupção e tampouco a intrusão de uma força arbitrária que as pessoas derrubariam com disposição. O que as obstrui é o medo – o medo da violência que se seguirá quando indivíduos poderosos, seus clãs e grupos não mais puderem exigir tributos sobre o produto social. Essas elites podem vincular os seus interesses por meio de um partido comunista, como ocorre na China, ou por meio da facção alauíta, como se dá na Síria, ou pelo próprio Estado como no Zimbábue de Mugabe. Mas isso tem um preço: esses grupos se colocam acima da lei e não se sentem constrangidos a respeitar nenhum acordo ao qual não estejam pessoalmente ligados. Logo, os Estados que North e outros autores chamam de “natural” não têm perpetuidade. Nenhum acordo feito por um de seus agentes é capaz de gerar compromissos aos sucessores: quem obtém o poder o faz para uso próprio e considerará inválidos os acordos dos predecessores, a menos que se provem úteis. Portanto, em Estados desse tipo, todos os direitos de propriedade estão sempre ameaçados, e todos os tratados internacionais poderão ser simplesmente ignorados.

Essas observações são especialmente pertinentes quando se trata de considerar os problemas ambientais e de mudança climática. Atualmente, entre os países em desenvolvimento, dois dos maiores responsáveis pelas emissões de gases do efeito estufa são Índia e China; em ambos a indústria energética, altamente poluente e ineficiente, encontra-se sob o controle do Estado e de seus clientes privilegiados. Talvez a Índia esteja em via de formar uma sociedade de “ordem de acesso aberto”, mas a China não, tampouco parece desejá-lo. Na China, os cidadãos muito dificilmente conseguem influenciar o governo. Não existem procedimentos democráticos e não existe opinião pública válida; logo, não existem formas para o cidadão comum influenciar o governo, e não deveria causar surpresa saber que ocorrem, nesse país, cerca de 90 mil tumultos, protestos e greves por ano.^[319] A elite partidária chinesa é bem ciente do que acontece quando se concede autonomia às pessoas e direito à livre opinião; parece-me bem claro que tal coisa não ocorrerá na China. Logo, não haverá pressão *interna* que influencie o governo chinês para

que cumpra os tratados que assina. Essa situação é muito distinta do que vemos nas democracias ocidentais, nas quais os tratados se tornam leis (embora, às vezes, como nos Estados Unidos, apenas por um decreto subsequente), as que podem ser invocadas pelo cidadão para exigir o cumprimento. Quando o Senado dos Estados Unidos ratifica um tratado, tal ato representa um custo enorme e duradouro para o Estado e para o povo. Por outro lado, quando o presidente chinês assina um tratado, é impossível saber quem arcará com o custo e como.

Em Estados como o chinês, incentivos para uso eficiente de energia não surgem das forças de mercado, mas de pressões políticas e dos embates por poder entre as elites rivais. Portanto é inteiramente crível saber que na China a tecnologia empregada nos equipamentos industriais de base gera emissões, segundo estimativas recentes, quatro vezes superiores às geradas pela tecnologia em uso nos Estados Unidos.^[320] A produção de energia permanece sob o controle do Estado, que controla o Partido Comunista, que, por sua vez, é o veículo de poder dos grandes clãs e de suas facções. Além do mais, já que o Estado chinês, apesar de sua aparência monumental, não se constitui como “Estado perpétuo” no qual acordos duradouros podem ser firmados, a atual elite não tem nem a habilidade nem o desejo de investir em seus sucessores. Isso não significa que não existam incentivos para a criação de energia limpa na China. Tanto as elites governantes chinesas quanto as pessoas comuns têm de respirar a famosa fumaça de Pequim. Ademais, o governo é consciente de sua imagem e avalia a demanda internacional por energia limpa como valiosa oportunidade de exportação. A China se torna, rapidamente, grande produtora mundial de turbinas eólicas e painéis solares, e o seu governo convida os fabricantes estrangeiros desses equipamentos a instalar suas fábricas na China, com a possibilidade de exportar o produto. O governo também embarcou em projetos, largamente propagandeados, de substituir as poluentes usinas de carvão que geram a maior parte da eletricidade do país.^[321] Esse contexto talvez sinalize um esperado retorno ao confucionismo e a sua *oikophilia*. Mas a maciça e forçada destruição dos habitats humanos renováveis e das moradias de baixo impacto ambiental, em Pequim e Xangai, e sua substituição pela arquitetura de megalópole, que nunca sobreviverá a uma mudança de uso, colocam em dúvida essa conclusão. É difícil estimar a sinceridade da nova imagem da China como fornecedora de energia limpa, na medida em que o país continua a construir duas usinas de carvão por semana e ao mesmo tempo assina um acordo inédito de 69 bilhões de dólares com uma mineradora australiana para o suprimento de carvão para os próximos vinte anos.^[322]

Portanto, não deve nos causar surpresa que as conferências sobre mudança climática e proteção ambiental terminem, em geral, como terminou a Conferência de Copenhague, sem comprometimentos reais, com as usuais reprovações genéricas contra os Estados Unidos e contra a China por terem “sabotado” um acordo que, de fato, nunca esteve em pauta, e com o esforço de políticos e ONGs em fingir que o resultado final foi satisfatório e que o mundo caminha na “direção certa”. Por outro lado, todos reconhecem que tratados sobre o problema global do efeito estufa não terão valor caso não incluam a Índia e a China, caso não assegurem uma aceitação condicional das nações em desenvolvimento e caso os governos ocidentais não estejam inteiramente comprometidos.^[323] Em parte, o fracasso de Kyoto se deveu ao reconhecimento dos americanos de que China e Índia poderiam aquiescer somente com gestos simbólicos, mas não tinham intenção real de adotar mudanças que não se encaixassem em seus interesses.^[324] Na tentativa de mitigar perante a opinião pública internacional a publicidade negativa que gerou, o governo americano decidiu patrocinar a Asia-Pacific Partnership for Clean Development and Climate, de que fizeram parte Austrália, China, Índia, Japão, Coreia do Sul e Estados Unidos. Em vez de perseguir uma política de “licença de emissões”, priorizava-se a inovação tecnológica. O Kyoto Clean Development Mechanism se destinou a estabelecer uma estrutura de incentivo que encorajasse empresas privadas e governos a oferecer os recursos necessários ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia limpa.^[325] Todavia, o sistema de créditos de carbono, além de abrir caminho para acordos espúrios e evasões, teria causado, sobre os Estados Unidos, um custo que o Senado não estava disposto a endossar.

A história da África pós-colonial sugere que caso o continente supere sua estagnação e passe por uma revolução industrial semelhante à ocorrida em outros lugares, as chances de controlar as emissões de gases por meio de tratados seriam praticamente zero. Por outro lado, as chances seriam melhores se os governos ocidentais e seus agentes empreendedores descobrissem formas de energia limpa e barata e se estivessem dispostos a disponibilizar essa descoberta ao mundo, oferecendo incentivos para introduzi-la. Enquanto isso, devemos reconhecer que as negociações para redução de emissões já contam vinte anos, sem nenhum resultado a não ser obstruir iniciativas que poderiam ser alcançadas por “coligações dos interessados”.

Mesmo que um tratado estivesse em vigor, existe outra questão sobre o incentivo para cumpri-lo. Sanções surtem efeito contra Estados democráticos, que respondem aos fardos impostos ao povo, mas são inócuas contra tiranias e monopólios

partidários, nos quais o poder desses grupos só é realçado por sanções que enfraquecem os povos sobre os quais eles exercem poder. (É o caso dos embargos à Coreia do Norte, ao Iraque de Saddam Hussein^[326] e ao Irã de nossos dias.) Ademais, mesmo em Estados cumpridores da lei a necessidade de manter o fantasma de um acordo milita contra a imposição de penas severas. Como diz Thomas Schelling, “não existe exemplo histórico de um regime internacional que tenha imposto penas proporcionais à magnitude do aquecimento global”, e ele cita, como ilustração, a inabilidade da União Europeia de impor sobre os Estados-membros as penas em vigor em seus tratados quando esses Estados se abstêm de cumprir obrigações cruciais.^[327] Em outras palavras, quanto mais grave a falta, menor o incentivo para evitá-la.

A observação aponta para uma fraqueza geral dos tratados internacionais, já que estes raramente criam motivo para que os obedeçam quando uma das partes tem interesse de desertar. Para que se crie um motivo, as partes precisam obter benefícios reais e presentes, mas que possam ser facilmente retirados em caso de deserção. Assim, as nações ingressaram com entusiasmo na OMC, reconhecendo os benefícios econômicos como também a facilidade com que esses benefícios poderiam ser retirados. O fato de entregar um pedaço da própria soberania aos interesses das corporações multinacionais quando se ingressa na OMC costuma ser ignorado. As nações assinaram prontamente também o Protocolo de Montreal, relativo ao problema da diminuição da camada de ozônio, uma vez que os benefícios recebidos eram imediatos, e não adiados para as décadas seguintes, como seria o caso de um acordo sobre emissões de carbono. Além do mais, a tecnologia para substituir as perigosas emissões de CFC já estava sendo desenvolvida pelo setor privado, e, ao aceitar o acordo, nenhuma nação teria grandes custos nem precisaria alterar o modo de vida de seus cidadãos.^[328] Todavia nada disso pode ser obtido quando se fala de tratados para controlar as emissões de gases do efeito estufa. Portanto, quando se considera a capacidade da ação internacional para limitar a poluição atmosférica, devemos considerar o Protocolo de Montreal como exceção em vez de regra.

Por outro lado, é uma exceção importante, uma vez que nos ajuda compreender a distinção entre tratados úteis e tratados inúteis. O Protocolo de Montreal destinava-se à eliminação de produtos que poderiam ser removidos do ambiente sem contudo afetar seriamente a economia ou o modo de vida das nações signatárias. Os incentivos para que assinassem o tratado eram suficientemente fortes, e os custos suficientemente fracos, de modo que um bom acordo foi fechado. No entanto, os

gases do efeito estufa são diferentes dos gases CFC. No atual estado de coisas, os primeiros só podem ser eliminados a um altíssimo custo econômico e social, e são poucas as nações preparadas para pagar por esse custo. Ao investirem seu escasso suprimento de boa vontade global para negociar tratados fúteis, as nações desperdiçam ativos que poderiam ser usados em pesquisas cooperativas para a obtenção de energia renovável. Elas também negligenciam os problemas ambientais que poderiam ser resolvidos no modo de Montreal.

Um desses problemas é o plástico. É possível eliminar o plástico não biodegradável da economia moderna sem causar o levante social que ocorreria se houvesse interferência na produção de energia. O custo inicial seria grande, mas a adaptação seria rápida. Da mesma forma que as nações aceitaram uma moratória sobre o CFC, elas também aceitariam uma sobre os plásticos não biodegradáveis (desde que exceções fossem permitidas e justificadas caso a caso). O progresso tecnológico tornou possível o uso de material biodegradável nas embalagens normais, e não existe custo insuperável que se imponha sobre medidas de contenção de garrafas plásticas e frascos plásticos. Tais medidas removeriam rapidamente o plástico do meio ambiente das nações que as adotassem. Caso fossem adotadas pelos Estados Unidos, o maior destinatário do lixo plástico produzido na China, criariam incentivo para que os chineses produzissem bugigangas biodegradáveis, o que diminuiria o custo para que se adequassem aos tratados internacionais. Pouco a pouco, as transações de produtos plásticos declinariam, e as nações poderiam então se reunir para limpar a placa de lixo do Pacífico.

Tal processo requer a iniciativa de dois ou três Estados fortes, decididos e cumpridores da lei; isso levaria, em tempo relativamente curto, a uma situação de rápido declínio da quantidade de resíduos plásticos. Se o esforço destinado às inócuas negociações de tratados como o de Kyoto fosse transferido para essa tarefa, o resultado seria positivo. Contudo, se essa tarefa não for realizada, a Terra deixará um dia de ser um hábitat humano viável, seja lá qual for a temperatura.

Em parte por causa da reconhecida fragilidade dos tratados é que muitas pessoas defendem um sistema de governo transnacional, e esse fenômeno não se restringe à esquerda. Ele ocorre tanto no modelo da União Europeia, no qual os Estados-membros renunciam parte de sua soberania em nome de uma administração e de um poder legislativo central, como no modelo dos organismos subordinados às Nações Unidas, como a Organização Mundial do Trabalho (OMT), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Conferência das Nações Unidas para Comércio e

Desenvolvimento, que, sob a gerência da ONU, dispõem de poderes *quasi-legislativos*. A tendência rumo a um governo transnacional é por vezes justificada como consequência inevitável da globalização, da crescente interconexão das decisões mundiais, à medida que mercados e movimentos migratórios derrubam as barreiras tradicionais, e como consequência do crescimento das estruturas de poder fora do controle dos Estados nacionais – incluindo corporações multinacionais, organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, ONGs transnacionais como o Greenpeace e o International Fund for Animal Welfare (IFAW), e as emergentes “comunidades virtuais” que atravessam o globo.^[329]

Todavia, quando olhamos para os fatos, a ideia de um governo transnacional perde credibilidade. Essas instituições transnacionais, da forma como emergiram do processo de globalização, ou são dependentes dos Estados nacionais em sua legitimidade e motivação, ou então serão vistas como sintomas de doença em vez de cura. Corporações multinacionais e ONGs existem dentro do espaço institucional criado por Estados nacionais, e seria uma fantasia produzir uma forma de governança que, no fim das contas, não se baseasse aberta ou veladamente em jurisdições territoriais estabelecidas pelos Estados.

É sem dúvida uma obviedade que a lei não se impõe porque um código foi compilado só por um burocrata ou simplesmente afixado num estabelecimento. A lei se impõe quando é cumprida; e só pode ser cumprida como *lei*. Isso significa que as pessoas encarregadas de fazer, discutir, aplicar e impor a lei não podem se furtar à lei. Um sistema intrincado e entrelaçado de instituições é necessário para que a lei seja cumprida como tal, e não como violência arbitrária. Resumindo, haverá estado de direito apenas quando os encarregados de administrar e obrigar o cumprimento da lei tiverem profundo respeito pelos procedimentos legais e forte sentido de autoridade da lei. Como esse sentimento – chamado pelos alemães de *Rechtsgefühl* – é engendrado? As pessoas que respeitam as leis, parece-me, agem dessa forma porque *espera-se* que obedeçam às leis. Elas vivem segundo um padrão. Mas esperado por quem? E um padrão estabelecido por quem? Segundo Kant, é a razão que está na base e sustenta o padrão. Mas, mesmo que assim fosse, a evidência histórica mostra que a razão não produz por si mesma obediência. Tem de haver uma expectativa pública de cumprimento da lei e um desejo de viver segundo aquilo que os outros esperam. Isso reintroduz a pergunta: que outros?

A resposta óbvia é a seguinte: desejo viver segundo as expectativas *daqueles aos quais pertença*. Faço distinção entre as pessoas que são minhas e as que não são minhas, e parte do que está envolvido nessa distinção é que as opiniões dos que são meus *importam* para mim. Intelectuais, homens de negócio e aristocratas não têm grandes dificuldades para pertencer a grupos multinacionais. Eles se comparam e competem dentro de modelos que ultrapassam as fronteiras nacionais, uma vez que é exatamente isso que seu *status* ou âmbito profissional exige. O mesmo não vale para as pessoas comuns. Seu sentido de pertencimento está ligado a uma localidade, uma linguagem, um conjunto de costumes e afeições familiares. Pessoas comuns compreendem a grande maioria, e o sentido que têm de cumprimento da lei é, portanto, da mais alta importância. Logo, algum elemento de lealdade nacional é condição do direito, do direito internacional inclusive, e este é construído, embora de forma precária, sobre fundações domésticas.

Isso não significa negar a existência de jurisdições transnacionais, mas vale a pena considerar o que, no passado, elas envolveram. Temos quatro exemplos relevantes: o direito romano, o direito britânico, o direito canônico e a xaria. Com o direito romano e o direito britânico, um sistema legal foi amplamente disseminado mundo afora por povos que a eles se vincularam porque viam esses sistemas como um símbolo de civilização superior e como justificação do poder imperial. Nenhum dos dois sistemas teria êxito em promover a paz não fosse por dois fatores cruciais: primeiro, que os cidadãos leais aos centros metropolitanos fossem encarregados de exercê-lo; segundo, que cada sistema deixasse espaço suficiente para as leis locais adaptadas às lealdades locais. Tanto os romanos quanto os britânicos sustentaram um direito abrangente exatamente porque se identificavam como romanos e como britânicos – isto é, diferentes, e em certa medida superiores àqueles por eles governados. Sua jurisdição internacional foi possível graças à lealdade nacional, e quando aqueles impérios entraram em colapso, também sua lei entrou em colapso.

O direito canônico e a xaria são mais verdadeiramente universais. O primeiro se valeu, em grande parte, da lei romana e foi rapidamente colocado numa posição subordinada ao direito secular dos Estados europeus. O segundo reivindica soberania em muitos países islâmicos; é o sistema mais próximo que existe de uma jurisdição verdadeiramente internacional que não depende de uma lealdade nacional. Todavia a xaria deriva sua autoridade de uma lealdade de outro tipo: lealdade a Deus, à palavra de Deus como anunciada pelo profeta Maomé. Ela não dá campo para pensarmos que poderia haver algo como um estado de direito internacional e secular que dependesse, no nível mais profundo, de lealdades

nacionais ou *quasi*-nacionais. Desde o início, a xaria é atormentada por conflitos entre as quatro escolas rivais de jurisprudência, e desde sua ascendência, no século XI de nossa era, ela tem (na interpretação sunita, mas não na xiita) excluído, de maneira expressa, a inovação ou *ijtihad*. A coisa se aplica aos muçulmanos e lida com os infiéis de acordo com um “tratado” ou *dhimmah*, que deixa os direitos dos últimos apenas parcialmente definidos.^[330] O antigo direito turco, que procurava respeitar a xaria, foi, portanto, compelido a distinguir a parte religiosa das várias comunidades que integravam o império, ou *milletler*, que se recusavam a submeter-se aos mandamentos islâmicos. O destino da xaria, hoje em dia, quando invocada mundo afora como fonte de decretos absolutos por pessoas que não conseguem nem sequer entrar em comum acordo sobre o que diz a xaria, é certamente um alerta contra qualquer tentativa radical de divorciar a lei da soberania territorial, necessária em sua aplicação.

Sistemas legais aplicados transnacionalmente que desconsideram jurisdições territoriais devem ser distinguidos do que hoje conhecemos por “direito internacional”, que compreende convenções desenvolvidas por meio de tratados concebidos no intuito de facilitar as relações entre Estados soberanos. Por sua vez, ambos devem ser distinguidos da nova forma de jurisdição multinacional surgida na Europa segundo a qual a soberania dos Estados-membros da União Europeia é reconhecida e subordinada a um sistema de governança de cima para baixo, o qual não tem ligação com nenhuma nacionalidade específica.

Na União Europeia, não há poder imperial; portanto não há agentes da lei com missão civilizadora que permaneçam ligados uns aos outros, como os romanos aos romanos e os britânicos aos britânicos sob a jurisdição do respectivo império. O que há é somente burocratas sediados num país, a Bélgica, notório por seu fracasso em produzir um sentimento de unidade nacional e, agora, prestes a se desintegrar.^[331] Os decretos desses burocratas são propagados sem o menor respeito pelas diferenças nacionais ou pelos sentimentos existentes de legitimidade, e sem nenhuma expectativa real de que as pessoas fiquem motivadas para obedecê-los. O resultado é a erosão gradual do respeito pela lei e o crescimento de um novo tipo de corrupção: a máfia burocratizada que escora suas ações passando leis que são completamente indiferentes à aprovação das pessoas.

Os defensores da UE geralmente afirmam que o organismo fornece um modelo para enfrentarmos as questões ambientais, uma vez que evita os problemas de incentivo e deserção que perturbam os tratados internacionais. Todavia, uma vez

que a única motivação para obedecer às leis na Europa se origina no nível nacional, os instrumentos legais da União Europeia se tornaram campos de batalha entre interesses nacionais. Tomemos, novamente, o exemplo das companhias de pesca. Como condição para admitir a Grã-Bretanha e a Dinamarca na Comunidade (como era então chamada a UE), exigiu-se que os membros assinassem a Política Comum das Pescas, arranjada às pressas enquanto Grã-Bretanha e Dinamarca entravam em negociações para se tornar membros. Essa política não foi implantada a fim de conservar os estoques europeus de cardume como patrimônio comum, mas a fim de remover a soberania sobre as águas costeiras britânicas e dinamarquesas, as mais bem dotadas da Europa, das jurisdições nacionais que as protegiam das frotas pesqueiras de outros países. Um sistema nacional de direitos de propriedade que se mostrara eficiente na preservação dos cardumes do Mar do Norte e do Canal da Mancha foi então destruído, e uma nova tragédia dos comuns foi colocada em seu lugar. O resultado foi um grande desastre ecológico, como a diminuição em velocidade alarmante dos estoques no Mar do Norte.^[332]

A União Europeia se encontra hoje sobrecarregada por uma montanha regulatória de 180 mil páginas, sem nenhuma garantia de que promoverão o bem comum, uma vez que a lei das consequências indesejadas nunca é considerada pelos burocratas. Esse *acquis communautaire* está sempre crescendo, e não existe procedimento que permita aos que sofrem o peso das regulamentações expulsar os que as promovem. Dois exemplos. Primeiro, temos a resposta da União Europeia ao problema das emissões de carbono. Tal qual o inoperante acordo de Kyoto, a UE optou por um esquema de liberação de licenças, sob o qual as empresas têm de comprar dos governos o direito de emissão de gases do efeito estufa e têm permissão de negociar os seus direitos com outras empresas da União Europeia. Enquanto Grã-Bretanha e Espanha escolheram tetos árdus, outros países-membros, notadamente a Itália, estabeleceram tetos mais altos que as emissões existentes. Portanto, o preço do carbono sobe na Grã-Bretanha e na Espanha, o que incentiva as empresas a comprar licenças de emissão em jurisdições mais brandas, em particular daquelas cujos governos as emitem indiscriminadamente, como se fossem um bem a ser negociado no mercado. Como resultado, as emissões de carbono continuaram a subir em todo o território da União Europeia, sem incentivo para desenvolver novas tecnologias que pudessem substituir as fontes de gases do efeito estufa. Ademais, problemas técnicos tornaram o Regime do Comércio de Licenças notadamente obscuro e caro em suas operações. No fim das contas, é tudo um fracasso custoso, que não impõe nenhum controle real sobre as emissões e ainda

acrescenta uma camada desnecessária de burocracia sobre políticas destinadas a objetivos nacionais, e não transnacionais.^[333] Como ocorre com todas as soluções imaginárias, incluindo o maciço investimento em geração de energia eólica promovido pela União Europeia, o comércio de licenças consome os recursos da única coisa com o potencial de produzir uma solução de longo prazo: pesquisas com fontes alternativas de energia.

Em segundo lugar, regulamentações são raramente, ou mesmo nunca, corrigidas ou revertidas, independentemente de seu custo ambiental. Consideremos, por exemplo, outro grande subproduto danoso da prosperidade moderna: as embalagens. Por toda a Europa, campos, rios, lagos e jardins estão entulhados de garrafas e sacolas plásticas, e a produção *per capita* de lixo em embalagens varia de cem quilogramas/ano na Finlândia ao dobro desse número na França.^[334] Não obstante, qual foi a reação da União Europeia? Exigir que todos os alimentos fossem embalados antes de deixar os centros produtores; impor pesadas regulamentações de saúde e de segurança que jamais poderão ser cumpridas por vendedores locais, de modo que os alimentos precisam ser processados nos grandes centros produtores e embalados em plástico; obrigar os produtores a embalar todos os seus produtos segundo instruções detalhadas em dez idiomas; impingir a produtores e consumidores a cultura do desperdício e do detrito. Agora, nenhum governo nacional que queira se livrar de embalagens não biodegradáveis e voltar ao salutar hábito de embalar doces em saquinhos de papel e peixes em jornal e acondicionar beterrabas em conserva em barricas poderá fazê-lo. Por toda a União Europeia os governos ficaram aprisionados a uma política de produção e distribuição de alimentos que, embora possa melhorar a saúde dos atuais consumidores, carrega um ônus de longo prazo que supera de longe os benefícios de curto prazo.

Esses são apenas dois exemplos, embora sintomáticos. Governo transnacional, no modelo europeu, conduz ao universo de regulamentações que não podem ser corrigidas, que são apresentadas em pacotes de tolerância zero e que ficam sujeitas aos *lobbies* e aos instrumentos de rivalidade nacional e comercial. Atualmente o governo francês faz *lobby* para a adoção de vastos controles centralizados a ser impostos sobre as instituições financeiras de toda a União Europeia, ciente de que isso eliminará a vantagem competitiva desfrutada pela cidade de Londres, que há três séculos se regula segundo as leis inglesas.^[335] O resultado não será um sistema bancário mais honesto ou responsável em Londres, que continua a atrair o mercado financeiro global em razão de as leis inglesas fiduciárias, dos contratos e

das responsabilidades civis fornecerem garantias confiáveis nos acordos transnacionais. A operação destruirá uma vantagem comercial britânica vista como uma provocação duradoura aos franceses.

As leis e regulamentações da UE se originam em burocracias cujos membros não precisam se eleger, ou em tribunais cujos juízes são designados por jurisdições nacionais para cumprir mandatos fixos, sem precisar prestar contas a um governo em particular. Assim, leis e regulamentações proliferam descontroladamente, e sem uma séria avaliação do custo de aceitá-las. Além disso, o processo legislativo está sujeito aos *lobbies* do mundo dos negócios, dos governos nacionais e dos políticos; nenhum dos quais enfrenta, em Bruxelas, o tipo de *feedback* que os membros das assembleias nacionais têm de enfrentar em seu país. Somando-se a isso, temos o efeito do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, que, em conflitos de interesses, e de forma arbitrária, confere um direito a um dos lados, arrebatando, dessa forma, com os costumes tradicionais, dos quais a *oikophilia* depende para sobreviver.^[336] Em tais circunstâncias é certamente improvável que um governo transnacional, baseado no modelo europeu, forneça o tipo de instrumento sensível que nos permita coordenar esforços em favor da proteção do meio ambiente.

A esse tipo de objeção, o internacionalista convicto responderá que é preciso certo tempo até que a prática transnacional de governo se aloje na mentalidade pública. Toma tempo para se acostumar às novas instituições, e não há motivo para que o processo que unificou o mundo conhecido sob a jurisdição romana, dois mil anos atrás, não possa começar de novo sob o Tratado de Roma. Um novo espírito público despontará, dirão eles, no qual as pessoas apoiarão as decisões de tribunais transnacionais contra as leis nacionais e no qual os cidadãos apelarão para instâncias acima do governo para implantar uma justiça mundial que não faça distinções.

Poderia haver um espírito público desse tipo fundado numa ideia internacionalista? Alguns dos movimentos mais inspirados em torno do bem público de nossos tempos são expressamente internacionalistas em seus objetivos: Movimento Olímpico, Cruz Vermelha, Nações Unidas e (nome mais que merecido) Médicos sem Fronteiras. Mas não creio que algum desses movimentos teria êxito sem antes contar com um fundo de sentimento nacional, do qual se valeram. O Movimento Olímpico promove a cooperação internacional ao realçar, em vez de diminuir, o orgulho nacional, pois é esse o espírito das competições esportivas

internacionais. E, como ficou demonstrado nos Jogos Olímpicos de Berlim, o resultado pode realçar também certa beligerância nacionalista.

O espírito público é um atributo das comunidades locais. Ele cresce do “pequeno pelotão”, como afirmava Burke, e pode se desenvolver a ponto de se tornar a consciência de uma nação. Nem todos os povos e comunidades o têm em igual quantidade. Na realidade, existe uma notória diferença entre os povos para os quais a família é a fonte e o único objeto de lealdade social e os povos que reconhecem uma teia mais ampla de obrigações, que abarca os estranhos. Os sicilianos, que compreendem o primeiro tipo, deram seu grito de guerra nos Estados Unidos, onde depararam com pessoas do segundo tipo, que se viram desprovidas de defesas eficientes contra eles. Na nova jurisdição internacional europeia encontramos uma interessante linha divisora que separa a *Langue d’oc* da *Langue d’oil* e os povos de língua germânica dos povos de língua latina e grega. Acima dessa linha a corrupção é mínima; abaixo dela a corrupção é a situação normal: logo, temos a presente crise em relação à moeda comum, que não foi honestamente tratada por Portugal, Itália, Grécia e Espanha. Reflita sobre esses fatos, observando a história particular do espírito público na Grã-Bretanha, na Suíça, na Escandinávia e nos EUA, países que de forma mais evidente o exibiram, e o leitor com certeza concluirá que o internacionalismo muito provavelmente não será capaz de produzir um bom espírito público sem a ajuda de uma fonte mais local de sentimento moral. Em sua origem, o espírito público sempre foi um produto doméstico cuja constituição, nesses países, foi altamente estimulada pelos hábitos protestantes de autocrítica e pela herança de um direito de usos e costumes.

É óbvio que os impérios diminuem o grau de soberania, mas eles o fazem engrandecendo a soberania de um poder central. Será que pode haver uma diminuição compartilhada de soberania que será aceita por todos os participantes do sistema e que não transferirá soberania para um organismo central? A resposta é afirmativa, mas somente se tal organismo central consagrar todo o poder ao acordo vigente entre os Estados-membros, e apenas se esses Estados-membros retiverem a liberdade de se retirar do acordo a qualquer momento. Tal organismo é a Organização Mundial do Comércio (OMC), que não escapa dos efeitos adversos causados pela habilidade dos membros mais pobres de proteger seus interesses nacionais contra a ação agressiva do comércio global.^[337] Embora, como destaquei, a participação como país-membro da OMC requeira abrir mão de parte da soberania em nome de interesses multinacionais, essa ação é reversível (com um custo), e seus benefícios são tangíveis para os membros isoladamente. Mas tão logo

a soberania seja *aglutinada* e a participação fique enredada em acordos irreversíveis, veremos, como resultado, a formação de um poder central executivo e legislativo. Como a experiência dos Estados Unidos nos confirma, uma soberania relegada a um organismo federal é para ele transferida: os Estados da União perderam poderes, que foram repassados para o governo federal, e uma vez transferidos eles não podem mais ser readquiridos. O resultado, em determinado momento, foi a Guerra Civil, depois da qual os Estados da União retiveram uma soberania nominal.

A Comissão Europeia finge que isso não precisa acontecer. O Tratado de Maastricht instala um princípio peculiar, chamado de “subsidiariedade”, a fim de explicar o ponto. O termo parece derivar de uma encíclica papal de Pio XI de 1929 na qual o pontífice argumentava que as decisões políticas deveriam ser tomadas no nível mais baixo possível – isto é, por aqueles cuja decisão sobre a questão pode ser vista com indiferença por todos os outros. O problema é que o princípio de subsidiariedade, dessa forma defendido, não apresenta um significado legal claro. Quais questões *nos* afetam, mas não a *eles*? Que significa exatamente o nível *mais baixo*? Por que falar de níveis baixos e altos, se não queremos deduzir que existe um ápice supremo e soberano? Além do mais, quem decidirá a aplicação desse princípio? Parece que apenas a Comissão Europeia – o organismo central, no qual se acumularia a verdadeira soberania. Se formos livres para tomar decisões apenas se a Comissão decidir que somos livres, então não somos realmente livres, uma vez que é a Comissão que está decidindo. Subsidiariedade não é a mesma coisa que soberania, mas uma espécie de mito tranquilizador com o qual nos habituaremos a nos submeter.

Não creio que essa questão de soberania tenha sido devidamente enfrentada ou que seria solucionada na forma como querem os internacionalistas – concedendo soberania às pessoas mas prendendo-as a regras internacionais. Isso aponta para um dos maiores perigos do internacionalismo: as pessoas serão tragadas numa teia transnacional e acreditarão que engrandecem seu poder e suas escolhas, apenas para descobrir que ambos, poder e escolha, foram confiscados. Em determinado ponto, descobrirão que estão sujeitas a um poder ao qual não têm, tampouco podem ter, nenhuma lealdade instintiva – uma vez que a lealdade é um fenômeno local e histórico que não pode ser recrutado à força.

Tudo isso promove certa suspeita sobre a ideia internacionalista. Mesmo que pensemos que as novas formas de internacionalismo têm pouco em comum com as manobras desrespeitosas do partido comunista, devemos nos perguntar seriamente

quais são os interesses em jogo por trás dos projetos e das ideias internacionalistas em nosso mundo pós-moderno. O perfil cosmopolita se sente em casa em qualquer cidade; aprecia a vida humana e todas as suas formas pacíficas, é sensível aos costumes, idiomas e culturas. Os cosmopolitas são patriotas de um país, mas nacionalistas de muitos. Internacionalistas, pelo contrário, querem quebrar as distinções entre as pessoas; eles não se sentem em casa em nenhuma cidade, uma vez que são estranhos a todas. Veem o mundo como um grande e vasto sistema no qual todos são, indistintamente, clientes, consumidores e criaturas de desejos e necessidades. Ficam felizes em transplantar as pessoas de lugar para lugar, abolindo apegos locais, alterando fronteiras e costumes de acordo com o movimento inexorável da maré política ou do progresso econômico.

Os indivíduos que primeiro sonharam com a União Europeia e a promoveram por meio de atividades políticas e culturais, nas quais investiram seus mais caros ideais e emoções, eram cosmopolitas. Os que a exploram e modelam, hoje em dia, são internacionalistas que não têm nenhuma afeição pelas identidades em cima das quais a UE foi erguida. Por trás da UE, sempre a pressionar por sua expansão e usando o poder legislativo da entidade para virar o mercado a seu favor, encontramos os grandes negócios da Europa, do Japão, da China e dos Estados Unidos – em particular as redes de supermercados, as franquias de *fast-food*, as empresas farmacêuticas, as montadoras de automóveis, os fornecedores de equipamentos e a indústria global do entretenimento, que se esforçam para tornar todo mundo idêntico, assegurando “uma igualdade de condições” que dê o máximo de padronização para os produtos. Será que realmente queremos seguir nessa direção, perdendo tudo que era característico de nossa história e de nossas tradições, além de perder as relações de lealdade que tornaram possíveis a Europa e os Estados Unidos? Essa direção conduz ao Lugar Nenhum, e esse Lugar Nenhum corresponde à mesmíssima ameaça contra a qual a *oikophilia* de esquerda se mobiliza em defesa das comunidades locais e das formas regionais de fazer as coisas.

À luz de tudo isso, parece-me que devemos considerar a possibilidade de que, afinal, é possível defender nosso meio ambiente apenas por meio de ações unilaterais de um Estado competente e cumpridor da lei. Nosso modelo deveria se basear no tipo de intervenção feita pela Marinha Real Britânica quando o mercado transnacional de escravos foi erradicado; ou mesmo no que foi feito contra a Grã-Bretanha, pela Islândia, para proteger as áreas de desova do bacalhau no Atlântico Norte. Todas as intervenções desse tipo comportam perigos, e podem ser vistas,

como quase ocorreu no último caso, como um *casus belli*. Todavia, quando se trata das mudanças climáticas, pode ser que não haja alternativa. Avanços em climatologia e na teoria e prática da geoengenharia poderiam colocar no raio de ação de um Estado cumpridor das leis – e evidentemente os EUA são o melhor exemplo – os meios para dar início a um processo de resfriamento global, no intuito de contrapor as consequências das emissões de gases do efeito estufa. Se chegarmos ao ponto no qual apenas uma medida como essa seja exequível, então ela deverá ser executada. Creio que o único modo de nos prepararmos para essa contingência é parando de dar crédito a tratados punitivos que nenhuma nação tem motivo duradouro para honrar, como também nos sistemas transnacionais de governança, que erodem a obediência da qual dependem. Em vez disso, devemos reforçar nossa ligação com o Estado nacional e com os tipos de política que defendo neste livro, que colocam a pesquisa e o empreendimento na frente das regulamentações e dos controles. Os Estados Unidos propuseram uma série de tratados de pesquisa e de desenvolvimento – tais como o *Carbon Sequestration Leadership Forum* – que operam como “coligações de interessados” e não impõem penalidades aos signatários.^[338] Para que os tratados sejam realmente eficientes, eles devem oferecer somente benefícios, minimizando os incentivos para deserção, e se mostrar capazes de compensar a principal falha dos mercados na questão dos problemas ambientais: falta de investimento suficiente em pesquisas necessárias. Mas a energia que fará com que esses tratados sejam eficientes deve ser gestada dentro dos Estados nacionais e na *oikophilia* de seus cidadãos.

Capítulo 10 | Engendrando em Algum Lugar

Minha intenção neste livro foi propor uma abordagem aos problemas ambientais na qual as afeições locais se tornam centrais na condução de políticas e da qual homeostase e resiliência, em vez de reordenamento social e controle central, são os principais desdobramentos. Minha apresentação, que é tanto filosófica quanto psicológica, diz respeito à natureza do pensamento prático e às motivações em que podemos nos basear no esforço de proteger não só terceiros dos detritos que criamos como as futuras gerações dos custos de nossas ações. Meu argumento se baseou, em cada ponto, em fatos históricos e políticos, levantando questões sobre as políticas que precisam ser desenvolvidas caso uma abordagem ecológica conservadora se torne plausível. Portanto nestes dois últimos capítulos vou considerar os aspectos práticos. Primeiro, estudando alguns exemplos; depois, apresentando propostas modestas associadas aos balizamentos que uma política ambiental conservadora deve seguir.

Principio com o exemplo que conheço de forma mais íntima, as Ilhas Britânicas, e, especificamente, o meu pedaço particular, a Inglaterra. Pretendo fornecer um breve relato dos movimentos de preservação ambiental que surgiram na Inglaterra para mostrar que, quando tiveram êxito, vicejaram na *oikophilia*; mas, quando deram errado, isso ocorreu porque, na maioria das vezes, esse sentimento foi neutralizado ou esmagado por projetos centralizadores operacionalizados por

sistemas de planejamento governamental, *lobbies* e interesses comerciais, ou mesmo pela imposição de esquemas internacionalistas.

Julien Sorel, o herói de *O Vermelho e o Negro*, de Stendhal, vê-se, em certo momento da história, na obrigação de visitar a Inglaterra. Ele deprecia as maneiras rudes e as concepções cruas do povo inglês. Nas cidades inglesas nem remotamente é possível encontrar coisas interessantes para alguém de sensibilidade refinada; não obstante, o herói fica estupefato com a “indescritível doçura” do interior da Inglaterra, que supera qualquer coisa que ele conheceu na França. Os turistas que visitam a Inglaterra de nosso tempo registram a mesma impressão e frequentemente ficam perdidos tentando entender como um tecido tão delicado pôde sobreviver em meio a fatores como industrialização, crescimento populacional que aumentou dez vezes desde o século XVIII, bombardeios aéreos da Luftwaffe e o incessante impacto do comércio. A impressão faz-se ainda mais notável quando se sabe que a Inglaterra é o país mais densamente povoado da Europa: 395 pessoas por quilômetro quadrado, mais de três vezes a média europeia. Comparar a Inglaterra, como ela é hoje em dia, com a Holanda, que tem 392 habitantes por quilômetro quadrado, é encontrar uma prova vívida da possibilidade de uma administração ambiental de sucesso.

Como ocorre em muitos países europeus, a Inglaterra tem uma narrativa de renovação nacional.^[339] Poetas e contadores de histórias evocaram a sombria floresta circundante onde uma clareira de civilização foi dolorosamente aberta e à qual homens e animais retornam para se renovar na fonte da vida. Esse quadro, que não é exclusivo da literatura inglesa, é traçado sucessivamente nas narrativas medievais, nas histórias do rei Arthur e os cavaleiros da tábua redonda, em *Dom Galvão e o Cavaleiro Verde*, nas lendas de Tristão, Parsifal e Lancelote. Sem dúvida, Jessie Weston está certo ao discernir nessas histórias os remanescentes de um antigo culto à vegetação, que de maneira áspera mas firme foi mesclado nas narrativas dos evangelhos do Cristo ressuscitado.^[340] Sejam lá quais forem suas origens, seguindo *Morte d'Arthur*, de Malory, e a popularização da lenda de Robin Hood, um mito da Greenwood ficou fortemente ancorado na consciência nacional. O mito fala de um lugar, fora da sociedade convencional, onde uma restituição original é buscada e concedida. Fornece o pano de fundo às peças de Shakespeare, à poesia e às canções da corte Tudor, às muitas histórias populares e ao poema de Robin Hood *The Greenwood Tree*, publicado por volta de 1600.

É possível discernir, na ideia de Greenwood, os primeiros passos de uma consciência ambiental do povo inglês.^[341] Lamentos pela violação das florestas e pedidos para que sejam replantadas aparecem já nos primeiros anos da imprensa. Durante a época da Restauração, que se seguiu à guerra civil, na qual Carlos II estabeleceu sua identidade mística com o povoamento inglês ao se esconder num carvalho, o mito de Greenwood torna-se elemento central da consciência nacional. *Silva*, de John Evelyn, ou *A Discourse on Forestation*, surgiu em 1664 e tornou-se imediatamente popular, o que marcou o início de um movimento para o reflorestamento e a preservação dos boques e inspirou os Atos do Parlamento para que reflorestassem a Floresta de Dean, em 1668, e a New Forest, em 1698. O Parlamento fora influenciado pela necessidade de fornecer madeira à Marinha Real; todavia, como *Sir Keith Thomas* mostrou, os valores estéticos tiveram papel central.^[342] A republicação do livro de Evelyn, em 1776, pelo médico preservacionista e tomado de espírito público Dr. Alexander Hunter, gerou iniciativas cívicas semelhantes. Também responsável pela recuperação da lenda de Greenwood foi Joseph Ritson, quando publicou, em 1795, *Robin Hood: A Collection of all the Ancient Poems, Songs and Ballads*, num livro ilustrado por Thomas Bewick. Essa coleção serviu de inspiração para o influente romance *Ivanhoé*, de *Sir Walter Scott*.

O culto iluminista da beleza natural tornara-se parte da cultura. Sob a influência de Milton, Shaftesbury, Addison e Knight, os pintores da natureza, os jardineiros e os poetas do século XVIII trabalharam na criação de uma Inglaterra como Éden.^[343] Essa imagem sobreviveu em nossos dias e é um recurso moral do qual a nação se vale durante os momentos de crise. Foi evocada na Segunda Guerra Mundial com grande eficiência nos filmes dos Estúdios Ealing (notavelmente pelo refugiado tcheco Alexander Korda) e nas pinturas dos irmãos Nash. Durante a grande crise do século XX, o “interior” foi representado como o lugar da tranquilidade, o coração da Inglaterra, um direito de todo homem. Todavia, no século XVIII, a imagem idílica esteve associada à aristocracia, em sua soberania privada e na moda do “pitoresco”. Para o aristocrata inglês, a paisagem não retratava a vida selvagem, mas sim um jardim. Poderia ser obtida como um quadro e moldada por seu proprietário segundo seus valores estéticos e caprichos nostálgicos. Essa busca pelo pitoresco não se desviava do significado mais profundo da paisagem como território. Polir a paisagem era parte de enfatizar a sua permanência, mantendo-a como recurso renovável.^[344]

Todavia, essa posse privilegiada da paisagem começava a ser questionada, não apenas na esfera política mas também no âmbito artístico. Os pintores passaram a se interessar pelos cenários moldados pelo trabalho, pela necessidade e pelo lazer. A tradição inglesa de pinturas de paisagem – que frutificou nos trabalhos de Constable, Cotman e Crome – foi dedicada às imagens de um lar das pessoas comuns, no qual trabalho e lazer coexistiam em mútua dependência. Inspirando-se no clima ameno e nos céus multicolores do sul da Inglaterra, essa tradição exibiu uma comunidade que se formara no cenário natural, engendrando-se em seus contornos. Com exceção de Hogarth, os pintores ignoraram a cidade e buscaram nos arvoredos e nos campos da velha Inglaterra uma imagem de sociedade a se movimentar em antigos ritmos, como se ainda intocada pela indústria e pelo movimento populacional que começavam a virar o mundo de ponta-cabeça.

Em 1752, Burke publicou *Uma Investigação Filosófica sobre a Origem de Nossas Ideias do Sublime e do Belo*,^[345] livro que abriu os olhos do público pensante para uma visão mais perturbadora do gosto e juízo estético do que a revelada nos cavalos de Stubbs ou nos lagos e vales de Richard Wilson. O belo, segundo Burke, não compreende apenas valor estético; na natureza, gentileza e harmonia se manifestam lado a lado com violência, vastidão e a estranha vacância dos oceanos e dos descampados. Essas coisas impressionantes são menos belas do que sublimes. São lembretes de que, afinal, nada é verdadeiramente estável ou durável e que os habitats humanos podem ser varridos por forças que não controlamos.

O culto do “sublime” foi uma tentativa consciente de situar a atividade humana entre poderes que a ultrapassam. Esse culto fez nascer um interesse passionai pela “natureza selvagem”, pelos planaltos e pelas campinas nos poemas de “Ossian” e nas “Border Ballads”. Também inspirou os romances de Scott e o surgimento do “gótico” na arte, na literatura e na arquitetura – moda satirizada por Jane Austen em *A Abadia de Northanger*. O interesse pelo sublime caminhou de mãos dadas com a consciência de que os santuários naturais se retraíam não porque se tornavam civilizados, mas porque eram destruídos. A Revolução Industrial liberou novas forças no mundo, e o cenário natural só sobreviveria se as pessoas estivessem preparadas para protegê-lo. As pessoas aprendem a apreciar o mundo selvagem depois de tê-lo domesticado, e aquilo que conhecemos como mundo selvagem é, invariavelmente, relevado e policiado por abrigos de vida civilizada, que não se sentem ameaçados.^[346] A arte que celebrou as forças indomáveis da natureza brotou do conhecimento de que a natureza fora domada e feita vulnerável aos abusos humanos. Ademais, havia um lado sombrio da Inglaterra emergente, e a

sorridente paisagem fora traçada sobre ela como um véu. Pinturas como as de Constable e Crome foram ícones de memória, lembretes do que estava em jogo na nova ordem econômica e apelos aos que tinham poder e influência para que fizessem o que estivesse ao alcance para salvar as coisas.^[347] A beleza do Éden inglês conectava-se a uma antiga ordem, e esta fora gravada na memória, embora também idealizada e, portanto, falsificada por aqueles que buscavam se agarrar a ela.

The Compleat Angler, de Izaak Walton, publicado em 1653, pouco antes de *Silva*, de John Evelyn, surgiu da mesma busca por paz e consolo na natureza que se seguiu às devastações da guerra civil. Esse livro inaugurou um gênero literário que desfrutaria três séculos de sucesso: o documentário natural, simultaneamente manual do usuário, rapsódia do sonhador e um apelo para que se respeitasse os modos da natureza para que ela não fosse corrompida. O longo poema de James Thomson *The Seasons*, que apareceu em 1730, descreve, em detalhes adoráveis, o país vizinho da Escócia, onde o poeta fora criado, e seu dialeto foi adaptado por William Somerville em seu poema *The Chase*, de 1735, que deu início à abundante literatura de caça.^[348] Talvez o aspecto mais importante da literatura inglesa sobre o mundo da natureza seja a consciência de protegê-lo dos excessos humanos. Os lamentos da floresta continuaram de Evelyn aos nossos dias. Encontramo-los na *Epistle to Burlington*, de Pope, em “The Tree”, de Anne Winchilsea, nas letras de Cowper, Clare, Campbell e Tennyson, chegando ao “Binsley Poplars”, de Gerard Manley Hopkins, e à poesia de natureza de Basil Bunting, R. S. Thomas e Ted Hughes.

A literatura da natureza entrou em nova fase no fim do século XVIII, quando as pessoas começaram a sentir o impacto da Revolução Industrial. Poucos livros sobre a vida no campo foram mais influentes do que *The Natural History and Antiquities of Selborne*, do reverendo Gilbert White, vigário de Selborne em Hampshire. Reimpresso todo ano desde sua primeira publicação, em 1788, inspirou a fundação, em 1885, da Selborne Society, organização particular que hoje administra uma reserva em Perivale Wood. A preocupação pelos habitats entrou em conflito com o interesse crescente pela agricultura científica e com o desejo de dar à agricultura uma vantagem que compensaria a perda da população rural para as cidades. Arthur Young começou a publicar, em 1784, *Annals of Agriculture*, que tinha como colaboradores Jeremy Bentham, o pioneiro Coke de Holkham e o rei George III (que adotou o *nom de plume* Ralph Richardson, seu pastor de ovelhas).

No fim do século XVIII, foi publicado o *Ensaio sobre o Princípio da População*, de Thomas Malthus, o primeiro dos muitos livros alarmistas sobre o fenômeno do crescimento – neste caso, o crescimento populacional, que se tornara evidente no fluxo em massa para as cidades e na repentina visibilidade das pessoas comuns. A miséria da terra e dos que nela trabalhavam foi uma preocupação central de William Cobbett, fazendeiro e ativista cujo *Rural Rides*, publicado em 1830, resumia duas décadas de ativismo ambiental, mesclado com longos períodos de caça a lebres e raposas. Embora a principal causa de Cobbett fosse a reforma parlamentar, seu ativismo foi contagioso e alimentou o desejo das pessoas de agir contra os danos sociais e ambientais que se tornaram visíveis no despertar da Revolução Industrial.

O exato momento do despertar do movimento de preservação é questão controversa. Talvez o movimento nunca tivesse começado ou tomado a forma que tomou não fosse por duas instituições britânicas: a difusão dos direitos de propriedade e a posição da equidade nas leis. Na Grã-Bretanha, a propriedade da terra e os recursos naturais não se centralizavam no monarca; os grandes proprietários tendiam a viver em suas terras, dedicando muito tempo, energia e dinheiro em melhorias destinadas à consecução de fins ambientalmente positivos, como jardinagem, vilas-modelo e esportes ao ar livre; e a economia rural tinha cedido, desde a Idade Média, espaço suficiente ao pequeno proprietário rural (*yeoman*), que, intuitivamente, mantinha a terra como um lar renovável, o lugar que lhe pertencia por direito.^[349] As antigas leis de usos e costumes – notadamente os direitos de passagem, dos caminhos entre os arvoredos e de áreas comuns – garantiram que a zona rural continuasse aberta, de modo que mesmo as porções cercadas podiam ser cruzadas, geralmente, à vontade. Logo, o desejo do proprietário de manter e embelezar não prejudicou a experiência coletiva de fixação.^[350]

O direito inglês forneceu o conceito usado tanto na preservação das terras da aristocracia quanto para organizar, quando os aristocratas faliram, uma resistência à espoliação. A lei fiduciária permitiu aos proprietários criar pontos de fixação que eram passados de geração a geração, sob a vigência de termos que proibiam sua venda ou destruição. O avanço da Revolução Industrial criara oportunidades para a mineração e outras formas de exploração industrial, que eram negadas ao “inquilino vitalício” por meio do fiducial, obrigando-o a repassar a propriedade ao seu sucessor na mesma condição em que a recebera, enquanto usufruía das rendas ligadas à terra. Numa série de medidas que culminaram na Settled Land Act, de

1882, o governo liberou as propriedades hereditárias do regime fiducial, o que permitiu que o inquilino vitalício as vendesse, de modo que o fiducial passaria a ficar ligado a procedimentos financeiros, em vez de ligado à própria terra. Essa (des)feudalização da economia rural acelerou o crescimento das operações industriais e mineradoras nas áreas rurais e gerou uma preocupação pública sobre o destino da terra e das áreas naturais, tornando-se uma das características mais extraordinárias da cultura vitoriana.

A Settled Land Act foi um decreto parlamentar de cima para baixo, cuja intenção era anular certas provisões das relações fiduciárias. Mas, na época, o conceito de fiducial já havia começado a reagir, à medida que os *oikofílicos* se organizavam para proteger o seu país da destruição. Em séculos de vigência, o direito fiduciário ajudou os povos de língua inglesa a se formar sem se submeter a nenhum poder que não o de si mesmos. Essa tradição legal ofereceu proteção aos “pequenos pelotões” contra o Estado e contra o intruso e salvaguardou também os fundos de caridade, protegendo os estabelecimentos médicos e educacionais particulares dependentes desses fundos. Esse direito torna possível a pronta fundação de uma associação civil tão logo uma decisão para sua organização seja tomada, de modo a dar rapidez diante de uma necessidade de reação. Estabelece uma conexão de *feedback* que avaliará as inovações, oferecendo aos opositores o direito de se reunir imediatamente a fim de levantar os fundos necessários para debelar uma ameaça pressentida.^[351]

A ansiedade pública atingiu um ponto crítico, como ocorrera no início do século XVII, com a destruição das florestas, derrubadas pela exploração madeireira e por proprietários que não faziam o replantio. Por volta de 1851, sociedades de preservação florestal eram formadas à medida que, regionalmente, as pessoas protestavam contra a profanação e começavam a levantar dinheiro para proteger os locais ameaçados, além de fazer campanha para a adoção de proteções legislativas e de pressionar o Parlamento para que tomasse medidas. A causa imediata foi uma lei do Parlamento de 1851 que permitia o cercamento da Floresta de Hainault, previamente sob a jurisdição da “*forest law*”, como uma propriedade da Coroa. A destruição causara tamanha indignação pública que as pessoas da região se reuniram para salvar a floresta, vista como área comum. Seus esforços culminaram na fundação da Commons, Open Spaces and Footpaths Preservation Society, em 1865, e da Society for the Preservation of the Commons of London. Essas sociedades foram capazes de aplicar o antigo direito para áreas comuns no intuito de protegê-las de atividades econômicas destrutivas, mantendo os antigos direitos de

passagem desobstruídos. Esses direitos de passagem provaram ser, a longo prazo, uma das armas mais poderosas para prevenir invasões de larga escala das áreas naturais, uma arma que qualquer pessoa poderia usar nos tribunais, desconsiderando seu *status* social e seus direitos de propriedade. A porção remanescente da Floresta de Hainault foi finalmente salva em 1906, quando assembleias locais e iniciativas de particulares juntaram o dinheiro necessário para comprar toda a área e destiná-la a atividades recreativas. Os *oikofílicos* tiveram ainda mais sorte no caso da Floresta de Epping, ao obter uma injunção contra os cercamentos, e finalmente com a assinatura de uma lei do Parlamento – a Epping Forest Act de 1878 –, que protegia a floresta como área pública.

Leis que protegem a vida selvagem têm uma antiga proveniência, pois foram originalmente concebidas para proteger as reservas de caça, esporte dos monarcas e aristocratas. A notória Black Act de 1723, que considerava crime hediondo – passível de enforcamento – o abate clandestino do veado selvagem, não foi concebida no intuito de conservar uma área comum ameaçada. Todavia sua revogação, em 1872, foi rapidamente seguida pela Ground Act Game, de 1831, cuja intenção era preservar as reservas de caça, proibindo a atividade em certas estações. As Seabirds Protection Acts, de 1869, estendiam as estações de proibição para esportes de tiro na costa marinha; outras leis se seguiram, sob a pressão do público em geral, a fim de assegurar que os animais fossem preservados e as espécies ameaçadas recebessem proteção apropriada. Entusiastas da vida selvagem fundaram a Selborne Society em 1885; logo depois apareceu, em 1889, o que se tornaria a Royal Society for the Protection of Birds. Em parte, essa sociedade foi estabelecida como uma reação contra o hábito das senhoras da alta sociedade de ostentar em seus trajes de passeio penas de pássaros raros. Pouco depois, naturalistas e observadores foram recrutados, e eles se tornaram, durante o século XX, um dos grupos de pressão mais vigilantes em defesa da vida selvagem – e frequentemente em atrito com organizações rivais por causa de seu inevitável favoritismo.^[352] Hoje em dia, com 1500 empregados e mais de um milhão de membros, é a maior associação de preservação ambiental da Europa. Igualmente importantes são as associações locais de preservação e a Game Conservancy Association, associação beneficente particular inaugurada em 1931 como reação dos caçadores de tiro ao decréscimo das espécies de caça. A fundação dessa associação teve um efeito, sobre habitats selvagens, comparável ao da Anglers' Conservation Association na preservação dos rios.

A preocupação com os habitats de outras espécies foi combinada com a preocupação com o habitat dos humanos. Robert Owen, estarrecido com a imundície das favelas industriais, liderou a iniciativa ao fundar a vila industrial escocesa de New Lanark, em 1800 – hoje patrimônio da humanidade –, seguida, quarenta anos depois, por Saltaire, desenhada e fundada por Titus Salt. Essas novas comunidades mostraram como a arquitetura industrial e a arquitetura residencial podiam ficar lado a lado, como o belo podia ser combinado com a produtividade e como novas realidades econômicas podiam ser integradas ao ambiente rural. Augustus Pugin e John Ruskin, igualmente estarrecidos com a destruição de Londres e o descaso diante do patrimônio arquitetônico, não moveram suas campanhas somente para a preservação dos antigos edifícios, mas também para o desenvolvimento de um novo estilo que fosse mais apropriado à era industrial e representasse a continuidade das linguagens medievais, que estavam sendo varridas. Assim, tivemos a reabilitação do gótico, que coexistiu com a reabilitação do clássico por um século ou mais, permitindo aos ingleses conceber e construir as novas cidades do processo industrial, mas, no caso, como habitats genuínos para seus residentes, lugares com os quais as pessoas pudessem estabelecer relações de afeto.

Graças a Wordsworth, Coleridge e às *Lyrical Ballads*, o Lake District tornou-se um símbolo da Inglaterra, o lugar a ser conservado caso nossa ilha retenha sua identidade. Uma proposta feita pela companhia ferroviária Kendall & Windermere para a construção de uma linha para contornar o Lago Windermere foi anunciada na década de 1840. A vitoriosa campanha de oposição à construção da linha foi liderada pelo próprio Wordsworth. Planos subsequentes para a construção de uma linha que atravessaria o distrito para ligar Escócia e Inglaterra pela costa oeste gerou o influente panfleto de Ruskin, no qual o projeto era tratado como sacrilégio, uma subjugação da vida lenta, na qual o homem se sente em casa no mundo, em nome dos novos deuses do vapor e da locomoção.^[353] Ruskin não estava sozinho nessa empreitada. Muitos literatos britânicos se posicionaram contra essas linhas, colocando-se ao lado do antigo modo de vida que elas pareciam ameaçar. Matthew Arnold e Thomas Carlyle escreveram sobre o novo culto do vapor em tom de desprezo. Os “pequenos pelotões” e as iniciativas cívicas como a Guilda de St. George, fundada por Ruskin em 1870, cresceram a tempo de endossar os esforços. Mas a estrada de ferro em Lakeland evocava um fervor particular de denúncia em Ruskin, pois parecia um golpe no coração da Inglaterra.

No fim das contas, a estrada de ferro foi construída e permanece, até hoje, como monumento à engenharia vitoriana e à habilidade arquitetônica. Sua arquitetura foi

influenciada pelo gótico que Ruskin tanto defendia, e seus viadutos e estações são amplamente admirados por sua beleza e pela forma como se harmoniza com a paisagem. Por que a empresa ferroviária deu tanta atenção a esse detalhe e trabalhou tão arduamente para respeitar a paisagem que seus trens cruzariam? A resposta é óbvia: ela foi tomada pela *oikophilia*; via a região das Lakelands como Ruskin a via, isto é, como parte de uma morada compartilhada, e via o seu trabalho como uma melhoria dessa morada. Hoje em dia, olhamos para a estrada de ferro como um meio de transporte de baixo impacto ambiental, que não provoca grandes danos em habitats e áreas rupestres. Sua presença na paisagem, agora que estamos acostumados, não viola o habitat – na verdade, intensifica nosso apego ao lugar. Uma das mais famosas invocações de tranquilidade rural na poesia inglesa – “Adlestrop”, de Edward Thomas – descreve uma estação de trem no interior vista de um trem.

O trabalho de preservação não ignorou o Parlamento, mas foi nutrido fora dele, crescendo do espírito público dos cidadãos comuns. Recebeu algum endosso de pessoas e instituições que se consideravam de centro-esquerda, como William Morris, a Irmandade Pré-Rafaelita, Richard Jefferies e, posteriormente, Hugh Massingham. Mas nada teve em comum com o tipo de movimento de massa que os socialistas ansiavam; de fato, no tocante aos movimentos de esquerda da época, os socialistas se dedicavam à causa da transformação revolucionária, frequentemente associada aos esquemas futuristas de larga escala, como os que eram defendidos nas internacionais socialistas.

O espírito preservacionista inglês percorreu todas as instituições da sociedade civil, materializando-se em centenas de iniciativas locais. O trabalho das associações naturalistas na preservação dos habitats e das áreas verdes foi parcialmente documentado por Oliver Rackham num livro extraordinário que mostra a forma na qual a homeostase do interior da Inglaterra foi mantida, no decorrer de duzentos anos de profundas transformações socioeconômicas, por meio de iniciativas das próprias pessoas, que nada ou pouco deveram ao Estado.^[354]

As iniciativas culminaram, em 1895, na fundação da National Trust por três filantropos vitorianos: Senhorita Octavia Hill, uma antiga ativista ambiental e discípula de Ruskin, Sir Robert Hunter e Hardwicke Rawnsley. Eles estabeleceram a fundação como “guardiã da nação”, cujo intuito era adquirir e proteger áreas costeiras e do interior ameaçadas por um descontrolado processo de desenvolvimento e industrialização. A National Trust não era e nunca foi uma

organização governamental, e chamá-la de ONG seria falsificar completamente o seu caráter moral. Trata-se de uma associação civil que concede privilégios a seus dois milhões de membros atualmente e se dedica a oferecer um exemplo nacional de intendência zelosa. Seus membros não são mobilizados em torno de campanhas, mas estabelecidos por um interesse comum que é sempre renovado com visitas aos lugares mantidos pela fundação. Por certo, não compreendem mais um pequeno pelotão, mas caracterizam-se, não obstante, como instituição civil, expressão do *Heimatgefühl* de um povo e de um território.

Durante o famoso “orçamento do povo”, de 1909, Lloyd George, então chanceler do Tesouro, introduziu pesadas tributações sobre o imposto sucessório. Muitas famílias rurais – fornecedoras da vulnerável classe de oficiais da Primeira Guerra Mundial – foram repetidamente taxadas em suas terras nos casos de morte de seus membros em combate. No fim da guerra, muitas das propriedades, que haviam sobrevivido até o século XX, encontravam-se em estado de falência. Esses encargos “*causa mortis*” são controversos, e muitos economistas sustentam que têm efeito negativo sobre a poupança e sobre os pequenos negócios, uma vez que favorecem a propriedade corporativa em detrimento da propriedade individual, contribuindo assim para a “corporativização” das sociedades modernas.^[355] Sem tomar partido nessa controvérsia, é razoável sugerir que a política de Lloyd George dilapidou uma das mais importantes reservas de capital social e cultural investido no meio ambiente. Todavia as iniciativas cívicas entraram em ação a fim de salvar o que poderia ser salvo. A National Trust, que já preservara a área costeira da destruição, passou a preservar as propriedades rurais do país. Para a fundação e seus membros, a propriedade de terra constituía um símbolo de povoamento. A despeito de suas associações aristocráticas, a propriedade rural inspirara o povo inglês, que se convencera de tê-la como um recurso estável, onde a tranquilidade da natureza e a tranquilidade do bom governo estão sintetizadas e dispostas harmonicamente na sociedade. Dessa forma, institucionalizava-se um sentimento dominante na vida pública britânica por dois séculos: a terra como “paisagem humana”, simultaneamente natureza e civilização, área comum e cercamento, lugar de liberdade e um símbolo da lei.

A iniciativa da National Trust foi uma das causas pelas quais o interior da Inglaterra ainda existe, embora não tenha sido a única. Em 1915, o Women’s Institute foi fundado com o objetivo de revitalizar as comunidades rurais e encorajar as mulheres a se envolver na produção de alimentos durante a guerra. Foi seguido, em 1929, pela Youth Hostel Association, estabelecida com o intuito de

encorajar os jovens a percorrer o interior, adquirindo o compromisso de conservá-lo. Na sequência, em 1931, tivemos o National Council of Ramblers' Federations – com uma agenda mais política, contudo: chamar a atenção pública e se opor aos direitos excludentes da aristocracia, ainda exercidos em certas terras.

A proliferação de iniciativas de preservação do meio ambiente rural foi casada com iniciativas semelhantes de conservação dos centros históricos de cidades e vilas. Movimentos em defesa dos antigos edifícios já estavam em pleno vigor na época do influente relato de Pugin sobre o estrago feito à Londres medieval em *Contrastes*, publicado pelo próprio autor em 1836. Em 1849, Ruskin lançou seu grande clássico *As Sete Lâmpadas da Arquitetura*, no qual escreveu: “Saber se devemos ou não preservar os edifícios do passado não é uma questão de conveniência do sentimento. Não temos nenhum direito de tocá-los. Não são nossos. Pertencem, parcialmente, aos que os erigiram e, parcialmente, a todas as gerações que nos seguirão”. Naturalmente, essa defesa burkiana de Ruskin do patrimônio urbano teria soado menos plausível se as edificações em questão fossem as que hoje são herdadas pelos moradores dos subúrbios de Moscou. Ainda assim, a observação foi feita. A Society for the Protection of Ancient Buildings foi fundada por William Morris e Philip Webb em 1877. Ela inspirou gente de todo o país a resistir à demolição dos centros históricos e restaurar as igrejas e os prédios públicos que precisavam de reparos. Em 1882, Sir John Lubbock conseguiu a aprovação de uma lei parlamentar para a proteção dos monumentos antigos, o que levou à fundação da Royal Commission for Historical Monuments, em 1908.

Enquanto isso, em parte como resultado de influências disseminadas da França pós-revolucionária, o planejamento metropolitano se tornou assunto capital nas questões públicas. Em 1899, Sir Ebenezer Howard formou a Garden City Association com o fim de defender uma nova forma de conurbação que fosse livre da superpopulação e da poluição dos cortiços vitorianos, revivendo uma ideia que fora considerada por John Evelyn em 1661.^[356] Essa instituição finalmente se transformaria na Town and Country Planning Association, de 1941, juntando forças com outras associações cívicas no intuito de pressionar a elaboração de leis de planejamento que restringissem o desenvolvimento tanto na cidade quanto no interior. Hoje essa associação é um dos grupos que mais atuam na adoção de “cidades ecológicas” de desenvolvimento sustentável. A Campanha para a Preservação (posteriormente Proteção) da Inglaterra Rural (CPRE), lançada em 1925 e hoje com filiais em todo o país, faz tudo o que é possível para promover a “beleza, tranquilidade e diversidade do interior”.

Os esforços da CPRE foram impulsionados pelo historiador G. M. Trevelyan, cujo livro *Must England Beauty Perish?*, publicado em 1926, foi para o grande público um alerta contra as ameaças advindas do alastramento da malha urbana e o subsequente crescimento da malha rodoviária. O alerta de Trevelyan foi amplificado em 1928, quando o arquiteto Clough Williams-Ellis, fundador da cidade-modelo de Port Merion, em Gales, publicou *England and the Octopus*, em que descreveu o perigo, para as cidades e para o campo, das filas de edifícios construídos ao longo das principais estradas e entre as conurbações. As preocupações de William-Ellis, como as de Trevelyan, eram essencialmente estéticas, mas o livro fornece uma ilustração eloquente do papel dos valores estéticos na proteção ambiental. Agricultura sustentável, habitats naturais e preservação das fontes de energia estão todos ameaçados por essas malhas urbanas, e a iniciativa de William-Ellis foi uma das mais profícuas empreitadas do pré-guerra na preservação de inúmeras áreas ambientais da Inglaterra. Em 1938, quando a situação deteriorava rapidamente, ele reuniu alguns dos autores mais eminentes da época, como E. M. Forster, A. G. Street, G. M. Trevelyan e H. J. Massingham, para produzir *Britain and the Beast*, livro que influenciou profundamente o pensamento do governo e gerou a Town and Country Planning Act, de 1946, criando os cinturões verdes, proibindo construção de edifícios ao longo das principais estradas e estabelecendo restrições nacionais nas áreas rurais. Comparando a Inglaterra de hoje com a Holanda e a Bélgica, o resultado é uma acentuada percepção dos benefícios que advieram da lei de 1946. E não é de estranhar que as provisões dessa lei foram erodidas por um governo hostil tanto à política do “não mexa no meu quintal” da classe média quanto às terras que detêm a marca de moradores privilegiados, que tiveram tempo e presciência para se dedicar à manutenção de seu habitat.

Quando meu pai percebeu o estrago que se impunha em sua cidade e nos arredores por empreendedores forasteiros e políticos desenvolvimentistas, ele formou a High Wycombe Society, cuja intenção era salvar o lugar que abrigava o seu lar. Em um ano a sociedade comportava quinhentos membros, organizava reuniões regulares e dispunha de um programa que foi vitoriosamente conquistado após petição no Parlamento. Eles não conseguiram salvar tudo; mas salvaram o suficiente para garantir que High Wycombe continuasse a ser um lar para os que lá viviam, e a sociedade que leva seu nome prosseguiu no trabalho de proteção, tanto da cidade quanto de seus arredores rurais. Outra iniciativa louvável foi a de Robin Page, apresentador de TV e antigo fazendeiro que, para proteger seu vilarejo natal,

perto de Cambridge, fundou o Countryside Restoration Trust, devotado às práticas agrícolas sustentáveis, que se tornaram modelo para fazendeiros em todo o país. O consórcio fundado por Page continuou a adquirir terras, e hoje é um dos símbolos mais importantes do que pode ser feito por cidadãos comuns, independentemente de políticas governamentais.

A reação ao planejamento de cima para baixo e à urbanização modernista foi recentemente adotada em uma notável iniciativa privada – a do príncipe de Gales em Poundbury, uma nova cidade construída em terras do duque de Cornualha. Antes da iniciativa, as cidades inglesas surgidas no pós-guerra haviam sido construídas por meio de decretos governamentais que previam maciças aquisições compulsórias e planos impostos de cima para baixo por grandes corporações. Arquitetos modernistas – que tratam as pessoas como números e são, conseqüentemente, favorecidos por burocratas que pensam da mesma forma – foram designados para fornecer os caixotes de concreto às massas e conceber os centros das cidades como passeios lúgubres onde, entre escarpas de vidro e concreto, são exibidos artigos de luxo da cultura do consumo. O paradigma foi a cidade de Milton Keynes, iniciada em 1967 e influenciada pelo conceito centrífugo de desenvolvimento urbano de Melvin M. Webber. O amontoado resultante abriga uma população que, embora seja dois terços da de Florença, cidade que você cruza a pé, se espalha por uma área de 228 quilômetros quadrados de poluição estética, absorvendo e extinguindo vilarejos, cidades e propriedades rurais num emaranhado de vias e rotatórias, com uma população presa em pequenos glóbulos entre furiosas correntes de carros. Completamente dependente de combustíveis fósseis e com um centro que só pode ser reconhecido como tal por sua gritante feiura, a “cidade” se torna um desastre ecológico de primeira grandeza, um monumento ao planejamento estatal. Poundbury, pelo contrário, é pequena, compacta, dotada de um planejamento centrípeto que deixa cada proprietário livre para construir dentro de padrões estéticos. Não há zoneamento, e as residências se localizam lado a lado dos negócios e das lojas, como em Florença. Imensamente popular entre moradores e turistas, Poundbury foi atacada por todos os lados pelo *establishment* arquitetônico, uma vez que é a prova viva de que os caríssimos e monumentais esquemas dos quais os modernos arquitetos vivem não são desejados nem necessários. Compare Poundbury e Milton Keynes e verá, de forma vívida, como iniciativas cívicas motivadas pelo sentimento de *oikophilia* diferem dos projetos estatais implantados sob o tacão de *lobbies* poderosos.

Durante o século XX as estradas ocuparam, no pensamento preservacionista, o lugar das estradas de ferro no século XIX. Agora, a briga era salvar os serviços ferroviários, em grande parte condenados em dois obtusos relatórios, de 1963 e 1965, preparados por Richard Beeching, então presidente da companhia nacionalizada, por meio da qual o Estado exercia controle monopolista sobre o sistema ferroviário. A luta para salvar as linhas vicinais esteve lado a lado com outro embate: impedir a construção desmedida de estradas ou, de qualquer forma, garantir que elas não destruíssem habitats valiosos e o belo interior. Nenhum dos embates teve êxito; tanto o governo conservador, que comissionou os relatórios Beeching, quanto o governo trabalhista, que tomou medidas baseadas no relatório, estavam completamente comprometidos com os *lobbies* das construtoras de estradas para levar em conta quaisquer outros interesses. Esses embates ilustram, uma vez mais, a natureza das disputas ambientais na Inglaterra. De um lado os “pequenos pelotões” e as associações cívicas; de outro, planejamento governamental, apropriação compulsória e decisões ministeriais tomadas sem consulta, frequentemente sob a pressão dos grandes negócios (conservadores) ou dos sindicatos (trabalhistas).

Em quase todas as controvérsias em que o meio ambiente da Inglaterra esteve em jogo, lares e habitats estiveram ameaçados tanto pelos planos de ação do governo quanto pelas ambições de empreendedores privados, ao passo que o trabalho de preservação é sempre iniciado pelas associações civis, que passaram a receber apoio do governo somente *depois* que alteraram a percepção pública. Dizer isso não significa tomar partido contra o governo. É dever do governo arbitrar e, se possível, reconciliar interesses concorrentes. No entanto, isso confirma a tese deste livro de que a proteção ambiental vem da *oikophilia*, e não dos que usam dinheiro, influência e poder político para impor projetos de larga escala e autoritários.

Por vezes, os esforços das associações civis são desconsiderados como interesse da classe média e dos proprietários de casas de campo, e não devemos ignorar esse ceticismo. Ele ressoa em muitas pessoas e existe uma verdade nele contida. Faz parte de uma vida plena amar os arredores onde se vive; e faz parte do amor resistir às mudanças inéditas. Mas não podemos considerar nossas ações em relação ao passado baseando-nos somente numa resistência. Precisamos de uma filosofia da preservação que faça a distinção entre políticas que preservam a vida de uma nação e as que meramente conservam aquilo que já está morto. Afinal, nenhuma preservação faz sentido se direcionada *apenas* ao passado. É para o bem das futuras gerações que fazemos essas coisas. Essa é a mensagem de Burke e a mensagem deste

livro. A história dos movimentos de conservação na Inglaterra sugere que uma filosofia como essa não será moldada pelo governo ou por suas agências. Surgirá da mesma forma que apareceram todos os movimentos ambientais vitoriosos, ou seja, por meio de livres associações de cidadãos que trabalham em conjunto para restaurar os sistemas homeostáticos, destruídos ou perturbados por políticas governamentais equivocadas.

A história recente fornece numerosos exemplos dessa tendência. No início da Segunda Guerra Mundial, a Luftwaffe tirou fotos aéreas de toda a ilha, como preparação para uma invasão. Como Oliver Rackham mostrou, os campos, as cercas vivas, os bosques e a vegetação capturados nessas fotos correspondiam às características apontadas em nossos mapas mais antigos.^[357] Apesar dos cercamentos, transferências e mudanças nas práticas agrícolas, o interior da Inglaterra permanecera praticamente intocado, ainda que ameaçado pelas estradas, pelos veículos a motor e pelo desenvolvimento da malha urbana. Porém ele reteve sua forma tradicional como hábitat, onde as sebes e a vegetação fornecem proteção para as espécies nativas e onde bosques e campos foram usados de forma sustentável. Embora o desenvolvimento urbano prosseguisse durante os séculos XIX e XX em ritmo sempre crescente, é geralmente aceito que a destruição da natureza não se tornou realmente séria até a chegada da agricultura moderna e que houve determinação do Estado de impor essa prática por meio de um regime de subsídios e de controles de tolerância zero.

A transformação do pós-guerra foi pesquisada e deplorada por autores de todas as tendências políticas. Para ficar com os mais conhecidos: W. G. Hoskins, *The Making of the English Landscape*, 1955; Richard Mabey, *The Common Ground: The Place for Nature in Britain's Future*, 1980; Marion Shoard, *The Theft of the Countryside*, 1980; Sir Richard Body, *Agriculture: The Triumph and the Shame*, 1982; Graham Harvey, *The Killing of the Countryside*, 1998. Esses autores defendem, energicamente, a visão de que a agricultura moderna foi muito mais destrutiva para a terra e sua história – hábitats, biodiversidade, arqueologia e espécies nativas – do que o desenvolvimento urbano. Mas não devemos nos esquecer de que a destruição do tecido urbano, no período imediatamente seguinte ao pós-guerra, foi tão devastadora quanto a destruição dos campos. Esses foram os dias de glória da *oikophobia* – um sorriso sarcástico de repúdio ao passado, um sarcasmo patrocinado pelo governo. As assembleias das cidades e o governo central se aliaram com profanadores de nossas cidades antigas, empurrando a classe trabalhadora para viver nos poleiros da Bauhaus acima das ruínas. Coventry, uma

das mais extraordinárias cidades medievais, perdera 30% de suas casas de estrutura de madeira como resultado dos bombardeios alemães; foi o conselho da cidade que tratou de se livrar do resto; e esse exemplo não é atípico.^[358] Infelizmente, embora a Lei de Planejamento da Cidade e do Campo de 1946 tenha colocado um freio no alastramento urbano, ela não poderia salvar as próprias cidades, que ficaram, muitas vezes, nas mãos de conselheiros corruptos e *oikofóbicos* vingativos.

A destruição da agricultura tradicional teve início no despertar da Primeira Guerra Mundial com a introdução de métodos mecanizados de larga escala e com a aquisição de propriedades falidas por especuladores. Essas mudanças tiveram de enfrentar, na época, fortes reações – que levaram ao movimento da agricultura “biodinâmica”, iniciada na década de 1920 por Rudolf Steiner. Mas a destruição se acelerou depois da Segunda Guerra Mundial, quando o governo passou a subsidiar práticas agrícolas consideradas mais eficientes, que, como fábrica de alimentos, fariam uso mais eficiente da terra. O objetivo era garantir que o país não mais sofresse as privações sentidas na guerra; o resultado é que agora o país importa 50% de seus alimentos, e muito possivelmente não sobreviveria a um bloqueio.

Os subsídios não apenas direcionaram os agricultores para que plantassem desconsiderando a capacidade do solo; eles também premiavam os fazendeiros que arrancassem sebes, coberturas e tudo mais que transformasse o hábitat compartilhado da fazenda em recinto industrial. Além do mais, aumentaram o valor da terra, de modo que as quantias pagas pelo pequeno proprietário deixaram de ser viáveis, e o grande agronegócio recebeu passe livre para controlar toda a agricultura. O interior da Inglaterra começou a ser administrado por proprietários ausentes – pessoas cujo sentimento de *oikophilia*, embora genuíno, não era suficiente para proteger um meio ambiente no qual não viviam. De mãos dadas com o regime de subsídios veio a nova produção “científica” de alimentos, que se vale de fertilizantes artificiais e pesticidas. O declínio catastrófico da população de insetos e pássaros que imediatamente se seguiu – e ganhou notoriedade com o livro de Rachel Carson *Silent Spring*, de 1962, que inaugurou o movimento ambiental como hoje o conhecemos – foi apenas uma das consequências de um estilo de agricultura que fraturou a antiga conexão de cultivar os campos e neles viver.

As provisões da Agriculture Act de 1947 removeram os dispositivos de autocorreção, em nome do que foi visto, na época, como “progresso”. Elas garantiam aos ausentes que lucravam que não responderiam pelos custos da pilhagem ambiental, não veriam os estragos por eles provocados, tampouco seriam

incomodados. Suas iniciativas seriam tratadas como agronegócios corporativos. Curiosamente, todavia, as associações civis se expandiram no intuito de enfrentar essa nova situação de emergência e restaurar a homeostase. A mais famosa delas – a Soil Association, fundada por Lady Eve Balfour e outros em 1946 – foi vista por muitos como uma sociedade de nostálgicos caquéticos. Atualmente, essa associação aconselha governos num esforço conjunto de desfazer o estrago feito pelos predecessores, e tem o direito, conferido por leis nacionais e europeias, de autorizar procedimentos de correção. O exemplo oferece uma prova vívida dos méritos reativos das associações civis e de alguns decretos governamentais na proteção de objetivos ambientais.

Os governos do pós-guerra trataram a agropecuária como vasto experimento de administração da terra, com leis proibitivas para uma coisa e subsídios para outra, a fim de gerar resultados que ninguém poderia prever ou garantir. Igualmente nefasta foi a *Common Agricultural Policy* (CAP) da União Europeia, uma instância que absorve um orçamento de 50 bilhões de euros por ano para atingir metas cada vez mais modestas sob orçamentos cada vez mais inflados. Essa política foi inicialmente defendida como um esquema de dois propósitos: (1) tornar a Europa autossuficiente na produção de alimentos, e (2) dar apoio ao pequeno proprietário, cujo *status* como símbolo da paz, da estabilidade e da beneficência europeia tinha sido tema constante da propaganda de guerra. A autossuficiência foi atingida, em grande parte em decorrência das mudanças globais, embora provavelmente não sustentáveis em seus métodos agrícolas; mas a primeira vítima dos novos procedimentos foi justamente o pequeno proprietário, muito mais prejudicado do que favorecido pelas políticas da CAP.

Como destaquei, subsídios agrícolas empurram os preços para cima e, assim, inflacionam o valor do aluguel da terra, o que acaba impondo um ônus ao pequeno produtor arrendatário, ao passo que favorece os grandes proprietários e os investidores urbanos do agronegócio. Logo, embora a UE financie mais de 100 mil agricultores e seus agronegócios, os cem maiores destinatários recebem acima de 23% do total, enquanto os 50% da base ficam com 2,6% do total – o que significa dizer que as políticas da CAP têm servido para marginalizar os pequenos produtores: na verdade elas os conduzem rapidamente à extinção. Ademais, a CAP mantém os preços dos alimentos em níveis artificialmente elevados por toda a Europa, o que gera um gasto extra anual em torno de 1.500 euros por família. É responsável, ainda, pela produção de grandes excedentes e recorre ao *dumping* nos mercados internacionais, o que acaba prejudicando outros centros produtores de

alimentos. E destrói as economias baseadas na produção local de alimentos em todo o continente europeu ao impor exigências às quais apenas as redes de supermercado e o agronegócio podem facilmente se adequar. Por exemplo as exigências relativas ao abate de animais, aos procedimentos de embalagem e ao armazenamento de produtos hortifrúti que os pequenos produtores da Polônia, da Romênia ou da Hungria não conseguem cumprir. Essas políticas, portanto, destroem aquilo que, até então, caracterizava um estilo de vida rural ambientalmente amigável, preservado na sombra das vicissitudes dos grandes empreendimentos agrícolas.

Curiosamente, políticas de regulamentação agrícola subsidiada foram adotadas em todo o mundo, ainda que os custos ambientais estejam hoje aparentes aos envolvidos: desaparecimento das pequenas propriedades agrícolas e das pequenas regiões produtoras; geração contínua de supersafras; práticas de dumping; desperdício, erosão e esgotamento do solo; destruição dos habitats naturais e de corredores de vida selvagem; declínio da biodiversidade; etc. Resumindo, a obliteração da vida que brota na superfície do solo e sua substituição pelo verniz químico^[359]. Além dos subsídios oficiais que favorecem o grande produtor e das regulamentações que apenas estes conseguem bancar, temos ainda os subsídios ocultos oferecidos aos distribuidores e centralizados na forma de infraestrutura de escoamento, isenções e requerimentos especiais. O resultado é o declínio terminal do centro produtor local e da arte da intendência zelosa por ele promovida.

Esse declínio foi tão bem documentado por Mabey, Shoard, Harvey e outros que não é necessário revisá-lo aqui. Brevemente, um meio ambiente que permanecera em equilíbrio homeostático por mais de dois séculos, em meio a um acelerado crescimento populacional e uma estrondosa expansão industrial, foi completamente destruído em cinquenta anos de grandes projetos de planejamento bem-intencionado. O exemplo da Inglaterra não é único. Nos Estados Unidos, uma catástrofe semelhante foi documentada por Wendell Berry e outros.^[360] Num artigo notável baseado num relatório técnico de Charles Ricq, Tony Curzon Price mostrou os efeitos sobre a paisagem alpina comparando duas formas distintas de administração em dois vales vizinhos: a administração francesa feita de cima para baixo e a administração suíça de participação democrática, na qual a população está envolvida em cada estágio do planejamento de seu meio ambiente.^[361] Price mostra em detalhes como a tragédia dos comuns é encenada no regime adotado na França, ao passo que é evitada, em grande parte, na Suíça, uma vez que são os próprios moradores que estabelecem os consensos e as soluções que beneficiarão a todos.

Com efeito, o belo é tratado, pela comunidade suíça, como um bem comum, logo é administrado segundo um regime semelhante aos casos estudados por Elinor Ostrom. Na França, o belo é tratado como recurso a ser explorado pelos que conseguem pôr as mãos nele e se mostram capazes de garantir a proteção das estruturas políticas. Por conseguinte, enquanto o vale suíço é ainda muito bonito e popular, repleto de turistas, o vale francês decai a olhos vistos. O efeito positivo das iniciativas locais e das coalizões entre bairros e distritos na Dinamarca foi tema de um estudo semelhante realizado por Paul Hirst.^[362] A história extraordinária do Grupo da Biblioteca Quincy, como relatada por Mark Sagoff, mostra como um problema ambiental, tratado de modo lastimável por *lobbies* que buscam medidas regulatórias de cima para baixo, foi resolvido por meio de uma iniciativa cívica capaz de gerar soluções consensuais entre as partes.^[363]

O exemplo de Sagoff deve ser visto como mais um episódio na longa história da *oikophilia*, uma história bem diferente do modelo inglês. Ao observarmos o que Jefferson construiu em Monticello, não há como duvidar de que o terceiro presidente dos Estados Unidos fosse um *oikofílico* que deixou uma marca permanente no solo da Virgínia. Todavia a paisagem jeffersoniana é uma importação europeia, e está longe do que mais tem caracterizado o amor americano pela natureza. Da expedição de Lewis e Clark, em 1805, à fundação do Sistema Nacional de Trilhas, em 1968, os sentimentos dos americanos pela natureza se associam à experiência da fronteira: localizar-se no limiar com a civilização atrás de você; com a imensidão selvagem à frente. “Na imensidão selvagem está a preservação do mundo”, escreveu Thoreau, e embora *Walden* descreva um lugar domesticado, o escritor vê um local que o apequena e o reconduz a seu lugar apropriado (e subordinado) no esquema das coisas. Esse sentimento, expressado por John Muir em seu panegírico religioso ao Vale de Yosemite, levou à fundação do Yellowstone National Park, em 1872, do National Park Service, em 1916, e da Wilderness Society, em 1935.

Esse sentimento é prontamente explicado quando lembramos que a paisagem dos Estados Unidos foi incorporada pelos colonizadores e retirada dos indígenas, exatamente no momento em que novos métodos industriais de produção floresciam nas cidades e se espalhavam pelas linhas ferroviárias até as fronteiras mais remotas do país. Havia poucos povoamentos, e os que existiam não estavam sob ameaça das novas comunicações das quais dependiam – pelo contrário, os bens e o conhecimento que chegavam, juntamente com a estrada de ferro, ampliaram a *oikophilia* dos novos moradores e superaram o seu sentido de isolamento. O que

estava sob maior ameaça era justamente a “imensidão selvagem”, aquele restante parcialmente mítico de interação entre indígenas e animais de caça, ao qual o homem branco chegara sem ter sido convidado. Essa imensidão selvagem foi adoravelmente descrita por James Fenimore Cooper em *O Último dos Moicanos* e maravilhosamente pintada pelos artistas da Escola do Rio Hudson. Foi invocada por Muir, Emerson e Thoreau como a experiência sagrada da aventura americana, e seus sentimentos foram absorvidos pela elite intelectual americana na segunda metade do século XIX, do mesmo modo que os sentimentos bastante distintos de Ruskin pelos Lakelands e pelas antigas cidades europeias foram absorvidos por seus contemporâneos ingleses.

O Sierra Club foi fundado por John Muir e outros em 1892. Tinha inicialmente papel comparável ao do English National Trust, fundado três anos mais tarde. Atualmente, o Sierra Club compreende 1,3 milhão de membros. Todavia, diferentemente do English National Trust, que permaneceu como associação civil sem objetivos ativistas, o Sierra Club se tornou uma ONG ativista dedicada à defesa dos santuários selvagens e das paisagens ameaçadas. Os vales de pastagem e as casas ancestrais mantidas na Inglaterra pelo National Trust, em benefício de seus membros, têm análogos nos Estados Unidos, especialmente na Virgínia de Jefferson; mas, em sua maior parte, eles estão sob a proteção de agentes privados e raramente são protegidos por campanhas de preservação. Em vez de dedicar-se às pequenas ecoesferas, o Sierra Club se identifica com as grandes “causas” ambientais. Essa organização editou o livro de Paul Ehrlich *A Bomba Populacional* (1969), que deu início a uma das crises de pânico coletivo que comentei no capítulo 2. Hoje o clube atua na linha de frente contra a exploração madeireira e pecuária e contra o alastramento urbano. Mas seu caráter é pacífico: tornou-se educador ambiental do público americano. O grande fotógrafo Ansel Adams, cujas imagens da paisagem dos Estados Unidos têm sido tão influentes quanto as pinturas da Escola do Rio Hudson, atuou por 35 anos como membro do conselho do Sierra Club, e por meio de seu trabalho e de outros associados esse clube teve papel de destaque para familiarizar o homem americano comum com os maravilhosos tesouros cênicos e com a vida selvagem de seu país, dos quais é herdeiro.

Dadas as grandes diferenças históricas e geográficas, não deveria nos espantar saber que os ambientalistas americanos raramente dividem com os ingleses a mesma predileção por casas de campo e grandes propriedades ajardinadas, e se devotem, em vez disso, à contemplação e preservação da vida selvagem.^[364] Crucial na definição das questões foi George Perkins Marsh, cujo livro *Man and Nature*,

publicado em 1864, defendia a preservação das florestas contra os madeireiros. Marsh participou ativamente do movimento para a criação de parques nacionais. Ele também era um erudito. Seu livro *The Earth as Modified by Human Action* apoiava fortemente a intervenção governamental na proteção do meio ambiente contra predadores, no intuito de garantir a renovação dos recursos naturais. Desde então, a questão da exploração da madeira e do desmatamento tem sido preocupação central dos ambientalistas americanos, e grupos ativistas usam a Endangered Species Act para garantir a proteção das áreas florestais e de seus habitats.

Todavia, da mesma forma que ocorreu na Inglaterra, o movimento ambiental americano foi conduzido pela sociedade civil, com posterior participação do Estado em resposta às exigências moldadas por grupos voluntários. A Agência de Proteção Ambiental (EPA) foi estabelecida somente em 1970, e, embora seu regime regulatório forneça garantias contra as piores formas de poluição, essa agência tem confiscado a *oikophilia* dos americanos ao promover regulamentações que deixam pouco ou mesmo nenhum espaço para conciliações.^[365] Algumas de suas iniciativas cívicas mostraram certa inclinação política, e, durante os anos 1970, o Earth First!, rebento intelectual do montanhista David Foreman, declarou guerra à ordem estabelecida e partiu em cruzada para expulsar madeireiros e rancheiros das terras que supostamente estariam espoliando. Foreman foi influenciado pelo romance *The Monkey Wrench Gang*, de Edward Abbey, em que o autor exalta a resistência violenta em defesa das árvores e dos espaços selvagens. Em 1985, Foreman publicou *Ecodefense: A Field Guide to Monkeywrenching*, no qual dava conselhos de caráter dúbio e supostamente ilegais aos que desejassem dar trabalho aos madeireiros e rancheiros. A Earth First! foi também uma das muitas organizações ambientais que se empanturraram de sentimentos advindos da contracultura e do movimento *beatnik*, que floresceram nos Estados Unidos no início dos anos 1960.

No entanto esses movimentos ativistas não deveriam nos enganar. Eles são a exceção e não a regra. Em grande parte o trabalho de proteção ambiental nos EUA é obra de voluntários pacíficos da classe média, animados por sentimentos românticos pela “imensidão selvagem” e incansáveis na limpeza e preservação, no plantio e na manutenção e exibição da paisagem a viajantes sensíveis em busca da própria alma. A The Wilderness Society foi fundada em 1935 e hoje conta com mais de 350 mil membros, que se dedicam a proteger e visitar santuários intocados e a defender a vida selvagem dos efeitos adversos da civilização. Entre os fundadores da sociedade estão Aldo Leopold, cujos escritos em defesa do “ecocentrismo” inspirou

toda uma geração de ambientalistas depois da Segunda Guerra Mundial, e Benton MacKaye, criador das Appalachian Trials, em 1921, e o primeiro ativista contra o alastramento urbano.

Essa abordagem fascinada pela preservação da vida selvagem tem, por outro lado, certo caráter contraditório. Como disse Bernard Williams, “um parque natural não é a natureza, mas um parque; uma imensidão selvagem preservada é uma imensidão definida e limitada. O paradoxo é que temos de usar nosso poder para preservar um sentido daquilo que não se encontra sob nosso poder.”^[366]

Talvez possamos viver com esse paradoxo, da mesma forma que um homem pode viver com a imagem da garota pura e inocente com a qual se casou e, assim, tratar sua esposa ainda melhor porque a vê através de um véu criado por ele. Todavia existem pontos realmente negativos na obsessão pela vida selvagem, além de sua fragilidade epistemológica. A antiga doença do favoritismo pode dar origem a certo desequilíbrio ecológico – como no caso da coruja-pintada do norte, que está sob a proteção da Lei das Espécies Ameaçadas, cuja presença ocasional paralisou por completo a indústria madeireira em grandes porções da costa noroeste do Pacífico, impedindo a extração e o replantio. O custo financeiro disso é enorme. O custo ecológico não é menos grave.^[367]

De forma semelhante, o National Park Service sofre os efeitos negativos dos controles de cima para baixo, e repetidas queixas afirmam que o Yellowstone National Park, por exemplo, já não é uma região selvagem, mas um cenário manipulado pelo homem e privado dos predadores necessários, como os lobos, dos quais o lobo-cinzento, uma das espécies, foi levado à extinção; com florestas protegidas de incêndios naturais e, portanto, incapazes de se regenerar e debilmente protegidas diante das espécies invasoras que penetram cada nicho ecológico.^[368] Por outro lado, como consequência de uma dinâmica conduzida por voluntários diante dos patrimônios públicos dos Estados Unidos, essas queixas, uma vez feitas, tornar-se-ão motivo para alguma iniciativa cívica. Logo, complementando o programa federal, existe hoje uma fundação privada do Parque Yellowstone, responsável por novas medidas na preservação do frágil ecossistema do parque.

Uma desvantagem ainda maior da obsessão pela vida selvagem é a comparativa negligência em relação ao hábitat humano. O meio ambiente não é visto como o lugar onde estamos, e onde nos fixamos, mas como o *outro* lugar – o lugar indomado aonde vamos em busca da alma, como fez Thoreau. Para os amantes da vida selvagem, o verdadeiro *oikos* é um lugar de solidão, onde se entra em

comunhão com uma natureza não humana. Esse é o tipo de sentimento invocado por Leopold e reafirmado no conforto de condomínios ajardinados pela cultura da *National Geographic*, que governa tanto a mesa de centro quanto a tela da TV. Não obstante, um sentimento real de *oikophilia*, assim como a caridade, começa em casa. É precisamente nesse sentido que o movimento ambiental americano se mostra deficiente. O alastramento urbano é apenas parte do problema; muito mais sério, a meu ver, é o colapso da cidade interna sob o impacto das leis de zoneamento, dos estilos arquitetônicos desumanos e da guetização da vida urbana.

Uma vez mais, todavia, deveríamos reconhecer que um problema não é posto em destaque até que iniciativas cívicas se proponham mitigá-lo. Como reação à cultura da vida selvagem, surgiu uma cultura agrária representada por escritores como Wendell Berry e Allen Carlson, e por associações como a National Family Farm Coalition e a Food Family Farming Foundation.^[369] Como reação à devastação urbana surgiu o novo movimento urbanista aqui discutido, que foi antecipado pelo desenvolvimento seminal do Country Club House de J. C. Nichols, em Kansas City. Em 1912, pouco depois de o idioma do arranha-céu se estabelecer em definitivo, Nichols fez um discurso essencial na National Association of Realtors (Associação Nacional dos Corretores de Imóveis), da qual era presidente, em defesa de edifícios baixos com fachadas que harmonizassem entre si, ruas para pedestres, detalhes clássicos, ornamentação, cornijas e moldes decorados. Seu mote “planejar para permanecer” antevia que as pessoas comuns não desejariam demolir essas coisas, mas ele mesmo não computou o desejo de seus colegas corretores. A pequena, ainda que permanente, influência de Nichols não dependeu nem do apoio do governo nem de autorizações legais, mas sim de sua posição como membro prestigiado de um negócio mais ou menos desregulamentado.^[370]

Iniciativas de pequena escala continuam a evoluir como resposta a problemas locais – algumas foram descritas por William Shutkin num livro devotado à causa do “ambientalismo cívico”.^[371] Uma rápida pesquisa na internet forneceu-me detalhes de 84 instituições americanas não lucrativas e nacionalmente organizadas para o estudo, proteção e usufruto do meio ambiente – para fins de comparação, são trinta na Inglaterra, três na França, uma (sob o controle governamental) na Alemanha e nenhuma na Rússia. É claro que uma rápida busca na internet não constitui um guia definitivo da realidade, mas serve para confirmar o que os observadores imparciais sabem a respeito dos Estados Unidos: nesse país os “pequenos pelotões” ainda florescem, enfrentando problemas que são

frequentemente aumentados pelos governos e, de qualquer forma, raramente resolvidos por eles de forma sensível.

Mas por quanto tempo? Meu argumento resvala inevitavelmente nessa questão que atinge o cerne das políticas ambientais, não apenas nos Estados Unidos mas também em lugares menos afortunados, onde uma cultura de associações voluntárias nunca conseguiu se firmar ou, quando desabrochou, foi logo destruída pela opressão política. Num livro bastante admirado, o sociólogo Robert Putnam – adotando observações tratadas e expostas por Burke e Tocqueville – afirma que o capital social no qual nos baseamos para a solução de nossos problemas coletivos é construído por meio das associações autônomas da sociedade civil.^[372] Ele exclui, expressamente, os grupos ativistas politizados, que (conforme ele sugere) estão igualmente inclinados a desperdiçar ou realçar o capital social. As associações que o autor tem em mente compreendem os “pequenos pelotões”: clubes, sociedades, ligas esportivas, igrejas, círculos de leitura, *pubs* – lugares e grupos que reúnem pessoas para nenhum outro propósito exceto elas mesmas. Ao analisar organizações como Cruz Vermelha, Lions, Elks, Liga das Eleitoras, escoteiros e ligas de boliche, Putnam descobre que, embora tivessem aumentado de forma estável ao longo do século XX, essas “associações secundárias” experimentaram, recentemente, súbitos e substanciais declínios em seus quadros de membros. Ele sugere muitas causas – como a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho, a ampliação do entretenimento doméstico, a mobilidade social e geográfica –, mas sejam lá quais forem os motivos, é certo que a *oikophilia* será muito provavelmente a primeira vítima do declínio dessas instituições.

Talvez a melhor forma de apreciar o valor extremo dos “pequenos pelotões” se imponha ao visitarmos um lugar onde ele foi esmagado, como a Romênia – país que usufruiu apenas de forma espasmódica a experiência do sentimento nacional, uma vez que foi ajuntado e desmembrado segundo os caprichos de poderes estrangeiros, sofreu os desmandos do Partido Comunista por quatro décadas, viu-se saqueado pela elite governante e, finalmente, brutalizado pelo megalomaníaco Nicolae Ceausescu. Como sempre ocorre nos países comunistas, as associações civis e as beneficências privadas foram proibidas. O meio ambiente social foi submetido a um assalto atroz, oriundo dos projetos de coletivização e industrialização forçada; finalmente, o radicalismo *oikofóbico* de Ceausescu: demolir as vilas e arrasar o coração de Bucareste.

A destruição de Bucareste foi iniciada, ainda que nunca completada, já que Ceausescu foi derrubado pelo *Securitate* e uma espécie de democracia foi erguida sobre as ruínas romenas. Todavia, o curioso para o visitante que percorre o país é perceber que a catástrofe ecológica prossegue. O lixo não é coletado, mas atirado nos rios ou amontoado ao longo das estradas. As multinacionais, ao explorar um vácuo legal, cobriram os edifícios de Bucareste de anúncios digitais que piscam e giram dia e noite, destruindo completamente o caráter da cidade como hábitat humano. As antigas fábricas permanecem abandonadas sobre um solo envenenado; as novas fábricas, estradas e infraestrutura são despejadas pelo país, passando por cima de supostos controles ambientais de araque, e sem a menor consideração pelos valores estéticos. A resistência a esse processo é mínima ou praticamente inexistente, uma vez que o hábito da iniciativa cívica e a identificação da terra como lar foram erradicados nas brutalidades da história recente. É verdade que há uma ou duas iniciativas privadas que fazem o que podem para proteger e restaurar a economia rural. Mas a principal delas, que tomou a dianteira antes do colapso comunista, foi a Mihai Eminescu Trust, fundada e liderada por uma inglesa, Jessica Douglas Home, e grandemente financiada pela Packard Foundation dos Estados Unidos.

Ao percorrer o país, vemos um interior esparsamente povoado e ainda com o seu legado de vida selvagem e de agricultura de baixo impacto, mas vemos também rios e correntes de água entulhados com aglomerados de garrafas plásticas, lixo empilhado em todos os campos, vastas porções de terra envenenada e as horrendas chaminés das fábricas. Tudo isso é uma prova edificante de que, sem associações civis animadas pelo sentimento de *oikophilia*, nenhum meio ambiente pode realmente ser salvo. Essa poluição e essa desordem estão sob a supervisão da estrutura regulamentadora da União Europeia, incapaz de oferecer as motivações para que o romeno comum faça algo por seu país, uma vez que o problema foi confiscado por burocratas de outro lugar. Por conseguinte, as regulamentações são sistematicamente burladas. Aqueles com poder de zelar pelo seu cumprimento – funcionários do governo, políticos e outros – são facilmente subornados e, frequentemente, têm interesses comerciais em burlar a lei.

O exemplo da Romênia, análogo ao de muitas outras regiões devastadas do planeta (incluindo Rússia e China), mostra como a *oikophilia* pode ser restaurada num lugar onde foi deliberadamente esmagada. Creio que esse seja o mais central dos problemas ambientais – isto é, a extinção, em vastas áreas do planeta, da única motivação que as pessoas têm para resolver os seus problemas. Sem um esforço conjunto de educação e liderança, duvido que um lugar que tenha perdido a sua

identidade de morada possa facilmente readquiri-la. Todavia, para que haja uma política internacional coerente do meio ambiente, é preciso enfrentar essa questão. O que nações estabelecidas, compostas de cidadãos patriotas e pequenos pelotões, podem fazer para encorajar esse sentimento onde ele é mais necessitado, como na Floresta Amazônica, nas regiões centrais da Rússia e nos reinos desérticos da Arábia e do Golfo Pérsico? Caso Putman esteja certo, então as nações estabelecidas têm também o dever de colocar sua própria casa em ordem, recriando o espaço no qual os “pequenos pelotões” possam, uma vez mais, crescer e recrutar suas lideranças.

Retorno ao caso da Inglaterra a fim de abordar o impacto do internacionalismo em ambientes regionalmente administrados nos quais os *oikofílicos* tiveram de enfrentar, por si mesmos, os vândalos. Um dos instrumentos que mais contribuem com a causa ambiental é a Town and Country Planning Act, de 1946. Embora não permita que *oikofílicos* salvem as grandes cidades, essa lei provou sua eficiência ao defender as cidades menores e os vilarejos e ao assegurar a fronteira entre espaço urbano e espaço rural. Isso se deve ao fato de a lei não ter sido concebida para controlar decisões do alto de um planejamento central; ela foi concebida para colocar essas decisões nas mãos dos governos locais. Ao mesmo tempo, essa lei conferiu extensos direitos aos cidadãos, tanto na oposição aos esquemas que ameaçassem seus habitats quanto na participação do processo de planejamento. Os últimos governos trabalhistas trataram de remover esse dispositivo corretivo particular, e inventaram organismos regionais de planejamento desprovidos de legitimidade tradicional e não democráticos, mas ao mesmo tempo autorizados a controlar decisões que afetam lugares que seus membros nunca visitarão.

Dentre os recursos que beneficiam o meio ambiente, o mais facilmente adquirido e renovado é a *oikophilia*, mas ele só pode ser renovado caso seja transmitido por um processo educativo que amplifique a cadeia de amor pelo lugar em que se vive, incluindo a comunidade, a tradição e o país. O antigo currículo escolar era concebido nesses moldes, e sua deliberada destruição pelos defensores do multiculturalismo (uma forma voraz e moralmente arrogante de *oikophobia*) foi o ato mais significativo de vandalismo no fim do século XX. Não seria correto colocar toda a culpa no Partido Trabalhista inglês por tudo que aconteceu, mas é correto culpá-lo por se regozijar com o resultado.

O sentimento de *oikophobia* ameaça a cultura nacional por dentro, mas algumas formas de internacionalismo a ameaçam de fora, ao impor da perspectiva externa decisões que nunca seriam adotadas pela comunidade local ou por seus

representantes eleitos. Portanto, somando-se à ameaça sobre a Town and Country Planning Act e ao confisco dos poderes locais efetuado pelo Partido Trabalhista inglês, um novo perigo surgiu, agora proveniente da Corte dos Direitos Humanos de Estrasburgo. Esse é um caso curioso que ilustra outra forma de destruição dos sistemas homeostáticos: por controles externos.

Sejam lá quais forem os equívocos das decisões legislativas referentes aos conflitos sociais, estas têm uma vantagem insuperável sobre as decisões tomadas nos tribunais: podem visar à conciliação. A Town and Country Planning Act foi uma tentativa de legislar com base num consenso emergente. A intenção era levar em consideração os vários interesses concorrentes e chegar a uma solução que fosse, em linhas gerais, aceitável para a nação. Essa lei dispunha de um conjunto de regras que exprimia a forma mais confiável de reconciliar diferenças relativas à construção, a saber, o conflito entre o sujeito que deseja desenvolver a terra e seu vizinho, que poderá sofrer perda de conforto e perda no valor de sua propriedade. No seu conjunto, é uma das razões para preferirmos a legislação à adjudicação, como fonte do direito, já que a legislação pode exprimir a visão mais ampla, dentre os muitos interesses a ser considerados e, se possível, reconciliados. A legislação de direitos humanos, todavia, transfere esses conflitos de interesses para os tribunais, o que abre espaço para que juízes invalidem decisões legislativas em nome de queixosos individuais.

A Town and Country Planning Act protegeu as áreas rurais por meio século, desde sua vigência. Todavia itinerantes irlandeses que vão de um lugar a outro, levando consigo seus reboques, começaram a tirar vantagem da liberdade conferida pela União Europeia para provisões em trânsito e passaram a se estabelecer em zonas do interior da Inglaterra, comprando os campos dos fazendeiros a preço de terra destinada à atividade rural e trabalhando-os para que se tornassem áreas de acampamento de trailers. O fazendeiro não consegue vender essas terras para uso agrícola, uma vez que a atividade está em crise. Tampouco obtém permissão para usá-las de alguma outra forma, especificamente para construir casas. Assim, o negócio proposto por esses nômades sobre rodas é o melhor que o fazendeiro pode receber. O procedimento que adotam é raspar a superfície do solo, despejar concreto e instalar casas móveis, que gradualmente se transformam em pré-fabricadas fixas. Por que isso é permitido? Bem, não é. Todavia, desde a incorporação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos no direito do Reino Unido, esses viajantes afirmam que têm o direito de viver de acordo com seu modo de vida tradicional, um direito que podem exigir judicialmente e que podem exercer

como minoria. Negar tal direito equivaleria a um ato de “discriminação”, o que está expressamente proibido pela Convenção Europeia; portanto esse direito os autoriza a se mover livremente por todo o país, fixando-se onde bem entenderem. Julgamentos desse tipo, com sua invenção arbitrária de “direitos das minorias”, pisoteados nos indivíduos que não podem pleiteá-los para si, levam as pessoas a concordar com o ataque que fez Bentham à ideia de direitos humanos: “uma bobagem cheia de pompa”.^[373] Para Bentham, “direitos humanos”, mesmo quando introduzidos pela legislação, envolvem uma fatal transferência de poder, do legislativo para os tribunais. Esses direitos se tornam interesses, em posse dos quais o indivíduo pode *processar*, com o intuito de obter uma decisão legalmente obrigatória que não foi discutida pelo Legislativo e que pode contrariar os interesses de todos, exceto da parte vitoriosa. Não obstante, os tribunais têm sentenciado em favor dos itinerantes irlandeses, concedendo, assim, um direito que anula uma das mais caras e apreciadas legislações do Reino Unido, representativa de um enorme investimento de toda a comunidade.

Assim sendo, na vila de Minety, em Wiltshire, a transformação de espaços rurais em acampamentos de ciganos irlandeses levou ao colapso dos valores imobiliários em toda a região, causando enormes tensões sociais entre os residentes dos acampamentos e aqueles cujo patrimônio eles exterminaram. Também trouxe grande insatisfação aos moradores da pequena cidade, cujos modestos planos de construção foram recusados pelas autoridades – eles agora se recusam a obedecer à lei, o que vem gerando sérios problemas para a fiscalização. Até o momento não houve assassinatos, o que distingue Minety de Cambridgeshire num caso semelhante, mas tampouco há sinal de que as pessoas aceitem ou aceitarão a decisão do tribunal.

Esse caso ilustra quatro questões importantes. A primeira é que, como diz Ronald Dworkin, “direitos são trunfos”.^[374] Num tribunal, se você puder mostrar que seu interesse está protegido como um direito, então você vencerá o caso contra qualquer outro cujos interesses, independentemente de quão dignos ou indignos sejam, não se encontrem protegidos da mesma forma. Direitos fornecem “razões excludentes”, na forma plausível com que Raz aborda a questão.^[375] O imenso interesse dos moradores de Minety em reter o valor e o bem-estar de suas propriedades, o que representa, para a maioria deles, o patrimônio acumulado de uma vida, de nada valeu no caso aqui descrito, uma vez que, embora protegido pela lei de planejamento, esse interesse não estava protegido como um direito, mas apenas como interesse.

O segundo ponto importante é que, diferentemente das soluções promulgadas pelo Legislativo, as que são emitidas por um tribunal não são compromissos. Não se trata de conciliar interesses envolvidos em uma situação, e o tribunal não se vê obrigado a formular uma política para o bom governo da comunidade – essa é a tarefa do Legislativo, não do Judiciário. O Judiciário vê a si mesmo como uma instância que resolverá um conflito em favor de uma ou outra parte, quando em litígio. Em circunstâncias normais, uma ação civil é um jogo de soma zero, em que uma das partes vence completamente e a outra perde tudo. Não há prêmios de consolação. Além do mais, a doutrina do precedente assegura que a decisão da corte abrirá um buraco na legislação concebida para resolver questões já tratadas judicialmente. Nesse sentido, uma decisão judicial pode provocar um estrago irreparável sobre uma legislação delicada. Essa é uma boa ilustração dos perigos inerentes à legislação dos “direitos humanos” – isto é, ela coloca nas mãos do cidadão comum uma ferramenta capaz de anular até mesmo a mais vital peça de política pública, que é derrubada em favor do indivíduo em detrimento tanto do interesse quanto do bem comum. Esse fulcro a partir do qual nossa lei é invalidada se situa, não obstante, fora do país, num tribunal dominado por juízes que não têm nenhum interesse em preservar aquilo que nossos ancestrais lutaram para salvar. De forma crescente, na Europa, a ideia de direitos humanos está sendo usada dessa maneira, a fim de revogar as tradições nacionais e sabotar meios ambientes localmente administrados e a serviço de ideais internacionalistas que são impostos sem considerar os custos gerados às pessoas comuns.

Isso me faz voltar, concluindo, ao tema da mudança climática, cujo apelo se dá, em parte, ao internacionalizar a questão ambiental. Ele neutraliza o tipo de argumento que apresentei neste capítulo, pois anuncia uma calamidade tão grande que nenhum dispositivo comum pode ser adaptado para enfrentá-la. Creio ser esse o aspecto mais nocivo da campanha que coloca o aquecimento global no topo da agenda ambiental. Isso retira a atenção para o fato de que a virtude da intendência começa em casa, e nunca será garantida por tratados. A única resposta viável à ameaça de aquecimento global é a canalização de recursos para a descoberta de como poderemos produzir energia barata e renovável para então torná-la disponível a todos. Iniciativas locais sob um regime de propriedade privada no qual os incentivos de mercado sejam amplificados pela *oikophilia* guiarão pesquisa e desenvolvimento rumo ao nosso objetivo: primeiro, proteger nosso lar, localmente, depois globalmente, quando terceiros fizerem uso de nossas descobertas. Creio que

nenhuma outra solução seja possível. Caso exista um papel do Estado em tudo isso, ele se situa no estímulo e no financiamento dessas pesquisas tão necessárias.

Aqueles que acreditam que o sentimento pelo lar e pelo hábitat compartilhado, amplamente elogiados neste capítulo, seja uma forma de sovinnice e xenofobia, deveriam refletir sobre o argumento deste parágrafo. Da mesma forma que crianças educadas em sólidas relações de afeto se tornam adultos melhores e mais responsáveis do que crianças provenientes de lares despedaçados, nações que conduzem os seus assuntos num espírito de intendência zelosa, estimando sua identidade como um lar e encorajando o *Heimatgefühl* de seus cidadãos, tornam-se membros mais responsáveis da comunidade internacional. São eles que farão as descobertas valiosas, que assumirão os riscos necessários, que compartilharão progressos e, quando necessário, se submeterão à jurisdição internacional. E serão eles que promoverão a livre discussão sobre as ameaças e sobre os caminhos e meios de combatê-las. A solução dos nossos problemas ambientais encontra-se aqui ou em lugar nenhum: ou nos voltamos para a contemplação do lar, e aprendemos a cuidar dele, ou continuaremos vagando sem rumo pelo tempestuoso mar de causas, agendas e pânics, perseguindo objetivos pomposos, ainda que dotados de meios mirrados, nunca sabendo se estamos de fato realizando ou frustrando nossos propósitos. É por isso que penso que os Verdes deveriam ser conservadores.

Uma política ambiental conservadora não se destina a um meio ambiente saudável, mas a outras coisas, cujos efeitos produzem um meio ambiente saudável. Dirige-se à *oikophilia* do cidadão, e seus produtos incluem resiliência, associações autônomas, soluções de mercado, leis de responsabilidade civil e condicionamentos estéticos; esses produtos surgem do livre debate entre cidadãos, da biodiversidade, da beleza natural, da autonomia local, da pesquisa intensiva e do regime de atribuição de custos e de conexões de *feedback* capazes de redirecionar os custos ambientais aos que os geram. O objetivo é estabelecer as condições sob as quais as pessoas administrem o seu próprio meio ambiente num espírito de intendência zelosa que facilite as ações políticas que podem ser necessárias para realizar o que os “pequenos pelotões” não têm como alcançar. Até o momento, preocupei-me com a matéria-prima para uma política e uma filosofia dessa ordem. Não é fácil traduzir filosofia em política, e as sugestões que faço neste capítulo são apenas provisórias, sujeitas à discussão e ao aprimoramento. Sinto-me encorajado pelo aparecimento de *The Constant Economy*, de Zac Goldsmith; um relato explicitamente burkiano de políticas relacionadas às necessidades ambientais de nossa sociedade.^[376] Embora Goldsmith seja excessivamente otimista e não esteja, de modo algum, afetado pela *oikophobia* que tomou conta de nossas sociedades, ele fornece um relato claro e bem-humorado sobre o que pode ser feito – por você e por mim – para que coloquemos a Terra de volta em sua órbita.

O primeiro princípio de uma política conservadora é impedir que o Estado assuma atribuições que podem ser desempenhadas de forma muito mais eficiente pelos cidadãos. Trata-se de uma política que estimula e libera as iniciativas privadas, facilita os meios e encoraja o aparecimento de grupos voluntários; uma política que fomenta as soluções locais e que desregulamenta, sempre que a regulamentação se mostre parte do problema. Isso não significa *laissez-faire*, mas sim uma instruída divisão de trabalho. Existem problemas ambientais tão amplos que *somente* o Estado conseguirá enfrentá-los; um aspecto da política conservadora identifica esses problemas específicos, deixando que a sociedade civil se encarregue do resto. Começarei pelos grandes problemas, depois direi algo a respeito dos pequenos.

Em 1972, o Clube de Roma encomendou um livro celebrado, *Os Limites do Crescimento*, no qual se reeditava a tese que deixou o reverendo Thomas Robert Malthus tão conhecido: a visão de que as demandas humanas sobem constantemente, ao passo que os recursos diminuem à medida que são consumidos; portanto, em determinado momento, faltarão recursos.^[377] O livro causou controvérsia, e suas piores previsões foram refutadas.^[378] As negociações internacionais de nossos dias – notadamente as que se referem às mudanças climáticas – não propõem interrupção do crescimento, pelo contrário, pois supõem que os níveis atuais de crescimento são desejáveis ou ao menos inevitáveis.^[379] Com certa frequência, destaca-se que é a *ausência* de crescimento que conduz ao esgotamento, uma vez que, nessas circunstâncias, as comunidades fracassam em encontrar alternativas eficientes diante da diminuição dos recursos. Por exemplo, tanto nos países ocidentais quanto no Japão, o crescimento é acompanhado de uma queda *per capita* no consumo de energia e de um aumento no uso eficiente de recursos escassos.^[380]

No entanto a tese de “limites de crescimento” sempre reaparece, ainda que em distintas roupagens. Num estudo publicado em 1976, Fred Hirsch argumentou que, à medida que a riqueza aumenta e os mercados se expandem, intimidade e comprometimento declinam; riqueza gera alienação, e esta, por sua vez, impõe “limites sociais ao crescimento”.^[381] Num influente artigo publicado em 1986, Peter Vitousek, Paul e Anne Ehrlich e Pamela Matson introduziram a ideia de “produtividade primária líquida” dos ecossistemas, a fim de sugerir que a capacidade fotossintética do planeta estabelece limites à produção econômica.^[382] Todavia o argumento ignora o fato de os seres humanos aumentarem a capacidade

fotossintética da terra que ocupam, descobrindo, constantemente, novas formas de fazer isso. Mesmo que fracasse, esse argumento serve para ilustrar a pluralidade de recursos finitos que nos sustentam: a prova de que não sofreremos o esgotamento de um elemento vital não significa que não sofreremos o esgotamento de outro elemento vital.

Com frequência, afirma-se que o PIB – a mensuração básica de crescimento econômico – nada diz sobre o real bem-estar de uma sociedade.^[383] Um vazamento de óleo num navio petroleiro faz parte da economia, do mesmo modo que o faz o esforço para limpar a sujeira; logo, derramamentos de petróleo estimulam o PIB. Todavia, eles destroem aquilo a que damos valor.^[384] O crescimento só é bom quando não compromete os escoadouros. Dessa forma, boa parte do crescimento, desde o término da Segunda Guerra Mundial, não representou ganho, mas perda – uma vasta apropriação de recursos usados sem a devida manutenção. Portanto, ainda que o crescimento dos PIBs continue estável, o argumento de *Os Limites do Crescimento* parece bastante pertinente. A demanda cresce, cresce a atividade econômica, e os escoadouros começam a transbordar. Então, nas palavras de William Empson, “lentamente, o veneno se insinua por todo o sistema circulatório, a toxina se fixa e mata”.

Malthus não estava sozinho entre os pioneiros do pensamento social em sua crença de que as demandas vão superar a capacidade do planeta de supri-las. John Stuart Mill reconheceu o mesmo perigo e introduziu a ideia de “estado estacionário” em economia como forma de atacar o problema.^[385] Apenas se alcançarmos um índice constante de consumo, acreditava Mill, poderemos assegurar um fornecimento constante de bens. Sem esse “estado estacionário”, estaremos sujeitos às emergências contínuas, que nos lançará, em pânico, sobre os estoques naturais, o que os deixará irreparavelmente esgotados. Em nossos dias, o pensamento de Mill foi retrabalhado por Herman Daly, que afirma que uma verdadeira proteção ambiental requer uma economia mantida “dentro de limites viáveis, dentro de fluxos mais baixos possíveis de matéria e de energia, do primeiro estágio da produção ao último estágio do consumo”.^[386] A causa de Mill e de Daly foi adotada por ambientalistas, e hoje temos o Center for the Advancement of the Steady State Economy, organização sem fins lucrativos baseada em Arlington, Virgínia. Daly continua a defender que a vida econômica deve ser vista como uma operação *dentro* do ecossistema mais amplo, subordinada às necessidades maiores

desse ecossistema. Perseguido como fim em si mesmo, o crescimento estará destinado a se tornar uma ameaça aos recursos dos quais se alimenta.

Nem todos foram convertidos pela ideia de “estado estacionário”.^[387] Em 1987, a World Commission on Environment and Development, sob o comando do primeiro-ministro norueguês Gro Harlem Brundtland, emitiu um relatório intitulado “*Our Common Future*”. Esse relatório, elaborado como resposta ao debate sobre “limites de crescimento”, defendia que o crescimento é necessário – especialmente nos países em desenvolvimento – caso os problemas ambientais estejam em questão. Assim, ele introduzia o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que se tornou, instantaneamente, o grito de guerra de outra escola de ambientalistas. Não se falava mais de crescimento, mas de desenvolvimento – em outras palavras, o uso de recursos para melhorar a qualidade de vida das comunidades humanas. Não se falava mais de exploração, mas de sustentabilidade – usar os recursos de modo que garantam, às futuras gerações, “o suficiente e com a mesma qualidade”.

Todos os lados da controvérsia sobre “limites de crescimento” aceitam que a atividade econômica deve ser exercida de modo sustentável; mas existe uma controvérsia considerável em relação ao significado de “sustentável”. Alguns radicais incorporaram o mais que puderam da antiga agenda esquerdista ao novo *slogan*, afirmando, como faz David Orr, que hedonismo, individualismo e consumismo desenfreado devem ser abandonados, junto à complexidade financeira e tecnológica e junto às alianças exclusivas (étnicas ou ideológicas); como também deve ser abandonada a atual militarização do planeta.^[388] Sejam essas causas boas ou não, pode-se ao menos antecipar que colocá-las todas no mesmo saco da proteção ambiental implica pôr em perigo os consensos, dos quais depende uma política de sucesso. As coisas não serão resolvidas com a proliferação de definições, na esteira do relatório Brundtland, como no caso das distinções entre sustentabilidade “fraca” e “forte”, “profunda” e “rasa”, que ameaçam reabrir, uma vez mais, intermináveis discussões internas entre ambientalistas, obstruindo o curso necessário das ações.^[389] Sem entrar nas controvérsias, suponho simplesmente que um processo é “sustentável” quando sua manutenção prevista não ameace causar danos irreversíveis. Não sei se uma economia em estado estacionário seria praticável ou mesmo desejável, mas consigo imaginar o que pode ser sustentável e o que não pode. Por exemplo, não é sustentável externalizar os custos da produção de lixo e da espoliação. Portanto, o primeiro passo, em qualquer política ambiental, será conceber um esquema de cobrar pela poluição e pelo lixo produzido, de modo que tanto produtores quanto consumidores se sintam incentivados a contê-los. Essa é a

base do “Polluter Pays Principle”,^[390] formulado e recomendado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1975.^[391]

O desenvolvimento não é sustentável se baseado em energia poluente; todavia ainda não há propostas para uma provisão mundial de energia limpa que tenha a mais remota chance de ser adotada. Seja lá o que pensemos sobre mudança climática, faz parte do senso comum a sugestão de que energia limpa significa obtenção de energia sem a geração de gases do efeito estufa. Nesse sentido, os defensores da energia nuclear estão certos em enfatizar as virtudes dessa tecnologia. Todavia, a energia necessária à extração de urânio impõe um custo ambiental que nem sempre é levado em conta por seus defensores. Além do mais, as expectativas geradas pela possibilidade de acidentes e ataques terroristas tornaram a energia nuclear uma questão controversa, ampliando a rede dos que se opõem ao seu alastramento.

De forma semelhante, a energia eólica representa, na melhor das hipóteses, uma solução parcial, uma vez que pode gerar apenas uma pequena fração da energia necessária. A velocidade variável do vento implica uma flutuação perigosa no suprimento de energia, de modo que os moinhos precisam estar sempre amparados por outra fonte, geralmente mais poluente, ao passo que ventanias podem sobrecarregar a rede elétrica.^[392] Portanto, mesmo na Dinamarca, que expandiu suas fazendas eólicas ao máximo, somente 20% da energia consumida vem dessa fonte. E há outros custos ambientais. Para o leigo, as pás das turbinas parecem se mover vagarosamente; no topo, contudo, elas se aproximam da velocidade do som. Pássaros e morcegos são frequentemente mortos. Fazendas eólicas requerem grandes hectares para gerar uma contribuição energética significativa, e o emaranhado de cabos e redes necessários para captar seu sofrível desempenho aumenta imensamente as despesas com terrenos. Tendo em vista esses e outros argumentos, um posicionamento contra as fazendas eólicas vem sendo defendido com considerável sucesso por John Etherington e Matt Ridley.^[393]

Além do mais, a menos que estejam perto da costa, o custo estético das fazendas eólicas zera o seu marginal benefício ecológico. As turbinas avançam sobre o horizonte como um exército de insetos invasores, seus mastros perturbam a vista, e sua estrutura crua é hostil aos contornos do terreno. Onde quer que esses esquisitos visitantes se estabeleçam, as pessoas são deslocadas, e a motivação para uma intendência zelosa sofre um duro golpe. Há quem alegue gostar de sua aparência. Assim, o Yes2Wind, grupo ativista que recebe apoio do Fundo Mundial para a

Natureza (WWF), do Friends of the Earth e do Greenpeace, diz, em seu *website*, que “enquanto algumas pessoas se preocupam com o efeito das turbinas eólicas sobre a beleza da paisagem, outras as veem como elegantes e belas”. Pode-se dizer, contudo, e com certa dose de confiança, que os autores dessa frase não moram de frente para uma fazenda eólica.

Poluição estética não é um custo que os ativistas ambientais têm o hábito de considerar. Muitos dos que defendem esses dispositivos visualmente intrusivos se alegram com o golpe desferido contra os nostálgicos “não no meu quintal”, que tanto investiram na escolha e na preservação de uma vista particular. Para muitos, as turbinas de vento são símbolos do progresso e da redistribuição de recursos. Representam a vanguarda da justiça social que reivindica uma forma mais igualitária de futuro. Essas turbinas recordam a definição de Lênin sobre o comunismo: “Poder soviético mais energia elétrica”. As imensas torres de rede que coletam o produto elétrico, carregando-o e marchando pelos descampados, dão origem a tantos protestos quanto as próprias turbinas. O último plano do governo britânico para construir uma enorme rede que atravessaria as Highlands da Escócia gerou uma erupção de iniciativas cívicas semelhantes às que saíram em defesa das Lakelands no século XIX. O National Trust of Scotland reuniu grupos voluntários como o Highlands Before Pylons e o Cairngorms Revolt Against Pylons, em uma tentativa de interromper o que é visto como ímpia violação.

A busca por energia limpa fica desacreditada por causa de controvérsias como essas. É necessária uma avaliação das alternativas, juntamente com pesquisas realmente sérias sobre obtenção de energia solar e sobre como e por onde emissões de carbono podem ser recapturadas. Qualquer solução proposta deve ser aceitável para as pessoas comuns, e não como ocorre com as fazendas eólicas, contra as quais as pessoas promovem campanhas para impedir o seu uso. Esse assunto foi explorado por David MacKay, num livro ao qual me referi diversas vezes, em que ele avalia com cuidado as soluções atuais e aponta para as áreas em que as pesquisas têm mais probabilidade de gerar resultados positivos.^[394] A conclusão plausível de MacKay é que as necessidades energéticas da Grã-Bretanha, o único país que seu estudo considera em detalhe, ainda não podem ser garantidas por meios renováveis, energia eólica e aquecimento solar, e que o povo britânico precisa reduzir a demanda, eletrificar o sistema de transporte (automóveis inclusive) e explorar as opções da energia nuclear e do “carvão limpo” (isto é, queima de carvão combinada com a captura e o sequestro do dióxido resultante). A alternativa seria continuar a emitir gases em níveis inaceitáveis. Um ponto importante da

discussão detalhada de MacKay é que já se encontra sob o poder das pessoas comuns a condição de reduzir o consumo de energia, e que isso pode ser feito com dispêndios mínimos: uso mais econômico dos termostatos; painéis solares; sistemas eficientes de *stand-by*; e lâmpadas de baixo consumo.

Existe um incentivo financeiro para adotar tais medidas, uma vez que as contas de luz das famílias serão reduzidas. Há também incentivos para os fabricantes de painéis solares, de sistemas de aquecimento geotérmico e de dispositivos que geram baixo consumo de energia, pois todos acarretam uma redução expressiva dos gastos das pessoas. Nessa área específica, o mercado funciona muito bem, uma vez que ninguém consegue repassar facilmente o custo da energia doméstica.

Mas e os produtores de energia? O custo do que geram, em termos do aquecimento global, é quase impossível de estimar, e será transferido às futuras gerações. Como um custo desses pode ser internalizado? Certamente, apenas uma solução de cima para baixo pode fazer alguma diferença significativa nos procedimentos daquelas pessoas. Não obstante, soluções de cima para baixo tornam as coisas obscenamente piores. Devemos considerar com seriedade o argumento de Peltzman e de outros,^[395] reconhecendo o perigo de tentar garantir resultados ambientais por meio de regulamentações que interfiram nos incentivos já disponíveis.

Portanto, um passo para uma política energética convincente poderia seguir o exemplo dinamarquês e descentralizar a produção de energia. O resultado seria uma paisagem sem torres elétricas e indústrias que produzem sua própria energia usando fontes locais, como painéis solares ou processadores geotérmicos. Isso faz todo sentido do ponto de vista econômico – a manutenção de uma rede elétrica nacional é custosa, e um terço da eletricidade é perdido nas próprias redes. Além disso, uma política como essa criará incentivos para produção de energia barata e com um mínimo de emissões, uma vez que as formas mais poluentes não seriam toleradas pela comunidade.

A produção de energia deveria se sujeitar às regulamentações gerais sugeridas nos capítulos 4 e 5. Não deveríamos legislar limites sobre emissões em novos carros ou fábricas, uma vez que isso simplesmente encorajaria as pessoas a continuar com seus antigos carros e suas antigas fábricas. Não deveríamos alocar os direitos de emissão de indústria a indústria, respondendo aos interesses especiais e aos *lobbies* de grupos ambientais e industriais – uma vez que isso destrói os incentivos de pesquisa e desenvolvimento que podem levar à produção de energia mais limpa. Em

vez de todas essas iniciativas regulatórias, deveríamos introduzir uma taxa fixa de carbono emitido. Quanto mais se emite, mais se paga. Além do mais, essa taxa deveria ser imposta sobre os produtos, independentemente de sua origem. Produtos altamente derivados da queima de carbono seriam taxados numa porcentagem correspondente à quantidade de carbono emitida na produção, sem levar em conta se são feitos na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou na China, e o governo deveria usar esse imposto para financiar pesquisas. Dessa forma, parte do custo da mudança climática seria internalizada por aqueles que mais contribuem para produzi-la – e isso significa cada um de nós, uma vez que o custo é repassado até chegar ao consumidor, que é o responsável final. A conexão de *feedback* estaria finalmente em vigor.

Essa solução pigoviana não é a única.^[396] Em vez de tributar a poluição é possível controlá-la fixando um limite ao montante permitido e, a partir daí, emitir licenças negociáveis – de modo que seja adotada uma abordagem mais coasiana (ver capítulo 5). Esta última foi ativamente promovida nos Estados Unidos, tanto pelo governo quanto pela Agência de Proteção Ambiental. A Clean Air Act de 1990, destinada a controlar a chuva ácida, estabelece um regime de negociação das emissões de dióxido sulfúrico. Essa política de licenças de emissão, como é normalmente conhecida, forma a base dos regimes que negociam emissões de carbono, como estabelecido pelo Protocolo de Kyoto e pelo Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (ETS). Esses sistemas tentam criar um mercado que designará um preço de emissão segundo a lógica da oferta e da procura. Um sistema de licenças eficiente teria a vantagem de funcionar da mesma forma que o mercado, rumo a uma ótima distribuição de recursos escassos.^[397]

Todavia, como ilustra a experiência europeia, sistemas de licença são operacionalmente custosos e completamente vulneráveis à corrupção, além de não serem muito transparentes. Ademais, uma vez que visam a produtores de energia em vez de consumidores, deturpam o ônus da responsabilidade. Em última instância, os consumidores são os responsáveis pelas emissões, mas até o momento escaparam de arcar com o custo de seus hábitos, já que taxar o consumo que criamos é o melhor incentivo para reduzir sua produção. E uma vez que o consumo é maior nos países mais ricos do Ocidente, nos quais a tributação é relativamente transparente e as pessoas estão dispostas a pagá-la, isso surtiria efeito imediato.

Creio que uma política como essa receberia o apoio espontâneo das pessoas comuns, porque elevar o custo da energia daria incentivo para que elas a

economizassem. Isso não internaliza diretamente o custo da produção de energia – já que não se trata de um custo que pode ser calculado; de qualquer forma, as pessoas que serão compensadas ainda não nasceram. Não obstante, trata-se de uma política que fornece ao Estado um papel adequado que teria ampla aceitação dos cidadãos. Impostos podem ser onerosos, mas as pessoas estão dispostas a pagar desde que não sejam mal usados, como acontecia na França do século XVIII ou na Grécia do século XXI, quando serviam para sustentar uma classe de parasitas.

Este último ponto suscita uma questão geralmente esquecida pelos defensores das soluções de mercado: a pesquisa. Em determinadas circunstâncias, a competição de mercado estimulará a pesquisa – desde que as descobertas estejam protegidas por patentes que justifiquem os custos de desenvolvimento. Mas existe um lado negativo. Será sempre necessário traduzir descobertas em lucro, e isso significa criar coisas pelas quais os consumidores reais estejam dispostos a pagar. No caso da energia limpa, os benefícios não são destinados aos consumidores presentes, mas sim aos seus descendentes. Assim, o mercado não pode gerar o incentivo necessário para contrair despesas em pesquisa altamente custosas.

Como defendeu Paul David, a revolução científica do século XVII ocorreu, em grande parte, porque o conhecimento deixou de ser hermético, oculto como poderosa fórmula mágica contra adversários; em vez disso, tornou-se patrimônio público a conferir honra e *status* aos que o adquiriam, como também aos seus patrocinadores.^[398] O regime de uma ciência aberta encorajou a publicação, o compartilhamento de resultados e a exploração de cada nova descoberta pelos mais aptos a fazer uso dela. O resultado foi uma revolução científica.

Duvido que um regime aberto de ciência possa resistir sem um substancial financiamento público. Hoje as universidades tentam ganhar dinheiro extra patenteando resultados científicos, movimento que ameaça a natureza de colegiado da investigação científica. Sem financiamentos públicos para projetos de pesquisa, essa prática aumentará. A pesquisa necessária para enfrentar o problema da obtenção de energia limpa será extensiva, envolverá cientistas do mundo inteiro e certamente não será financiada somente pelo setor privado.^[399] Tampouco será financiada por Estados governados por elites egoístas e entrincheiradas, como a classe política que governa a China. Uma política ambiental sensata deve, portanto, conceder um importante papel ao Estado, tributando as emissões de carbono e financiando a pesquisa necessária para reduzi-las. Mas, caso o financiamento seja

fornecido por essa tributação, a pesquisa ficará comprometida com o próprio sucesso.

Aqui, temos um daqueles nós políticos difíceis de desatar – como ocorre com o nó criado pelos impostos contra o tabaco, que financiam campanhas governamentais contra um hábito que, por sua vez, financia essas campanhas. De fato, soluções pigovianas sofrem esse tipo de crítica. Ao reduzir a carga tributária sobre as coisas boas, como emprego, e recolocá-la sobre coisas ruins, como jogo e poluição, esse tipo de solução torna a solvência do governo dependente dos maus hábitos dos governados. Seu sucesso como política significa seu fracasso como tributação e vice-versa; e um governo insolvente não consegue conduzir suas políticas. Portanto, no melhor dos casos, soluções pigovianas são quebra-galhos destinados a segurar as pontas enquanto a sociedade civil se ajusta para cuidar, ela mesma, do problema.

Portanto, uma política conservadora deve visar um meio ambiente administrado, no qual bons resultados surjam espontaneamente, como resultado do que as pessoas fazem. Isso significa manter ou criar conexões de *feedback* em que elas assumam os custos de suas próprias atividades, isto é, sem repassá-los para as próximas gerações. Isso implica reformas nas leis de indenização que punam o verdadeiro causador do problema ambiental, em vez de quem é capaz de pagar pelo dano. Para isso será necessário um regime de regulamentação designado a retificar externalidades – embora não do tipo tolerância zero que estamos acostumados a ver na Europa, em que burocratas levianos têm passe livre para desagregar e isolar problemas na tentativa de resolvê-los um a um. As regulamentações devem ser impostas por políticos eleitos, apoiados por especialistas, e de forma que permita constante revisão no nível político à luz das consequências. Sempre que se mostrasse praticável, deveria ser possível substituir a regulamentação por notificações de advertência, para que os riscos retornem aos consumidores. Essa política é parte necessária da resiliência antes da prevenção, e da responsabilidade antes da dependência, durante os processos de administração do risco.

Por si sós, aumentos populacionais não prejudicam a habilidade das pessoas comuns de administrar seu próprio meio ambiente. Basta testemunharmos, nos Estados Unidos, a urbanização altamente bem-sucedida das “Cinco Cidades” no século XIX e o rápido crescimento de suas comunidades locais com forte espírito público. Todavia existe grande diferença entre crescimento populacional por meio de um aumento natural e de transferência interna e crescimento resultante da imigração. É evidente que as pessoas comuns estarão menos inclinadas a aceitar

sacrifícios, em nome de seu meio ambiente, quando a ligação com a localidade está sendo substituída por uma competição entre tribos, famílias e religiões autoconstituídas. É difícil escrever sobre isso, tão grande é a intimidação pública sobre os que defendem controles migratórios ou sobre os que alertam contra o efeito fragmentário do multiculturalismo. Não obstante, é evidente que uma política ambiental conservadora, que não tenha estabelecido limites sobre a imigração e que não trabalhe na assimilação dos recém-chegados à *oikophilia* sobre a qual se assenta um Estado-nação em particular, não terá a menor chance de êxito.

Certamente Europa e Estados Unidos dispõem de restrições políticas diferentes quando se trata de imigração. Nos Estados Unidos, os imigrantes de segunda geração que se estabelecem tornam-se *oikofílicos* dos EUA, com os olhos voltados para sua “casinha no Alabama”, sobre a qual Brecht escreve de forma tão debochada em *Os Sete Pecados Mortais*. O mesmo não acontece automaticamente na Europa; e eventos recentes deixaram claro que a “sociedade multicultural” não é uma solução, mas um problema. Deveria ser parte do trabalho das escolas, universidades e iniciativas comunitárias integrar as minorias à cultura nacional, e assim inibir o espírito de isolamento.

É evidente que o crescimento populacional desacelera ou mesmo entra em reversão quando as pessoas atingem certo nível de bem-estar, e quando essa perda não é compensada pela imigração. Nesse sentido, o benefício ambiental gerado é contrabalançado pelo gigantesco custo social de manter uma população envelhecida com impostos captados de uma força de trabalho em declínio. Portanto, para colher o máximo desse ganho ambiental, as políticas devem ser direcionadas para aumentar a idade da aposentadoria, privatizar as previdências e, sempre que possível, encorajar as pessoas mais velhas a continuar a trabalhar, sem transferir custo de sua vida para os jovens. Uma política ambiental que não incluísse o envelhecimento populacional como parte do problema também fracassaria, no meu ponto de vista.

Crescimento populacional é um problema; crescimento da mobilidade é outro problema. Os combustíveis fósseis permitiram de tal modo amplificar as distâncias percorridas que os padrões tradicionais de fixação foram desintegrados. Alguns países, notadamente a Grã-Bretanha e a Suíça, adotaram planos que buscam conter as fixações dentro dos limites tradicionais e proteger as áreas centrais da destruição. Outros países – notadamente o Canadá e os Estados Unidos – permitem que as fixações se expandam ao alcance máximo dos motoristas, ao mesmo tempo que

expulsam *shopping centers* e recintos industriais para fora das cidades, por meio de leis de zoneamento, o que acaba aumentando a necessidade de transporte. Mesmo na Grã-Bretanha, o crescimento subsidiado da malha rodoviária e expansões no entorno das cidades, juntamente com as regulamentações sobre embalagens de alimentos, permitiram que os supermercados atingissem operações de alta escala, mas ao custo de transferir subprodutos fósseis, embalagens não biodegradáveis e poluição estética para futuras gerações.

O custo da energia consumida no transporte não recai, até o momento, sobre o consumidor. Por meio de subsídios diretos e indiretos, esse custo é dispersado na sociedade, incluindo os que ainda não nasceram. Retornar esse custo ao consumidor deveria ser a primeira prioridade do governo. Em alguma medida, isso pode ser feito por meio de impostos sobre a rodagem nas estradas e sobre produtos derivados da queima de carvão. Todavia, caso não haja uma reparação a favor da economia local, nenhuma medida resolverá o problema do transporte, muito menos da produção local de alimentos, que vem sendo sistematicamente prejudicada pelos subsídios indiretos desfrutados pelas redes de supermercados e pela mão pesada do Estado.

A economia global de alimentos beneficia os produtores do Terceiro Mundo, e não é necessariamente tão destrutiva como afirmam seus opositores. Todavia ela é distorcida pelos subsídios agrícolas, especialmente os que são concedidos aos grandes produtores na Europa e nos Estados Unidos. É distorcida também pelos *lobbies* na OMC, por produtores globais como a Monsanto e pelo uso inescrupuloso dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, que confisca o capital social das economias camponesas.^[400] Ela reflete regulamentações centralizadoras e subsídios, em vez do livre comércio de bens, cujos custos foram assumidos pelo produtor. É verdade que graças ao comércio global de alimentos os gostos populares mudaram; o frango *tandoori* tornou-se o prato favorito dos britânicos, e o hambúrguer conquista terreno até mesmo na França. Mas as preferências cosmopolitas são compatíveis com a produção local de alimentos. Por quase dois séculos, os britânicos fizeram molho *chutney*, iguaria trazida da Índia, à base de maçãs e peras locais, e a cozinha norte-africana apreciada em Marselha é preparada com condimentos e pimentas cultivados localmente, como a linguiça de cordeiro.

Portanto não há razão social para que pequenos produtores e seus produtos não reocupem seu devido lugar na economia. Para que isso fosse possível, seria

necessário eliminar as regulamentações de tolerância zero a que somente os grandes produtores podem se adequar. Deveria ser permitido vender alimentos na própria fazenda ou no mercado local, sem as embalagens, da mesma forma que na África. Deveria ser permitido vender produtos como leite e queijo não pasteurizados, devidamente rotulados (o risco ficaria a cargo do comprador). Deveria ser permitido o abate de animais nas fazendas, desde que fossem adotados métodos não cruéis. Livre-se dessa montanha de regulamentações que impedem essas práticas e o pequeno produtor poderá competir com o grande produtor e com o supermercado. Imponha aos supermercados esses controles de planejamento apropriados aos centros das cidades, então construir no entorno deixará de ser uma opção melhor do que se estabelecer no centro. Inicie um processo de cobrança de pedágio para o transporte de carga nas estradas de modo que este seja avaliado pelo seu custo real. Faça todas essas coisas e a economia local de alimentos será novamente competitiva, e parte da loucura que hoje invade o mundo será pacificada.

A curto prazo será impossível remover todos os subsídios do setor agrícola. Mas é possível – e tanto o governo da União Europeia quanto o dos Estados Unidos reconhecem que é viável e estão trabalhando para isso – reorientar o destino dos subsídios, distanciando-os das colheitas e aproximando-os da biodiversidade, dos habitats e da beleza natural: *subprodutos* da agricultura à moda antiga. Mas essa forma foi destruída. Portanto eles têm de se tornar *produtos* de uma nova forma de agricultura, que por sua vez deve tratar de forma séria os custos de seus fertilizantes e pesticidas. Uma pesquisa feita por Jules Pretty apresentou resultados que indicam que os custos externos do atual agronegócio na Grã-Bretanha superam em 1 bilhão de libras os custos de uma agricultura local organicamente administrada.^[401]

Uma crescente consciência pública do estrago feito aos ecossistemas pelas modernas técnicas agrícolas fomentou muitas iniciativas públicas, e a primeira a se tornar influente – o movimento de “biodinâmica” de Rudolf Steiner – estabeleceu o padrão há mais de um século. Na Grã-Bretanha, a Countryside Restoration Trust e a Family Farmers Association estão defendendo uma agricultura sem subsídios, cujo intuito é remover as vantagens desfrutadas pelos grandes poluidores e pelo agronegócio. Nos Estados Unidos, fazendas geridas por agricultores amadores e produtores orgânicos respondem somente por 3% da produção agrícola, mas sua participação está aumentando; periódicos e clubes que cuidam dos interesses dos fazendeiros amadores surgem em todo o país, e o movimento em prol da produção local de alimentos ganha impulso.^[402] Existe um novo interesse pela permacultura, e hoje a Permaculture Association publica uma revista sobre culturas permanentes

cujo número de assinantes não para de crescer e promove cursos. É ilusório esperar que seja possível alimentar toda a população sem as grandes fazendas responsáveis pelas safras de batata e milho, mas o renascimento dos mercados locais mudará a forma como esses centros produtores geram e distribuem o que cultivam.

As áreas de campo, as cercas vivas, os arvoredos, os arbustos e riachos da Inglaterra não foram preservados simplesmente porque as pessoas os amavam. Foram criados e preservados pelo interesse pessoal dos que os cultivavam e eram os donos dessas terras. Cresceram pela mão invisível da pecuária, por direitos de passagem e pela manutenção dos cercados, pelos esportes ao ar livre e pela produção local de alimentos, em que queijo e leite eram vendidos nos mercados. Essa economia local sobreviveu intata até pouco tempo atrás, assim como se deu com outros interesses econômicos que mantinham viva a paisagem. A substituição desse tipo de produção local pelas redes globais de supermercado não é o resultado de uma competição livre e justa, mas sim de subsídios indiretos e regulamentações intrusivas – em particular as regulamentações referentes à “saúde e segurança”, às quais apenas os negócios centralizados podem se adequar. É o governo, e não a sociedade civil, que está destruindo a economia local; e caso vejamos a economia local de alimentos como parte da sustentabilidade, devemos fazer o que pudermos para conter a máquina regulatória, removendo e redirecionando o regime de subsídios.

Regionalização não é apenas a maior esperança para o desenvolvimento de uma agricultura e de uma economia de alimentos sustentável, é também um forte desincentivo para o repasse de custos. Dentro de um meio ambiente regional, no qual as pessoas se conhecem e observam suas respectivas infrações, as pressões sociais geradas internalizam os custos. Nesse nível local, uma política ambiental conservadora não é a que faz o governo se esforçar para assegurar benefícios ambientais, mas sim a que o faz incentivar as pessoas a assegurar esses benefícios por si mesmas. O declínio das associações civis, documentado por Robert Putnam, tem muitas causas, e uma das mais importantes é o confisco, pelo Estado, dos poderes do cidadão. Muitos fazendeiros gostariam de vender sua produção em mercados locais. Regulamentações de saúde e segurança os impedem. Muitas comunidades juntariam forças e teriam êxito contra os planos governamentais de despejar, em cima delas, aeroportos e grandes estradas, caso esses assuntos fossem – como ainda ocorre na Suíça – submetidos localmente à votação. Decisões de planejamento entrariam em harmonia com a beleza e a adaptabilidade se estivessem nas mãos de uma comunidade que se conhece, se não fossem impostas por uma

máquina central. Em geral, a política conservadora retorna as decisões e os riscos para as pessoas mais afetadas por esses riscos. Ela vê o Estado como um amigo da sociedade civil, e a sociedade civil como um organismo autorregulador, no qual resiliência e inventividade, em vez de regulamentação e dependência, são os instrumentos de sobrevivência.

Seria utópico desejar um retorno a esses padrões conservadores de pensamento? Creio que não. As pessoas estão se movendo nessa direção por conta própria. Na Grã-Bretanha atual, existe um movimento de “cidades de transição” – lugares onde cidadãos juntam forças a fim de viver de forma mais sustentável. As prescrições de Simon Fairlie para um “desenvolvimento de baixo impacto” começam a ser ouvidas,^[403] enquanto os defensores de estilos de vida sem carbono e de mercados produtores locais ganham reconhecimento. Embora a máquina regulatória continue a se expandir, e os repasses dos custos a se multiplicar, vemos pessoas se posicionar contra as regulamentações intrusivas, buscando formas de evitá-las. Isso já acontece em áreas rurais. É óbvio a todas as pessoas decentes que devemos restabelecer a posse de nós mesmos e dos riscos que são nossos; ou seja, que está sob nossa incumbência liderar a limpeza do planeta Terra. E caso a *oikophilia* sobreviva, é isso que devemos fazer, por meio de iniciativas cívicas que constituem o recurso natural das pessoas que se estabeleceram e amam o lugar que habitam. Creio que o maior perigo ao meio ambiente venha da tendência governamental de confiscar poderes e liberdades das associações autônomas e centralizar todos os poderes nas próprias mãos. Se as pessoas puderem se reunir, poderão vencer.

Uma última palavra a respeito do aquecimento global. A questão que perpassa a mente de todos é: o que faremos caso os piores cenários sejam verdadeiros? A resposta dos ativistas é simples: nós nos reuniremos em conferências internacionais e forjaremos um tratado que ponha um ponto final em nosso mau comportamento. Essa resposta baseia-se na avaliação equivocada de política internacional e no fracasso em observar as diferenças entre os Estados que realmente podem estar atrelados a tratados e os que não podem. Se estivermos ameaçados, então deveremos fazer alguma coisa. Mas quem são “nós”? Existe apenas uma resposta: somos os agentes capazes de uma ação coletiva, aqueles que detêm recursos, vontade e preocupação mútua de agir como um. Em outras palavras, somos comunidades com real capacidade para ação conjunta, podendo assumir responsabilidade coletiva por aquilo que fazemos. No contexto da política internacional, isso significa que somos a nação – o organismo de pessoas governadas pela lei, cujos destinos estão ligados por um processo político comum.

A única resposta ao aquecimento global virá das ações dos Estados nacionais – ricos o bastante para conduzir pesquisas e atuar na escala exigida, suficientemente responsáveis para responder às necessidades de tamanha empreitada, dotados de uma opinião pública moldada pelo debate livre e aberto. Nessas circunstâncias, isso significa, em primeiro lugar, os Estados Unidos da América e, em segundo, todas as nações nas quais direito, democracia e liberdade de expressão sirvam para provocar no cidadão um sentido genuíno de responsabilidade coletiva. Isso não inclui a China e a Rússia, tampouco as cleptocracias da África e do Oriente Médio.

Quando um “nós” como esse toma a dianteira, ele pode fazer duas coisas: dar o exemplo, como deram os países escandinavos. Pode também promover a iniciativa que enfrentará diretamente o problema global, por meio de pesquisas para obtenção de energia limpa, sequestro de carbono, utilização dos benefícios e aferição de custos da geoengenharia. Pode ser que todas essas ações sejam requeridas. Mas uma coisa é certa: nenhuma delas será possível somente com conferências e tratados internacionais, e todas dependem do sentido individual de responsabilidade pelo próprio lar. As únicas soluções concebíveis ao problema global emergem do tipo de motivação que procurei esboçar neste livro.

Enfatizar essa motivação não significa defender a anarquia ou negar a necessidade de legislação. Trata-se de estabelecer o objetivo ao qual a legislação tem de visar. São muitos os problemas ambientais que necessitam do poder do Estado caso sejam enfrentados, mas esses problemas devem ser enfrentados de tal modo que a *oikophilia* seja amplificada, e não extinta, durante o esforço de resolução. Um regime que tributasse o custo ambiental das estradas, do lixo e das embalagens de modo que os custos recaíssem sobre os usuários afetaria a todos, mas se mostraria inútil se não fosse imposto uniformemente pelo Estado. Um regime como esse encorajará modos de vida que amplificam os sentimentos de vizinhança, e o Estado ganhará legitimidade como resultado, uma vez que passará a ser visto como expressão da sociedade civil, capaz de agir em nome da nação como um todo. Ao atuar sempre para aperfeiçoar a *oikophilia*, e não para confiscar sua esfera de ação legítima, o Estado preparará as pessoas para fazer os sacrifícios que se tornaram, hoje em dia, inadiáveis, caso a Terra seja o nosso lar, e não um lugar de exílio.

A emissão média de dióxido de carbono na atmosfera está em torno de cinco toneladas *per capita*/ano. Para os americanos o número é de vinte toneladas *per capita*, nos países subsaarianos uma tonelada ou menos.^[404] Além do mais, o mundo ocidental, especialmente suas partes mais industrializadas, começou a emitir altas taxas antes dos outros, uma vez que as nações ricas do Ocidente liberam gases do efeito estufa há dois séculos. Portanto, da óptica da justiça, os países ocidentais devem não apenas reduzir suas emissões substancialmente, mas também compensar os países menos desenvolvidos, pois tiraram vantagem de uma oportunidade que eles mesmos destruíram – despejaram gases do efeito estufa sem precisar prestar conta dos custos futuros. Nisso, como em muitas outras coisas, o Ocidente tomou dos comuns mais do que a parte que lhe cabia.

Esse argumento aflora durante as negociações internacionais de mudança climática. É possível encontrá-lo nas tentativas mais influentes de custear as determinações estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto ou pelo IPCC.^[405] O que deveríamos fazer a respeito? Em primeiro lugar, termos como “país”, “países ocidentais” e “países em desenvolvimento” são vagos. Questões sobre justiça não surgem entre entidades geográficas, mas entre *agentes*, com direitos que podem ser reivindicados e deveres que precisam ser cumpridos. Justiça e injustiça são qualidades de atos, e de seus agentes. Embora possa haver agentes coletivos que infligem e/ou sofrem injustiça, “países” não estão entre eles. Apenas uma entidade

coletiva capaz de ser identificada na primeira pessoa do plural pode atuar na prestação de conta. Portanto, as conversas sobre justiça global pressupõem o “nós” da ação coletiva – o exato “nós” que foi o tema deste livro. Nenhum governo pode responder às exigências de justiça global caso não se considere um real representante de uma nação, responsabilizando-se pelos erros e usufruindo o crédito dos acertos desse “nós”.

Logo, a demanda por justiça global requer que reconheçamos o Estado-nação como veículo fundamental de responsabilidade política. Além do mais, demandas por justiça não se fundam no estado de coisas, mas nos compromissos que elas cristalizam. Prova de compromisso requer que determinemos como as gerações atuais herdarão os erros de seus predecessores, uma vez que estejam ligadas a eles na primeira pessoa do plural de um Estado nacional. Termos vagos como “país” podem ser usados em acusações emocionalmente satisfatórias de culpa coletiva, mas acusações se transformam em exigências definitivas somente quando pontuamos questões sobre agência, personalidade e responsabilidade transgeracional.

O problema aqui é em parte filosófico e em parte político. Teorias contratuálistas, como a desenvolvida por John Rawls, designam benefícios e custos aos membros de uma “sociedade”; trata-se de uma questão de contrato. Não são teorias globais, uma vez que os sujeitos fora do contrato não serão considerados. Portanto, essas teorias não geram uma resposta clara, tanto a respeito de questões sobre justiça intergeracional quanto sobre uma justa distribuição mundial de custos e benefícios do crescimento econômico. No esforço de retificar essa deficiência, Amartya Sen propôs uma ideia de justiça como “imparcialidade”, no espírito da discussão de Adam Smith sobre o espectador imparcial.^[406] “Faço justiça” aos outros quando os considero imparcialmente, oferecendo a eles a mesma consideração que eu esperaria que fosse a mim oferecida. Devo descontar as diferenças de nacionalidade e a rede de contingências históricas e contratuais que prendem os outros, mas não me prendem. Essa é a atitude – colocada, segundo Sen, mais no sentido de levantar questões do que de fornecer respostas retóricas – que deveria ser adotada quando se discute justiça global.

O poder heurístico da aplicação de Adam Smith é indiscutível. Imparcialidade e justiça caminham de mãos dadas e formam o equilíbrio necessário nas relações interpessoais de prestação de conta discutidas no capítulo 6. A imparcialidade me diz que não devo desconsiderar a situação do indiano empobrecido somente porque ele vive na Índia, ou da mãe sudanesa porque sua luta para sobreviver ocorre no

distante Sudão. Todavia me diz também que não devo desconsiderar as ligações locais de ambos somente por serem exclusivas, ou não respeitar suas lealdades tribais, nacionais e religiosas apenas por serem estranhas a mim. Embora Sen deseje avançar da imparcialidade para um tipo de universalismo esclarecido, ou mesmo para uma visão global consistente do processo político decisório, esse passo não ocorre. Uma visão imparcial da condição humana deve sem dúvida reconhecer que, embora a *oikophilia* seja um dado humano universal, sua manifestação é essencialmente particular, local, nacional e territorial. É nesse sentido que a lealdade transgeracional deve ser compreendida. Faço justiça aos meus antepassados respeitando o seu legado e assumindo a sua vontade. Faço justiça aos meus descendentes na boa intendência dos bens dos quais me faço fiduciário. E podemos fazer justiça aos antepassados e aos descendentes como grupo. Contudo, nenhum ser humano é capaz de globalizar esse sentimento natural, e a tentativa de fazer tal coisa sempre escorregará em atos de repúdio, depois dos quais nenhuma obrigação sobrevive.

De forma inegável, os britânicos se beneficiaram da prosperidade que lhes foi trazida em duzentos anos de emissões de gases poluentes; ao fazerem isso, podem ter limitado as opções hoje disponíveis aos povos africanos. Do ponto de vista moral, herdamos um benefício que para saldar deveríamos fazer o melhor possível. Quais seriam as consequências políticas? Deveria ser o povo britânico – ou o Reino Unido como seu representante – estritamente responsabilizado pelo estrago ambiental sobre a África subsaariana, da mesma forma que o Sr. Rylands foi responsabilizado pela inundação provocada nas minas do Sr. Fletcher? Onde acabaria um raciocínio como esse? De que forma seria possível levantar esse custo para a África? E os benefícios? A energia consumida pelos britânicos permitiu que espalhassem o estado de direito pelo mundo, além de uma pletora de realizações técnicas pela África. Esses benefícios deveriam entrar na conta final? Ou deveriam ser descontados, uma vez que foram espoliados por cleptocratas? Talvez as vinte toneladas *per capita* emitidas pelos americanos de nossos dias façam parte do custo da *pax americana*, sem a qual o mundo estaria (na visão de João, mas não na de Maria) muito mais perigoso do que está.

É claro que não sabemos onde vai dar esse tipo de argumento. Em vez de nos deixarmos levar por especulações sem fim, com base nas quais nenhum político poderia atuar, devemos procurar um princípio claro que permita às nações autodesignadas avaliar suas responsabilidades e compensar as vítimas, sem, contudo, solapar sua liberdade de ação. Uma maciça transferência de recursos do

Ocidente para o resto do mundo, uma política frequentemente defendida pelos Verdes radicais, destruiria a capacidade das potências ocidentais de tomar as medidas de que todos precisamos e que apenas essas potências podem controlar. Um comportamento autodestrutivo desse tipo não traria benefício a ninguém, e certamente não corresponderia às necessidades de justiça global.

Justiça global significa somente alocar os sacrifícios de forma equilibrada entre os agentes que devem fazê-los. Alocação equilibrada não se confunde com alocação igual. Trata-se de uma operação que reconhece a responsabilidade desigual pelo estrago, como também o desigual poder para repará-lo. Os que devem ser acessados incluem nações como Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Mas também incluem as corporações, nacionais e multinacionais e entidades como a Gazprom (máscaras corporativas a serviço de forças políticas e de elites criminosas). Para haver justiça é necessário que os grandes poluidores se comprometam com mais recursos. Estes devem ser destinados a financiar pesquisas em energia limpa e subsidiar a transferência dessa energia para os “países em desenvolvimento”. Por sua vez, isso significa fornecer energia limpa às pessoas que vivem nas porções menos desenvolvidas do planeta, tenham elas ou não o benefício de um governo que represente um “nós” da sociedade. Essa abordagem ao problema da compensação pressupõe os conceitos defendidos neste livro: identidade nacional, responsabilidade transgeracional e preferência por iniciativas descentralizadas. O grau de dificuldade para implantar essa ansiada abordagem ainda nos é desconhecido. Mas a alternativa – a pantomima ocidental, seguida de mais transferência de recursos aos cleptocratas africanos – deixará o planeta Terra na mesma condição temerária que se encontra hoje.

Apêndice II | Como Deveríamos Viver?

Nossa tradição de filosofia moral é o produto de pensadores que viveram em condições de escassez, sem a consciência de que usavam recursos finitos dos quais seus sucessores dependeriam. As tensões do julgamento moral sinalizadas por esses pensadores são sempre tensões entre a busca da felicidade e o senso de dever. Para o kantiano, o dever é uma realidade totalizante, e a busca da felicidade a ele se subordina. Para o aristotélico, a felicidade constitui o bem último, e a virtude é o meio para alcançá-la: a conduta em relação aos outros deve ser governada pelas demandas da amizade e da justiça. Nenhuma regra clara parece emergir da moralidade aristotélica, do mesmo modo que somente um frio e proibitivo relato da virtude humana emerge dos seguidores de Kant. Logo, muito antes da crise ambiental, os filósofos não falavam em uníssono sobre como devemos viver. Não obstante, a esperança era de que uma vida de virtude e uma vida calcada no dever coincidiriam em circunstâncias normais, e que ambas receberiam o apoio de nossos sentimentos piedosos.

Durante a época desses filósofos, o desassossegado equilíbrio entre homem e natureza era ajustado pelo conflito e pela doença. Esse equilíbrio foi fatalmente perturbado pela ciência médica, e a forma usual de retornar a ele – por meio de epidemias devastadoras – não deve ser buscada ou ansiada. Nesses tempos pretéritos, considerava-se uma virtude sacrificar a si mesmo pelos filhos. Vida em família, respeito aos pais e amor aos filhos eram o campo fértil da vida moral, e

evitá-los provocava vergonha. A questão da superpopulação não estava na agenda, e a finitude dos recursos era vista como parábola da mortalidade humana, e não como um desastre próximo e urgente. Mas uma forma de compreender esse primeiro grito lúgubre da era moderna – o anúncio de Zaratustra do *Übermensch*, ao mesmo tempo artista e acrobata, ainda que nem pai nem rei – é como um chamado para refazer a humanidade. Seremos a espécie que dará as costas à reprodução, a espécie que acabará consigo mesma.^[407]

A caridade nos exorta a ajudar o pobre e o doente, e assim aumentamos o fardo sobre a Terra. Nossas obrigações, tanto para com o próximo quanto para com o estranho, solicitam o uso da medicina moderna, que nos convida a consumir recursos cuja reposição não podemos garantir. A virtude cardinal da temperança traz uma derivação ecologicamente positiva. Mas a virtude da justiça nos proíbe de impor a temperança sobre populações que apenas recentemente começaram a desfrutar da riqueza e da liberdade que nós e nossos ancestrais conhecemos há um século ou mais. Compaixão pelas necessidades dos que agora vivem pode nos levar a desenvolver, explorar ou mesmo destruir os recursos naturais, ao passo que a piedade aponta para o sentido contrário, proibindo-nos de tocar as paisagens amadas ou perturbar delicados ecossistemas, sem levar em conta que isso pode prejudicar interesses e necessidades existentes. Assim que foi publicado o livro de Rachel Carson *Primavera Silenciosa*, houve uma forte campanha contra o uso do DDT, que matava os insetos e toda a cadeia alimentar da qual faziam parte. A campanha foi mundialmente bem-sucedida. Como resultado, a população de mosquitos na África foi às alturas, e muitos milhões de crianças que poderiam ter sobrevivido morreram de malária.^[408]

À luz de conflitos como esses, reais ou incipientes, pode-se supor que a moral tenha de ser inteiramente repensada para reconciliar, caso seja possível, dever pessoal e piedade ecológica. A Terra não nos impõe uma reivindicação?^[409] Não deveríamos nos esforçar para deixar a menor marca possível de carbono; tratarmos o planeta como uma mãe vulnerável diante da qual é preciso ter gratidão e amor; respeitarmos as obras da natureza e comer apenas o que foi devidamente semeado e colhido – talvez pararmos de comer os animais – e viver frugalmente e na quietude como um monge tibetano?

Sempre que leio o moralizante discurso “mais santo que vós” dos ecoxiitas, confesso que o espírito caçador cresce dentro de mim. Ouço a voz de Aristóteles a exaltar as virtudes da liberalidade e da magnanimidade, recordando-me que a

justiça, sem a amizade, é apenas uma virtude manca, e que a amizade significa a busca compartilhada do bem, em que dar e receber, ter coragem e enfrentar o perigo faz parte do acordo. Os ecoxiitas se encaixam desajeitadamente nesse quadro e se inclinam a colocar uma mortalha sobre o convívio humano, conscientes da sujeira deixada em nossas festanças. Gostaria de pensar que retidão ambiental não exige de mim a renúncia aos prazeres da vida, não especialmente os prazeres societários de uma espécie privilegiada, capaz de comer qualquer outra que se coloque em sua frente.

A solução, parece-me, é cuidar do lar, vivendo não de forma frugal, mas com temperança, não de forma mesquinha, mas em posse de uma generosidade prudente, que permita embelezar e renovar o território em que se vive e a comunidade à qual se está ligado. É claro que importa o que comemos – devemos ser cuidadosos para não comprarmos produtos que chegaram a nós pela via da destruição. Logo, não deveríamos ir ao supermercado; deveríamos comer a carne apenas de animais cuidados ou caçados de modo não cruel e de forma sustentável; deveríamos evitar produtos embalados e consumir alimentos produzidos localmente. E, talvez, passar as férias em casa, ou de qualquer forma em um lugar familiar e constantemente visitado ao qual pudéssemos chegar sem precisar incendiar o planeta. Não deveríamos criar animais domésticos ambientalmente destrutivos e carnívoros como cães e gatos. Deveríamos viver entre famílias, compartilhando os recursos, não para dividir o calor do corpo no aconchego, embora isso também seja bom, mas para gerar o recurso espiritual do qual a Terra depende: o lar e nossa ligação a ele.

Esses preceitos são predicados sobre a riqueza e a liberdade, aos quais só se renuncia a um custo que a maior parte de nós não está disposta a pagar. São ajustes pequenos – bons para a alma, e que reforçam o melhor de nossas motivações. Mas são, essencialmente, dispositivos consoladores da consciência; requerem pouco de nós, e nada que achemos difícil de suportar, exceto, talvez, a injunção para vivermos entre famílias. A parte difícil é colocar a *oikophilia* em prática. Isso significa combinar-se com terceiros a fim de viver a vida cívica; significa resistir à entropia, seja quando ela vem de baixo, na forma de niilismo social, ou de cima, na forma de decretos *oikofóbicos*; significa criar e sustentar vizinhanças. Significa passar ativamente, para a próxima geração, tudo o que temos de conhecimento e de competência, imbuindo nossos sucessores com um espírito de intendência zelosa pelo bem comum que nós, em nossas próprias ações, lhes mostramos. Esse é um

trabalho árduo e requer paciência e sacrifício. Todavia, “melhor é a comida de hortalica, onde há o amor, do que o boi cevado, e com ele o ódio”.

Bibliografia

- ABBEY, Edward. *The Monkey Wrench Gang*. Salt Lake City: Dream Garden Press, 1975.
- ADAMS, John. *Risk*. London: Routledge, 1995.
- ADORNO, Theodor W. *Minima Moralia: Reflections on a Damaged Life*. Berlin: Suhrkamp, 1951.
- _____; HORKHEIMER, Max. *Dialectic of Enlightenment*, London: Verso, 2008.
- ALBRECHT, G. "Solastalgia, A New Concept in Human Health and Identity". In: *Philosophy Activism Nature*, 3, 2005, p. 41-55.
- ALEXANDER, Christopher. *The Nature of Order*, 4 volumes. Berkeley: Center for Environment Structure, 2002.
- ANDERSON, Terry; LEAL, Donald. *Free Market Environmentalism*. London: Palgrave Macmillan, 2001.
- APEL, Karl-Otto. "The Ecological Crisis as a Problem of Discourse Ethics". In: *Ecology and Ethics*, AOfsti (ed.). Trondheim: Tapir-Trykk, 1992.
- ARISTOTLE. Seir Ernest Barker (ed.); STALLEY, R. F. *The Politics*. Oxford University Press, 1994.
- ARON, Leon. "Russia's 'Monotown's' Time-Bomb". In: *AEI Russian Outlook*, outubro de 2009, www.aei.org/outlook/100080.
- ARROW, Kenneth J. *Social Choice and Individual Values*. New Haven: Yale University Press, 1990.
- ARROW, Kenneth J. *Essays in the Theory of Risking-Bearing*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1976.
- EVERY, Alex. *The Truth About Organic Foods*. London: Henderson Communications, 2006.
- AXELROD, Robert. *The Evolution of Co-operation*, ed. rev. New York: Basic Books, 2006.
- BAIRD, Callicott (ed.). *Companion to a Sand County Almanac: Interpretative and Critical Essays*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

- BALFOUR, Eve. *The Living Soil*. London: Faber&Faber, 1943.
- BARKER, Paul. *The Freedoms of Suburbia.*, London: Frances Lincoln, 2009.
- BARNETT, Anthony; SCRUTON, Roger (eds.); *Town and Country*. London: Vintage, 1999.
- BARRELL, John. *The Dark Side of the Landscape: The Rural Poor in English Landscape Painting 1730-1840*. Cambridge University Press, 1980.
- BATE, Roger. *Saving Our Streams: The Role of the Anglers' Conservation Association in Protecting English and Welsh Rivers*. London: Institute of Economic Affairs, 2001.
- BAUM-SNOW, Nathaniel. "Changes in Transportation Infrastructure and Commuting Patterns in US Metropolitan Areas, 1960-2000". In: *American Economic Review: Papers and Proceedings*, maio de 2010.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.
- BECKEL, Eric J. "The Climate Engineering Option: Economics and Policy Implications". Center for International Energy and Environmental Policy, University of Texas at Austin, 2010.
- BECKERMAN, Wilfred. *In Defense of Economic Growth*. London: Jonathan Cape, 1974.
- BELIEN, Paul. *A Throne in Brussels: Britain, the Saxe-Coburgs and the Belgianization of Europe*. London: Imprint Academic, 2005.
- BENEDICT, Ruth. *Patterns of Culture*. Boston: Houghton Mifflin, 1934.
- BENTHAM, Jeremy. "Anarchical Fallacies; being an Examination of the Declaration of Rights Issued during the French Revolution". In: *The Works of Jeremy Bentham*, vol. 2. London: Elibron Classics, 2005.
- BERGSTEN, C. Fred; FREEMAN, Charles; LARDY, Nicholas R; MITCHELL, Derek J. *Chinas's Rise: Challenges and Opportunities*. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2008.
- BERGSON, Henri. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: Libr. Felix Alcan, 1889.
- BERKOW, Jerome; COSMIDES, Leda; TOOBY, John. *The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture*. New York: Oxford University Press, 1995.
- BERRY, Wendell. *The Unsettling of America*. San Francisco: Sierra Club Books, 1977.
- _____. *The Gift of Good Land: Further Essays Cultural and Agricultural*. San Francisco: North Point, 1981.
- BIRNBACHER, Dieter. *Verantwortung für zukünftige Generationen*. Frankfurt am Main: Reclam, 1995.
- _____. (ed). *Ökologie und Ethik*. Stuttgart: Reclam, 1988.
- BODY, Sir Richard. *Agriculture, the Triumph and the Shame*. London: Temple Smith, 1982.
- BONEVAC, Daniel. "Is Sustainability Sustainable?". In: *Academic Questions*, 23.1, março de 2010, p. 84-101.
- BOOKER, Christopher; NORTH, Richard D.; *Scared to Death. From BSE to Global Warming: Why Scares are Costing Us the Earth*. London: Continuum, 2009.
- BOVÉ, José; DUFOUR, François. *The World Is Not for Sale: Farmers Against Junk Food*. London: Verso, 2001.
- BOWLBY, John. *Attachment*, 2. ed. New York: Basic Books, 1999.
- _____. *Separation*. New York: Basic Books, 2000.
- _____. *Loss*. London: Pimlico, 1998.

- BRADSHER, Keith. "China Leading Global Race to Make Clean Energy". In: *New York Times*, 31 de janeiro de 2010.
- BRAHIC, Catherine. "Packaging Waste: Facts and Figures". In: *New Scientist Environmental Blog*. www.newscientist.com/blog/environment/2007_03_01_archive.html, 2007.
- BRAMWELL, Anna. *Ecology in the 20th Century: A History*. New Haven, Yale University Press, 1989.
- Brent Spar Dossier. Shell Oil website: www-static.shell.com/static/gbr/downloads/e_and_p/brent_spar_dossier.pdf, 2008.
- BRODY, Hugh. *Eden*. London: North Point Press, 2001.
- BROOKS, Arthur, C. *Gross National Happiness*. New York: Basic Books, 2008.
- _____. *The Battle: How the Fight Between Enterprise and Big Government Will Shape America's Future*. New York: Basic Books, 2010.
- BROOME, John. *Weighing Lives*. London e New York: Oxford University Press, 2004.
- BROWER, David. *Wilderness: America's Living Heritage*. San Francisco: Sierra Club Books, 1961.
- BROWER, Michael. *Cool Energy: Renewable Solutions to Environmental Problems*, ed. rev. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- BRUEGMANN, Robert. *Sprawl: A Compact History*. University of Chicago Press, 2005.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem et al. *Our Common Future, World Commission on Environment and Development*. Oxford University Press, 1987.
- BUBER, Martin. Trad. de Ronald G. Smith. *I and Thou*, Edimburgh: T & T Clark, 1923.
- BUCHANAN, James. "Rent-seeking, Non-compensated Transfers, and Laws of Succession". In: *Journal of Law and Economics*, 26 de abril de 1983, p. 71-85.
- _____. *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory*. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.
- _____; TULLOCK, Gordon. *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.
- BURKE, Edmund. *Philosophical Enquiry into the Origin of Our Ideas of the Sublime and the Beautiful*. Oxford University Press, 2008.
- _____. *Reflections on the French Revolution*. London: J. M. Dent, 1935.
- CALDER, Nige. Ver Svensmark.
- Canadian Fisheries and Oceans website: www.dfo-mpo.gc.ca/index-eng.htm.
- Carbon Sequestration Leadership Forum website: www.cslforum.org.
- CARLSON, Allan. *The New Agrarian Mind: The Movement Toward Decentralism Thought in the Twentieth Century America*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2000.
- CARSON, Rachel. *Silent Spring*. London: Hamish Hamilton, 1963.
- CHAKRABORTY, R. N. "Sharing Culture and Resource Conservation in Hunter-Gatherer Societies". In: *Oxford Economic Papers*, 59.1; janeiro de 2007, p. 63-88.
- CHANG, Jung; HALLIDAY, Jon. *Mao: The Unknown Story*. London: Jonathan Cape, 2004.

- CHASE, Alston. *Playing God in Yellowstone: The Destruction of America's First National Park*. New York: Harcourt Brace, 1986.
- Chasemere v. Richards*. [1859] 7 H. L. Cas. 349.
- CHRISTIE Ian; WARBURTON, Diane. *Real World Coalition, From Here to Sustainability*. London: Earthscan, 2001.
- Clark, Stephen, "Gaia and the Forms of Life". In: R. Elliot e A. Gare (eds.), *Environmental Philosophy: A Collection of Readings*. New York: University of Queensland Press, 1983.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. New York: Everyman's Library, 1993.
- CLEMENT, Mathew. "Rice Imperialism: The Agribusiness Threat to Third World Rice Production". www.bulatlat.com, 8 a 14 de fevereiro de 2004.
- COASE, Ronald, "The Problem of Social Cost". In: *Journal of Law and Economics*, 3 de outubro de 1960.
- COBBETT, William. *Rural Rides*. New York: Cosimo Classics, 2005.
- COHN, Norman. *The Pursuit of the Millennium*. London: Pimlico, 1993.
- COLE, H. S. D.; FREEMAN, C; JAHODA, M; PAVITT, K. L. R. *Thinking About the Future: A Critique of the Limits to Growth*. London: Sussex University Press, 1973. Publicado nos Estados Unidos como *Models of Doom: A Critique of the Limits to Growth*. New York: Universe Books, 1975.
- COLLIGAN, Douglas. "Brace Yourself for Another Ice Age". In: *Science Digest*, fevereiro de 1973.
- Common Tragedies *website*: commontragedies.wordpress.com.
- Competitive Enterprise Institute *website*: cei.org.
- CONGDON, Tim. *The City of London under Threat*. London: Bruges Group, 2009.
- CORELL, R. W.; HASSOL, S. J.; MELILLO, J.; "Emerging Challenges – Methane from the Arctic: Global Warming Wildcard". In: *UNEP Year Book 2008: An Overview of Our Changing Environment*. United Nations Environment Program, Stevenage, 2008.
- COSTANZA, Robert; PERRINGS, Charles. "A Flexible Assurance Bonding System for Improved Environmental Management". In: *Ecological Economics*, 2.1, abril de 1990, p. 57-75.
- Curtis, Glenn E. (ed.). *Poland: A Country Study*. Washington, D.C., GPO for the Library of Congress, Federal Research Division of the Library of Congress, 1992.
- CURZON PRICE, Tony. "Can Beauty Be Preserved?". In: Barnett e Scrutton.
- DALRYMPLE, Theodor. "The Architect as Totalitarian". In: *City Journal*, 19.4, outono de 2009.
- DALY, Herman E. *Steady-State Economics: The Economics of Biophysical Equilibrium and Moral Growth*. San Francisco: W. H. Freeman, 1977.
- _____. *Beyond Growth: The Economics of Sustainable Development*. Boston: Beacon Press, 2000.
- DARWALL, Stephen. *The Second-Person Standpoint: Morality, Respect, and Accountability*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.
- DARWIN, C. (ed.). Gillian Beer, *On the Origin of Species*. New York: Oxford University Press, 2008.
- _____. Michael T. Ghiselin, *The Descent of Man*. Mineola, NY: Dover, 2009.

- DASGUPTA, Partha; HEAL, Geoffrey. *Economic Theory and Exhaustible Resources*. Cambridge University Press, 1995.
- _____; _____. “The Optimal Depletion of Exhaustible Resources”. In: *Review of Economic Studies*, Symposium on the Economics of Exhaustible Resources: 41, 1974, p. 3-28.
- DAVID, Paul A. “The Historical Origins of ‘Open Science’: An Essay on Patronage, Reputation and Common Agency Contracting in the Scientific Revolution”. In: *Capitalism and Society*, 3.2 artigo 5, 2008, www.bepress.com/cas/vol3/iss2/art5.
- DAVIES, Antony; YAKOLEV, Pavel. “Myths and Realities Surrounding the State Tax”. American Family Business Foundation, <http://www.antolin-davies.com/research/estate.pdf>, 2009.
- DAWIDOFF, Nicholas. “The Civil Heretic”. In: *New York Times Magazine*, 25, março de 2009.
- DAWKINS, Richard. *The Selfish Gene*, 2. ed. Oxford University Press, 2009.
- DEMUTH, Christopher C.; GINSBURG, Douglas H.; “Rationalism in Regulation”. In: *Michigan Law Review*, 108.6, abril de 2010, p. 877-912.
- DIAMOND, Jared. *Collapse: How Societies Choose or Fail to Survive*. London: Allen Lane, 2005.
- DOBSON, Andrew (ed.). *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability*. Oxford University Press, 1999.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*. Berkeley: University of California Press, 1983.
- DRUCKER, Peter. *Post-Capitalist Society*. New York: Harper Business, 1993.
- DURKHEIM, Émile. Trad. de Joseph W. Swain. *The Elementary Forms of the Religious Life*. Mineola, NY: Dover, 2008.
- DURODIÉ, Bill. “Plastic Panics: European Risk Regulation in the Aftermath of BSE”, em Morris.
- DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. London: Duckworth, 1977.
- Ebbesmeyer, Curtis, e Scigliano, Eric, Flotsametrics and the Floating World, Washington, D.C., Smithsonian, 2009.
- EHRlich, Paul. *The Population Bomb*. Cutchogue, NY: Buccaneer Books, 1968.
- ETHERINGTON, John. *The Wind Farm Scam*. London: Stacey International, 2009.
- EVELYN, John (ed.); HUNTER, Alexander. *Silva: or, A Discourse of Forest-Trees*. York: T. Wilson & R. Spence, 1801.
- FAIRLIE, Simon. *Low Impact Development: Planning and People in a Sustainable Countryside*. Charlbury: Jon Carpenter, 1996.
- FATTAL, Antoine. *Le statut légal des non-musulmans en pays d’Islam*. Beirut: Imprimerie Catholique, 1958.
- FEISBACH, Murray. *Ecocide in the USSR*. New York: Basic Books, 1992.
- FERGUSSON, Adam. *The Sack of Bath*. Salisbury: Compton Russell, 1973.
- FLEMING, James Rodger. *Historical Perspectives on Climate Change*. New York: Oxford University Press, 1998.

- FOREMAN, David; HAYWOOD, Bill. *Ecodefense: A Field Guide to Monkeywrenching*, 3. ed. Chico, CA: Abzbug Press, 2002.
- FOX, Warwick. *Toward a Transpersonal Ecology: Developing New Foundations for Environmentalism*. Boston: Shambhala, 1990.
- FRAKES, L. A. *Climates Throughout Ecologic Time*. Amsterdam: Elsevier Press, 1979.
- FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Free to Choose: A Personal Statement*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1980.
- FRIEDMAN, Thomas. *Lexus and the Olive Tree*, ed. rev. London e New York: HarperCollins, 1999.
- FURET, François, *Penser la Révolution Française*, Paris, Gallimard, 1978.
- GARNAUT, Ross; HOWES, Stephen; JOTZO, Frank; SHEEHAN, Peter. “The Implications of Rapid Developments for Emissions and Climate-change Mitigation”, em Helm and Hepburn.
- GARREAU, Joel. *Edge City: Life on the New Frontier*. New York: Doubleday, 1991.
- GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Culture*, 1973. New York: Basic Books, reimpresso em 2009.
- GIDDENS, Anthony. *The Politics of Climate Change*. Cambridge: Polity, 2009.
- GIRARD, René. *La Violence et le Sacré*. Paris: Hachette, 1972.
- _____. *Des Choses Cachées Depuis la Fondation du Monde*. Paris: Hachette, 1978.
- GOLDSMITH, Zac. *The Constant Economy: How to Create a Stable Society*. London: Atlantic Books, 2009.
- GOODMAN, Ellen. “No Change in Political Climate”. In: *Boston Globe*, 9 de fevereiro de 2007.
- GOODSTEIN, Eban S. *Economics and the Environment*, 5. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2008.
- GOSSELIN, Peter. *High Wire: The Precarious Financial Lives of American Families*. New York: Basic Books, 2008.
- GRAHAM, John D.; WIENER, Jonathan Baert (eds.). *Risk vs. Risk: The Tradeoffs in Protecting Health and the Environment*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- GRAY, John. *Beyond the New Right*. London e New York: Routledge, 1993.
- GREEN, Kenneth P. *Plain English Guide to the Science of Climate Change*. Washington, D.C.: Reason Public Policy Institute, 1997.
- _____; MATHUR, Aparna. “A Green Future for Just Pennies a Day?”. In: *The American*, 19 de fevereiro de 2010. www.aei.org/publication/a-green-future-for-just-pennies-a-day/.
- GREGG, Samuel; STONER Jr., James R. (eds.). *Profit, Prudence and Virtue: Essays in Ethics, Business and Management*. Exeter: Imprint Academic, 2009.
- _____; _____. *Rethinking Business Management: Examining the Foundations of Business Education*. Princeton: Witherspoon Institute, 2008.
- GRÜNBERG, Slawomir (dir.). *Chelyabinsk: The Most Contaminated Spot on the Planet*. Log In Productions, 1995.
- HAHN, Robert W. “The Politics and Religion of Clean Air”. In: *Cato Review of Business and Government*, 1990. www.cato.org/pubs/regulation/regv13n1/v13n1-3.pdf, 1990.

- _____. (ed.). *Risks, Costs, and Lives Saved: Getting Better Results from Regulation*. Oxford University Press, 1996.
- HAIDT, Jonathan. *The Happiness Hypothesis: Finding Modern Truth in Ancient Wisdom*. New York: Basic Books, 2005.
- _____; GRAHAM, Jesse. "Planet of the Durkheimians: Where Community, Authority and Sacredness are Foundations of Morality". In J. T. Jost, A. C. Kay e H. Thorisdottir (eds.), *Social and Psychological Foundations of Morality*. New York: Oxford University Press, 2009.
- HANSEN, James. *Storms of My Grandchildren: The Truth About the Coming Climate Catastrophe*. New York: Bloomsbury, 2009.
- HARDIN, Garret. "The Tragedy of the Commons". In: *Science*, 162, 12 de dezembro de 1968, p. 1243-48.
- HARVEY, Graham. *The Killing of the Countryside*. London: Jonathan Cape, 1997.
- HAYEK, Friedrich A. *Individualism and Economic Order*. University of Chicago Press, 1948.
- HAYWARD, Stephen; GREEN, Kenneth P. "Waxman-Markey: An Exercise in Unreality". In: *AEI Energy and Environment Outlook*, 3 de julho de 2009. www.aei.org/publication/waxman-markey-an-exercise-in-unreality/.
- HECKMAN, James J.; NELSON, Robert L.; CABATINGAN, Lee. *Global Perspectives on the Rule of Law*. London: Routledge, 2010.
- HEGEL, G. W. F. Trad. Stephen Houlgate. *Outlines of the Philosophy of Right*. Oxford University Press, 2008.
- HEIDEGGER, Martin. *Poetry, Language, Thought*. New York: Harper & Row, 1971.
- _____. *The Question Concerning Technology and Other Essays*. New York: Harper & Row, 1977.
- _____. *Hölderlin's Hymn "The Ister"*. Trans. William MacNeill e Julia Davis. Bloomington: Indiana University Press, 1996.
- _____. *Being and Time*. Ed. Harper Perennial Modern Thought. New York: Harper, 2008.
- HELD, David; MCGREW, Anthony; GOLDBLATT, David; PERRATON, Jonathan. *Global Transformations: Politics, Economics, and Culture*. Cambridge: Polity, 1999.
- HELM, Dieter. "Climate-change Policy: Why Has So Little Been Achieved?", em Helm and Hepburn.
- _____; HEPBURN, Cameron (eds.). *The Economics and Politics of Climate Change*. Oxford University Press, 2009.
- HIRSCH, Fred. *Social Limits to Growth*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.
- HIRST, Paul. "Can Rutland learn from Jutland?", em Barnett e Scruton.
- HOBBS, Thomas. Ed. Aloysius Martinich. *Leviathan*, ed. rev. Peterborough, Ont.: Broadview, 2010.
- HOFF SOMMERS, Christina. *The War Against Boys*. New York: Touchstone, 2001.
- HOFFER, Eric. *The True Believer: Thoughts on the Nature of Mass Movements*. New York: Harper & Row, 1951.
- HOLLANDER, Jack M. *The Real Environmental Crisis: Why Poverty, not Affluence, is the Environment's Number One Enemy*. Berkeley: University of California Press, 2003.

- HOLLING, C. S. "Resilience and Stability of Ecological Systems". In: *Annual Review of Ecology and Systematics*, 4, novembro de 1973, pp. 1-23.
- HOSKINS, W. G. *The Making of the English Landscape*. London: Hodder & Stoughton, 1955.
- HOUGHTON, Sir John. *Global Warming*, 4. ed. Cambridge University Press, 2010.
- HULME, Mick. *Why We Disagree About Climate Change*. Cambridge e New York: Cambridge University Press, 2010.
- HUSSERL, Edmund. *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie: eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie*, 1954. The Hague: Martinus Nijhoff, reimpresso em 1962.
- IPCC Report (2007): publicado pela Cambridge University Press, disponível em www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wgl/ar4-wgl-spm-pdf.
- JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*, 1961. New York: Random House, reimpresso em 2002.
- JACOBY, Henry D.; BABIKER, Mustafa H.; PALTSEV, Sergey; REILLY, John M. "Sharing the Burden of GHC Reductions", MIT Joint Program on the Science and Policy of Global Change, relatório n. 167, 2008.
- JAMIESON, Dale. "The Ethics of Geo-Engineering". In: *People and Place*. www.peopleandplace.net/2009/05/13/the-ethics-of-geoengineering/, 2009.
- JEFFERIES, Richard. *The Amateur Poacher*. Cambridge University Press, 2001.
- _____. *The Story of My Heart: My Autobiography*. London: Macmillan, 1968.
- JENKINS, Jennifer. *Remaking the Landscape: The Changing Face of Britain*. London: Profile Books, 2002.
- JOISTEN, Karen. *Philosophie der Heimat: Heimat der Philosophie*. Berlin: Akademie Verlag, 2003.
- JONAS, Hans. *The Imperative Responsibility*, tradução inglesa. University of Chicago Press, 1984.
- JONES, Laura; WALKER, Michael (eds.). *The Case for Individuals Transferable Quotas in the Salmon Fishery of British Columbia*. Vancouver: Fraser Institute, 1997.
- KANT, Immanuel. Trad. Nicholas Walker. *Critique of Judgment*. Oxford University Press, 2008.
- KAUFFMAN, Robert K.; KAUPPI, Heikki; MANN, Michael L.; STOCK, James H. "Reconciling Anthropogenic Climate Change with Observed Temperature 1998-2000". In: *Proceeding of the National Academy of Sciences*, 19 de julho de 2011, vol. 108, n. 29.
- KEELEY, J. E.; CARRINGTON, M.; TRNKA, S. "Overview of Management Issues Raised by the 1993 Wildfires in Southern California". In: *Brushfires in California Wildlands: Ecology and Resource Management*. International Association of Wildland Fire, Fairfield, WA, 1995.
- KELLER, David R. (ed.). *Environmental Ethics*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2010.
- KINGSNORTH, Paul. "Cancun: Why You Should Care". In: *Ecologist*, 33-5, junho de 2003.
- _____. *Real England: The Battle Against the Bland*. London: Portobello Books, 2008.
- KIRBY, Alex. "Brent Spar's Long Saga", *BBC News*. news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/218527.stm, 25 de novembro de 1998.
- KIRSCH-STRACKE, Roswitha; WICHE, Julia. *Der Heimatbegriff in der nachhaltigen Entwicklung: Inhalte, Chancen und Risiken*. Weikersheim: Margrave, 2005.

- KLECKNER, Dean. "Species Law Was Its Own Worst Enemy". In: *Chicago Tribune*, 11 de dezembro de 1993.
- KLEIN, Naomi. *No Logo*. New York: Picador, 2000.
- KNIGHT, Richard Payne. *An Analytical Inquiry into the Principle of Taste*. London: 1805.
- KORSGAARD, Christine. *Creating the Kingdom of Ends*. Cambridge University Press, 1996.
- KOTKIN, Joel. *The Next Hundred Million: America in 2050*. New York: Penguin Books, 2010.
- KOWALSKY, Natham (ed.). *Hunting – Philosophy for Everyone: In Search of the Wildlife*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- KREBS, Angelika. *Ethics of Nature: A Map*. Berlin: Gruyter, 1999.
- _____. (ed.). *Naturethik: Grundtexte der gegenwärtigen tier-und ökoethischen Diskussion*. Frankfurt: Suhrkamp, 1977.
- KRIER, Leon. *Architecture: Choice or Fate*. London: Andreas Papadakis Publishers, 1998.
- _____; THADANIM, Dhiru A. et al. *The Architecture of Community*. Washington, D.C.: Island Press, 2009.
- KRUGMAN, Paul. *The Self-Organizing Economy*. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.
- KRUTILLA, John V. "Conservation Reconsidered". In: *American Economics Review*, 57, setembro de 1967, pp. 787-96.
- KUNDERA, Milan. *The Unbearable Lightness of Being*. New York: Harper & Row, 1984.
- KUNSTLER, James Howard. *The Geography of Nowhere: The Rise and Decline of America's Man-Made Landscape*. New York: Simon & Schuster, 1993.
- _____. "Sprawl". In: *Salmagundi*, 152, outono de 2006.
- _____. *The Long Emergency: Surviving the Converging Catastrophes of the Twenty-First Century*. New York: Grove Press, 2005.
- KURLANSKY, Mark. *Cod: A Biography of a Fish that Changed the World*. London: Vintage, 1999.
- LAMB, Sir Hurbert. *Climate: Past, Present and Future*, 2 vols. London: Methuen, 1972, 1977.
- LANE, Lee. *Strategic Options for Bush Administration Climate Policy*. Washington, D.C.: AEI Press, 2006.
- _____. MONTGOMERY, David W.; SMITH, Anne E. "Institutions for Developing New Climate Solutions", *Proceedings of the International Seminars on Planetary Emergencies*, 42nd session, 19 de agosto de 2009. www.aei.org/publication/institutions-for-developing-new-climate-solutions/.
- LATHAM, John. "Amelioration of Global Warming by Controlled Enhancement of the Albedo and Longevity of Low-Level Maritime Clouds". In: *Atmospheric Science Letters*, 3.2-4, 2002, p. 52-58.
- LEA, Ruth. "The Common Fisheries Policy and the Wreckage of an Industry". London: Institute of Directors Policy Study, dezembro de 2002.
- LÊNIN, Vladimir I. "What is to be done?". In: *Iskra*, 4 de maio de 1901.
- LEOPOLD, Aldo. "The Ecological Conscience". In: *Journal of Soil and Water Conservation*, 3 de julho de 1948, pp. 109-12.
- _____. *A Sand County Almanac and Sketches Here and There*, 1949. New York: Oxford University Press, reimpresso em 1993.

LEWIS, Meriwether; CLARK, William. *The Journals of Lewis and Clark*, 1804-6, online no website do Project Gutenberg. www.gutenberg.org/etext/8419.

LIEBERMAN, Ben. "The European Experience with Cap and Trade". Testemunho diante do Comitê de Relações Internacionais, Senado dos Estados Unidos, 8 de julho de 2009. www.heritage.org/research/testimony/the-european-experience-with-cap-and-trade.

LINDZEN, Richard S. "Global Warming: The Origin and Nature of the Alleged Scientific Consensus". In: Proceedings of the OPEC Seminar on the Environment, 1992. Cato Institute website: www.cato.org.

_____; CHOI, Yong-Sang. "On the Determination of Climate Feedbacks from ERBE Data". In: *Geophysical Research Letter*, 36. 16 de agosto de 2009.

LOCKE, John. *Of Civil Government; Second Treatise*. Chicago: H. Regnery, 1971.

LOMBORG, Bjorn. *The Skeptical Environmentalist: Measuring the Real State of the World*. Cambridge University Press, 2001.

LOVELOCK, James. *Gaia: A New Look at Life on Earth*. Oxford University Press, 1979.

_____. *The Revenge of Gaia*. New York: Basic Books, 2006.

LUCAS, John. "Assess the Cost of Error". In: *Risk of Freedom Briefing*, 5 de outubro de 2000.

LYNAS, Mark. *Six Degrees: Our Future on a Hotter Planet*. Washington, D.C.: National Geographic, 2007.

MABEY, Richard. *The Common Ground: The Place for Nature in Britain's Future*. London: Hutchinson em associação com o Nature Conservancy Council, 1980.

MACFARLANE, Alan. *The Origins of English Individualism: The Family, Property and Social Transition*. Oxford: Blackwell, 1978.

MACFARQUHAR, Roderick; SCHOENHALS, Michael. *Mao's Last Revolution*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2006.

MACKAY, David J. C. *Sustainable Energy – Without the Hot Air*. Cambridge, UIT Cambridge Ltd., 2009.

MADDOX, J. *The Doomsday Syndrome*. London: Macmillan, 1972.

MAISTRE, Joseph, Comte de. *Le Principe Générateur des Constitutions*. Lyon : J. P. Pelagaud, 1809.

MAITLAND, F. W; (eds.) A. H. Chaytor e W. J. Whittaker. *Equity*. Cambridge University Press, 1909.

_____; (eds.) David Runciman e Magnus Ryan. *State, Trust and Corporation*. Cambridge University Press, 2003.

MALLOCH, Ted. *Spiritual Enterprise: Doing Virtuous Business*. New York e London: Encounter Books, 2008.

MALTHUS, T. R. *Essay on the Principle of Population*. London: Electric Book, Co., 2001.

MANNISON, Don, et al. *Environmental Philosophy*. Canberra: Australian National University, 1980.

MARCHANT, Gary E.; Mossman, Kenneth L. *Arbitrary and Capricious: The Precautionary Principle in the European Union Courts*. Washington, D.C.: AEI Press, 2004.

MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man*. London: Sphere Books, 1964.

MARRIOTT, Oliver. *Property Boom*, 2. ed. New York: Woodhead Publishing, 1989.

MARSH, George P. *Man and Nature*. Whitefish, MT: Kessinger, 2008.

- MARTIN, Calvin. *Keepers of the Game: Indian – Animal Relationships and Fur Trade*. Berkeley: University of California Press, 1978.
- MASSINGHAM, H. J. *The Wisdom of the Fields*. London: Collins, 1945.
- _____. *The Faith of a Fieldsman*. London: Museum Press, 1951.
- MCCORMICK, John. *Acid Earth*. London: Earthscan, 1989.
- MCLAUGHLIN, Andrew. “The Heart of Deep Ecology”, em Keller.
- MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. *The Limits to Growth*. London: Pan Books, 1972.
- MERTON, Robert K. “The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action”. In: *American Sociological Review*, 1.6, dezembro de 1936, p. 894-904.
- MEYER, Lukas. “Intergenerational Justice”. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, plato.stanford.edu/entries/justice-intergenerational/, 2009.
- MEYER-ABICH, Klaus M. *Aufstand für die Natur*. Munich: C. Hanser, 1990.
- MICHAELS, Patrick J.; BALLING, Robert. *The Satanic Gases: Clearing the Air about Global Warming*. Washington, D.C.: Cato Institute, 2000.
- MILL, J. S. *Principles of Political Economy*, nova edição. Oxford University Press, 2008.
- MISES, Ludwig von. Trad. J. Kahane. *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, nova edição. London: Jonathan Cape, 1951.
- MISHAN, E. J. *The Economic Growth Debate: An Assessment*. London: Unwin Hyman, 1977.
- MITCHINSON, Denis. “The Regulation of Clinical Trials”. OpenDemocracy, 30 de novembro de 2009. www.opendemocracy.net.
- MITSCHERLICH, Alexander e Margarete. *Die Unfähigkeit zu trauern: Grundlagen kollektiven Verhaltens*, 1967. Munich: Piper. Reimpresso em 2007.
- MONBIOT, George. *The Age of Consent*. London: Harper Perennial, 2004.
- MONTFORD, Andrew. *The Hockey Stick Illusion*. London: Stacey International, 2010.
- MORANO, Marc. Climate Depot. <http://climatedepot.com>.
- MORRIS, Julian (ed.). *Rethinking Risk and the Precautionary Principle*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000.
- MORROW, David R.; KROPP, Robert E.; OPPENHEIMER, Michael. “Towards Ethical Norms and Institutions for Climate Engineering Research”. In: *Environmental Research Letters*, 4, 2009, p. 1-8.
- MULGAN, Tim. *Future People: A Moderate Consequentialist Account of Our Obligations to Future Generations*. Oxford University Press, 2006.
- MUMFORD, Lewis. *The City in History*. New York: Harcourt, Brace & World, 1937.
- MURRAY, Charles. *Losing Ground: American Social Policy 1950-1990*. New York: Basic Books, 1984.
- NAESS, Arne. “The Shallow and Deep, Long-Range Ecology Movements, a Summary”. In: *Inquiry*, 16, reimpresso em Keller.

- NELSON, Richard R. "The Market Economy, and the Scientific Commons", um estudo para o Laboratory of Economics and Management em Sant'Anna School of Advanced Studies, Pisa, novembro de 2003. www.lem.sssup.it/WPLem/2003-24.html.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Beyond Good and Evil: Prelude to a Philosophy of the Future*. Arlington, VA: Richer Resources Publications, 2009.
- NORDHAUS, W. D. *Managing the Global Commons: The Economics of Climate Change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- _____. "Global Warming Economics". In: *Science*, 294.5545, 9 de novembro de 2001, p. 1283-84.
- NORTH, Douglass C.; Wallis, John J.; Weingast, Barry R. *Violence and Social Orders*. Cambridge University Press, 2009.
- NORTH, Richard D. *Life on a Modern Planet: A Manifesto for Progress*. Manchester University Press, 1995.
- NOVALIS, ed. Hans-Joachim Mähl. *Das allgemeine Brouillon: Materialien zur Enzyklopädistik 1798-1799*. Hamburg: F. Meiner, 1993.
- NYE, Joseph S.; DONAHUE, John D. *Governance in a Globalizing World*. Washington, D.C., Brookings Institutional Press, 2000.
- O'NEILL, John. "The Varieties of Intrinsic Value". In: *The Monist*, reimpresso em 1992, Keller.
- OAKESHOTT, Michael. *On Human Conduct*. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- Open Europe Blog Team. "The Euro: Rewarding Bad Behavior". openeuropeblog.blogspot.com/2009_12_01_archive.html.
- Organization for Economic Co-operation and Development, *The Polluter Pays Principle: Definition, Analysis, Implementation*. Paris: OECD, 1975.
- OROUSOFF, Nicolai. "Outgrowing Jane Jacobs and Her New York". In: *New York Times*, 30 de abril de 2006.
- ORR, David W. *Earth in Mind: On Education, Environment, and the Human Prospect*. Washington, D.C.: Island Press, 1993.
- _____. "Four Challenges of Sustainability". In: *Conservation Biology*, 16, 6, 2002, p. 1457-60.
- ORWELL, George. *My Country Right or Left 1940-1943: Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*, vol. 2. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1968.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press, 1990.
- PACKARD, Vance. *The Hidden Persuaders*, 1953. Brooklyn: Ig Publishing, reimpresso em 2007.
- PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. Oxford: Clarendon Press, 2007.
- _____. "Overpopulation and the Meaning of Life", em Singer, Peter.
- PASSMORE, John. *Man's Responsibility for Nature: Ecological Problems and Western Traditions*, 2. ed. London: Duckworth, 1974.
- PAUSANIAS, *Description of Greece*, vols. 1-5. New York: Gardners Books, 2007.

- PEARCE, David W.; MARKANDYA, Anil; BARBIER, Edward. *Blueprint for a Green Economy*. London: Earthscan, 1989.
- _____.; TURNER, R. K. *Economics of Natural Resources and the Environment*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- PEARCE, Fred. *With Speed and Violence: Why Scientists Fear Tipping Points in Climate Change*. Boston e Uckfield:, Beacon Press, 2007.
- PEI, Minxin. *China's Trapped Transition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.
- _____. "Will the Chinese Communist Party Survive the Crisis?". In: *Foreign Affairs*, 12 de março de 2009.
- PELTZMAN, Sam. "An Evaluation of Consumer Protection Legislation: The 1962 Drug Amendments". In: *Journal of Political Economy*, 81.5, setembro-outubro de 1973, p. 1049-91.
- _____. "Toward a More General Theory of Regulation". In: *Journal of Law and Economics*, 19.2, agosto de 1976, p. 211-40.
- PERROW, Charles. *The Next Catastrophe*. Princeton University Press, 2007.
- PIECHOCKI, Reinhard. *Landschaft-Heimat-Wildnis: Schutz der Natur – aber welcher und warum?* Munich: C. H. Beck, 2010.
- PIGOU, Arthur C. *The Economics of Welfare*. London: Macmillan, 1920.
- POLLITT, Hector; THOUNG, Chris. "Modelling a UK 80% Greenhouse Gas Emissions Reduction by 2050". In: *New Scientist*, 3 de dezembro de 2009.
- PONTE, Lowell. *The Cooling*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1976.
- PRETTY, Jules; BALL, A. S.; LANG, T.; MORISON, J. I. L. "Farm Costs and Food Miles: An Assessment of the Full Cost of the UK Weekly Food Basket". In: *Food Policy*, 30.1, fevereiro de 2005, p. 1-19.
- Pride of Derby and Derbyshire Angling Association and Earl of Harrington v. British Celanese Ltd., the Derby Corporation and the British Electricity Authority*, [1952] 1 All ER 179.
- PRIEST, George L. "The Invention of Enterprise Liability: A Critical History of the Intellectual Foundations of Modern Tort Law". In: *Journal of Legal Studies*, 14.3, dezembro de 1985, p. 461-528.
- PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- RACKHAM, Oliver. *The History of the Countryside: The Full Fascinating Story of Britain's Landscape*. London: J. M. Dent, 1986.
- RATHNER, Karl. Trad. W. T. O'Hare. *Hominization: The Evolutionary Origin of Man as a Theological Problem*. New York: Herder & Herder, 1965.
- RAND, Ayn. *Atlas Shrugged*. New York: Random House, 2005.
- RASCH, Philip J. et al. "An Overview of Geoengineering of Climate Using Stratospheric Sulphate Aerosols". In: *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 366.1882, 13 de novembro de 2008, p. 4007-37.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2005.
- RAYNER, Steve; MALONE, Elizabeth (eds.). *Human Choice and Climate Change, vol. 1: The Societal Framework*. Columbus, OH: Batelle Press, 1998.

- RAZ, Joseph. *The Authority of Law*, 2. ed. Oxford: Claredon Press, 2009.
- REILLY, Robert. *The Closing of the Muslim Mind*. Wilmington, DE: ISI Books, 2010.
- REITZ, Edgar (dir.). *Heimat*, 3 vols. Edgar Reitz Filmproduktion, 1984, 1992, 2004.
- REVESZ, Richard L.; LIVERMORE, Michael A. *Retaking Rationality: How Cost-Benefit Analysis Can Better Protect the Environment and our Health*. Oxford University Press, 2008.
- RIDLEY, Matt. *The Rational Optimism: How Prosperity Evolves*. London: Fourth Estate, 2010.
- RITSON, Joseph. *Robin Hood: A collection of all the ancient poems, songs, and ballads*. Wakefield: E P Publishing, 1972.
- ROBERTS, Donald; TREN, Richard; com BATE, Roger; e ZAMBONE, Jennifer. *The Excellent Powder: DDT's Political and Scientific History*. Indianapolis: Dog Ear Publishing, 2010.
- ROBOCK, Alan. "Alan Robock's testimony on Geoengineering, 5 de novembro de 2009", House of Committee on Science and Technology Hearing. www.csp.rutgers.edu/csp-posts/archives/77.
- ROLSTON III, Holmes. *Philosophy Gone Wild*. Buffalo, NY: Prometheus Books, 1989.
- _____. "Rights and Responsibilities on the Home Planet". In: *Yale Journal of International Law*, 18.1, 1993, p. 251-79.
- RUSKIN, John. E. T. Cook; Alexander Wedderburn (eds.). *The Works of John Ruskin*, 39 vols. London: George Allen, 1903-12.
- SAGOFF, Mark. *Price, Principle, and the Environment*. Cambridge University Press, 2004.
- SALINGAROS, Nikos. *A Theory of Architecture*. Soligen: Umbau-Verlag, 2006.
- SCANLON, John H. "The Case of Patriotism". In: *New American Review*, 17, maio de 1973, p. 59-100.
- SCHAMA, Simon. *Landscape and Memory*. New York: Alfred Knopf, 1994.
- SCHELER, Max. Trad. William W. Holdheim. *Ressentiment*. New York: Free Press of Glencoe, 1961.
- _____. Trad. Peter Heath. *The Nature of Sympathy*. London: Routledge & Kegan Paul, 1979.
- SHELLING, Thomas. "What Makes Greenhouse Sense?". In: *Foreign Affairs*, 81.3, maio/junho 2002, p. 2-9.
- SCHLINK, Bernhard. *Heimat als Utopie*. Frankfurt: Suhrkamp, 2000.
- SCHULZ, Max. "Emptying Reservoirs in the Middle of a Drought". In: *American Spectator*, setembro de 2009.
- SCHWARTZ, Joel M.; HAYWARD, Stephen F. *Air Quality in America*. Washington, D.C.: AEI Press, 2007.
- SCOTese, Christopher R. "The Paleomap Project". www.scotese.com/climate.htm
- SCRUTON, Roger. *The Aesthetics of Architecture*. Princeton University Press, 1979.
- _____. *Animal Rights and Wrongs*, nova ed. London: Continuum, 2003.
- _____. *Art and Imagination: A Study in the Philosophy of Mind*, 1974, South Bend, IN: St Augustine's Press, reimpresso em 1998.
- _____. *Beauty*. Oxford University Press, 2009.
- SCRUTON, Roger. *The Classical Vernacular: Architectural Principles in an Age of Nihilism*. Manchester: Carcanet, 1992.
- _____. *The Meaning of Conservatism*. Harmondsworth: Penguin Books, 1980.

- _____. *Modern Culture*. London: Continuum, 2004.
- _____. *The Need for Nations*. London: Civitas, 2006.
- _____. *The Palgrave Macmillan Dictionary of Political Thought*. London: Palgrave Macmillan, 2007.
- _____. *The Philosopher on Dover Beach*. South Bend, IN: St. Augustine's Press, 1999.
- _____. *The West and Rest: Globalization and the Terrorist Threat, Wilmington*. DE: ISI Books, 2002.
- _____. "Hayek and Conservatism". In: *The Cambridge Companion to Hayek*. Edward Feser (ed.). Cambridge University Press, 2007.
- _____. "The Sacred Pursuit", em Kowalsky.
- _____. "Virtue and Profit". In: Gregg e Stoner, *Profit and Prudence*.
- SEEL, Martin. *Eine Ästhetik der Natur*, Frankfurt am Main Suhrkamp, 1991.
- SELF, Will. *The Book of Dave*. London: Viking, 2006.
- SELYE, Hans. *The Physiology and Pathology of Exposure to Stress: A Treatise Based on the Concepts of the General-Adaptation-Syndrome, and the Diseases of Adaptation*. Montreal: Acta, 1950.
- SEN, Amartya. *The Idea of Justice*. London: Allen Lane, 2009.
- SESSIONS, George. *Deep Ecology for the Twenty-First Century*. Boston: Shambhala, 1995.
- SHUTKIN, William A. *The Land that Could Be: Environmentalism and Democracy in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.
- SIKORA, R I.; BARRY, Brian (eds.). *Obligations to Future Generations*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1978.
- SILBER, John. *Architecture of the Absurd*. New York: Quantuck Lane Press, 2007.
- SINGER, Fred S.; AVERY, Dennis. *Unstoppable Global Warming: Every 1500 Years*. New York: Rowman and Littlefield, 2007.
- SINGER, Fred S.; STARR, Chauncey; REVELLE, Roger. "What to Do about Greenhouse Warming: Look Before You Leap". In: *Cosmos: A Journal of Emerging Issues*, 1º de abril de 1991, p. 28-33.
- SINGER, Peter, (ed.). *Applied Ethics*. Oxford University Press, 1987.
- SLOTERDIJK, Peter. *Du muß dein Leben ändern*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.
- SMITH, John Maynard. *Evolution and the Theories of Game*. Cambridge University Press, 1982.
- SOKAL, Alan D.; BRICMONT, Jean. *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science*, nova ed. London: Profile, 2003.
- SOLOMON, Lawrence. "Avertible Catastrophe". In: *National Post*, 25 de junho de 2010.
- _____. *The Deniers: The World-Renowned Scientists Who Stood Up Against Global Warming Hysteria, Political Persecution and Fraud – and Those Who are Too Fearful to Do So*. Minneapolis: Richard Vigilante, 2008.
- SOLOMON, S.; QIN, D.; MANNING, M.; CHEN, Z.; MARQUIS, M; AVERYT, K. B; TIGNOR, M; MILLER, H. L. (eds.). *Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press, 2007.

- SPAEMANN, Robert. "Technische Eingriffe in die Naturals Problem der politischen Ethik". In: Birnbacher (ed.).
- _____. Trad. Oliver O'Donovan. *Persons: The Difference Between Someone and Something*. Oxford University Press, 2006.
- SPENCER, Roy W. *Climate Confusion: How Global Warming Hysteria Leads to Bad Science, Pandering Politicians and Misguided Policies that Hurt the Poor*. New York: Encounter, 2008.
- _____. BRASWELL, William D. "Potential Biases in Feedback Diagnosis from Observations Data: A Simple Model Demonstration". In: *Journal of Climate*, 21 de novembro de 2008, p. 5624-28.
- SPENGLER, John D. et al. *Summary on the Symposium on the Health Aspects of Exposure to Asbestos in Buildings*. Cambridge, MA: Harvard University Energy and Environmental Policy Center, 1989.
- SPERBER, Dan. *Explaining Culture: A Naturalistic Approach*. Oxford: Blackwell, 1995.
- STEIN, Edith. *On the Problem of Empathy*, 2. ed. em inglês. The Hague: Martinus Nijhoff, 1970.
- STERN, David I. "The Environmental Kuznets Curve", 2006, www.ecoeco.org/pdf/stern/.pdf.
- STERN, Nicholas. *The Economics of Climate Change*. Cambridge University Press, 2007.
- STIGLITZ, Joseph. *Globalization and Its Discontents*. London: Penguin, 2002.
- _____. *Making Globalization Work*. New York e London: W. W. Norton, 2006.
- STONE, Christopher D. "Should Trees Have Standing? Toward Legal Rights for Natural Objects". In: *Southern California Law Review*, 45, 1972, p. 450-501.
- STRAWSON, P. F. "Freedom and Resentment". In: *Freedom and Resentment and Other Essays*. London: Methuen, 1974.
- STURT, George. *Change in the Village*. Dover, NH: Caliban Books, 1984.
- SULLIVAN, Walter. "Scientists Ask Why World Climate is Changing; Major Cooling May Be Ahead". In: *New York Times*, 21 de maio de 1975.
- SUNSTEIN, Cass (ed.). *Behavioural Law and Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- _____. et al. *Punitive Damages: How Injuries Decide*. University of Chicago Press.
- SVENSMARK, Henrik; CALDER, Nigel. *The Chilling Stars: A New Theory of Climate Change*. Thriplow: Icon Books, 2007.
- SYLVAN, Richard; BENNETT, David. *The Greening of Ethics*. Cambridge: White Horse Press, 1994.
- TAYLOR, Bron. *Dark Green Religion: Nature Spirituality and the Planetary Future*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- TENGs, Tammy. "Optimizing Societal Investments in the Preservation of Premature Death". Tese submetida à Faculty of the Harvard School of the Public Health em cumprimento parcial das exigências para graduação de doutor em ciência no campo de Health Policy and Management 1994.
- THOMAS, David. "Anti-Christ of the Green Religion". In: *Daily Telegraph*, 20 de janeiro de 2002.
- THOMAS, Sir Keith. *Man and the Natural World: Changing Attitudes in England 1500-1800*. Harmondsworth: Allen Lane, 1983.
- THOMPSON, M. G.; RAYNER, S. "Cultural Discourses", em Rayner and Malone.

- TOCQUEVILLE, Alexis, Comte de. Trad. Elizabeth Rawlings, em versão resumida com introdução de Michael Kammen. In: *Democracy in America*. Boston: Bedford/St Martin's, 2009.
- TOOBY, John; COSMIDES, Leda. *Introduction to Berkow et al.*
- Transco plc v. Stockport Metropolitan Borough Council*, [2003] UKHL 61.
- TULLOCK, Gordon. "The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft". In: *Western Economic Journal*, 5-3, junho de 1967, p. 224-32.
- TURNER, Michael. *Enclosures in Britain*. London: Macmillan, 1984.
- United Nations Conference on Environment and Development. *Rio Declaration on Environment and Development*. New York: United Nations Publications, 1992.
- United Nations Development Programme Regional Bureau for Arab States. *Arab Human Development Report 2009: Challenges to Human Security in the Arab Countries*. New York: United Nations Publications, 2009. arab-hdr.org/publications/other/ahdr/ahdr2009e.pdf.
- VITOUSEK, P. M.; EHRLICH, P. R.; EHRLICH, A. H.; MASON, P. "Human Appropriation of the Products of Photosynthesis". In: *BioScience*, 36.6, junho de 1986, p. 368-73.
- WALTERS, Simon. "George Osborne Unveils L500 Bonfire of the Quangos". In: *Daily Mail*, 23 de maio de 2010.
- WARD, Colin. *Arcadia for All: The Legacy of a Makeshift Landscape*. Nova ed. Nottingham: Five Leaves Publications, 2004.
- _____. CROUCH, David. *The Allotment: Its Landscape and Culture*. 3. ed., Nottingham: Five Leaves Publication, 1997.
- WESTON, Jessie L. *From Ritual to Romance*. Cambridge University Press, 1920.
- WIGGINS, David. "An Idea We Cannot Do Without It". In: *The Philosophy of Need*, ed. Soran Reader. Cambridge University Press, 2004.
- _____. "Solidarity and the Roof of the Ethical". In: *Tijdschrift voor filosofie*, 71, 2009, p. 239-69.
- WILDAVSKY, Aaron. *Searching for Safety*. New Brunswick: Transaction Books, 1988.
- _____; WILDAVSKY, Adam. "Riskless Society". In: *The Concise Encyclopedia of Economics*, ed. David R. Henderson. Indianapolis: Liberty Fund, 1998.
- WILDE, Gerald J. S. *Target Risk: Dealing with the Danger of Death, Disease and Damage in Everyday Decisions*. Toronto: PDE Publications, 1994.
- WILLIAMS, Bernard. *Making Sense of Humanity, and Other Philosophical Papers*. Cambridge University Press, 1995.
- WILLIAMS-ELLIS, C. *Britain and the Beast*. London: J. M. Dent, 1937.
- WILSON, James Q. *The Moral Sense*. New York: Simon & Schuster, 1993.
- WOLF, Martin. *Fixing Global Finance*, ed. ampliada e atualizada. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010.
- World Commission on Environment and Development, *Our Common Future*, 1987, encontrado em UN Documents: Gathering a Body of Global Agreements. www.un-documents.net/wced-ocf.htm.

- World Resources Institute. *World Resources 1992-93: Guide to Global Environment*. New York: Oxford University Press, 1992.
- WORLEY, William S. J. C. *Nichols and the Shaping of Kansas City*. Columbia, MO: University of Missouri Press, 1990.
- WORPOLE, Ken. *Richer Futures: Fashioning a New Politics*, 2. ed. London: Earthscan, 1999.
- _____. *Last Landscapes*. London: Reaktion Books, 2003.
- WRIGHT, Patrick. “An Encroachment too Far”, em Barnett e Scruton.
- ZAMOYSKI, Adam. *Holy Madness: Romantics, Patriots, and Revolutionaries, 1776-1871*. New York: Penguin Books, 2001.
- ZENG, N.; DING, Y.; PAN, J.; WANG, H.; GREGG, J.; “Climate Change – the Chinese Challenge”. In: *Science*, 319.5864, fevereiro de 2008, p. 730-31.



facebook.com/erealizacoeseditora



twitter.com/erealizacoes



instagram.com/erealizacoes



youtube.com/editorae



issuu.com/editora_e



erealizacoes.com.br



atendimento@erealizacoes.com.br

- [1] H. J. Massingham, *The Wisdom of the Fields*, London, 1945; *The Faith of a Fieldsman*, London, 1951; Eve Balfour, *The Living Soil*, London, 1943; Patrick Wright, “An Encroachment Too Far”. In: Anthony Barnett e Roger Scruton (eds.), *Town and Country*, London, 1999.
- [2] Obra central editada no Brasil, *A Desobediência Civil*, São Paulo, Penguin & Companhia das Letras. (N. E.)
- [3] Ver, de Aldo Leopold, *Pensar como uma Montanha*, Lisboa, Sempre-em-Pé, 2008. (N. E.)
- [4] Wendell Berry, *The Gift of Good Land: Further Essays Cultural and Agricultural*, San Francisco, 1981; Aldo Leopold, *A Sand County Almanac and Sketches Here and There*, New York, 1949.
- [5] Discutirei a visão de Heidegger e a de Hans Jonas no capítulo 7. [Principal livro de Hans Jonas editado no Brasil, *O Princípio Responsabilidade – Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*, Rio de Janeiro, Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006. (N. E.)]
- [6] Ver Murray Feisbach, *Ecocide in the USSR*, New York, 1992, e o comentário devastador sobre as informações disponíveis na época por John Gray, *Beyond the New Right*, London e New York, 1993, p. 130-33. Os fatos são apresentados no *World Resources 1992-93*, o relatório do World Resources Institute, Oxford and New York, 1992.
- [7] *The Economist*, edição de 24 de junho de 1989.
- [8] Aaron Wildavsky e Adam Wildavsky, “Risk and Safety”. In: *The Concise Encyclopedia of Economics*, www.econlib.org/library/Enc/riskandSafety.html; Michiel Schwarz e Michael Thompson, *Divided We Stand: Redefining Politics, Technology and Social Choice*, University Park, 1990.
- [9] É uma visão de ordem política desse tipo que defendo em *The Meaning of Conservatism*. London, 1981. Numa análise poderosa, John Gray equipara o conservadorismo desse tipo com o movimento ambiental, distanciando ambos do “neoliberalismo” dos defensores do livre mercado: ver “Towards a Green Conservatism”, op. cit.
- [10] Adoto o termo “associação civil” de Michael Oakeshott. Ver a segunda parte de *On Human Conduct*, Oxford, 1975.
- [11] No contexto americano, o individualismo radical de Ayn Rand deve ser distinguido da ênfase conservadora sobre a liberdade, como ilustrada por Milton e Rose Friedman em *Free to Choose: A Personal Statement*, New York, 1980. A primeira visão é metafísica e absolutista e coloca a autoafirmação no topo da escala; a segunda é uma crença descontraída na escolha como precondição de uma sociedade livre.
- [12] “Gestão fiduciária” é um termo associado a Burke, Möser e Gierke; conversas com Oakeshott; amizade com Aristóteles. Eles buscam reconstruir a autoridade política como algo intrinsecamente bem-vindo àqueles que estão sujeitos a ela.
- [13] Ver W. Beckerman, *In Defence of Economic Growth*, London, 1974; Jack M. Hollander, *The Real Environmental Crisis*, Berkeley, 2003.
- [14] Esse argumento foi entusiasticamente desenvolvido pelo *World Development Report* do Banco Mundial, 1992. Posteriormente, foi alvo de críticas. Ver o artigo de David I. Stern “The Environmental Kuznets Curve”.
- [15] Referência ao relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, produzido no âmbito do Clube de Roma, 1972. (N. E.)
- [16] Os pessimistas mais famosos são D. H. Meadows et al.; *The Limits to Growth*, London, 1972; e E. J. Mishan, *The Economic Growth Debate: An Assessment*, London, 1977. Os otimistas são bem representados por H. S. D. Cole, et al. (eds.), *Thinking About the Future: A Critic of the Limits in Growth*, London, 1973. Retornarei à questão dos “limites de crescimento” no capítulo 11.
- [17] Segundo um estudo realizado por William Nordhaus, a participação no Protocolo de Kyoto custaria aos EUA 2,3 trilhões de dólares nas próximas décadas, duas vezes o custo total de todos os outros participantes reunidos. W. D. Nordhaus, “Global Warming Economics”, *Science*, 294, 5545, 9 de novembro de 2001.

[18] “(...) a maior parte da população pobre nos países árabes subdesenvolvidos reside em áreas rurais e sobrevive de uma baixa produtividade agrícola de subsistência e atividades relacionadas. Os níveis de capital humano são baixos e o crescimento populacional é acelerado, o que multiplica o número de trabalhadores sem qualificação. Economias desse tipo são frequentemente vítimas de um círculo vicioso de crescimento populacional, degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais que acaba por desestabilizar a ordem política e social”. *Arab Human Development Report 2009: Challenges to Human Security in the Arab Countries*, UNPD Regional Bureau for Arab States, p. 118.

[19] Sobre a teoria do “proveito da renda”, ver capítulos 3 e 4.

[20] Garrett Hardin, “The Tragedy of the Commons”, *Science*, 162.1, 1968, p. 243-48.

[21] Thomas Hobbes, *Leviathan*, 1651; John Rawls, *A Theory of Justice*, 1971, 2005. [Edição em português, de Hobbes, *Leviatã*, São Paulo, Martin Claret, 2008; de Rawls, *Uma Teoria da Justiça*, São Paulo, Martins Fontes, 2008. (N. E.)]

[22] Edmund Burke, *Reflections on the French Revolution*, 1790; G. W. F. Hegel, *Outlines of Philosophy of Right*, 1820; Joseph de Maistre, *Le Principe Générateur des Constitutions*, 1809.

[23] A elas retornarei nos capítulos 7 e 8.

[24] Cujas artimanhas são minuciosamente desqualificadas por Adam Zamoyski em *Holy Madness: Compatriots, Patriots and Revolutionaries, 1776-1871*, London e New York, 2001.

[25] George Monbiot, *The Age of Consent*, London, 2003.

[26] Para uma avaliação eloquente sobre os efeitos adversos da globalização sobre a identidade e, consequentemente, sobre o meio ambiente inglês, ver de Paul Kingsnorth, *Real England*, London, 2008.

[27] Ver Roger Scruton, *The Need for Nations*, London, 2004.

[28] Críticas a essas instituições vindas da esquerda estão reunidas nos *websites* do Global Justice Center e do Global Justice Ecology Center. Ver também o ceticismo bem informado apresentado por Joseph Stiglitz, *Globalization and Its Discontents*, New York e London, 2002, e *Making Globalization Work*, New York e London, 2006.

[29] Algumas dessas soluções foram submetidas à análise de um estudo importante de Elinor Ostrom. Discutirei o argumento da autora no capítulo 5. Outros são descritos também no capítulo 5; *The Land That Could Be: Environmentalism and Democracy in the Twenty-First Century*, Cambridge, MA, 2001.

[30] Ver “An Encroachment too Far”. In: Barnett e Scruton (eds.), op cit.

[31] Ver a implacável história do movimento ecológico alemão fornecida por Anna Bramwell. In: *Ecology in the 20th Century: A History*, New Haven, 1989.

[32] Ver Bernhard Schlink, *Heimat als Utopie*, Frankfurt, 2000.

[33] Logo, a explícita distinção entre Estado e sociedade civil (bürgerliche Gesellschaft). In: *Outlines of the Philosophy of Right*, de G. W. F. Hegel.

[34] Não existe no direito brasileiro distinção de conotação jurídica entre ONGs e associações civis. (N. E.)

[35] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicaram um estudo denominado “Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil – Fasfil”, relativo ao ano de 2010. Ver www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/. (N. E.)

[36] Esse é o argumento dado pelo governo canadense, segundo o qual o abate não é apenas economicamente importante, mas também necessário, a fim de preservar o meio ambiente e os ecossistemas, dos quais as focas dependem para sobreviver.

[37] *BBC News*, em 25 de novembro de 1998. Ver também o *Shell Press Release* “Shell Welcomes the Letter of Apology from Greenpeace”. In: *Brent Spar Dossier*, 2008, p. 112.

[38] Ver Gray, op cit.

[39] Paul Ehrlich, *The Population Bomb*, New York, 1968.

[40] Ver Hollander, op. cit., capítulo 2.

[41] Walter Sullivan, “Scientists Ask Why World Climate is Changing; Major Cooling May be Ahead”, *New York Times*, 21 de maio de 1975; Douglas Colligan, “Brace Yourself for Another Ice Age”, *Science Digest*, fevereiro de 1973, p. 57-61.

[42] Christopher Booker e Richard D. North, *Scared to Death: From BSE to Global Warming: Why Scares are Costing Us the Earth*, London, 2009, p. 332-33.

[43] A teoria de Richard Dawkins do “meme” está em *The Selfish Gene*, London, 1976; os pensamentos de Dan Sperber sobre a epistemologia da representação podem ser encontrados em *Explaining Culture*, Oxford, 1995.

[44] Ver James Rodger Fleming, *Historical Perspectives on Climate Change*, Oxford, 1998, e Sir Hubert Lamb, *Climate: Past, Present and Future*, vols. 1 e 2, London, 1972, 1977.

[45] Em uma interessante pesquisa, Mick Hulme reuniu todas as causas, racionais, passionais e culturais, que tornam inevitavelmente impossível um consenso a respeito de um problema tão “nefasto” em suas ramificações, como é o caso do aquecimento global. Ver do autor *Why We Disagree About Climate Change*, Cambridge, 2009.

[46] Para duas visões contrastantes, ver www.commontragedies.wordpress.com e www.cei.org.

[47] Mark Lynas, *Six Degrees: Our Future on a Hotter Planet*, Washington, D.C., 2007.

[48] O último relatório do IPCC pode ser consultado em www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf.

Em 2009 foi criado o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), que se espelha no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas. Os relatórios produzidos pelo PBMC podem ser consultados em www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/publicacoes/relatorios-pbmc. (N. E.)

[49] James Hansen, *Storms of My Grandchildren: The Truth About the Coming Climate Catastrophe*, New York, 2009.

[50] Ver o artigo de Nicholas Dawidoff sobre Freeman Dyson “The Civil Heretic”, *New York Times Magazine*, 25 de março de 2009, no qual Dyson trata Hansen de forma desdenhosa. Dyson é certamente tratado da mesma forma pela comunidade do “aquecimento”.

[51] Richard S. Lindzen, “Global Warming: The Origin and Nature of the Alleged Scientific Consensus”, artigo que tem origem no Seminário da OPEC sobre o meio ambiente (1992), disponível no *website* do Cato Institute.

[52] Lawrence Solomon, *The Deniers*, Minneapolis, 2010. Ver também o trabalho de Fred S. Singer do Independent Institute, citado na bibliografia.

[53] Roy Spencer, *Climate Confusion: How Global Warming Hysteria Leads to Bad Science, Pandering Politicians and Misguided Policies that Hurt the Poor*, New York, 2008. [Do mesmo autor, em português, *A Mentira do Aquecimento Global – Mito ou Ciência*, Sintra, Caleidoscópio, 2009. (N. E.)]

[54] O poder preditivo dos modelos de 2000 é plausivelmente questionado, embora de forma um tanto ou quanto mal-humorada, por Patrick J. Michaels e Robert Bailing em *The Satanic Gases: Clearing the Air about Global Warming*, Washington, D.C., 2000, capítulo 4. O notório gráfico “hockey stick” de mudança de temperatura global é submetido a uma crítica devastadora em *The Hockey Stick Illusion*, de Andrew Montford, 2010.

[55] Bjorn Lomborg, *The Skeptical Environmentalist: Measuring the Real State of the World*, Cambridge, 2001. Para uma resposta negativa a Lomborg, ver David Thomas, “Anti-Christ of the Green Religion”, *Daily Telegraph*, 20 de janeiro de 2002.

[56] Ver *The Ecologist*, março de 2003.

[57] Ellen Goodman, “No Change in the Political Climate”, *Boston Globe*, 9 de fevereiro de 2007.

[58] Anthony Giddens, *The Politics of Climate Change*, Cambridge, 2009; Kenneth P. Green, *Plain English Guide to the Science of Climate Change*, Washington, D.C., 2001.

[59] O IPCC publicou seu quinto relatório em 2014, que pode ser consultado em www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_FINAL_full_wcover.pdf. (N. E.)

[60] Sir John Houghton, *Global Warming*, Cambridge, 2009.

[61] Ver Nicholas Stern, *Stern Review on the Economics of Climate Change*, relatório de 700 páginas publicado em outubro de 2006. O relatório foi publicado como *The Economics of Climate Change*, Cambridge, 2007. Ele forma a base das discussões mais abrangentes. In: Dieter Helm e Cameron Hepburn, (eds.), *The Economics and Politics of Climate Change*, Oxford, 2010.

[62] Consultar www.climatedepot.com, em que informações sobre o que rapidamente está ficando conhecido como o escândalo do “climagate” são triunfantemente ostentadas.

[63] O atual presidente do IPCC é o cientista sul-coreano Hoesung Lee. (N. E.)

[64] *BBC News*, 5 de fevereiro de 2010. Pachauri (que também é o diretor do Yale Climate and Energy Institute) responde às críticas em *Yale Environment* 360, 20 de abril de 2010.

[65] Ver Richard S. Lindzen e Yong-Sang Choi, “On the Determination of Climate Feedbacks from ERBE Data”. In: *Geophysical Research Letters*, 36.16, agosto de 2009; e de Roy W. Spencer e William D. Braswell, “Potential Biases in Feedback Diagnosis from Observations Data: A Simple Model Demonstration”. In: *Journal of Climate*, 21 de novembro de 2008, p. 5624-28. O relatório IPCC, publicado em 2007, encontra-se disponível em www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html. Relatórios IPCC anteriores, nos quais encontramos alegações semelhantes, são criticados em seu viés alarmista por Booker e North, *Scared to Death*, op. cit., p. 344-52. A conclusão quase idêntica do relatório de 2000 foi citada como fato incontroverso por Sir Crispin Tickell, um dos ativistas mais engajados e alarmistas, por exemplo em Jennifer Jenkins, *Remaking the Landscape, The Changing Face of Britain*, London, 2002, p. 52.

[66] Ver de L. A. Frakes, *Climates Throughout Geological Times*, Amsterdam, 1979. Para um instrutivo mapa da história climática da Terra, ver Christopher R. Scotese, “The Paleomap Project”, www.scotese.com/climate.htm.

[67] Sobre o efeito das manchas solares, ventos solares e flutuações na radiação solar, ver Henrik Svensmark e Nigel Calder, *The Chilling Stars: A New Theory of Climate Change*, Thriplow, 2007.

[68] Embora, como David J. C. MacKay aponta em *Sustainable Energy – Without the Hot Air*, Cambridge, 2009, p. 24, o ponto importante não é a quantidade de dióxido de carbono que entra na atmosfera, mas se a quantidade adicional, consequente do consumo energético humano, *acumula* dióxido na atmosfera.

[69] John McCormick, *Acid Earth*, London, 1989.

[70] R. W. Corell et al.; “Emerging Challenges – Methane from the Arctic: Global Warming Wildcard”, *UNEP Year Book 2008: An Overview of Our Changing Environment*, United Nations Environment Programme, Stenvenage, 2008.

[71] Para um relato científico-popular dessas coisas, ver Fred Pearce, *With Speed and Violence: Why Scientists Fear Tipping Points in Climate Change*, Boston and Uckfield, 2007.

[72] Philip J. Rasch et al.; “An Overview of Geoengineering of Climate Using Stratospheric Sulphate Aerosols”, *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 366, 1882, 1992, 4007-37.

[73] Ver de MacKay, op. cit. Retornarei a esse trabalho notável nos capítulos seguintes.

[74] Stern, op. cit., e Helm e Hepburn (eds.), op. cit.

[75] Hansen, op. cit.

[76] Ver Jared Diamond, *Collapse: How Societies Choose or Fail to Survive*, London, 2005.

[77] A este respeito, ver, de Clive Ponting, o capítulo “As Lições da Ilha da Páscoa”. In: *Uma História Verde do Mundo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. (N. E.)

- [78] Em abril de 2016, 175 países, incluindo os EUA, firmaram o chamado Acordo de Paris sobre o Clima. O acordo passará a valer quando 55 países, representando ao menos 55% das emissões, o ratificarem. O objetivo central do acordo é manter o aumento da temperatura média global muito abaixo de 2 graus Celsius. (N. E.)
- [79] Ver Stephen Hayward e Kenneth P. Green, “Waxman-Markey: An Exercise in Unreality”, *AEI Energy and Environment Outlook*, 3 de julho de 2009, www.aei.org/outlook/100057.
- [80] Ver Dieter Helm, “Climate-change Policy: Why Has So Little Been Achieved”. In: Helm and Hepburn, (eds.), op. cit.
- [81] Sobre alguns desses problemas, ver David W. Pearce e de R. K. Turner, *Economics of Natural Resources and the Environment*, Hemel Hempstead, 1990.
- [82] O modelo é exposto in W. D. Nordhaus, *Managing the Global Commons: The Economics of Climate Change*, Cambridge, MA, 1994. Ver também Eban S. Goodstein, *Economics and the Environment*, Hoboken, 2004.
- [83] Ver a crítica cuidadosa e persuasiva feita por Dieter Helm, op. cit. A estimativa original de Stern foi recentemente defendida em outros termos por Hector Pollitt e Chris Thoung, “Modelling a UK 80% Greenhouse Gas Emissions Reduction by 2050”, *New Scientist*, 3 de dezembro de 2009. O argumento dos autores foi criticado por Kenneth P. Green e Aparna Mathur, “A Green Future for Just Pennies a Day?”, *The American*, 19 de fevereiro de 2010, www.american.com/archive/2010/february/a-green-future-for-just-pennies-a-day.
- [84] Para uma crítica abrangente à abordagem do bem-estar social em relação aos problemas ambientais, ver Mark Sagoff, *Price, Principle and the Environment*, Cambridge, 2004. Discutirei os posicionamentos de Sagoff nos capítulos 7 e 8.
- [85] Para uma visão sobre esse ponto, ver a resenha do livro de Sagoff feita por David Pearce, *Environment & Resource Economics*, 31.3, 2005, p. 385-88. Ver a defesa anterior feita por Pearce do levantamento de custos in David Pearce et al.; *Blueprint for a Green Economy*, London, 1989, capítulo 3.
- [86] Ver o argumento em MacKay, op. cit.
- [87] Ver Robert K. Kaufmann et al. (na bibliografia). Para defensores desse tipo de geoengenharia, ver Singer; S. Fred; Starr, C.; Revelle, R. In: “What to Do About Greenhouse Warming: Look Before you Leap”, *Cosmos*, 1991, p. 28-33. John Latham, “Amelioration of Global Warming by Controlled Enhancement of the Albedo and Longevity of Low-Level Maritime Clouds”, *Atmospheric Science Letters*, 2002, p. 52-58.
- [88] Ver o testemunho de Robock sobre geoengenharia ao Comitê para Ciência e Tecnologia (House Committee) in *Science and Technology*, 5 de novembro de 2009, disponível no *website* Rutgers.
- [89] Ver Dale Jamieson, “The Ethics of Geo-Engineering”, *People and Place*, 1.2, 13 de maio de 2009. As visões de Jamieson se baseiam em considerações de justiça global. Outros seguem Doug Parr, o cientista chefe do Greenpeace que descreve as soluções da geoengenharia como “categoricamente perigosas”. Jamieson e Parr estão certos em relação ao aspecto ético no que diz respeito à intromissão em nível planetário que a geoengenharia suscita; algumas dessas questões éticas são discutidas por David, Morrow et al. In: “Towards Ethical Norms and Institutions for Climate Engineering Research”, *Environment Research Letters*, 4, 2009, p. 1-8.
- [90] Ver J. Eric Beckel, “The Climate Engineering Option: Economics and Policy Implications”, trabalho ainda em andamento, disponível em ebickel@mail.utexas.edu. Beckel analisa o perfil econômico das técnicas de “gerenciamento de radiação solar” e o investimento necessário nas áreas de pesquisa e desenvolvimento para que os objetivos de redução de temperatura determinados pelo IPCC sejam cumpridos.
- [91] Outras adaptações com poderosas consequências ambientais: música, dança e oração.
- [92] Desenvolvido por vários ecologistas e cientistas políticos, notavelmente por C. S. Holling e Aaron Wildavsky – no capítulo 4 discuto a visão de cada um.
- [93] Ver Matt Ridley, *The Rational Optimist: How Prosperity Evolves*, London, 2010, p. 220.

- [94] Sobre a apologia do material plástico e dos que dele fazem uso, ver Richard D. North, *Life on a Modern Planet: A Manifesto for Progress*, Manchester, 1995, p. 169-71. Para uma visão contrária, visite o *website* da Plastic Pollution Coalition em www.earthisland.org/index.php/aboutUS/.
- [95] Ver Curtis Ebbesmeyer e Eric Scigliano, *Flotsametrics and the Floating World*, Washington, D.C., 2009. O tamanho e a densidade da malha de lixo do Pacífico (*The Great Pacific Garbage Patch*) são questões ainda em debate.
- [96] Como outras medidas que foram discutidas no encontro no Rio de Janeiro, a convenção incorporou uma versão do Princípio da Precaução, cujos efeitos adversos discutirei no capítulo 4.
- [97] Ver apêndice I: Justiça Global.
- [98] Ver Hulme, op. cit.
- [99] Ver Mary Douglas e Aaron Wildavsky, *Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley, 1983; Schwarz e Thompson, op. cit.; John Adams, *Risk*, London, 1995. [Ver, em português, *Risco e Cultura*, Rio de Janeiro, Elsevier 2012; *Risco*, São Paulo, Editora Senac, 2009. (N. E.)]
- [100] Na mitologia grega, Parcas são as três deusas (Cloto, Láquesis e Átropos) responsáveis pela fiação, pela dobragem e pelo corte do fio da vida humana. É um termo utilizado no sentido de *fatalidade*. (N. E.)
- [101] Esses resultados são aplicados ao debate sobre mudança climática por M. G. Thompson e S. Rayner, “Cultural Discourses”. In: S. Rayner e E. Malone (eds.), *Human Choice and Climate Change, vol. 1: The Societal Framework*, Columbus, 1998, p. 265-344.
- [102] Embora seja também uma simplificação. Pesquisas recentes sugerem que, quando se trata de atitudes sociais, existe uma distinção, sistemática e evolutivamente baseada, entre progressistas e conservadores; ver Jonathan Haidt, *The Happiness Hypothesis: Finding Modern Truth in Ancient Wisdom*, New York, 2006; e Jonathan Haidt e Jesse Graham, “Planet of the Durkheimians: Where Community, Authority and Sacredness Are the Foundations of Morality”, in J. T. Jost et al. (eds.), *Social and Psychological Bases of Ideology and System Justification*, New York, 2009.
- [103] Friedrich Nietzsche, *Beyond Good and Evil: Prelude to a Philosophy of the Future*, 1886.
- [104] Max Scheler, *Ressentiment*, New York, 1961.
- [105] Exemplos no caso de políticas ambientais incluem Monbiot, op. cit., e David Orr, *Earth in Mind: On Education, Environment, and the Human Prospect*, Washington, D.C., 1993.
- [106] Ver Colin Ward, *Arcadia for All: The Legacy of a Makeshift Landscape*, Nottingham, 2004; e de Colin Ward e David Crouch, *The Allotment: Its Landscape and Culture*, 3. ed., Nottingham, 1997.
- [107] Ken Worpole, *Richer Futures: Fashioning a New Politics*, London, 1999; Simon Fairlie, *Low Impact Development: Planning and People in a Sustainable Countryside*, Charlbury, 1996; Ian Christie et al.; *From Here to Sustainability*, London, 2001.
- [108] Ver François Furet, *Penser la Révolution Française*, Paris, 1978; Roger Scruton, “Man’s Second Disobedience”, in *The Philosopher on Dover Beach*, Manchester, 1999.
- [109] V. I. Lênin, “What is to be done?” in *Iskra*, 4 de maio de 1901.
- [110] Norman Cohn, *The Pursuit of the Millennium*, Oxford, 1957; J. Maddox, *The Doomsday Syndrome*, London, 1972.
- [111] Novamente, o abrangente estudo sobre o pânico de Booker e North, op. cit. As palavras exatas de Deor (século X) são “aquilo foi superado, então isto também será”.
- [112] Ver, especialmente, *Atlas Shrugged*, o romance mais popular de Rand. [Ver, em português, *A Revolta de Atlas*], São Paulo, Arqueiro, 2010. (N. E.)]
- [113] Ver de Bron Taylor, *Dark Green Religion: Nature Spirituality and the Planetary Future*, Berkeley, 2009.

- [114] Klaus Michael Meyer-Abich, *Aufstand für die Natur*, Munich, 1990; Richard Sylvan e David Bennett, *The Greening of Ethics*, Cambridge, 1994; Richard e Val Routley, “Human Chauvinism and Environmental Ethics”, in Don Mannison et al.; *Environmental Philosophy*, Canberra, 1980.
- [115] Ver James Lovelock, *Gaia: A New Look at Life on Earth*, Oxford, 1979; e, do mesmo autor, *The Revenge of Gaia*, New York, 2006. Lovelock considera a “hipótese de Gaia” – isto é, que a Terra e a vida nela apoiada compreendem um único sistema homeostático que, em nossos tempos, começou a se “vingar” de nossos excessos humanos – como um dado científico e não como uma crença religiosa.
- [116] Ver o relato em George Sessions, *Deep Ecology for the Twenty-First Century*, Boston, 1995, e a discussão do capítulo 6.
- [117] Eric Hoffer, *The True Believer: Thoughts on the Nature of Mass Movements*, New York, 1951; Booker and North, op. cit.
- [118] A frase de Rilke dá título a um livro do filósofo alemão Peter Sloterdijk no qual se levanta a questão de como viver, na era da bestialidade e do “terrorismo atmosférico”, quando o meio ambiente, que é o nosso meio de vida, pode ser retirado de nós pela força. Peter Sloterdijk, *Du mußt dein Leben ändern*, Frankfurt, 2009. Rilke, “Archaischer Torso Apollos”. In: *Neue Gedichte*, 1907.
- [119] James Buchanan e Gordon Tullock, *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*, Ann Arbor, 1962. Ver também Gordon Tullock, “The Welfare Costs of Tariffs, Monopolies and Theft”, *Western Economic Journal*, 5-3, junho de 1967; James Buchanan, “Rent-seeking, Non-compensated Transfers, and Laws of Succession”, *Journal of Law and Economics*, 26 de abril de 1983, p. 71-85; *Cost and Choice: An Inquiry in Economic Theory*, Indianapolis, 1999.
- [120] Ted Malloch, *Spiritual Enterprise*, New York, 2009.
- [121] Ver o resumo da Biblioteca do Congresso (Library of Congress) sobre a situação na Polônia em www.countrystudies.us/poland/25.htm. Alguns comentadores chamam a atenção para a forma como a China, em resposta às pressões internacionais, já promulgou algumas leis de proteção ao meio ambiente e estabeleceu instituições para aplicá-las no futuro, mas nada faz para que essas leis sejam obedecidas ou para que as advertências internacionais sejam levadas em consideração. Para mais informações, ver Fred C. Bergsten et al. In: *China’s Rise: Challenges and Opportunities*, Washington, D.C., 2008.
- [122] Um relato razoavelmente satisfatório dessa história pode ser encontrado na Wikipédia, em “Chernobyl”, e informações mais detalhadamente científicas são encontradas no *Chernobyl Forum*, publicado pelas Nações Unidas em 2006. O acidente de Chernobyl foi apenas um entre muitos e, nas consequências de longo prazo, provavelmente não foi o pior. A província russa de Chelyabinsk, fechada aos estrangeiros até 1992 e descrita como o lugar mais contaminado do planeta, foi palco de três pavorosos acidentes nucleares que deixaram restos de material radioativo nos lagos e rios da região. Ver o documentário de Slawomir Grünberg em www.logtv.com.
- [123] Ver Leon Aron, “Russia’s ‘Monotowns’ Time-Bomb”. In: *AEI Russian Outlook*, outubro de 2009, www.aei.org/outlook/100080.
- [124] Esse e outros casos instrutivos são descritos por Terry Anderson e Donald Leal. In: *Free Market Environmentalism*, London, 2001.
- [125] Ver Oliver Rackham, *The History of the Countryside: The Full Fascinating Story of Britain’s Landscape*, London, 1986. Ver também Massingham, *The Faith of a Fieldsman*, p. 63, 243-45.
- [126] Rackham, op. cit., p. 93-97.
- [127] Ver Hans Selye, *The Physiology and Pathology of Exposure to Stress*, Montreal, 1950.
- [128] As conexões entre homeostase e a existência de organismos como “fins em si mesmos” estão implícitas, embora de forma um tanto ou quanto obscura, na obra de Kant, na segunda parte da *Crítica da Faculdade do Juízo*.
- [129] Ver Max Schulz, “Emptying Reservoirs in the Middle of a Drought”, *American Spectator*, setembro de 2009.

- [130] Dean Kleckner, “Species Law Was Its Own Worst Enemy”, *Chicago Tribune*, 11 de dezembro de 1993. Havia outros assuntos de gerenciamento humano depois dos incêndios, quando sementeiras pós-incêndio introduziram espécies não nativas nas áreas dizimadas. Ver J. E. Keeley et al., “Overview of Management Issues Raised by the 1993 Wildfires in Southern California”. In: *Brushfires in California Wildlands: Ecology and Resource Management*, Fairfield, WA, 1995.
- [131] Christopher Booker e Richard D. North, *The Mad Officials*, London, 1994.
- [132] A melhor referência é o *website* de Simon Fairlie www.tlio.org.uk e seu livro *Law Impact Development*, citado no n. 96, p. 80.
- [133] Sobre o tema Princípio da Precaução no direito brasileiro, ver Frederico Gonçalves Cezar e Paulo César Coelho Abrantes, *Princípio da Precaução: Considerações Epistemológicas sobre o Princípio e Sua Relação com o Processo de Análise de Risco*. In *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, vol. 20, n. 2, p. 225-262, maio/ago., Brasília, 2003.
- [134] O Wingspread Statement sobre o Princípio da Precaução, concebido e finalizado durante uma conferência no Wingspread Conference Center, Racine, Wisconsin, 23-25 de janeiro de 1998, www.gdrc.org/u-gov/precaution-3.html.
- [135] Commission of the European Communities, “Communication from the Commission on the Precautionary Principle”, Brussels, 2/2/2000, COM (2000) I final.
- [136] ECJ, 9 de setembro de 2003, registrado no *Official Journal of the European Union*, C 264, 1º/11/2003, p. 10.
- [137] Ver também, Gary E. Marchant e Kenneth L. Mossman, *Arbitrary and Capricious: The Precautionary Principle in the European Courts*, Washington, D.C., 2004.
- [138] Ver Bill Durodié, “Plastic Panics: European Risk Regulation in the Aftermath of BSE”. In: Julian Morris (ed.), *Rethinking Risk and the Precautionary Principle*, Oxford, 2000.
- [139] A história, relacionada a Franklin D. Roosevelt, é certamente apócrifa. Chris DeMuth me informa que Thomas Schelling sintetiza o Princípio da Precaução de outra forma: “Não faça nada pela primeira vez!”.
- [140] Segundo os dados do Royal Society Report de 2002, posteriormente reafirmados num relatório de 2004 do Department of the Environment, Farming and Rural Affairs.
- [141] Ver tabela, Aaron Wildavsky, *Searching for Safety*, Nova Brunswick, 1988, p. 89.
- [142] Para verificar o argumento da esquerda sobre esse ponto, ver Richard L. Revesz e Michael A. Livermore, *Retaking Rationality: How Cost Benefit Analysis Can Better Protect the Environment and Our Health*, Oxford, 2008. Para uma resposta da direita, ver a detalhada resenha escrita por Christopher C. DeMuth e Douglas H. Ginsburg (ambos antigos administradores do Oira), “Rationalism in Regulation”, *Michigan Law Review*, 108.6, abril de 2010, p. 877-912.
- [143] Essa história fascinante é contada por Mark Sagoff, op. cit., capítulo 9.
- [144] Ver, de Aaron Wildavsky, *Searching for Safety*, op. cit. Aprender com os erros cometidos compreende parte da vida racional; outra parte é aprender a avaliar o custo dos erros. Caso exista uma versão aceitável do Princípio da Precaução, ela deveria ser descrita como avaliação de custos dos erros – ACE. Esse é o argumento de John Lucas numa desconhecida, ainda que importante, contribuição a esse debate: *Risk of Freedom Briefing*, 5 de outubro de 2000.
- [145] Ver, de Carl von Clausewitz, *On War*, 1832.
- [146] *Rio Declaration on Environment and Development*, UN Conference on Environment and Development, New York, 1992.
- [147] Ver a argumentação em MacKay, op. cit.
- [148] John D. Spengler et al., *Summary of the Symposium on Health Aspects of Exposure to Asbestos in Buildings*, Harvard University Energy and Environment Policy Center, John F. Kennedy School of Government,

Cambridge, MA, 1989. [A utilização do amianto no Brasil foi regulada pela polêmica Lei Federal nº 9.055/95. Sobre o tema, ver *Amianto – Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temáticas*, Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, Supremo Tribunal Federal. Ver www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia/anexo/Bibliografia_Amianto.pdf. (N. E.)]

[149] No Brasil o tema foi objeto de uma norma técnica: ABNT NBR 16071-6 Versão Corrigida: 2012. Ver www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=92501. (N. E.)

[150] Deve-se enfatizar que a “educação pela exposição ao risco” foi alvo de críticas também de certos movimentos feministas. Ver Christina Hoff Sommers, *The War Against Boys*, New York, 2001.

[151] Ver Robert Costanza e Charles Perrings, “A Flexible Assurance Bonding System for Improved Environmental Management”, *Ecological Economics*, 2.1, abril de 1990, p. 57-75.

[152] Ver Lawrence Solomon, “Avertible Catastrophe”, *National Post*, 25 de junho de 2010.

[153] David Wiggins, *Needs, Values, Truth: Essays in the Philosophy of Value*, Oxford, 1987. Ver “An Idea We Cannot Do Without”. In: Soran Reader (ed.), *The Philosophy of Need*, Cambridge, 2004.

[154] Ver David Wiggins, “Solidarity and the Root of the Ethical”, *Tijdschrift voor filosofie*, 2009.

[155] Hans Jonas, *The Imperative of Responsibility*, 1984, traduzido para o inglês, Chicago, 1985. [Em português, ver *O Princípio Responsabilidade – Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*, Rio de Janeiro, Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006. (N. E.)]

[156] Ulrich Beck, *Risk Society – Towards a New Modernity*, London, 1992. [Em português, ver *Sociedade de Risco*, São Paulo, Editora 34, 2010. (N. E.)]

[157] Aaron Wildavsky, op. cit. O contraste entre resiliência e prevenção foi estabelecido como tema central da ecologia por C. S. Holling, “Resilience and Stability of Ecological Systems”, *Annual Review of Ecology and Systematics*, 4, 1973, p. 1-23.

[158] Sam Peltzman, “An Evaluation of Consumer Protection Legislation: The 1962 Drug Amendments”, *Journal of Political Economy*, 1973; “Toward a More General Theory of Regulation”, *Journal of Law and Economics*, 1976. Um exame pertinente dos efeitos obstrutores das regulamentações, sobre os testes nos remédios no Reino Unido, é apresentado por Denis Mitchison, “The Regulation of Clinical Trials”, em www.opendemocracy.net/author/denis-mitchison, 30 de novembro de 2009.

[159] Ver, por exemplo, o estudo sobre o regime de regulamentações da EPA, no controle da qualidade do ar: Joel M. Schwartz e Stephen F. Hayward, *Air Quality in America*, Washington, D.C., 2007. Para uma apreciação mais abrangente, ver John D. Graham e Jonathan Baert Wiener, *Risk v. Risk: Tradeoffs in Protecting Health and the Environment*, Cambridge, MA, 1995.

[160] Ver o famoso relato de Robert K. Merton “The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action”, *American Sociological Review*, 1.6, 1936, p. 894-904.

[161] Peltzman, op. cit.

[162] Adams, op cit; Gerald J. S. Wilde, *Target Risk*, Toronto, 1994. Esse ponto é às vezes chamado de “efeito Peltzman” (*Peltzman effect*), uma vez que ele foi o primeiro a elaborar a ideia. [De Gerald J. S. Wilde, ver, em português, *Limite Aceitável de Risco – Uma nova Psicologia de Saúde e de Segurança*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005. (N. E.)]

[163] Adams, op cit.

[164] A legislação brasileira adota a expressão “bens difusos”. Os organismos da ONU empregam a expressão “bens públicos globais”. A este respeito, ver, de Inge Kaul et alii, *Bens Públicos Globais – Cooperação Internacional no Século XXI*, Rio de Janeiro, Record, 2012. (N. E.)

[165] Ver seção 1261b em Aristóteles, *The Politics*, Oxford, 1994; Garrett Hardin, “The Tragedy of the Commons”, *Science*, 162, 13 de dezembro de 1968, p. 1243-48. Diante da tragédia de uma excessiva

exploração dos recursos, a primeira reação de Hardin foi solicitar a intervenção governamental para proteção dos “patrimônios públicos”; posteriormente ele decidiu favorecer as privatizações.

[166] A tragédia é descrita por Zac Goldsmith em *The Constant Economy*, London, 2009. Para informações referentes ao caso particularmente perturbador da pesca do bacalhau, ver de Mark Kurlansky, *Cod: A Biography of a Fish that Changed the World*, London, 1999.

[167] Ver Alan MacFarlane, *The Origins of English Individualism: The Family, Property and Social Transition*, Oxford, 1978.

[168] Anderson e Leal, op. cit.

[169] Anderson e Leal, op. cit., p. 115.

[170] Ver Hollander, op. cit., p. 62. Hoje em dia, a situação está muito menos clara, uma vez que as regulamentações foram confiscadas pelo governo socialista, e os pescadores não têm atuação efetiva sobre as regulamentações.

[171] Robert Axelrod, *The Evolution of Co-operation*, New York, 1984.

[172] John Maynard Smith, *Evolution and the Theory of Games*, Cambridge, 1982.

[173] Elinor Ostrom, *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge, 1990.

[174] Retornarei a esse caso no capítulo 10.

[175] Para outras formas de gerenciamento dos oceanos por meio de direitos de *quasi*-propriedade, ver as publicações de Laura Jones para o Fraser Institute em Vancouver, disponível na internet. *The Case for Individual Transferable Quotas in the Salmon Fishery of British Columbia*, 1997.

[176] Para conhecer a história completa, ver Sagoff, op. cit., p. 181-86.

[177] Ver de Calvin Martin, *Keepers of the Game: Indian-Animal Relationships and the Fur Trade*, Berkeley, 1978. R. N. Chakraborty, “Sharing Culture and Resource Conservation in Hunter-Gatherer Societies”, *Oxford Economic Papers*, 59.1, janeiro de 2007, p. 63-88.

[178] Hugh Brody, *The Other Side of Eden*, London, 2001.

[179] Meriwether Lewis e William Clark, *Journals*, material disponível *online* em Project Gutenberg.

[180] Keith Thomas, *Man and the Natural World: Changing Attitudes in England 1500-1800*, Harmondsworth, 1983, p. 23n, uma crítica a Martin, op. cit.; Diamond, op. cit.

[181] P. Dasgupta e G. Heal, “The Optimal Depletion of Exhaustible Resources”, *Review Economic Studies*, 41, 1974, Symposium on the Economics of Exhaustible Resources, p. 4. Ver do mesmo autor o trabalho seminal sobre o assunto: *Economic Theory and Exhaustible Resources*, Cambridge, 1979.

[182] John V. Krutilla, “Conservation Reconsidered”, *American Economics Review*, 57, setembro de 1967, p. 187-96. Esse ponto foi abordado no contexto da então designada “economia do conhecimento” por Peter Drucker em *Post-Capitalist Society*, New York, 1993.

[183] [1868] UKHL 1.

[184] No direito brasileiro vigora o chamado “princípio da responsabilidade pelo risco integral”. O tema é tratado no artigo 14, § 1º, da Lei Federal 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente). (N. E.)

[185] Ver o argumento de Lord Hoffmann em *Transco plc v. Stockport Metropolitan Borough Council*, [2003] UKHL 61, qualificando a regra em *Ryland v. Fletcher*.

[186] Ver de George L. Priest, “The Invention of Enterprise Liability: A Critical History of the Intellectual Foundations of Modern Tort Law”, *Journal of Legal Studies*, 14.3, dezembro de 1985, p. 461-528.

[187] DeMuth e Ginsburg, op. cit.; p. 25.

- [188] Ver Ronald Coase, “The Problem of Social Cost”, *Journal of Law and Economics*, 3 de outubro de 1960.
- [189] A. C. Pigou, *The Economics of Welfare*, London, 1920, parte 2. A solução proposta por Pigou foi aceita por Garrett Hardin, em sua resposta original “à tragédia dos comuns”. Posteriormente, ele ficou mais alinhado com Coasey.
- [190] O Teorema de Coase é também insensível ao chamado “efeito de doação”. Ver Daniel Kahneman et al., “Experimental Test of the Endowment Effect and the Coase Theorem”. In: Cass Sunstein (ed.), *Behavioural Law and Economics*, Cambridge, 2000.
- [191] Cass Sunstein et al., *Punitive Damages: How Juries Decide*, Chicago, 2002.
- [192] Tammy Tengs, “Optimizing Societal Investments in the Prevention of Premature Death”, *Harvard School of Public Health*, 1994.
- [193] Esse caso foi exposto de forma lúcida por Roger Bate, *Saving Our Streams: The Role of Anglers’ Conservation Association in Protecting English and Welsh Rivers*, London, 2001.
- [194] [1859] 7 H. L. Cas. 349.
- [195] A legislação brasileira autoriza que, dentre outros, associações civis sem fins lucrativos e o Ministério Público ajuízem ações coletivas para defesa de direitos coletivos da sociedade: Lei Federal 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e Lei Federal 8.078/90 (Código De Defesa do Consumidor), arts. 81 e 82. (N. E.)
- [196] Não precisam comprovar o interesse direto da própria associação, mas podem representar os interesses dos associados.
- [197] *Pride of Derby and Derbyshire Angling Association and Earl of Harrington v. British Celanese Ltd.; the Derby Corporation and the British Electricity Authority*, [1952] 1 All ER 179.
- [198] Anderson e Leal, op. cit.
- [199] Cf. a campanha da Peta nos EUA, em www.fishinghurts.com. Trato de alguns desses argumentos em *Animal Rights and Wrongs*, London, 1995, apêndice sobre pescaria.
- [200] Em português, ver *Primavera Silenciosa*, São Paulo, Gaia, 2010. (N. E.)
- [201] Marion Shoard, *The Theft of the Countryside*, London, 1980; Graham Harvey, *The Killing of the Countryside*, London, 1998; Wendell Berry, *The Unsettling of America*, San Francisco, 1977.
- [202] Ver Robert W. Hahn, “The Politics and Religion of Clean Air”, *Cato Review of Business and Government*, 1990. Ver também, de Robert W. Hahn (ed), *Risks, Costs and Lives Saved: Getting Better Results from Regulation*, Oxford, 1996.
- [203] Schwartz e Hayward, op. cit.
- [204] Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, vol. 2, parte 2, capítulo 7. Ver também adiante o capítulo 10, no qual discuto o trabalho de Robert Putnam que documenta o declínio dos serviços voluntários nos Estados Unidos.
- [205] Situações como essas foram exploradas nos vários “teoremas de impossibilidade” em estudos sobre escolha social, por exemplo os de K. J. Arrow e Amartya Sen. Para um breve resumo, ver os verbetes Arrow’s Theorem e Parentian Liberal. In: Roger Scruton, *The Palgrave Macmillan Dictionary of Political Thought*, London, 2007. Para um relato completo do Teorema de Arrow, ver Kenneth Arrow. In: *Social Choice and Individual Values*, New Haven, 1990.
- [206] Daí a proliferação, sob os governos trabalhistas na Grã-Bretanha, de organizações *quasi*-autônomas não governamentais (*quangos*), por meio das quais agentes governamentais nomeados expropriam um a um os assuntos das comunidades. Conforme noticiado em 23 de maio de 2010, havia 1162 organizações como essas que empregavam em torno de 100 mil pessoas, algumas delas com salário anual na ordem de 624 mil libras, ao custo de 64 bilhões de libras. Artigo de Simon Walters, *Daily Mail*, 23 de maio de 2010.
- [207] A história de Fannie Mae e Freddie Mac e seu efeito na ebulição da crise de crédito de 2008-2009 é relatada por Arthur Brooks em *The Battle: How the Fight Between Free Enterprise and Big Government Will*

Shape America's Future, New York, 2010.

[208] Ver de Charles Perrow, *The Next Catastrophe*, Princeton, 2007, p. 37-38.

[209] Rseta saber em que medida os seguros devem ser privados, de modo que alterem o custo sobre o indivíduo, ou sociais, de maneira que alterem o custo sobre o Estado. Ver Charles Murray, *Losing Ground*, New York, 1998, sobre a armadilha do bem-estar social; para uma visão contrária, ver Peter Gosselin, *High Wire: The Precarious Financial Lives of American Families*, New York, 2008.

[210] Ver Roger Scruton, "Virtue and Profit". In: Samuel Gregg e James Stoner, (eds.), *Profit, Prudence and Virtue: Essays in Ethics, Business and Management*, St Andrews, 2009.

[211] Kenneth J. Arrow, *Essays in the Theory of Risk-Bearing*, Amsterdam, 1976.

[212] Ver de Martin Wolf, *Fixing Global Finance*, Baltimore, 2008. Como diz o próprio Wolf, as distorções introduzidas pelas garantias governamentais "criam um incentivo devastador para privatizar os ganhos e socializar as perdas".

[213] Logo, sob os regimes socialistas do império soviético, era impossível que empresas falissem, pois todos os débitos eram redistribuídos por toda a economia, dentro de um processo de "arbitragem econômica", o qual servia para manter em funcionamento, e por tempo indeterminado, indústrias absolutamente obsoletas.

[214] Faço referência aos argumentos da escola austríaca referentes ao cálculo de preços, como apresentado por Von Mises e Hayek. Para avaliar a importância desses argumentos, ver Roger Scruton, "Hayek and Conservatism". In: Edward Feser (ed.), *The Cambridge Companion to Hayek*, Cambridge, 2007.

[215] Algo que não é facilmente alcançado, dados os impedimentos conflitantes na ordenação das preferências e os paradoxos, de Condorcet a Arrow. Veja nota 187.

[216] Ver Eban S. Goodstein, *Economics and the Environment*, Hoboken, 2004.

[217] As alegações da economia ambiental são submetidas a um exame impiedoso por Sagoff, op. cit.

[218] Ver Holmes Rolston III, *Philosophy Gone Wild*, Buffalo, 1989, e de David R. Keller (ed.), *Environmental Ethics*, Chichester, 2010. Para uma investigação elegante das visões relativas ao mundo natural, ver Angelina Krebs, *Ethics of Nature: A Map*, Berlin, 1999.

[219] Ver Peter Singer (ed.), *Applied Ethics*, Oxford, 1986.

[220] Ver Tim Mulgan, *Future People: A Moderate Consequentialist Account of Our Obligations to Future Generations*, Oxford, 2006. Para um trabalho mais antigo e menos sofisticado, consultar a coleção organizada por R. I. Sikora e Brian Barry (eds.), *Obligations to Future Generations*, Philadelphia, 1978.

[221] Para a teoria, no caso, ver Pearce et al., *Blue Print for a Green Economy*, op. cit.

[222] John Locke, *Second Treatise of Civil Government*.

[223] Portanto, taxas de desconto, segundo um utilitarista, devem levar em consideração não somente as preferências futuras mas também as preferências futuras secundárias, incluindo nossas preferências presentes para preferências futuras e as preferências futuras para preferências futuras. Dieter Birnbacher, *Verantwortung für zukünftige Generationen*, Frankfurt, 1995, p. 31-32.

[224] Ver Robert Spaemann, "Technische Eingriffe in die Natur als Problem der politischen Ethik", em Dieter Birnbacher (ed.), *Ökologie und Ethik*, Stuttgart, 1988, p. 195.

[225] Ver Derek Parfit, *Reason and Persons*, Oxford, 1984, e "Overpopulation and the Quality of Life", em Peter Singer (ed.), op. cit.

[226] Ver de Birnbacher, *Verantwortung*, p. 219-20.

[227] Em português, do autor, ver *Libertação Animal*, Porto, Via Óptima, 2008.

[228] Em português, dentre outros, ver *Diversidade da Vida*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994. (N. E.)

[229] Em português, ver *Gaia, um Novo Olhar sobre a Vida na Terra*, Coimbra, Edições 70, 2007. (N. E.)

- [230] Em português, ver *Pensar como uma Montanha*, Lisboa, Sempre-em-Pé, 2008. (N. E.)
- [231] Arne Naess, “The Shallow and Deep Ecology Movement”, em Keller (ed.), op. cit.; Warwick Fox, *Toward a Transpersonal Ecology: Developing New Foundations for Environmentalism*, Boston, 1990.
- [232] Ver Andrew McLaughlin, “The Heart of Deep Ecology”, em Keller (ed.), op. cit.
- [233] Ver J. Baird Callicott (ed.), *Companion to a Sand County Almanac: Interpretative and Critical Essays*, Madison, 1987. Para uma discussão esclarecedora sobre essa acusação, ver Krebs, op. cit., p.76.
- [234] Ver o argumento sobre a inevitabilidade da perspectiva humana dado por Bernard Williams, *Ethics and the Limits of Philosophy*, London, 1985, p. 118-19.
- [235] John Passmore, *Man’s Responsibility for Nature: Ecological Problems and Western Traditions*, New York, 1974.
- [236] Ver Christopher D. Stone, “Should Trees Have Standing? Toward Legal Rights for Natural Objects”, *California Law Review*, 45, 1972, p. 450-87; Scruton, *Animal Rights and Wrongs*. Curiosamente, Holmes Rolston III se distanciou da ideia de que os animais, a natureza e o meio ambiente pudessem receber direitos e, dessa maneira, tornar-se protegidos contra invasões. Ver Holmes Rolston III, “Rights and Responsibilities on the Home Planet”, *Yale Journal of International Law*, 18.1, 1993, p. 251-79. A natureza, segundo Rolston, não pode ser protegida por direitos, mas em razão de *nossos* direitos a ela.
- [237] Ver Aldo Leopold, “The Ecological Conscience”, *Journal of Soil and Water Conservation*, 3 de julho de 1948, p. 109-12; Rolston, *Philosophy Gone Wild*.
- [238] Tim Scalon, *What We Owe to Each Other*, Cambridge, MA, 2000.
- [239] Essa teoria foi defendida nesses termos por Christine Korsgaard em *Creating the Kingdom of Ends*, Cambridge, 2000.
- [240] Ibidem.
- [241] Krebs, op. cit.
- [242] Por exemplo, em Max Scheler. Em sua discussão sobre a natureza e a origem da compaixão (*The Nature of Sympathy*, edição inglesa, London, 1979), e por certos defensores da “ética discursiva”, em especial Karl-Otto Apel, “The Ecological Crisis as a Problem for Discourse Ethics”, em A. Øfsti (ed.), *Ecology and Ethics*, Trondheim, 1992.
- [243] Stephen Darwall, *The Second-Person Standpoint*, Cambridge, MA, 2006.
- [244] Um ponto central no conceito de liberdade em P. F. Strawson, “Freedom and Resentment”, em *Freedom and Resentment and Other Essays*, London, 1974, mas também central no “personalismo” de Max Scheler e de Karol Wojtyła.
- [245] Principal livro de Hans Jonas editado no Brasil, *O Princípio Responsabilidade – Ensaio de uma Ética para a Civilização Tecnológica*, Rio de Janeiro, Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006. (N. E.)
- [246] Jonas, op. cit., p. 84.
- [247] Ibidem, p. 99-100.
- [248] Todavia Krebs nega que exista uma obrigação de *produzir* futuras gerações, mas apenas devemos provê-las caso existam. Op. cit., p. 126.
- [249] John Rawls, *A Theory of Justice*, Oxford, 1971, p. 144-45; *Political Liberalism*, New York, 1993, p. 274.
- [250] Para uma apresentação bem informada de alguns desses debates, consultar o artigo “Intergenerational Justice”, de Lukas Meyer, em *Stanford Encyclopedia of Philosophy (online)*. Ver também as contribuições em Andrew Dobson (ed.), *Fairness and Futurity: Essays on Environmental Sustainability*, Oxford, 1999.
- [251] Minha argumentação neste capítulo assemelha-se à de *Outlines of the Philosophy of Right*, na qual Hegel afirma que a vida ética (*Sittlichkeit*) não é compreendida pelo “direito abstrato” dos princípios universais de

Kant, mas requer uma síntese entre, de um lado, o pensamento abstrato e, de outro, obrigações concretas e historicamente enraizadas (Moralität).

[252] Ver Clifford Geertz, *The Interpretation of Cultures*, New York, 1973; Ruth Benedict, *Patterns of Culture*, London e New York, 1934.

[253] John Tooby e Leda Cosmides, Introdução a Jerome Berkow, Leda Cosmides e John Tooby, *The Adapted Mind: Evolutionary Psychology and the Generation of Culture*, New York e Oxford, 1995.

[254] O filósofo australiano Glenn Albrecht cunhou o termo “solastalgia” no intuito de caracterizar a dor que os seres humanos parecem sentir quando o seu lugar de abrigo é destruído. Ver G. Albrecht, “Solastalgia, a new concept in human health and identity”. In: *Philosophy Activism Nature*, 3, 2005, p. 41-55.

[255] Wallace propôs uma teoria da evolução por seleção natural antes de Darwin publicar o seu *On the Origin of Species*, mas acreditava que as faculdades humanas fossem demasiadamente avançadas, em relação ao que se encontra no mundo animal, para que não houvesse uma dimensão espiritual. Darwin publicou o seu *Descent of Man*, em grande parte, como uma refutação ao espiritualismo de Wallace.

[256] Ver, por exemplo, de John Broome, *Weighing Lives*, Oxford, 2004.

[257] Refiro-me à teoria da “vítima sacrificial” de René Girard, *La Violence et le Sacré*, Paris, 1972, e a *Des choses cachées depuis la fondation du monde*, Paris, 1978. Ver também Karl Rahner, *Hominization: The Evolutionary Origin of Man as a Theological Problem*, New York, 1965.

[258] F. W. Maitland, “Trust and Corporation”. In: David Runciman e Magnus Ryan (eds.), *State, Trust and Corporation*, Cambridge, 2003.

[259] Se de fato o espírito voluntário está hoje se enfraquecendo é uma questão à qual retorno no capítulo 10.

[260] A argumentação que condensei nessa passagem é exposta em detalhes em Ludwig von Mises, *Socialism: An Economic and Sociological Analysis*, London, 1951 (publicado originalmente em 1922 como *Die Gemeinwirtschaft: Untersuchungen über den Sozialismus*), e ao longo de ensaios encontrados em *Individualism and Economic Order*, Chicago, 1948, especialmente nos três ensaios em “Socialist Calculation”.

[261] Thomas Hobbes, *Leviathan*, parte 2, capítulo 21.

[262] Hegel, *Outlines of the Philosophy of Right*.

[263] Ver Haidt, op. cit., e Haidt e Graham, op. cit.

[264] John Bowlby, *Attachment*, London, 1969; *Separation*, London, 1972; *Loss*, London, 1980.

[265] James Q. Wilson, *The Moral Sense*, New York, 1993; Charles Murray, *Losing Ground: American Social Policy 1950-1980*, New York, 1984.

[266] Edmund Husserl, *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*, The Hague, 1954.

[267] Max Scheler, *The Nature of Sympathy*, New Haven, 1954; Edith Stein, *On the Problem of Empathy*, Haia, 1917; Martin Heidegger, “Building Dwelling Thinking”. In: *Poetry, Language, Thought*, New York, 1971.

[268] Martin Buber, *I and Thou*, Edimburgh, 1923. A argumentação foi tratada de formas contrastantes por Darwall, op. cit., e por Robert Spaemann, *Persons: The Difference between Someone and Something*, Oxford, 2006. [Em português, ver *Eu e Tu*, São Paulo, Centauro, 2008.]

[269] Consultar as palestras sobre o poema “Ister”, de Hölderlin, em Martin Heidegger, *Hölderlin’s Hymn “The Ister”*, Bloomington, 1996.

[270] Martin Heidegger, *The Question Concerning Technology*, New York, 1977, p. 196.

[271] Karen Joisten, *Philosophie der Heimat: Heimat der Philosophie*, Berlin, 2003, p. 24.

[272] Henri Bergson, *Essai sur les données immédiates de la conscience*, Paris, 1889.

- [273] Ver, de Birnbacher, *Verantwortung*, e os simpósios coletados em Roswitha Kirsch-Stracke e Julia Wiche (eds), *Der Heimatbegriff in der nachhaltigen Entwicklung: Inhalte, Chancen und Risiken*, Weikersheim, Margraf, 2005. Ver também, de Reinhard Piechocki, *Landschaft-Heimat-Wildnis: Schutz der Natur – aber welcher und warum?* Munich, 1967.
- [274] Alexander e Margarete Mitschenrich, *Die Unfähigkeitzutrauern: Grundlagen kollektiven Verhaltens*, Munich, 1967.
- [275] Joisten, op. cit.; Krebs, op. cit.; e “Naturethik im Überblick”. In: Krebs (ed.), *Naturethik*, Frankfurt, 1977.
- [276] Schlink, op. cit.
- [277] *Philosophie ist eigentlich Heimweh, ein Trieb überall zu Hause zu sein* – “A filosofia é, de fato, saudade; acima de tudo um anseio pelo lar”. *Das allgemeine Brouillon, Materialien zur Enzyklopädistik*, 1789/99, n. 857.
- [278] Ver *The West and the Rest* e *The Need for Nations*.
- [279] Ver de Theodor W. Adorno, *Minima Moralia*, Berlin, 1951; Adorno e Max Horkheimer, *Dialectic of Enlightenment*, London, reimpresso em 2008; Herbert Marcuse, *One-Dimensional Man*, London, 1964.
- [280] Ver “The Lion and The Unicorn”, em *My Country Right or Left 1940-1943: Collected Essays, Journalism and Letters of George Orwell*, vol. 2, New York, 1968.
- [281] Ver Alan D. Sokal e Jean Bricmont, *Fashionable Nonsense*, London, 2003.
- [282] Ver Roger Scruton, *Modern Culture*, London, 2004.
- [283] Contra o lar e a família, Foucault, Laing e Esterson; contra a nação, Pilger, Chomsky e Zinn.
- [284] Em inglês, “nimbyism”, do acrônimo *nimby* – “not in my backyard”: “não no meu quintal”. (N. T.)
- [285] Kant, *Critique of Judgment*, Oxford, 2008; Roger Scruton, *Beauty*, Oxford, 2009.
- [286] Para mais detalhes sobre esse assunto, particularmente sobre o conceito de valor intrínseco, ver, de John O’Neill, “The Varieties of Intrinsic Value”, *The Monist*, 1992. In: Keller (ed.), op. cit.; e Krebs, *Ethics of Nature*, que explora as muitas formas pelas quais podemos descobrir e desfrutar os valores intrínsecos da natureza.
- [287] Essa abordagem de valor é uma segunda natureza dos economistas, e a “economia ambiental” sofreu severas críticas de Sagoff exatamente por isso, op. cit.
- [288] Nesse caso, para algumas das tendências, ver, de Krebs, *Ethics of Nature*.
- [289] Ver Martin Seel, *Eine Ästhetik der Natur*, Frankfurt, 1991.
- [290] Ver, de Scruton, *Beauty*.
- [291] Milan Kundera, *The Unbearable Lightness of Being*, New York, 1984.
- [292] Ver José Bové e François Dufour, *The World is Not for Sale: Farmers Against Junk Food*, London, 2001, e os *websites* da Slow Food International e da Slow Food UK.
- [293] Em português, ver *Sem Logo – A Tirania das Marcas em um Planeta Vendido*, Rio de Janeiro, Record, 2004.
- [294] Defendo essa opinião em *Art and Imagination*, London, 1974; e em *Beauty*.
- [295] Jane Jacobs, *The Death and Life of Great American Cities*, New York, 1961; Nicolai Oroussoff, “Outgrowing Jane Jacobs and Her New York”, *The New York Times*, 30 de abril de 2006.
- [296] Nathaniel Baum-Snow, “Changes in Transportation Infrastructure and Commuting Patterns in US Metropolitan Areas, 1960-2000”. In: *American Economics Review: Papers and Proceedings*, maio de 2010.

- [297] James Howard Kunstler, *The Geography of Nowhere: The Rise and Decline of America's Man-Made Landscape*, New York, 1993, e *The Long Emergency: Surviving the Converging Catastrophes of the Twenty-First Century*, New York, 2005.
- [298] Joel Kotkin, *The Next Hundred Million: America in 2050*, New York, 2010.
- [299] Robert Bruegmann, *Sprawl*, Chicago, 2005. Joel Garreau, *Edge City: Life on the New Frontier*, New York, 1991; Paul Barker, *The Freedoms of Suburbia*, London, 2009. Ver também Paul Krugman, *The Self-Organizing Economy*, Cambridge, MA, 1998, sobre as grandes áreas de periferia como desdobramento do movimento dialético de forças centrípeta e centrífuga. A resposta de Howard Kunstler a Bruegmann merece ser lida, e aparece em *Salmagundi*, 152, outono de 2006.
- [300] O *Congress for New Urbanism* é uma associação voluntária americana, cujo presidente atual é John Norquist, que começa a atrair seguidores entre arquitetos, planejadores e escolas de arquitetura do país. Para uma reação intelectual contra a arquitetura e o urbanismo modernista, ver Christopher Alexander, *The Nature of Order*, Berkeley, 2002, e de Nikos Salingaros, *A Theory of Architecture*, Solingen, 2006. Minha contribuição pessoal ao “novo movimento urbanista” está em dois livros: *The Aesthetics of Architecture*, Princeton, 1979, e *The Classical Vernacular*, Manchester, 1992. Ver também, de Léon Krier, *Architecture: Choice or Fate*, London, 1998.
- [301] Léon Krier et al., *The Architecture of Community*, Washington, D.C., 2009.
- [302] Defendi essa abordagem em *The Classical Vernacular*. Ver também John Silber, *Architecture of the Absurd*, New York, 2007.
- [303] Sobre Le Corbusier, ver Theodore Dalrymple, “The Architect as Totalitarian”, *City Journal*, 19.4, 2009.
- [304] Ver Silber, op. cit.
- [305] Sagoff, op. cit.
- [306] Pausanias, *Description of Greece*, New York, 2007.
- [307] Simon Schama, *Landscape and Memory*, New York, 1994.
- [308] Adam Fergusson, *The Sack of Bath*, Salisbury, 1973.
- [309] Brody, op. cit.
- [310] John Ruskin, *Railways in the Lake District* (1876). In: *The Works of John Ruskin*, E. T. Cook e Alexander Wedderburn (eds.), London, 1903-1912, vol. 34, p. 141.
- [311] John H. Schaar, “The Case of Patriotism”, *American Review*, 17 de maio de 1973, p. 62-63.
- [312] Ver “The Lion and the Unicorn”, em Orwell, op. cit.
- [313] Richard Jefferies, *The Amateur Poacher*, 1879, e *The Story of My Heart*, 1883; George Sturt (George Bourne), *Change in the Village*, 1912; Worpole, op. cit.; e *Last Landscapes*, London, 2003.
- [314] Ver, de Roderick MacFarquhar, e de Michael Schoenhals, *Mao's Last Revolution*, Cambridge, MA, 2006; Jung Chang e Jon Halliday, *Mao: The Unknown Story*, London, 2004.
- [315] Ver Minxin Pei, *China's Trapped Transition*, Cambridge, MA, 2006.
- [316] Douglas C. North, John Joseph Wallis e Barry R. Weingast, *Violence and Social Orders*, Cambridge, 2009. Ver as reflexões pertinentes de Barry R. Weingast, “Why Developing Countries Prove So Resistant to the Rule of Law”, em James J. Heckman et al. (eds.), *Global Perspective on the Rule of Law*, London, 2010.
- [317] Essa forma weberiana de expressar a questão é minha.
- [318] Ofereço outro relato da distinção que North e outros autores estão tentando localizar em *The West and the Rest*, no qual faço uma distinção entre Estados que expressam uma personalidade real e Estados cuja personalidade é apenas uma máscara.

[319] Ver, de Minxin Pei, “Will the Chinese Communist Party Survive the Crisis?”, publicado em *Foreign Affairs*, 12 de março de 2009.

[320] David Montgomery, citado em Lee Lane, *Strategic Options for Bush Administration Climate Policy*, Washington, D.C., 2006, p. 20-21.

[321] Informação do *The New York Times*, 31 de janeiro de 2010. [Informação veiculada na *Folha de S.Paulo* de 19 de maio de 2015 indica que, em 2014, a China reduziu em 2,9% o consumo de carvão. Ver www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/05/1630772-china-reduz-o-consumo-de-carvao-mineral-sem-frear-a-economia.shtml (N. E.)]

[322] *BBC News*, 6 de fevereiro de 2010. As enormes quantidades de emissão de dióxido de carbono na China são retratadas em Ning Zeng et al.; “Climate Change – The Chinese Challenge”, *Science*, 8 de fevereiro de 2008, p. 730-31.

[323] Em abril de 2016, 175 países, incluindo os EUA, firmaram o chamado Acordo de Paris sobre o Clima. O acordo passará a valer quando 55 países, representando ao menos 55% das emissões, o ratificarem. O objetivo central do acordo é manter o aumento da temperatura média global muito abaixo de 2 graus Celsius. (N. E.)

[324] Ver a análise em Lee Lane, op. cit.

[325] Ver o próximo capítulo.

[326] Saddam Hussein foi deposto em abril de 2003.

[327] Schelling, “What Makes Greenhouse Sense?”. In: *Foreign Affairs*, 81.3, maio-junho de 2002, p. 2-9.

[328] Lee Lane, op. cit., p. 48.

[329] Ver o conhecido argumento de Thomas Friedman. In: *Lexus and the Olive Tree*, New York, 1999; os escritos dos defensores da governança global: David Held, Anthony McGrew, David Goldblatt e Jonathan Perraton. In: *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Cambridge, 1998; e Robert O. Keohane e Joseph S. Nye Jr. In: Nye e John D. Donahue (eds.), *Governance in a Globalizing World*, Washington, D.C., 2000. Também Monbiot, op. cit.

[330] Ver Antoine Fattal, *Le Statut légal des non-musulmans en pays d’Islam*, Beirut, 1958; Robert Reilly, *The Closing of the Muslim Mind*, Wilmington, 2010.

[331] Ver Paul Belien, *A Throne in Brussels: Britain, the Saxe-Coburgs and the Belgianization of Europe*, London, 2005.

[332] Ver Ruth Lea, “The Common Fisheries Policy and the Wreckage of an Industry”, *Institute of Directors Policy Study*, dezembro de 2002.

[333] Ver o post no *blog* Open Europe de 15 de dezembro de 2009, em www.openeuropeblog.blogspot.com. As lições extraídas da experiência europeia foram bem avaliadas por Ben Lieberman. In: “The European Experience with Cap and Trade”, depoimento feito no Congresso de 8 de julho de 2009, disponível no *website* da Heritage Foundation.

[334] Na seção de meio ambiente do *blog* da *New Scientist*, 29 de março de 2007. Ver www.newscientist.com/blog/environment/2007/03/packaging-waste-facts-and-figures.html.

[335] Tim Congdon, *The City of London Under Threat*, London, 2009.

[336] Apresento um exemplo no capítulo seguinte.

[337] As multinacionais estão em constante campanha para um acordo na OMC que lhes permita obter direitos de investimento em condições iguais às desfrutadas pelos competidores locais, por todo o planeta. Os perigos de tamanha igualdade de direitos foram destacados por Paul Kingsnorth. In: “Cancun: Why You Should Care?”, *Ecologist*, 33.5, junho de 2003.

[338] Ver www.cslforum.org/aboutus/index.html.

[339] Sobre a pré-história do movimento ambiental na Grã-Bretanha, ver Keith Thomas, op. cit.

- [340] Jessie L. Watson, *From Ritual to Romance*, Cambridge, 1920.
- [341] Ver Schama, op. cit., p. 153-74.
- [342] Keith Thomas, op. cit., p. 203 ss.
- [343] Terceiro Conde de Shaftesbury, *Characteristics*, 1711; Joseph Addison, *The Pleasures of the Imagination*, 1711-1712; Richard Payne Knight, *An Analytical Inquiry into the Principles of Taste*, London, 1805.
- [344] Sobre o pitoresco, ver Knight, op. cit.
- [345] São Paulo, Editora Unicamp, 2014.
- [346] Ver Keith Thomas, op. cit., p. 263-65.
- [347] John Barrell, *The Dark Side of the Landscape: The Rural Poor in English Landscape Painting 1730-1840*, Cambridge, 1980.
- [348] Discorro sobre essa literatura em “The Sacred Pursuit”. In: Nathan Kowalsky (ed.), *Hunting – Philosophy for Everyone: In Search of the Wild Life*, London, 2010.
- [349] Ver MacFarlane, op. cit.
- [350] Michael Turner, *Enclosures in Britain, 1750-1830*, London, 1984.
- [351] Ver, de F. W. Maitland, *Equity*, Cambridge, 1909.
- [352] Assim, a RSPB encontra-se hoje em conflito com outra associação particular, a Countryside Alliance, que representa interesses esportivos. A RSPB protege aves de rapina, como o falcão, e a CA protege as aves de caça, notadamente o galo silvestre, alimento do falcão.
- [353] Ruskin, op. cit.
- [354] Rackham, op. cit.
- [355] Ver de Antony Davies e de Pavel Yakolev, “Myths and Realities Surrounding the Estate Tax”, no *website* da American Family Business Association.
- [356] Ver Keith Thomas, op. cit.; p. 206.
- [357] Rackham, op. cit.
- [358] Oliver Marriott, *Property Boom*, New York, 1989. Ver, de Simon Jenkins, “Urban Landscape”. In: Jennifer Jenkins, op. cit., p. 110-11, no qual ele documenta o efeito do planejamento socialista no nível local e a vingança maciça contra nossos povoamentos históricos.
- [359] Jules Pretty et al., “Farm Costs and Food Miles”. In: *Food Policy*, 30.1, fevereiro de 2005, p. 1-19.
- [360] Berry, *The Unsettling of America*.
- [361] Tony Curzon Price, “How Beauty Can Survive”. In: Barnett e Scruton (eds.), op. cit.
- [362] Paul Hirst, “Can Rutland Learn from Jutland?”. In: Barnett e Scruton (eds.), op. cit.
- [363] Sagof, op. cit., capítulo 9.
- [364] Ver, por exemplo, de David Brower, *Wilderness: America’s Living Heritage*, São Francisco, 1961. Para um contraste com o caso inglês, ver Richard D. North, op. cit., p. 217.
- [365] Ver o argumento do capítulo 4.
- [366] Bernard Williams, “Must a Concern for the Environment be Centred on Human Beings?” In: Bernard Williams, *Making Sense of Humanity*, Cambridge, 1995, p. 68.
- [367] Ver Richard D. North, op. cit., p. 219.

- [368] Ver, de Alston Chase, *Playing God in Yellowstone: The Destruction of America's First National Park*, New York, 1986.
- [369] Berry, *The Gift of Good Land*, op. cit.; Allen Carlson, *The New Agrarian Mind: The Movement Towards Decentralist Thought in Twentieth Century America*, New Brunswick, 2000.
- [370] Ver, de William S. Worley, *J. C. Nichols and the Shaping of Kansas City*, Columbia, 1990. O ideal de Nichols foi celebrado no romance popular de 1946, de autoria de Eric Hodgins, *Mr. Blandings Builds His Dream House*, que foi base de um filme estrelado por Cary Grant e Myrna Loy.
- [371] William A. Shutkin, *The Land That Could Be: Environmentalism and Democracy in the Twenty-First Century*, Cambridge, MA, 2001.
- [372] Robert Putnam, *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, New York, 2000.
- [373] Jeremy Bentham, "A Critical Examination of the Declaration of Rights" In: *Anarchical Fallacies*, London, 1843.
- [374] Ronald Dworkin, "Talking Rights Seriously". In: *Taking Rights Seriously*, London, 1977. [Em português, ver *Levando os Direitos a Sério*, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2010 (N. E.)]
- [375] Joseph Raz, *The Authority of Law*, Oxford, 1979.
- [376] Goldsmith, op. cit., 2009.
- [377] Donella H. Meadows et al., *The Limits to Growth*, London, 1972; Reverendo T. R. Malthus, *Essay on the Principle of Population*, London, 1798.
- [378] Ver H. S. D. Cole et al. (eds.), op. cit. Ver também Matt Ridley, *The Rational Optimist: How Prosperity Evolves*, London, 2010, capítulo 4.
- [379] Portanto, Kyoto, o Relatório Stern, etc.
- [380] Ver Michael Brower, *Cool Energy: Renewable Solutions to Environmental Problems*, Cambridge, MA, 1992. Ver também o quadro da US Energy Information Administration sobre os indicadores de consumo de energia, gastos e emissões de 1949 a 2009: www.eia.gov/emeu/aer/txt/ptb0105.html. Ele mostra que o consumo *per capita* de energia teve aumento constante, atingindo um pico em 1979 e começando a declinar de forma constante a partir desse ano. Em 2009, voltou aos níveis de 1968. Além do mais, o consumo de energia por dólar-PIB sofreu um constante decréscimo de 1949 a 2009 (um decréscimo total de 58%). O mesmo vale para as emissões de GHG por dólar-PIB, embora os únicos dados disponíveis estejam compreendidos entre 1990-2008, e também para as emissões de dióxido de carbono em dólar-PIB, um decréscimo de 65% de 1949 a 2000.
- [381] Fred Hirsch, *Social Limits to Growth*, Cambridge, MA, 1976.
- [382] P. M. Vitousek et al., "Human Appropriation of the Products of Photosynthesis". In: *BioScience*, 36.6, junho de 1986, p. 368-73. Ver a discussão desse artigo em Sagoff, op. cit., p. 169-74.
- [383] Arthur Brooks, *Gross National Happiness*, New York, 2008.
- [384] Esse ponto é vigorosamente tratado por Goldsmith, op. cit.
- [385] J. S. Mill, "Of the Stationary State". In: *Principles of Political Economy*, livro 4, capítulo 6, London, 1848.
- [386] Herman Daly, *Steady-State Economics*, San Francisco, 1977; *Beyond Growth*, Boston, 1996.
- [387] Ridley, op. cit; p. 249, desconsidera-a como "bobagem de Pareto". Em todas as suas formas fica difícil reconciliar a ideia de uma economia em estado estacionário com certos modelos de crescimento econômico, como o que foi desenvolvido por Robert Solow, no qual a expansão do conhecimento tecnológico é o fator central do crescimento.
- [388] David W. Orr, "Four Challenges of Sustainability", *Conservation Biology*, 16.6, 2002, p. 1457-60. Ver o influente livro de Orr, *Earth in Mind: On Education, Environment, and the Human Prospect*, Washington, D.C., 1993.

[389] Ver a discussão de Daniel Bonevac, “Is Sustainability Sustainable?”, *Academic Questions*, 23.1, março de 2010, p. 84-101.

[390] O Princípio do Poluidor Pagador está previsto na legislação brasileira, Lei 6.938/81, que estabeleceu como uma das finalidades da Política Nacional do Meio Ambiente “a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”.

[391] OECD, *The Polluter Pays Principle: Definition, Analysis, Implementation*, Paris, 1975.

[392] Esse problema é discutido, e a solução de “estações de bombeamento” oferecida, em MacKay, op. cit., p. 190-201. A evidência é sumarizada em Booker e North, *Scared to Death*, op. cit., p. 369-72.

[393] John Etherington, *The Wind Farm Scam*, London, 2009. Ver, especialmente, o capítulo 6, sobre a degradação na paisagem e na vida selvagem. In: Ridely, op. cit., p. 239, 343-45.

[394] MacKay, op. cit.

[395] Ver capítulo 4.

[396] Pigoviana em homenagem à solução de Arthur Cecil Pigou para o problema das externalizações: autorizar o que é “bom” e taxar o que é “mau”.

[397] Ver a eloquente defesa dos sistemas de comércio em Pearce et al. In: *Blueprint for a Green Economy*, op. cit.

[398] Paul A. David, “The Historical Origins of ‘Open Science’: An essay on Patronage, Reputation and Common Agency Contracting in the Scientific Revolution”. In: *Capitalism and Society*, novembro de 2008. Ver www.bepress.com/cas/vol3/iss2/art5 para fazer o download do artigo inteiro, e www.bepress.com/cas/announce/20081103 para acessar toda a questão que contém a “Discussão” de Kenneth Arrow sobre esse artigo. Ver também Richard R. Nelson, “The Market Economy, and the Scientific Commons”, artigo publicado pelo Laboratory of Economics Studies and Management na Sant’Anna School of Advanced Studies em Pisa: www.lem.sssup.it/WPLem/2003-24.html.

[399] Ver Lee Lane et al., “Institutions for Developing New Climate Solutions”. In: *Proceedings of the International Seminars on Planetary Emergencies*, 42a sessão, 19 de agosto de 2010.

[400] Cf. O notório patenteamento do arroz basmati pela RiceTec. Ver Matthew Clement, “Rice Imperialism: The Agribusiness Threat to Third World Rice Production”: www.bulatlat.com, 8-14 de fevereiro de 2004.

[401] Jules Pretty et al., op. cit. Todavia, do jeito que as coisas estão, a produção orgânica de alimentos é tão dependente de combustíveis fósseis quanto outros métodos agrícolas, e precisa de uma quantidade maior de solo para suprir as culturas fixadoras de nitrogênio, que são necessárias na ausência de fertilizantes artificiais. Ver Alex Avery, *The Truth About Organic Foods*, London, 2006.

[402] Visitar o *website* da Local Harvest para obter informações atualizadas sobre alimentos produzidos localmente e da Farm Aid sobre os esforços para salvar pequenos produtores.

[403] Fairlie, *Low Impact Development: Planning and People in a Sustainable Countryside*, Charlbury, 1966. Ver também o trabalho da Locality, sob o comando de Steve Wyler: organização destinada ao encorajamento de iniciativas cívicas locais em resposta aos problemas locais (locality.org.uk).

[404] Ross Garnaut et al., “The Implications of Rapid Development for Emissions and Climate-change Mitigation”. In: Helm and Hepburn (eds.), op. cit.

[405] Nicholas Stern, *The Economics of Climate Change*; Helm and Hepburn (eds.), op. cit.; Henry D. Jacoby et al., “Sharing the Burden of GHG Reductions”, *MIT Joint Program on the Science and Policy of Climate Change*, relatório n. 167, 2008.

[406] Amartya Sen, *The Idea of Justice*, London, 2009. [Em português, ver *A Ideia de Justiça*, São Paulo, Companhia das Letras, 2011. (N. E.)]

[407] Sobre o pensamento ecológico de Nietzsche, ver Sloterdijk, op. cit.

[408] Donald Roberts et al., *The Excellent Powder: DDT's Political and Scientific History*, Indianapolis, 2010, capítulos 4 e 5.

[409] Stephen Clark, “Gaia and the Forms of Life”. In: R. Elliot e A. Gare (eds.), *Environmental Philosophy*, New York, 1983; Meyer-Abich, op. cit.; etc.

COLEÇÃO
ABERTURA
CULTURAL

ROGER SCRUTON FILOSOFIA VERDE

Como Pensar
Seramente o Planeta

